

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

ANA APARECIDA MORAIS DE OLIVEIRA

**AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL EM MATO GROSSO NO
CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

CUIABÁ – MT

2013

ANA APARECIDA MORAIS DE OLIVEIRA

**AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL EM MATO GROSSO NO
CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Política Social** na Área de Concentração Política Social, Estado, Sociedade e Direitos Sociais, Linha de Pesquisa Trabalho, Questão Social e Serviço Social, sob a orientação da professora doutora Tânia Maria Santana dos Santos.

CUIABÁ – MT

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

O48a OLIVEIRA, Ana Aparecida Morais de.
As ações de responsabilidade social empresarial em
Mato Grosso no contexto da reestruturação produtiva / Ana
Aparecida Morais de OLIVEIRA. -- 2013
229 f. ; 30 cm.

Orientadora: Tânia Maria Santana dos Santos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato
Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa
de Pós-Graduação em Política Social, Cuiabá, 2013.
Inclui bibliografia.

1. Reestruturação Produtiva. 2. Responsabilidade Social
Empresarial. 3. Trabalhador. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

ANA APARECIDA MORAIS DE OLIVEIRA

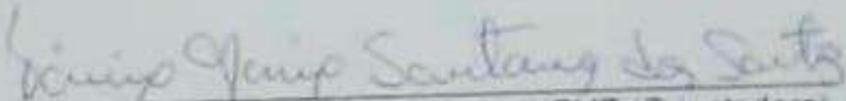
AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL EM MATO GROSSO
NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Apresentada em de 20 de setembro de 2013.

Situação: Aprovada

Banca Examinadora:


Prof.ª Dra. Tânia Maria Sahtana dos Santos - UFMT (Orientadora)

Prof.ª Dr.ª Ivone Maria Ferreira da Silva - UFMT (Examinadora Interna)

Prof.ª Dr.ª Erivá Garcia Velasco - UFMT (Examinadora Interna)

Prof.ª Dr.ª Irenilda Angela dos Santos - UFMT (Examinadora Suplente)

À Josefa, minha mãe, tão linda e tão amada!

A “Chiquim Vermeio” (*in memoriam*), meu bom e velho pai, por todos os “causos de Trancoso” e “de vida passada”!

AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre esteve presente, desde a hora tão difícil quando nasci até esses momentos de vitória! A Ele a glória!

À Kamila, minha filha, meu amor maior!

Ao seu Chico (*in memoriam*) e D. Zefa, meus pais tão valentes nessa vida, enfrentando-a com a “ciência” do dia-a-dia e a coragem que só os sobreviventes podem conhecer!

Aos meus amados irmãos José Claudio, Antônio Gilmar, José Hélio, Rita, Maria, Elson, Jair e Regina, pois todos também se engendraram na vida com coragem e amor, e vencemos!

A Miguel, meu marido, por seu amor e companheirismo sempre! Procurei, mas não encontrei palavras capazes de dizer tudo o que significas para mim!

À tia Cida, ao tio Zé, aos meus primos Cleber, Edna, Edson e Nilza, pela acolhida especial em Campo Grande quando precisei me isolar para as leituras.

Aos colegas do mestrado que compartilharam suas experiências, especialmente a três: Viviane, Lucinéia e Marcos, pelo jeito singular com que me ajudaram.

Aos amados na fé, particularmente da Primeira Igreja Batista – PIB de Sinop, que trabalharam muito mais na OBRA para suprirem minha ausência nesse período. Grata pelas orações.

À professora doutora Ivone Maria Ferreira da Silva pela contribuição decisiva na conclusão desse trabalho.

À professora doutora Tânia Maria Santana dos Santos, minha orientadora, pelo longo caminho na busca do objeto.

À professora doutora Erivã Garcia Velasco, por aceitar fazer parte da minha banca e por todas as contribuições.

Aos Srs. Washington e Salvador, pela dedicação com que nos atenderem na Assembléia Legislativa.

A Saily Kotubo pelo auxílio essencial nas minhas limitações com a tecnologia e redundâncias da Língua Portuguesa.

Às duas instituições que me proporcionaram essa oportunidade: a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Por fim: Muito obrigada! A todos! E por tudo!

O vento vai para o sul, e faz o seu giro para o norte; continuamente vai girando o vento, e volta fazendo os seus circuitos.

Todos os rios vão para o mar e, contudo, o mar não se enche; ao lugar para onde os rios vão, para ali tornam eles a correr.

Todas as coisas são trabalhosas; o homem não o pode exprimir; os olhos não se fartam de ver, nem os ouvidos se enchem de ouvir.

O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez, isso se fará; de modo que nada há de novo debaixo do sol.

Há alguma coisa de que se possa dizer: Vê, isto é novo? Já foi nos séculos passados, que foram antes de nós.

Já não há lembrança das coisas que precederam, e das coisas que hão de ser também delas não haverá lembrança, entre os que hão de vir depois.

(Eclesiastes 1:6-11 – Bíblia Sagrada)

Que proveito tem o trabalhador naquilo em que trabalha?

(Eclesiastes 3:9 – Bíblia Sagrada)

RESUMO

O presente estudo busca analisar a relação entre as ações de Responsabilidade Social Empresarial – RSE de empresas em Mato Grosso e as Transformações do Mundo do Trabalho, com o objetivo de desvelar como as ações desenvolvidas por tais empresas apresentam relação com aspectos da reestruturação produtiva. Foram pesquisadas seis empresas que receberam da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso o Certificado de Responsabilidade Social, instituído pela Lei 7.687/MT/2002. Estas desenvolveram ações expressas em seus balanços sociais e em seus relatórios de sustentabilidade; destinando-as a três grupos: o seu público interno – trabalhadores, o Meio Ambiente e a filantropia empresarial. É uma pesquisa exploratória que busca desvelar as múltiplas determinações do objeto numa perspectiva crítica de totalidade. Através de densa revisão de literatura foram apresentados os determinantes históricos da responsabilidade social empresarial: como a reestruturação produtiva e acumulação flexível, ascensão do neoliberalismo no mundo e a contrarreforma do Estado Brasileiro na década de 1990. A Responsabilidade Social Empresarial-RSE foi detalhada por meio da contextualização sócio-histórica e concepções, bem como os mecanismos de legitimação da mesma. Por fim foi feita uma discussão a partir do resultado da análise das ações de RSE das empresas pesquisadas, buscando relacioná-las com as realidades sócio-históricas de Mato Grosso e com o referencial teórico utilizado, a fim de encontrar respostas aos pressupostos da pesquisa.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva, Responsabilidade Social Empresarial, Trabalhador.

ABSTRACT

O presente estudo busca analisar a relação entre as ações de Responsabilidade Social Empresarial – RSE de empresas em Mato Grosso e as Transformações do Mundo do Trabalho, com o objetivo de desvelar como as ações desenvolvidas por tais empresas apresentam relação com aspectos da reestruturação produtiva. Foram pesquisadas seis empresas que receberam da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso o Certificado de Responsabilidade Social, instituído pela Lei 7.687/MT/2002. Estas desenvolveram ações expressas em seus balanços sociais e em seus relatórios de sustentabilidade; destinando-as a três grupos: o seu público interno – trabalhadores, o Meio Ambiente e a filantropia empresarial. É uma pesquisa exploratória que busca desvelar as múltiplas determinações do objeto numa perspectiva crítica de totalidade. Através de densa revisão de literatura foram apresentados os determinantes históricos da responsabilidade social empresarial: como a reestruturação produtiva e acumulação flexível, ascensão do neoliberalismo no mundo e a contrarreforma do Estado Brasileiro na década de 1990. A Responsabilidade Social Empresarial-RSE foi detalhada por meio da contextualização sócio-histórica e concepções, bem como os mecanismos de legitimação da mesma. Por fim foi feita uma discussão a partir do resultado da análise das ações de RSE das empresas pesquisadas, buscando relacioná-las com as realidades sócio-históricas de Mato Grosso e com o referencial teórico utilizado, a fim de encontrar respostas aos pressupostos da pesquisa.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva, Responsabilidade Social Empresarial, Trabalhador

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCE – BRASIL – Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

BS – Balanço Social

CCQs – Círculos de Controle de Qualidade

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CMC – Comissão Mista de Certificação

DVA – Demonstração de Valor Adicionado

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

ISP – Investimentos Sociais Privados

FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

FIDES – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

GIFE – Grupo de Institutos e Fundações Empresariais

GRI – Global Reporting Initiative

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ISO – International Organization for Standardization

MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MPC – Modo de Produção Capitalista

OHSAS – Occupational Health and Safety Assessment Series

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador

PDTI – Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial

PDTA – Programa de Desenvolvimento Tecnológico da Agricultura

PDS – Partido Democrata Social

PIB – Primeira Igreja Batista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

QVT – Qualidade de vida do trabalhador

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Enfoques do balanço social em diversos países.....	82
Quadro 2 – Síntese das categorias e indicadores do balanço social do IBASE.....	84
Quadro 3 – Concentração mundial do capital pelas empresas em 1980 e 1990.....	85
Quadro 4 – Elementos do Mix Ecológico – Marketing Verde.....	89
Quadro 5 – Principais selos ecológicos mundiais.....	93
Quadro 6 - Balanço social anual/2010 IBASE.....	158
Quadro 7 - Informações do balanço social IBASE não contempladas pelas empresas pesquisadas.....	162

LISTA DE PLANILHAS

Planilha I – Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Indicadores Sociais - Ambiente Interno – Resumo dos dados de todas as Empresas.....	168
Planilha II – Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Indicadores Sociais - Ambiente Interno – Balanço E1.....	169
Planilha III - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Indicadores Sociais - Ambiente Interno – Balanço E2.....	170
Planilha IV - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Indicadores Sociais - Ambiente Interno – Balanço E3.....	171
Planilha V - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Indicadores Sociais - Ambiente Interno – Balanço E4.....	172
Planilha VI - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Indicadores Sociais - Ambiente Interno – Balanço E5.....	173
Planilha VII – Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Indicadores Sociais - Ambiente Interno – Balanço E6.....	174
Planilha VIII - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Corpo Funcional – Resumo dos dados de todas as Empresas.....	175
Planilha IX - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Corpo Funcional – Balanço E1	177
Planilha X - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Corpo Funcional – Balanço E2.	179
Planilha XI - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Corpo Funcional – Balanço E3	180
Planilha XII - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Corpo Funcional – Balanço E4.....	182
Planilha XIII - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Corpo Funcional – Balanço E5.....	183
Planilha XIV - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Corpo Funcional – Balanço E6.....	184
Planilha XV - Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: Ações Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade – Resumo de Todas as Empresas.....	188
Planilha XVI - Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade – BALANÇO E1.....	188
Planilha XVII – Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade – BALANÇO E2.....	189

Planilha XVIII – Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade – BALANÇO E3.....	190
Planilha XIX – Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade – BALANÇO E4.....	190
Planilha XX – Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade – BALANÇO E5.....	191
Planilha XXI - Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade – BALANÇO E6.....	192

LISTA DE GRÁFICOS

Histórico Geral dos Indicadores Sociais - ambiente interno, todas as empresas pesquisadas.....	194
Histórico dos Indicadores Sociais - ambiente interno - EMPRESA E1.....	194
Histórico dos Indicadores Sociais - ambiente interno - EMPRESA E2.....	194
Histórico dos Indicadores Sociais - ambiente interno - EMPRESA E3.....	195
Histórico dos Indicadores Sociais - ambiente interno - EMPRESA E4.....	195
Histórico dos Indicadores Sociais - ambiente interno - EMPRESA E5.....	195
Histórico dos Indicadores Sociais - ambiente interno - EMPRESA E6.....	195
Total geral de empregados em 31/12 – Todas as empresas.....	198
Total geral de Admissões e Demissões – Todas as empresas.....	198
Total geral de estagiários em 31/12 – Todas as empresas.....	198
Total de empregados portadores de necessidades especiais – Todas as empresas.....	198
Total de prestadores de serviços terceirizados em 31/12 – Todas as empresas.....	198
Relação entre a maior e menor remuneração – Todas as empresas.....	199
Número total de acidentes de trabalho – Todas as empresas.....	199
Empregados distribuída por sexo – Todas as empresas.....	199
Empregados por escolaridade – Todas as empresas.....	199
Empregados por faixa etária – Todas as empresas.....	199
Total de cargos de chefia distribuídos por sexo – Todas as empresas.....	199
Total geral de empregados em 31/12 – Empresa E1.....	202
Total geral de Admissões e Demissões – Empresa E1.....	202
Total geral de estagiários em 31/12 – Empresa E1.....	202
Total de empregados portadores de necessidades especiais Empresa E1.....	202
Total de prestadores de serviços terceirizados em 31/12 – Empresa E1.....	203
Relação entre a maior e menor remuneração – Empresa E1.....	203
Número total de acidentes de trabalho – Empresa E1.....	203
Empregados distribuída por sexo – Empresa E1.....	203
Empregados por escolaridade – Empresa E1.....	204
Empregados por faixa etária – Empresa E1.....	204
Total de cargos de chefia distribuídos por sexo – Empresa E1.....	204
Total geral de empregados em 31/12 – Empresa E2.....	204
Total geral de Admissões e Demissões – Empresa E2.....	206
Total geral de estagiários em 31/12 – Empresa E2.....	206
Total de empregados portadores de necessidades especiais Empresa E2.....	206
Total de prestadores de serviços terceirizados em 31/12 – Empresa E2.....	206

Relação entre a maior e menor remuneração – Empresa E2	207
Número total de acidentes de trabalho – Empresa E2.....	207
Empregados distribuída por sexo – Empresa E2.....	207
Empregados por escolaridade – Empresa E2.....	207
Empregados por faixa etária – Empresa E2.....	207
Total de cargos de chefia distribuídos por sexo – Empresa E2.....	208
Total geral de empregados em 31/12 – Empresa E3.....	210
Total geral de Admissões e Demissões – Empresa E3.....	210
Total geral de estagiários em 31/12 – Empresa E3.....	210
Total de empregados portadores de necessidades especiais - Empresa E3.....	210
Total de prestadores serviços terceirizados em 31/12 – Empresa E3.....	211
Relação entre a maior e menor remuneração – Empresa E3.....	211
Número total de acidentes de trabalho – Empresa E3.....	211
Empregados distribuída por sexo – Empresa E3.....	211
Empregados por escolaridade – Empresa E3	212
Empregados por faixa etária – Empresa E3.....	212
Total de cargos de chefia distribuídos por sexo – Empresa E3.....	212
Total geral de empregados em 31/12 – Empresa E4.....	214
Total geral de Admissões e Demissões – Empresa E4.....	214
Total geral de estagiários em 31/12 – Empresa E4.....	214
Total de empregados portadores de necessidades especiais Empresa E4.....	214
Total de prestadores de serviços terceirizados em 31/12 – Empresa E4.....	215
Relação entre a maior e menor remuneração – Empresa E4.....	215
Número total de acidentes de trabalho – Empresa E4.....	215
Empregados distribuída por sexo – Empresa E4.....	215
Empregados por escolaridade – Empresa E4.....	216
Empregados por faixa etária – Empresa E4.....	216
Total de cargos de chefia distribuídos por sexo – Empresa E4.....	216
Total geral de empregados em 31/12 – Empresa E5.....	218
Total geral de Admissões e Demissões – Empresa E5.....	218
Total geral de estagiários em 31/12 – Empresa E5.....	218
Total de empregados portadores de necessidades especiais – Empresa E5.....	218
Total de prestadores de serviços terceirizados em 31/12 – Empresa E5.....	219
Relação entre a maior e menor remuneração – Empresa E5.....	219
Número total de acidentes de trabalho – Empresa E5.....	219
Empregados distribuída por sexo – Empresa E5.....	219
Empregados por escolaridade – Empresa E5.....	220

Empregados por faixa etária – Empresa E5.....	220
Total de cargos de chefia distribuídos por sexo – Empresa E5.....	220
Total geral de empregados em 31/12 – Empresa E6.....	222
Total geral de Admissões e Demissões – Empresa E6.....	222
Total geral de estagiários em 31/12 – Empresa E6.....	222
Total de empregados portadores de necessidades especiais – Empresa E6.....	222
Total de prestadores de serviços terceirizados em 31/12 – Empresa E6.....	223
Relação entre a maior e menor remuneração – Empresa E6.....	223
Número total de acidentes de trabalho – Empresa E6.....	223
Empregados distribuída por sexo – Empresa E6.....	223
Empregados por escolaridade – Empresa E6.....	224
Empregados por faixa etária – Empresa E6.....	224
Ambientalistas Geral.....	226
Filantrópicas para a Comunidade Geral – Todas as empresas.....	226
Ambientalistas – Empresa E1.....	226
Filantrópicas para a Comunidade – Empresa E1.....	226
Ambientalistas – Empresa E2.....	227
Filantrópicas para a Comunidade – Empresa E2.....	227
Ambientalistas – Empresa E3.....	227
Filantrópicas para a Comunidade – Empresa E3.....	227
Ambientalistas – Empresa E4.....	228
Filantrópicas para a Comunidade – Empresa E4.....	228
Ambientalistas – Empresa E5.....	228
Filantrópicas para a Comunidade – Empresa E5.....	228
Ambientalistas – Empresa E6.....	229
Filantrópicas para a Comunidade – Empresa E6.....	229

SUMÁRIO

SUMÁRIO	17
INTRODUÇÃO	19
SEÇÃO I – DETERMINANTES HISTÓRICOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	31
1.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	31
1.2 CRISE DO WELFARE STATE E CONSEQUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO ..	37
1.3 A CONTRARREFORMA DO ESTADO E O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL.....	48
SEÇÃO II – A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E SEUS MECANISMOS DE LEGITIMAÇÃO	63
2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	64
2.2. BALANÇO SOCIAL E A REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DA CIDADANIA EMPRESARIAL	79
2.3. MARKETING SOCIOAMBIENTAL E VANTAGENS COMPETITIVAS.....	87
SEÇÃO III – AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL EM MATO GROSSO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	96
3.1. A ATUAÇÃO DO ESTADO NA LEGITIMAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	97
3.2. ASPECTOS SOCIOHISTÓRICOS DA EXPANSÃO CAPITALISTA E TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO EM MATO GROSSO	106
SEÇÃO IV - AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL DAS EMPRESAS PESQUISADAS NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	115
4.1.IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS	115
4.2. DA DISCULSAÇÃO DOS RESULTADOS.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
REFERÊNCIA WEB.....	153
REFERÊNCIA DA PESQUISA DOCUMENTAL	154
ANEXO I - MODELO DE BALANÇO SOCIAL BRASILEIRO SEGUNDO O IBASE.....	157
ANEXO II – INFORMAÇÕES DO BALANÇO SOCIAL MODELO IBASE NÃO CONTEMPLADAS PELAS EMPRESAS PESQUISADAS.....	161
APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	164

APÊNDICE II - PLANILHAS DE REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DA RSE PARA O TRABALHADOR: INDICADORES SOCIAIS - AMBIENTE INTERNO	167
APÊNDICE III - PLANILHAS DE REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DA RSE PARA O TRABALHADOR: CORPO FUNCIONAL	175
APÊNDICE IV - PLANILHAS REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DA RSE PARA O MEIO AMBIENTE E A COMUNIDADE	186
APÊNDICE V - GRÁFICOS DE REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DA RSE PARA O TRABALHADOR: INDICADORES SOCIAIS - AMBIENTE INTERNO	192
APÊNDICE VI - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – DADOS DE TODAS AS EMPRESAS	196
APÊNDICE VII - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – EMPRESA E1	200
APÊNDICE VIII - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – EMPRESA E2	204
APÊNDICE IX - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – EMPRESA E3	208
APÊNDICE X - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – EMPRESA E4	212
APÊNDICE XI - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – EMPRESA E5	216
APÊNDICE XII - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – EMPRESA E6	220
APÊNDICE XIII - GRÁFICOS DE REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DA RSE PARA O MEIO AMBIENTE E A COMUNIDADE	224

INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve o objetivo de pesquisar as ações de Responsabilidade Social Empresarial – RSE e a sua relação com as transformações do mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva.

A RSE é considerada uma nova forma de pensar do empresário, pautando-se em valores éticos preenchidos por apelo moral, discursos de preocupação com o meio ambiente para as gerações futuras, com os problemas sociais da comunidade onde a empresa está inserida e ações de atendimento aos seus empregados. Com isso a RSE visa alcançar maior produtividade e lucratividade devido ao valor agregado à imagem da empresa na comercialização de seus produtos e à fidelização de sua marca por seus clientes.

O maior interesse desta pesquisa recai principalmente sobre as ações de RSE voltadas para o ambiente interno, ou seja, para o trabalhador.

As empresas pesquisadas têm sua sede empresarial em Mato Grosso, embora possuam filiais espalhadas por outros estados. Seis empresas foram pesquisadas, a saber: Açofer Indústria e Comércio Ltda, Grupo André Maggi, Grupo Cometa – Motos Mato Grosso Ltda, Refrigerantes Marajá S/A, Supermercados Modelo Ltda e Usinas Itamarati S/A.

Essas empresas foram certificadas pela Assembleia Legislativa¹ de Mato Grosso no período de 2006 a 2011 em cumprimento da Lei 7687/MT² de 25 de junho de 2002. A escolha por empresas legalmente certificadas deve-se ao fato de considerarmos o Estado como legitimador das ações de RSE através dos mecanismos legais.

As categorias de análise fundamentais do estudo são: Responsabilidade Social Empresarial, Reestruturação Produtiva e Neoliberalismo. Entretanto, outras categorias surgem no desenvolvimento da pesquisa.

Esse estudo foi realizado pautando-se em literatura própria do tema e a pesquisa de campo baseou-se nas informações contidas nos relatórios de sustentabilidade e nos balanços sociais, documentos exigidos pela Comissão Mista de Certificação - CMC de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa.

¹ **Art. 3º** A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso tornará pública a relação das empresas que apresentarem o Balanço Social, nos termos da lei, outorgando-lhes Certificado de Responsabilidade Social – MT.

Parágrafo único O Certificado de Responsabilidade Social – MT, de que trata o caput deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual, onde serão divulgados os resultados.

² **Art. 1º** Fica instituído o Certificado de Responsabilidade Social – MT a ser conferido, anualmente pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, às empresas, órgãos públicos e demais entidades com sede no Mato Grosso que apresentarem seu Balanço Social do exercício anterior.

A contextualização e concepção da RSE pautaram-se em uma literatura diversificada composta por autores pró-RSE, como os da Administração, e pelos posicionamentos de instituições especializadas como o Instituto Ethos, Grupo de Institutos e Fundações Empresariais – GIFE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, dentre outros que evidenciaram o que vem a ser a RSE.

Também foram estudados autores de tradição marxista que elucidaram o caminho dos determinantes históricos, considerados como pontos culminantes que levaram a esse momento de consolidação do discurso de RSE. A atenção maior recai sobre a reestruturação produtiva, crise do Welfare State e a ofensiva neoliberal que proclamou a retirada do Estado por sua possível ineficiência, mesmo que isso custasse o preço do desmonte de direitos outrora conquistados em resposta à questão social.

Em nosso entender, a RSE trata basicamente da gestão dos recursos naturais e das pessoas, particularmente gerenciando a pobreza a fim de que se mantenha o Modo de Produção Capitalista – MPC o maior tempo possível. Na afirmação de preocupação com o desenvolvimento sustentável, que é a preservação dos recursos naturais para a geração futura, vê-se na verdade, inserida a manutenção da ordem posta para que nas gerações futuras o capitalista continue sendo o dono desses recursos, bem como da força de trabalho que transforma os mesmos em mercadoria.

A RSE consegue agregar valor à empresa porque a aceitação desse discurso de empresa benevolente, preocupada com o meio ambiente, com o bem estar do trabalhador e com os problemas sociais da comunidade acrescenta às empresas ganhos consideráveis tais como: *“valor agregado à imagem da empresa; consciência coletiva interna da participação em causas sociais; formação de novos líderes e maximização dos recursos disponíveis na empresa.”* (MARTINELLI, 1997).

As vantagens competitivas encontradas pelas organizações privadas ao desenvolverem práticas sociais abrangem o *“aumento na produtividade e competitividade, melhoria na imagem institucional junto à comunidade e no relacionamento cliente-empresa”*. (TEODÓSIO, 2001).

Apoiando-nos em Gomes (2005) é possível saber que uma experiência pioneira a respeito da RSE data do século XVIII, na qual o industrial e *sociólogo inglês Robert Owen propunha uma relação mais solidária entre capital e trabalho*. Esta não encontrou acolhida entre os empresários da época e trouxe perseguição ao seu proponente por ter suas ideias julgadas como comunistas.

Gomes (2005) nos mostra ainda que a RSE contém em sua composição traços que vão muito além do discurso ou da retórica e são preenchidos por elementos ideológicos de dominação, exaltando um valor moral na preservação do ambiente e ações pontuais assistencialistas.

Não coincidentemente esse assunto ganha destaque no Neoliberalismo por trazer em seu bojo o discurso de ineficiência do Estado para justificar a sua diminuição; além da garantia de “cidadania” pelas empresas que são a personificação do capital e responsabilização do indivíduo pelas adversidades a que possa ser submetido.

O Instituto Ethos³, fundado em 1998 conforme seu estatuto social apresenta o conceito de responsabilidade social como:

[...] a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2011)

O Ibase “é uma organização da sociedade civil fundada em 1981 por, entre outros, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e tem como objetivo a radicalização da democracia e a afirmação de uma cidadania ativa” (IBASE, 2011).

Dentre outras ações, o Ibase preocupou-se em criar, divulgar e estabelecer uma campanha para a utilização de um modelo de Balanço Social no Brasil, sendo este um demonstrativo que expressa as ações voltadas para a responsabilidade socioambiental das empresas.

Assim como o Ethos, o Ibase tem em seus fundamentos uma preocupação com a redução do Estado e valoração do mercado como se pode destacar:

“Há uma grande disputa por novos modelos de desenvolvimento, produção e consumo; pressão pela saída do Estado de setores tradicionais de atuação e regulação; e reafirmação dos valores liberais e de mercado”. (TORRES & MANSUR, 2008, p.17)

[...] As enormes carências e desigualdades existentes no país, aliadas às deficiências crônicas do Estado no atendimento das demandas sociais, conferem maior relevância à responsabilidade social empresarial (RSE). (ETHOS, 2011)

Segundo o Ibase, o modelo de balanço social é amplamente utilizado pelas empresas no Brasil e “constitui-se de uma planilha composta prioritariamente por indicadores quantitativos referentes às informações e aos dados sobre investimentos financeiros, sociais e ambientais.” (TORRES & MANSUR, 2008, p.24).

³ [...] uma associação, sem fins lucrativos, destinada a mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa. (Art. 1º - Estatuto Social ETHOS – disponível em www3.ethos.org.br).

O Gife, criado como grupo informal em 1989, “*é uma rede sem fins lucrativos que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que investem em projetos com finalidade pública*” (GIFE, 2011).

As proposições defendidas pelo GIFE têm estreita relação com as propostas apresentadas na década de 1990 por Luiz Carlos Bresser Pereira, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado-MARE no governo de Fernando Henrique Cardoso. O ministro detém-se longamente em fundamentar a questão “do público não estatal”, ou seja, algo pode ser público sem ser, entretanto, do Estado.

A concepção de público não estatal vem associada a outras discussões como: a crise fiscal; a necessidade de fortalecer a *governança e governabilidade* do Estado; a desregulamentação e a cessão para iniciativa privada dos setores produtivos. O controle do Estado seria feito, sempre que possível, pelos mecanismos de mercado dentro de uma ordem que Bresser define, como leque dos mecanismos de controle.

O espaço público é mais amplo do que o estatal, já que pode ser estatal ou não estatal. É público o espaço que é de todos e para todos. É estatal uma forma específica de espaço ou de propriedade pública: aquela que faz parte do Estado. É privada a propriedade que se volta para o lucro ou para o consumo dos indivíduos ou dos grupos. Em princípio todas as organizações sem fins lucrativos são ou devem ser organizações públicas não-estatais. (CADERNOS DO MARE, 1997, p. 27-29)

Possivelmente o ponto mais importante para a definição do público não estatal trata da demarcação dos limites de atuação do Estado, que passou por um processo de privatização com a terceirização – uma espécie de ‘privatização indireta’ com a eliminação e fragmentação de carreiras públicas e transferência das atividades do Estado para iniciativa privada e para as organizações públicas não estatais, o chamado terceiro setor.

Assim, são dadas ao mercado as ‘atividades meio’ situadas *entre as atividades exclusivas de Estado e as de produção de bens e serviços para o mercado*, as quais não seriam mais desenvolvidas somente por este, mas também não poderiam ser só desenvolvidas pela iniciativa privada, considerando serem *subsidiadas pelo Estado e contarem com doações voluntárias da sociedade*.

[...] a reforma do Estado nesta área não implica em privatização, mas em publicização – ou seja, em transferência para o setor público não estatal. A palavra publicização foi criada para distinguir este processo de reforma do de privatização.

No Brasil, o programa de publicização em curso prevê a transformação desses serviços em organizações sociais – uma entidade pública de direito privado que celebra um contrato de gestão com o Estado e assim é financiada parcial ou mesmo totalmente pelo orçamento público. (CADERNOS DO MARE, 1997, p. 27-29)

Nesse sentido as atividades exclusivas do Estado seriam pouquíssimas, basicamente formando um alto escalão de funcionários para atuar diretamente *na formulação da política*. As funções do mercado de produção e circulação de mercadorias deveriam permanecer intocadas pelo Estado. O ponto essencial seria definir como alargar a fatia do mercado, cedendo ao mesmo todas as áreas de retorno econômico onde o Estado pudesse atuar sob o argumento da necessidade de competitividade e eficiência, possíveis só no mercado.

[...] uma série de atividades na área social e científica que não lhe são exclusivas, [...] Pelo contrário, estas são atividades competitivas, que podem ser controladas não apenas através da administração pública gerencial, mas também e principalmente através do controle social e da constituição de quase-mercados. (CADERNOS DO MARE 1, 1997)

Os cadernos do MARE são incisivos quanto a tornar o Estado mais eficiente dentro de uma lógica mercantilista, apresentando um cidadão-cliente que foi induzido, seduzido, ludibriado a crer que é muito melhor a ‘qualidade total’. Esta é altamente questionável porque não possui caráter universal, considerando quantas pessoas venham a ser atendidas por determinado serviço público que, nessa nova concepção de Estado, será oferecido por instituições privadas das mais variadas: Oscips, Ongs, Fundações, Associações, dentre outras.

É o discurso da eficiência, que, embora não concretizado em áreas importantes onde o Estado atuava antes, como saúde e educação, foi valorizado por meio dos cadernos do MARE e dos artigos publicados em veículos de comunicação de massa, pelo já citado ministro e pela própria equipe que elaborou os cadernos.

Houve e ainda existe a utilização de toda a mídia com campanhas publicitárias de “abaixo o Estado ineficiente”, inchado de funcionários e ‘regalias para seus servidores’, sendo estes os que levaram sobre si o ônus dessa mudança, seja pela perda de direitos conquistados há muito tempo com grandes lutas, seja pelo desgaste da imagem do servidor público feito pelo próprio governo.

Essa situação de contrarreforma do Estado Brasileiro elucida como as ideias neoliberais presentes nesta são a base perfeita para a concepção, formatação e consolidação do discurso de RSE.

Na RSE as empresas aparecem até mesmo como agente de cidadania, entretanto, a cidadania apresentada na RSE não passa de uma forma de filantropia renovada e da

abertura e manutenção de mercados. Assim a cidadania empresarial constitui-se num elemento da democracia de mercados⁴ vivenciada no neoliberalismo.

No entanto, a concepção de cidadania apresentada por Couto (2008) e Carvalho (2008) é relativa à garantia por meio da Política Social da universalização dos direitos civis, políticos e sociais como condição de cidadania plena.

Coutinho (2008) nos traz que:

“a cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado”. (COUTINHO, 2008, p. 50)

Evidencia-se que a concepção de cidadania preconizada pelas empresas na RSE e as concepções apresentadas pelos autores são diversas. Mesmo entendendo o caráter contraditório e reformista da cidadania, possível num cenário de reforma burguesa que não pressupõe luta de classes ou ruptura com o capitalismo, considera-se que não é possível entender cidadania como uma benesse concedida pelas empresas, mas uma conquista dos trabalhadores pela realidade objetiva do capital, ainda que limitada, e que passa pela necessidade de efetivação por meio do ordenamento jurídico presente no Estado, além das condições socioeconômicas.

A cidadania empresarial não está preocupada que o indivíduo, ou com todos como nos trouxe Coutinho (2008), se aproprie dos bens socialmente criados e tenha uma realização humana. A cidadania empresarial é um mecanismo que serve ao mercado e por isso volta-se à manutenção da ordem posta pelo sistema, aumentando a cada dia o trabalho não pago por meio de expedientes como o autoatendimento, empreendedorismo, trabalho voluntário e outras formas que visam maquiar a exploração, negação e retirada de direitos.

A expressão cidadania empresarial é muito utilizada para demonstrar o envolvimento da empresa em programas sociais de participação comunitária por meio do incentivo ao trabalho voluntário [...] de parcerias com associações ou fundações e do investimento em projetos sociais nas áreas de saúde, educação e meio ambiente (TENÓRIO 2004, p.29-30).

É latente nos discursos das organizações e dos autores defensores da RSE um retrocesso à Política Social, uma despolitização da mesma, tirando do Estado a responsabilidade de proteger o trabalhador, agindo novamente na base do

⁴ Sobre a democracia de mercados temos: O “novo mundo” que se descortina perante nós “apresenta imensas oportunidades” para avançar no sentido de “consolidar a vitória da democracia dos mercados abertos” (CHOMSKY, 2007, p. 7).

assistencialismo. Isto favorece o cenário perfeito para o desmonte dos direitos e para a premiação do capital pelo Estado provendo as mais diversas certificações à beneficência empresarial.

Essa situação é ratificada nas propostas essenciais do GIFE:

Investimento social privado é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público.

Incluem-se neste universo as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias, comunidades ou indivíduos. [...] O Investimento Social Privado pode ser alavancado por meio de incentivos fiscais concedidos pelo poder público e também pela alocação de recursos não-financeiros e intangíveis (Censo GIFE, 2009-2011).

Sendo assim, volta-se à utilização das redes de proteção tradicional do passado, devolvendo à família, à comunidade e ao indivíduo a responsabilidade por suas necessidades, ocultando o fato destas consistirem em consequências do próprio MPC e da retirada gradual e efetiva do Estado da realização da Política Social.

O objeto da pesquisa são as ações de Responsabilidade Social Empresarial – RSE desenvolvidas pelas empresas em Mato Grosso para o trabalhador.

Pensar sobre a efetividade da RSE nos induz a conhecer as ações de RSE e analisar como naquelas voltadas para o trabalhador estão presentes as transformações do mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva.

Nesse sentido, foi realizada uma reflexão sobre essas transformações a partir da reestruturação produtiva e da imposição do ideário neoliberal, considerado como outra ofensiva intensa do capital após o período de leve trégua ocorrido no Welfare State.

A redução do Estado faz parte dessa nova ofensiva do capital, o que trouxe, dentre outras consequências: a precarização do trabalho, o aumento do desemprego estrutural, a flexibilidade das leis trabalhistas, novos modelos de contrato de trabalho como a terceirização, a informalidade e novas formas de extração de mais-valia-relativa por meio da intensificação do trabalho.

Diversas estratégias são utilizadas para legitimar conceitos que fortaleçam ideias da ineficiência e ineficácia do Estado, da responsabilização do indivíduo por suas necessidades e do papel das empresas como capazes de realizar cidadania, as chamadas ‘empresas cidadãs’.

É nesse contexto de redução de direitos sociais, voltado para a responsabilização individual como parte do receituário neoliberal que discursos como o do Terceiro Setor e da RSE têm encontrado terreno fértil para se propagarem e servirem aos interesses do capital e despolitizarem a Política Social.

A sociedade civil está sendo levada a fazer parte dessas proposições que passam pela ideia de voluntariado, com forte apelo moral por meio de ações do Terceiro Setor, do Governo e principalmente das empresas que tem seus 'projetos sociais' revertidos em mais lucros, quer seja pela redução de despesas ou pelo aumento das receitas. Contabilmente falando, este lucro se efetiva pelo trabalho não pago dos empregados voluntários, incentivos fiscais, contratos de gestão e pelo aumento das vendas de produtos de empresas 'socialmente responsáveis'.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva apresentam forte predominância da precarização, intensificação do trabalho e redução da renda através de novas formas de exploração e extração de mais-valia, colocando o trabalhador no epicentro da crise do sistema tida por muitos autores como longa e estrutural. Nesse cenário é que alternativas que fazem parte da redução do Estado e mercantilização da Política Social como a Responsabilidade Social Empresarial se consolidam.

Faz parte do discurso de RSE a prática de formação de uma classe trabalhadora que está acessível ao novo formato de trabalhador, necessário nesse momento em que predomina a crise do modelo fordista-taylorista⁵ juntamente com a ascensão e o fortalecimento do modelo de reestruturação produtiva e acumulação flexível⁶.

O perfil de trabalhador para atender essa nova conjuntura é aquele que está suscetível à polivalência, multifuncionalidade, submissão à perda de direitos trabalhistas e postos de trabalho protegido em defesa do discurso de terceirização, privatização do setor público, voluntariado e informalidade sob a roupagem do empreendedorismo.

Diante de todas essas novas formas da relação de trabalho, vê-se que o discurso da RSE em nada se propõe ao rompimento com a lógica que permeia a gênese do sistema capitalista e sua existência, ou seja, a expropriação do trabalho e o aumento da acumulação indiferente de quais sejam os métodos utilizados para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, aumento das taxas de lucro.

A relevância desse estudo pauta-se em buscar conhecer como são tratadas as questões relacionadas ao trabalho nas ações de Responsabilidade Social, particularmente

⁵ *No taylorismo a ideia era subdividir ao extremo diferentes atividades em tarefas tão simples quanto esboços de gestos, passando então a medir a duração de cada movimento com um cronômetro, o resultado seria a determinação do tempo "real" gasto para se realizar cada operação. Já a ideia básica do fordismo era a padronização dos produtos e fabricação numa escala imensa, de ordem de centenas ou milhares por dia, com objetivo de reduzir os custos de produção contrabalançando com o aumento do consumo e com isso aumento de lucros (PINTO, 2007, p.22-30).*

⁶ *Ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido e não o contrário [...] O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque) (ANTUNES, 1999, p.26).*

quanto à precarização do trabalho, num contexto de transformações do mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva e neoliberalismo.

Assim, nessa pesquisa busca-se conhecer:

Como as transformações no mundo do trabalho ocorridas a partir da reestruturação produtiva estão presentes nas ações de RSE de empresas em Mato Grosso?

O objetivo geral da pesquisa é analisar como as ações de RSE de empresas em Mato Grosso se relacionam com as transformações do mundo do trabalho ocorridas a partir da reestruturação produtiva.

Há ainda os objetivos específicos, a saber:

- a) Conhecer as ações de Responsabilidade Social Empresarial, realizadas por empresas em Mato Grosso;
- b) Averiguar as ações de RSE voltadas para o trabalhador;
- c) Distinguir os beneficiários da RSE das empresas;
- d) Identificar o financiamento das ações de RSE;
- e) Evidenciar elementos da precarização do trabalho;

A proposta metodológica consiste em uma pesquisa exploratória e crítica no sentido de desvelar o objeto na perspectiva de sua totalidade.

O instrumental utilizado consistiu em uma pesquisa documental e uma entrevista com um dos membros da Comissão Mista de Certificação⁷ - CMC. A necessidade da utilização da entrevista surgiu no próprio processo de coleta de documentos, pois apareceram algumas dúvidas a respeito do processo de certificação que foram esclarecidas com a entrevista e contribuíram para o fortalecimento da análise

O percurso da pesquisa, já fundamentado no referencial bibliográfico utilizado até esse momento, começou com o conhecimento e apreciação da Lei 7687/2002 que levou aos passos posteriores:

- I. Verificação das instituições certificadas divulgadas na lista da Assembleia Legislativa publicada no site institucional do órgão;
- II. Agendamento por meio de ofício à Assembleia para realização da coleta de documentos;
- III. Realização de entrevista com um dos membros da Comissão Mista de Certificação - CMC;
- IV. Organização e leitura dos documentos;

⁷ **Art. 5º** A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta lei, constituirá uma comissão mista, composta por: um representante da Assembleia Legislativa, um representante da classe contábil, um representante do comércio, um representante da indústria, representantes das ONGs, sendo um por seguimento para análise da responsabilidade social das empresas, organizações não governamentais e órgãos públicos.

- V. Elaboração de planilhas e gráficos para auxiliarem na análise;
- VI. Elaboração da redação do resultado da análise. (levar para a introdução)

O processo da pesquisa de campo iniciou-se com a análise da lista das instituições certificadas com o Certificado de Responsabilidade Social no período de 2006 a 2011, conforme divulgação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Nessa lista apenas 33 (trinta e três) são empresas e é sobre estas que está nosso interesse de pesquisa

De posse do conhecimento dessa lista, foram estabelecidos alguns critérios para definir uma amostra do universo de pesquisa, a saber:

- 1 Empresas com maior tempo de certificação, considerando esse tempo como cinco a seis anos;
- 2 Empresas de médio e grande porte, assim identificadas nos balanços sociais;
- 3 Empresas que tenham ações voltadas para o trabalhador expressas em seu Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade;

Um último filtro estabelecido foi que não seriam pesquisadas:

- 1 Empresas com a forma jurídica de cooperativa;
- 2 Empresas do ramo educacional.

Após a utilização desses critérios, restaram seis empresas, a saber: Açofer Indústria e Comércio Ltda., Grupo André Maggi, Grupo Cometa – Motos Mato Grosso Ltda., Refrigerantes Marajá S/A, Supermercados Modelo Ltda. e Usinas Itamarati S/A.

Após a definição das empresas a serem pesquisadas, decidimos por realizar a análise das ações de RSE destas por meio da pesquisa documental, a qual foi realizada na Assembléia Legislativa.

Assim, foi agendado um cronograma de pesquisa documental com membros da Comissão de Avaliação dos Balanços Sociais da Assembléia Legislativa, de acordo com o permitido pelo órgão, além de uma entrevista com um dos membros da Comissão a fim de somar à pesquisa informações relevantes.

O percurso da pesquisa documental aliado às informações colhidas da entrevista conduziu a alguns resultados que foram relacionados ao referencial teórico, a fim de considerar os resultados das ações de RSE das empresas em Mato Grosso e a relação com as transformações do mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva.

Para diferenciarmos as citações referentes aos relatórios de sustentabilidade ou balanço social das empresas das citações da entrevista realizada na Assembleia Legislativa, estabelecemos uma codificação que será utilizada ao referir-se às empresas ou à entrevista, conforme segue:

1. Relatório de Sustentabilidade da empresa 1 – Relatório E1;
2. Relatório de Sustentabilidade da empresa 2 – Relatório E2;
3. Relatório de Sustentabilidade da empresa 3 – Relatório E3;

4. Relatório de Sustentabilidade da empresa 4 – Relatório E4;
5. Relatório de Sustentabilidade da empresa 5 – Relatório E5;
6. Relatório de Sustentabilidade da empresa 6 – Relatório E6;
7. Balanço Social da empresa 1 – Balanço E1;
8. Balanço Social da empresa 1 – Balanço E2;
9. Balanço Social da empresa 1 – Balanço E3;
10. Balanço Social da empresa 1 – Balanço E4;
11. Balanço Social da empresa 1 – Balanço E5;
12. Balanço Social da empresa 1 – Balanço E6;
13. Entrevista com membro da Comissão Mista de Certificação – ETMC.

Nas visitas à Assembleia para coleta de documentos, no primeiro momento foram selecionados os balanços sociais e relatórios de sustentabilidade impressos disponíveis no local, considerando que devido às dificuldades da organização dos mesmos não foram encontrados relatórios de sustentabilidade referentes a todos os anos. Desta forma, trabalhou-se de forma aleatória quanto aos relatórios utilizando aqueles que foram disponibilizados. No entanto, a ausência de alguns relatórios de sustentabilidade não comprometeu o processo da pesquisa porque estes são, em sua maioria, repetitivos e preservam muitas vezes até o mesmo modelo estético.

Quanto aos balanços, não se obteve acesso apenas a três documentos, um da Açofer referente à certificação de 2006, um do Grupo Cometa referente à certificação de 2011 e um das Usinas Itamarati referente à certificação de 2007. Isso também não prejudicou a análise, pois como o balanço social é um demonstrativo que contempla dois exercícios financeiros, as informações de todos os anos foram contempladas. Sendo assim, pesquisou-se um total de 29 (vinte e nove) balanços sociais dentre os 32 (trinta e dois) possíveis, contemplando 07 (sete) exercícios financeiros.

No cumprimento da agenda de coleta dos documentos na Assembleia Legislativa foi possível observar que há muita dificuldade para a realização da certificação, pois como todos os membros da CMC são voluntários o trabalho de sistematizar, divulgar, organizar seminários e arquivar os documentos é feito por apenas dois servidores da Assembleia, os quais não lidam exclusivamente com os assuntos relacionados à RSE pois executam outros trabalhos que são de sua atribuição.

Essa sobrecarga pôde ser percebida quanto à organização do material disponibilizado, o qual justamente estava sendo organizado para ser enviado ao Instituto Memória da Assembleia Legislativa. Entretanto, registre-se que diante das circunstâncias aqui expressas houve um excelente acompanhamento por parte dos servidores no processo de coleta de dados.

A organização dos documentos coletados na Assembléia constituiu-se numa etapa importante que levou à separação em pastas individuais, seguida de uma leitura criteriosa dos mesmos para o levantamento de dados quantitativos e qualitativos. Esses dados foram alocados em planilhas para facilitar a visibilidade de assuntos recorrentes e relevantes à pesquisa, bem como na comparação em momentos oportunos.

Foram utilizados fichamentos dos relatórios e análises dos dados dos balanços, destacando alguns trechos que serão utilizados neste estudo e evidenciarão as transformações do mundo do trabalho no contexto da reestruturação produtiva presentes na RSE das empresas em Mato Grosso.

Assim, o material foi organizado buscando verificar os documentos de modo analítico, com o propósito de torná-los inteligíveis e encontrar elementos que norteassem os resultados desta pesquisa.

A estrutura da dissertação constituiu-se de três seções divididas em três subseções cada, além dos demais elementos pré e pós-textuais. As seções foram configuradas na seguinte ordem:

- I. Na primeira seção estão os assuntos considerados determinantes históricos da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil e no mundo, a saber: reestruturação produtiva, neoliberalismo e contrarreforma do Estado brasileiro na década de 1990.
- II. Na segunda seção apresenta-se a contextualização histórica da RSE, trazendo concepções da mesma e os seguintes mecanismos de legitimação da RSE: Balanço Social e Marketing Socioambiental.
- III. Na terceira e última seção apresenta-se a legislação como um último mecanismo de legitimação de competência do Estado, além das realidades sociohistóricas de Mato Grosso e os resultados da análise da pesquisa das ações de Responsabilidade Social Empresarial de empresas em Mato Grosso.

Acreditamos que essa pesquisa possa contribuir em evidenciar que elementos como novas roupagens da filantropia e novos discursos de brandura do capital como o da RSE não possuem nenhuma relação com propostas de mudança do sistema, mas estão comprometidas com a manutenção do mesmo e da ordem posta, preservando o trabalhador na condição de cooptado e de expropriado por parte do capital.

SEÇÃO I – DETERMINANTES HISTÓRICOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Wood (2006) apresenta um olhar crítico sobre o capitalismo:

Não existe um capitalismo governado pelo poder popular, não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, não há capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas de vida. “Um capitalismo humano, ‘social’, verdadeiramente democrático e equitativo é mais irreal e utópico que o socialismo”. O capitalismo é antitético [...] porque a condição insuperável de existência do capitalismo é o fato de a mais básica das condições de vida ter de se submeter aos ditames da acumulação de capital e as “leis” do mercado (WOOD, 2006).

Partindo do mesmo entendimento de Wood, apresenta-se que o discurso da RSE não está deslocado da realidade das transformações históricas, ainda que alguns queiram apresentá-la como algo inteiramente novo e propenso a ser um diferencial quanto à solução dos problemas socioambientais. Nesse sentido, a RSE não é algo dissociado da dinâmica ocorrida no MPC, particularmente a partir dos últimos acontecimentos do século XX e início do século XXI. Pelo contrário, esse discurso insurge num momento pós-crise do modelo do Estado de Bem Estar Social atrelado ao advento do neoliberalismo, reestruturação produtiva, discussões sobre a questão social e centralidade do trabalho.

Sendo assim, considerando que o discurso de RSE traz consigo as imbricações dessa nova configuração mundial, esta seção traz apontamentos sobre esses acontecimentos e transformações de crivo sócio-político e econômico, considerando-os como determinantes históricos da ascensão e consolidação da RSE.

1.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Refletir sobre as diversas transformações do mundo do trabalho, em tempos de queda do modelo do Welfare State e imposição da hegemonia neoliberal, faz lembrar o que tem sido a luta inserida no MPC entre o trabalhador e o capital, o que já bem ilustrava Engels (2008) naquilo que denominou como *guerra social*.

Em “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, Engels (2008) retrata a face do MPC para o trabalhador em suas condições extremas de miséria, desalentadoras e desanimadoras na qual a esperança de vida com dignidade é quase nula, restando no máximo a opção de sobreviver. O autor apresenta que a luta, a resistência contra os efeitos nefastos do MPC e às condições desse sistema em evolução é um retrato do que ele

chamou de “*guerra social*”, e seu espanto em relação a tudo isso pode ser evidenciado conforme segue:

Em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei; e tudo isso tão despidorada e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais [...]. (ENGELS 2008, p.68-69)

E como bem nos demonstrou Marx (1971), desvendando a resposta que os economistas clássicos não conseguiam dar sobre a origem do lucro, esse vetor que mantém o sistema capitalista, ou seja, esse acréscimo que adquire o capitalista e que faz aumentar seu capital advém da exploração, do trabalho não pago, do excedente do trabalho socialmente necessário e da extração da mais-valia que se expressa no valor da mercadoria e não na utilidade da mesma.

Trazer os clássicos nesse momento é como permitir um choque de realidade em que fosse possível observar que em tempos de ideologia neoliberal, sob a base da retirada gradual do Estado, a mão forte do mercado, invisível só na teoria da lei de oferta e demanda, tem levado o trabalhador a extremos de miserabilidade como outrora, e o que é pior, ocultado não só pelos processos de produção, mas sob a ofuscação e brilho da mídia, da educação, da tecnologia, da legislação pró-capital, dentre outros expedientes.

Num momento em que se discute também a crise da centralidade do trabalho, alguns autores defendem a tese do fim do trabalho, como Rifkin (1996), apesar de se saber que isso não é possível numa economia capitalista, pois como bem nos elucidou a teoria marxiana, só o trabalho vivo é que pode gerar valor. Sendo assim o capitalista irá reduzi-lo ao máximo, mas não a ponto de eliminá-lo.

Assim, nos relata Antunes (2007):

Como o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado ao maquinário tecnocientífico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido (ANTUNES 2007, p.58 e p.160).

Vê-se que a discussão sobre os fatos do avanço tecnológico e das novas formas de gerenciamento do trabalho em tempos de reestruturação produtiva seriam a força motriz do fim do trabalho e do surgimento de uma nova era pós-mercado, onde trabalhadores desqualificados seriam substituídos por máquinas, sem a possibilidade de reabsorção pelo

mercado que justificaria sua tese do fim do trabalho. [...] *“una gran parte de la gente que es substituída por las nuevas tecnologias de la información y de las telecomunicaciones no estará em condiciones o no dispondrá de la capacidade necessaria para ser reeducados.”* (RIFKIN, 1996, p.60).

Muitos dos fenômenos hoje observados no sistema capitalista têm sua origem na decisão do grande capital em extrair o valor fora de suas fronteiras nacionais. (COSTA, 2008, p.109). A planta de produção hoje é totalmente fragmentada, onde cada peça pode ser produzida em um país diferente e no final montadas em um determinado lugar e acrescentado à marca no produto, que depois realiza a *mais valia* na distribuição também extrafronteira.

É um momento em que se pode evidenciar mais ainda que o objeto do seu trabalho é totalmente estranho para o trabalhador, isso sem contar que o mesmo dificilmente terá oportunidade de usufruir do objeto produzido. Em tempos de reestruturação produtiva vê-se ainda mais a lógica capitalista da apropriação do resultado do trabalho por outro que não seja o trabalhador que, ao contrário, é privado disso. Nesse sentido, bem nos expressa Antunes (2004):

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, [...], então isto só é possível por [...] pertencer a um outro homem fora o trabalhador. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição de um outro e alegria de viver de um outro. A economia nacional parte do trabalho como propriamente a alma da produção, e, apesar disso, nada concede ao trabalho, e tudo à propriedade privada (ANTUNES 2004, p.188 e p.191).

Isto denota a busca de novas formas da extração de mais valia, particularmente a mais valia relativa, por meio da intensificação⁸ do trabalho presente na reestruturação produtiva em tempos de desnacionalização, enfraquecimento do Estado e produção num sistema globalizado de plantas espalhadas por diversos lugares do planeta.

A intensificação do trabalho nesse momento se dá por meio de toda a revolução tecnológica e também pelo uso de inovações gerenciais que reorganizam o trabalho, particularmente extinguindo postos de trabalho nas situações em que o mesmo trabalhador passa a desempenhar diversas funções. Isso sem contar aqueles que além da diversificação de funções dentro da própria empresa, ainda executam extratrabalho que outrora eram realizados por outros ramos de atividade, como o caso por exemplo da caixa do supermercado que se torna empacotadora, atendente de ‘feirinha’ e correspondente bancário, recebendo faturas, realizando pequenos saques entre outras atividades. (ROSSO, 2008).

⁸ *Intensificar é exigir mais trabalhos e resultados superiores no mesmo espaço de tempo. Significa, portanto, aumentar a exploração do trabalho (ROSSO, 2008, p.45).*

Do ponto de vista da relação capital-trabalho, a reestruturação produtiva desestabilizou temporariamente a organização operária no interior das fábricas, não só em função da terceirização, mas especialmente em consequência de uma série de inovações organizacionais mediante nova gestão da mão-de-obra, tais como os círculos de controle de qualidade, células de produção, metas de produção, banco de horas, entre outros. Ao precarizar e intensificar o trabalho a nova gestão dificulta ou manipula a atividade sindical e tornar o salário flexível mediante metas de produção e participação nos lucros, provocando um duro golpe na organização dos trabalhadores, muito embora este fenômeno tenha se verificado em todos os períodos de grandes mudanças tecnológicas (COSTA, 2008, p.113).

Antunes (2010) aborda algumas especificidades sobre a reestruturação produtiva ou Toyotismo, entendendo que a década de 1970, após o primeiro choque do petróleo, pode ser considerada como possível marco histórico de reflexão de que o modelo fordista-taylorista não se adequava mais a um tempo de recessão no capitalismo, havendo a necessidade da busca de um novo padrão de produção que otimizasse os fluxos de trabalho, reduzisse o tempo de espera, eliminasse estoques desnecessários e aumentasse a produtividade dos trabalhadores, garantindo o aumento da taxa de extração de mais-valia e a elevação da taxa de lucro.

Esse novo sistema é desenvolvido inicialmente pelo engenheiro Taiichi Ohno no Japão no grupo Toyota, através da análise dos prováveis desperdícios dos funcionários na produção e a formulação de um novo modelo de trabalho que visava eliminar a zero quaisquer movimentos no trabalho que não gerassem valor, buscando assim, segundo Ohno, o alcance máximo de eficiência.

É possível ver em ROSSO (2008, p.64) que há até mesmo certo orgulho do engenheiro ao relatar que os primeiros passos para a efetivação desse novo sistema foram demissões em massa e o endurecimento contra o sindicato, que buscou por meio das greves resistir à essa mudança. Para Ohno a culpa do colapso do sistema fordista foi dos sindicatos da época, por isso nessa nova proposta o ideal é que a fábrica crie seu próprio sindicato.

A produção não mais ditará a demanda e sim a demanda ditará a produção, o que implica dizer que se trabalha com estoque zero. Isto é facilmente evidenciado hoje quando se quer comprar, por exemplo, móveis, eletrodomésticos, veículos, entre outros produtos, pois as lojas possuem apenas o mostruário e submetem então o cliente à espera para entrega, que pode ser de 7 a 30 dias ou mais, dependendo do produto procurado.

Isso significa dizer que no mundo do trabalho a insegurança quanto ao emprego tende a crescer, enquanto a intensificação por meio da flexibilização de horários e demissões sempre que necessárias são facilmente justificadas, pois ao aumentar a

demanda os trabalhadores aumentam então a jornada ou fazem-se novas contratações. O inverso também é acontece.

Em Beaud (1987), temos que:

Assim, o ônus da fase atual da crise — que é, nos países industrializados, arcado pelos desempregados (8 a 12% das populações ativas) e, em primeiro lugar, pelas gerações ascendentes (submetidas ao desemprego, à precarização e amiúde à desregulamentação) — é, em sua maior parte, arcado pelos produtores dos países do Terceiro Mundo: agricultores e assalariados, e, além deles, pelos trabalhadores dos setores informais, os sem emprego, os desarraigados do Sul: em resumo, os mais pobres dos países pobres (BEAUD, 1987, p.388).

Ademais dessas situações, as particularidades desse novo modelo dizem respeito à polivalência dos trabalhadores que deverão operar diversas máquinas ao mesmo tempo, as quais apresentam diversas funções. Há também o incremento da mecanização e informatização, além da vigilância constante por meio dos sistemas de monitoramento por câmeras que permitem vigiar o trabalhador com o objetivo de eliminar o tempo de trabalho morto. Assim a produção é ditada pelo consumo e se estabelece na utilização do *just-in-time*⁹, da utilização do *kanban*¹⁰, dos círculos de controle de qualidade – CCQs¹¹ e das células de produção¹² ou trabalho em equipe.

Os desmontes no mundo do trabalho introduzidos pelo Neoliberalismo e pela reestruturação produtiva trouxeram como consequências, segundo Soares (2002, p.51), “o agravamento do desemprego estrutural por meio do desemprego aberto, o aumento da informalidade e a inserção em serviços precários, acarretando o aumento de atividades de baixa produtividade e a desigualdade na distribuição da renda”.

Diante desse quadro, as consequências sociais são: o desemprego crônico à medida que este não é mais circunstancial, conforme as crises do capitalismo, mas longo e estrutural; a precariedade nas relações do trabalho; o achatamento dos salários a níveis tão pequenos a ponto de não serem suficientes à reprodução do trabalhador; isso sem falar no

⁹ *Just-in-time* consiste no “melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque). (ANTUNES, 2007, p. 34).

¹⁰ *Kanban* em sua origem era um simples pedaço de papel que fornecia as informações básicas para o operário – o que produzir, que peça utilizar, para onde encaminhar. Esse sistema cria um fluxo de informações que vai na direção do operário [...] e um segundo que vai na direção da supervisão e do controle do trabalho [...] e permite que o trabalho seja conduzido no ritmo, na velocidade e no padrão desejado (ROSSO, 2008, p. 67-68).

¹¹ CCQs são formados por grupos de trabalhadores que se reúnem (teoricamente de maneira voluntária) para discutir e buscar soluções para os problemas de produção (ANTUNES, 2010, p. 71).

¹² Células de Produção podem ser definidas como um tipo de arranjo físico da produção, em que o maquinário, disposto em linhas ou em forma de U, possibilita a rotação de tarefas (ANTUNES, 2010, p.71).

aumento do *número de sobrantes, ou dos inúteis para o capital* (Castel,1998) os quais sofrerão as consequências sociais mais diversas que vão da violência à fome, da falta de saúde, de habitação, de proteção social até a pobreza extrema.

Ainda que haja uma imposição hegemônica do ideário neoliberal pelo mundo, é necessário mostrar que as refrações sobre a sociedade civil, mais especificamente sobre a classe trabalhadora, alcançam consequências demasiadamente desastrosas em países da América Latina e particularmente no Brasil, considerando a formação histórica dos mesmos.

A desproteção por parte do Estado à figura do trabalhador aliado à tecnologia da informatização e aos novos modelos de gerenciamento concebidos com a reestruturação produtiva, como a vigilância na execução das tarefas por meio de sistemas de informática e o extremo de exploração sob o argumento da multifuncionalidade em prol do aumento da produção, também devem ser levados em conta na contabilização da perda dos postos de trabalho formal, bem como da busca de novas formas de sobrevivência por parte do trabalhador excluído diariamente da rentabilidade do processo de acumulação.

As consequências da escolha do neoliberalismo afetam de forma drástica o mundo do trabalho provocando mudanças na atuação do Estado que abrem espaços à desregulamentação, flexibilização e precarização do trabalho expressas nas novas formas do contrato de trabalho como a terceirização; na informalidade transvestida de empreendedorismo.

Ademais, também existe a intensificação do trabalho dos que conseguem se manter no mercado e o desmonte das carreiras dos servidores públicos, em face do processo devastador de privatizações e fragilização dos sindicatos.

Esse novo trabalhador precisa ser polivalente e multifuncional, mesmo que o fato de desempenhar diversas funções ao mesmo tempo não signifique aumento de sua renda. Ao contrário, o cenário que tem sido desenhado em nossos dias são de transformações no mundo do trabalho, tornando-o mais precarizado e com consequências como o aumento do desemprego, a perda de direitos trabalhistas, a intensificação do trabalho, o aumento de doenças laborais, dentre outras.

O neoliberalismo é o cenário perfeito para que as formas de flexibilização do trabalho como a terceirização ganhem êxito e avancem de modo avassalador, atendendo ao preceito neoliberal da eficácia e da redução de custos, ao mesmo tempo que se introduz no serviço público que já sofreu o estrago das privatizações. Isso leva à fragmentação da classe, num retrocesso histórico que fomenta o enfraquecimento das ferramentas de enfrentamento como a greve.

Gonçalves (2005) incita à reflexão sobre o enxugamento da ação do Estado e as armadilhas no ambiente de trabalho, falseadas pela ideia de trabalho voluntário que

prolonga a jornada de trabalho, enfraquece os sindicatos e constituem uma igualdade irreal entre os países para o cumprimento das normas de Responsabilidade Social Empresarial.

Dentre as falácias incorporadas à RSE, está a ideia de trabalho voluntário, de flexibilização de horários, da mudança de alguns vocábulos para chamar o empregado de “colaborador”, “parceiros de gestão” e membro da “família empresarial”, como se isso amenizasse o peso da exploração do trabalho.

1.2 CRISE DO WELFARE STATE E CONSEQUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO

No período pós Segunda Guerra, diversos países experimentaram um modelo de organização do Estado em que, apesar da prevalência dos interesses do capital, houve significativos avanços nas políticas que combatiam os próprios anacronismos deste modo de produção. Tratava-se do *Welfare State*, considerado por Pereira (2009) como:

[...] uma instituição do século XX, caracterizada por um tipo de relação entre Estado e sociedade, antes inexistente, regida por princípios que, fazendo jus às reivindicações sociais da época, inspiraram os seguintes objetivos e políticas: extensão dos direitos sociais, oferta universal de serviços sociais, preocupação com pleno emprego (PEREIRA, 2009, p.87-88).

O Welfare State pode ser considerado como o período de breve trégua do capital e resposta à questão social, no qual foi evidenciado o atendimento às necessidades sociais acentuadas pelo desenvolvimento capitalista.

Bhering & Boschetti (2008), nos trazem sobre a questão social:

[...] sua gênese está na maneira com que os homens se organizam para produzir num determinado momento histórico, como vimos, o da constituição das relações sociais capitalistas – e que tem continuidade na esfera da reprodução social. [...] sendo a questão social uma inflexão desse processo, trata-se da produção e reprodução – movimentos inseparáveis da totalidade concreta – de condições de vida, de cultura e de produção da riqueza. (BHERING & BOSCHETTI, 2008, p.52)

Netto & Braz (2008) mostram que a questão social é fruto da vigência da lei geral da acumulação capitalista, da qual fazem parte alguns elementos essenciais como o exército de reserva e a polarização entre riqueza exacerbada para o capitalista e pobreza extrema para o trabalhador. “O capital internacionalizado produz a concentração da riqueza, em um pólo social [...] e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social” (IAMAMOTO, 2010, p.111).

Ademais nos chamam a atenção o fato de não se falar em “nova questão social”; admitindo que a questão social pode assumir novas dimensões e expressões, mas permanece a mesma tendo em vista ser *o resultado da lei geral de acumulação*. (NETTO & BRAZ 2008, p.139).

Reafirmando que não houve mudança desde o advento do capitalismo até os nossos dias no tocante a questão social, Pastorini (2010) afirma que a “questão social” contemporânea nas sociedades capitalistas mantém a característica de ser uma expressão das contradições presentes nas relações entre as classes, e entre estas e o Estado.

Sobre a pobreza, trazemos em (NETTO & Braz, 2008):

[...] os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital. A pauperização pode ser absoluta ou relativa. A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: [...] A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, [...] se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total de valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas. (NETTO & Braz, 2008).

A despeito das diferenciações e semelhanças do ‘Estado-Providência, *Welfare State* ou Modelo Keynesiano-Fordista, esse foi o período marcado pela presença da política social em sua forma mais ampla como resposta ao enfrentamento da questão social, sendo esta o resultado daquela que seria a ‘*contradição central*’ ou da *própria gênese do Capitalismo*, “a *contradição entre a produção socializada e a apropriação privada*” (NETTO & BRAZ, 2008, p.167).

Baseando-se em NETTO & BRAZ (2008, p.195), vemos que o período do *Welfare State* denominado por muitos autores como as *três décadas gloriosas* ou *os anos dourados*, apresenta aspectos importantes a serem considerados que permitiram um momento no qual, mesmo com a não superação das crises capitalistas, foi possível sentir uma trégua da voracidade do capital e uma evidente proteção social ao trabalhador, como consequência da intervenção do Estado.

Merece destaque na implementação do *Welfare State* o modelo taylorista/fordista de organização do trabalho e importantes condições, tais como: resultados econômicos com elevadas taxas de lucro, inspiração keynesiana¹³ para a intervenção do Estado, altas taxas

¹³ O Pacto Keynesiano se funda na institucionalização das demandas do trabalho, deslocando o conflito para o interior do Estado. Neste espaço, há uma forte tendência à segmentação das demandas, bem como de tecnocratizar questões econômico-políticas, despolitizando-as. [...] É possível afirmar que o pacto keynesiano é viabilizado a partir de uma situação-limite para o movimento operário: o vácuo das direções nacionais e internacional, com um projeto econômico-político claro e independente; e o corporativismo que decorre daí e remete o movimento ao

de crescimento, crítica e questionamentos à ordem burguesa, fortalecimento da classe trabalhadora e legitimidade dos sindicatos.

Ademais, tem-se a atuação decisiva da União Soviética contra o fascismo e outros países que foram libertos da ocupação nazista, os quais se dispuseram a uma experiência socialista.

Em Reis (2009):

Este modelo de proteção social estava pautado na intervenção estatal e crescimento econômico e se assentava num pacto de classes. Houve neste contexto um fortalecimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos importantes, obrigando à burguesia a “entregar os anéis para não perder os dedos”, como também uma alternativa de outro projeto societário como o movimento socialista, no início do século XX, sobretudo, na União Soviética (Reis, 2009,).

Esse período pode ser considerado o de maiores conquistas para a classe trabalhadora, que sabe se bem foi destituída violentamente de qualquer possibilidade de ser possuidora dos meios de produção desde a origem do capitalismo.

Em Esping-Andersen (1991) existe a discussão sobre a ocorrência de três tipos do *Welfare State*, sendo um caracterizado como liberal, outro tendo base no modelo bismarckiano e o terceiro fundamentado no modelo beveridgiano.

Dentre outras características, o primeiro modelo apresenta políticas focalizadas de assistência, planos modestos de previdência, benefícios restritos à população de baixa renda e critérios rigorosos para acesso aos benefícios.

O modelo bismarckiano identifica-se como sistema de seguros semelhantes aos privados, onde os benefícios cobrem os trabalhadores contribuintes e suas famílias e o acesso é condicionado a uma contribuição anterior direta. Isso implica dizer que é modelo contributivo, corporativo e não universal.

No terceiro e último tipo, de inspiração beveridgiana, os benefícios são desmercadorizantes, universalistas e todas as camadas são incorporadas a um sistema universal de seguros onde há a responsabilidade estatal na manutenção de vida dos cidadãos.

É consenso entre a maioria dos autores que esse último tipo foi o que mais avançou, no sentido da garantia de políticas sociais universais como quesito essencial da Política Social.

Embora não haja um só modelo de *Welfare State*, o fato é que o período de expansão capitalista pós Segunda Guerra Mundial, tem como marco a intervenção estatal

imediatismo dos acordos em torno da produtividade, sobretudo do setor monopolista, sem nenhuma visão da totalidade e da solidariedade e de classe (BEHRING, 1998).

na regulação econômica e social, o que permitiu um avanço na realização efetiva das políticas sociais notoriamente verificados pelo aumento do orçamento social nos países que vivenciaram essa experiência.

Entretanto, se o capitalista vive por e para o lucro, um modelo de Estado como do *Welfare State* que permite à classe trabalhadora legitimidade na sua luta contra o capital, e que ofereça proteção social ao trabalhador e uma melhor distribuição de renda, não poderia ser bem vindo pela classe capitalista.

As lutas e resistências por parte da classe trabalhadora ante a subsumção do trabalho ao capital, exteriorizada e sentida pelo trabalhador na sua condição precária de sobrevivência, nos remete à reflexão de Iamamoto (2008) sobre a questão social em tempos da financeirização do capital.

A autora nos traz:

Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital-mercadoria –, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. (IAMAMOTO, 2008, p.125)

Nesse sentido, o êxito do modelo taylorista/fordista dependia em grande medida da pujança do Estado de Bem-Estar Social, no qual havia crescimento econômico e demanda farta. Porém, com o choque do petróleo em 1973 ficou explícito que o sistema de produção em massa não mais se adequava ao novo cenário de restrições de demanda. A superprodução, os tempos de espera, os transportes desnecessários, os processos de fabricação, os estoques não vendidos eram perdas que não podiam mais ocorrer, levando ao descortinamento de uma nova ofensiva do capital, que é o neoliberalismo. (ROSSO 2008, p.63).

Foi com a crise de acumulação do capital que se instaurou no início da década de 1970 que os pressupostos contidos na proposta política, econômica e ideológica neoliberal ganharam fôlego, tornando-se o principal instrumento da ofensiva do capital na política.

O projeto político embutido na concepção neoliberal tinha como pressuposto desvencilhar o capital das restrições e amarras das concepções keynesianas e socialdemocratas, que se consolidaram nas décadas da “Era de Ouro” do capitalismo. Entretanto, as altas taxas de lucro na fase dourada do pós-guerra faziam com que os neoliberais encontrassem dificuldades para disseminar e implantar seu projeto político, pois não conseguiam colocar suas ideias em um primeiro plano no debate econômico.

De forma indubitável, o neoliberalismo avançou gradativamente em direção ao pensamento único tornando-se vitorioso como a única resposta à crise de acumulação que agonizava o capital. No entanto, a opção por tal resposta não foi, a princípio, fácil de ser adotada, pois esta não era assim tão óbvia, em decorrência do fôlego da experiência socialista.

Temos o Neoliberalismo como uma ideologia com pressupostos baseados na redução do Estado, basicamente em cortes de gastos com o social, na desregulamentação financeira e rompimento das barreiras geopolíticas e na responsabilização da sociedade civil ao atendimento das necessidades sociais. Como bem mostram esses autores, a retirada do Estado com base no discurso de sua ineficiência é um campo perfeito para a ação livre do capitalista na busca de lucros, por meio da financeirização do capital. (NETTO & BRAZ 2008).

Nestas condições, *“o capital financeiro passou a ter a capacidade de auto acrescentar-se durante o dia e a noite, bastando para tanto ajustar os seus negócios ao fuso horário das mais diversas regiões do planeta”* (Costa, 2008, p.31). *“Os rentistas e os possuidores de capital [...] extraem ganhos sobre valores frequentemente imaginários – e só descobrem isso quando, nas crises do ‘mercado financeiro’, papéis que, à noite”,* tinham alto valor, na manhã seguinte passam a valer nada (Netto & Bráz 2008, p.232). Sendo assim, quanto mais se amplia as operações financeiras, mais estas se diversificam fazendo com que os ganhos elevados e rápidos do capital fictício acelerem sua própria retroalimentação (Costa, 2008).

Assim, a financeirização do capital *“[...] deve-se a que as transações financeiras tornaram-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores”*. *“A possibilidade concreta de risco sistêmico na economia mundial [...] se torna ainda maior se levarmos em conta que a massa de mais valia gerada no sistema produtivo é insuficiente para remunerar os sempre crescentes negócios com capitais especulativos”* (Netto & Braz 2008, p.232) (Costa, 2008, p.33).

O marco temporal-histórico do advento do Neoliberalismo é a década de 1970 para os países do capitalismo central e final da década de 1980 para a maioria dos países periféricos. As diretrizes dessa ideologia estão cunhadas no Consenso de Washington¹⁴ e as

¹⁴ **CONSENSO DE WASHINGTON** forma como ficaram conhecidas as conclusões de seminários realizados na capital americana no final da década de 70, que em linhas gerais são as seguintes propostas: “1) estabilização macroeconômica pela adoção de planos monetários que atrelassem as moedas nacionais ao dólar e de políticas monetárias, creditícias e fiscais contracionistas. Um dos pontos centrais seria a questão do ajuste fiscal, que deveria ser obtido por meio de um superávit primário. A reforma dos sistemas de previdência social e a reforma administrativa seriam fundamentais para alcançar essa meta. 2) Introdução de reformas estruturais visando a abertura das economias nacionais, o que implicava reduções de tarifas e desregulamentação dos mercados financeiro e de capitais. 3) Redução da presença do Estado na economia, centrada em um vasto

consequências nefastas dos mesmos expressos no retrocesso das políticas sociais conquistadas no *Welfare State*, voltando essas a serem focalizadas, mercadorizadas e incipientes, afastando-se cada vez do objetivo de universalização da Política Social.

Considerados governantes neoliberais democráticos, pois chegaram ao poder através de eleições, Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos da América lideraram esse projeto que propunha a retirada gradual do Estado de áreas que deveriam ser repassadas ao controle da iniciativa privada. Entretanto, há diferenças importantes para a concretização desses dois Estados neoliberais, decorrentes da realidade histórica e estrutural interna de cada um deles.

Anderson (1995,) afirma que:

[...] o modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo desenvolvido (ANDERSON, 1995, p.12).

Tal qual foi a importância da atuação de Thatcher na Inglaterra, foi a de Reagan nos Estados Unidos da América como disseminador e idealizador do neoliberalismo, ainda que com algumas diferenças na motivação e efetivação da política neoliberal, como bem nos apresenta Anderson (1995):

Nos Estados Unidos, quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão (ANDERSON, 1995, p.12).

Em Netto (2008) vê-se que no período do pós-guerra, os Estados Unidos se tornou uma potência e por meio da imposição cultural, da língua e das armas. Foi se transformando

programa de privatização das empresas estatais. Considerava-se que só depois de implementado esse conjunto de reformas seria possível retomar o crescimento de maneira mais sustentada. Considerava-se também que, para implementar programas dessa natureza, seriam precisos governos estáveis e com larga base de sustentação política e social, pois os ônus das reformas seriam pesados para o grosso das populações dos países latino-americanos” (CORSI, 1999, p.16).

em um Império a despeito de atualmente encontrar-se em crise. É fato que o país não teve seu território prejudicado com a atuação bélica, mas sua economia foi acelerada e fortalecida pela produção de armas a serem disponibilizadas ao mundo, o que permanece até os dias de hoje.

Sobre a ascensão e imposição estadunidense às potências européias e asiáticas em reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, Chomsky (2000, p.9-13) evidencia que tal situação levou os Estados Unidos a um doutrinamento de considerar-se tutor dos países, com condições de agir de forma multilateral ou unilateralmente quando necessário para preservar os interesses do capital, da expansão de mercados e de uma suposta democracia.

Sobre esta situação, destaca-se:

Existe uma imagem convencional quanto à nova era em que estamos entrando e às promessas que ela implica. Essa imagem foi formulada com clareza pelo assessor de Segurança Nacional, Anthony Lake, quando apresentou a Doutrina Clinton em setembro de 1993: “Durante a Guerra Fria nós contivemos a ameaça global contra as democracias de mercado: agora deveríamos cuidar de ampliar o alcance delas” O “novo mundo” que se descortina perante nós “apresenta imensas oportunidades” para avançar no sentido de “consolidar a vitória da democracia e dos mercados abertos” acrescentou um ano depois (Chomsky 2000, p.7).

A opção do neoliberalismo com suas faces de reestruturação produtiva, de quebra das soberanias ao avanço do capital, do chamado movimento de mundialização do capital, da precarização do trabalho, do desemprego estrutural, da banalização do humano numa sociedade considerada por alguns como de “risco” e pautada no individualismo exacerbado fruto do MPC, não tem sido uma resposta capaz de solucionar os problemas de esgotamento ambiental do planeta e de crescimento e manutenção da desigualdade social com a polarização da distribuição de renda em poucos riquíssimos e muitos pobres, grande parte destes paupérrimos.

Em Netto:

Realmente, o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras. A desmontagem [...] do Welfare State é o exemplo emblemático da estratégia do capital nos dias correntes, que prioriza a supressão de direitos sociais arduamente conquistados (apresentados como “privilégios” de trabalhadores) e a liquidação das garantias ao trabalho em nome da “flexibilização” já referida. (NETTO& BRAZ, 2008, p.235).

O papel que o Estado assume no contexto do neoliberalismo é o de disponibilizar todo seu aparato a serviço da sociedade contratual, visando garantir o direito à liberdade

individual, sendo que o indivíduo não é mais um conceito que se refere à pessoa, ou sujeito humano, pois as organizações corporativas também são vistas como indivíduos. De tal forma que é legítimo afirmar que *o neoliberalismo perverte o sentido dos conceitos, adaptando-os aos interesses ideológicos, políticos e culturais do capital* (HARVEY, 2005, p.75).

Há elementos férteis ao advento e fortalecimento do neoliberalismo, não podendo deixar de lembrar os movimentos de extraterritorialidade, de apropriação de culturas em função de mais produção, avanço das multinacionais em países periféricos e mundialização do capital, os quais tratam-se de componentes do processo da globalização.

A despeito de que até mesmo o movimento de expansão marítima do século XV, ou as ideias de Alexandre- O Grande possam ser considerados como globalização, seguir-se-á com Costa (2008) ao considerar a segunda metade do século XX como marco temporal da globalização, quando as *“corporações iniciaram a aventura da internacionalização da produção”* (COSTA 2008, p.21). Como bem nos mostra o autor, isto ocorre num momento de grande encruzilhada, pois não é possível desenvolver toda a produção considerando as dificuldades da realização das mercadorias em detrimento do trabalho vivo poupado, em tempos de fragmentação do trabalho, avanço tecnológico e especulação financeira.

Nesse sentido, uma síntese do processo de globalização, pode ser assim apresentada:

A partir da globalização o sistema capitalista generalizou a produção internacionalizada, mediante a criação de centenas de milhares de filiais pelo mundo afora e transformou o planeta numa esfera única de investimento, realização e acumulação de capital. Ao produzir internacionalmente, o grande capital passou a ter a possibilidade de se utilizar das melhores disponibilidades dos países, quer em termos de mão-de-obra, quer em termos de matérias-primas, facilidades creditícias, além da precarização do trabalho, o que lhe permitiu recuperar as taxas de lucro e reconfigurar o sistema produtivo mundial. (COSTA, 2008, p.24)

Esse tempo de neoliberalismo, reestruturação produtiva e globalização, elucida o limite da capacidade de produção do sistema, num momento em que se apresenta como um sistema completo e maduro que traz o retorno à contradição inicial *do “caráter social da produção e apropriação privada dos resultados”*, num cenário de difícil proposta de consenso à medida que mesmo com tal esgotamento os empresários não estão dispostos a reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário (COSTA 2008, p.21).

E como conseguiram êxito na fragmentação da classe trabalhadora por meio da plataforma da produção terceirizada, num processo que as fases da produção podem ocorrer em diversos locais do mundo e no esfacelamento do pensamento classista, não há a disposição de consenso como foi vista, outrora no Welfare State.

Assim, problemas distintos da primeira e segunda revolução industrial nos são apresentados, com o capitalista julgando ser possível implantar soluções descoladas da historicidade, tais como uma cidadania empresarial, capaz de desconsiderar a importância do trabalhador bem como a ação do Estado nesse processo, como se acima de tudo fosse proposta a lógica de mercado como solução dessa crise.

As transformações ocorridas na década de oitenta do século XX culminam nesse movimento de financeirização especulativa ou mundialização do capital, num contexto onde a globalização pode ser entendida como a quebra de fronteiras territoriais como espaço de produção, heterogeneização do mundo do trabalho em tempos de reestruturação produtiva, com decréscimo de renda pelo rebaixamento dos salários e fragilização da consciência de classe pelo trabalhador e quebra das soberanias dos Estados nacionais, mostrando um momento de triunfo da hegemonia neoliberal. (COSTA, 2008; NETTO & BRAZ, 2008; SOARES, 2002).

Casanova (2000) nos apresenta:

Não raro o discurso da globalidade obedece a fatos objetivos e universais; expressa uma crescente interdependência das economias nacionais e a emergência de um sistema transnacional bancário-produtivo-comunicativo, que é dominante, e cuja ascensão coincide com um enfraquecimento real da soberania dos estados-nações e das correntes nacionalista, antiimperialistas, marxista-leninistas... (CASANOVA, 2000, p. 47)

O Estado neoliberal articula-se harmoniosamente com as instituições multilaterais (FMI, BANCO MUNDIAL, UNESCO, CEPAL, etc.) que disseminam pelos quatro cantos da terra a ideologia do neoliberalismo, seus conceitos e pressupostos. Conceitos novos e também revigorados como os de empreendedorismo, competência, empregabilidade, eficiência, eficácia, competitividade e produtividade, governança e governabilidade fazem parte da linguagem ideológica cotidiana das políticas “públicas” do Estado neoliberal, que afirma ser capaz de eliminar a pobreza.

Harvey explica ainda que:

O neoliberalismo, uma vez alçado à condição de poder, trata de criar formas institucionais que visam garantir as liberdades individuais, através de um arcabouço legal que “[...] são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado”. [...] Além do aparato jurídico, desenvolve-se uma panaceia em torno da questão contratual e da inviolabilidade dos contratos, de tal forma que “[...] a santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos” (HARVEY, 2005, p. 75).

Ao trabalhar a desmaterialização do dinheiro e a especulação do capital, realça que a diferença da especulação em tempos da globalização e outras fases do capitalismo, está

no fato da superação da lógica produtiva pela lógica especulativa. Desta feita, o autor propunha conclusões que segundo o mesmo são tidas como exageradas na ocasião, a saber: a incapacidade “do *capital especulativo parasitário*” manter-se por décadas nessa nova configuração mundial e enquanto se mantiver será a custa de sucessivas e “*profundas crises; polarização da riqueza e miséria* sendo inevitável seu fim”. (CARCANHOLO, 2001)

O fetichismo dos mercados financeiros, considerados como verdadeiras sanguessugas da riqueza criada pelo capitalista produtivo e pela absorção da força de trabalho, ocorre com o pleno aval dos governos dos Estados-Nacionais que se inclinam à obediência dos organismos internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional-FMI e Organização Mundial do Comércio-OMC. Estes são a expressão genuína das classes dominantes mundiais que amplia a taxa da exploração, as políticas de redução do Estado como políticas de gestão, de enxugamento de mão-de-obra, das privatizações, da chamada “gestão compartilhada”, da intensificação do trabalho, dentre outras formas de atuação do Estado a serviço do capital. (IAMAMOTO, 2010)

Nesse sentido, conhecendo-se o importante papel das políticas públicas como resposta à questão social que é consequência das contradições do capitalismo, essa retirada gradual do Estado reflete-se objetivamente na redução do financiamento da Política Social com o corte contínuo dos gastos sociais, o que se apresenta como um verdadeiro retrocesso à efetivação e universalização dos direitos sociais.

Contrariamente à resposta positiva apresentada pelo *Welfare State* à efetivação das políticas sociais, o que pode ser visto em tempos de predomínio da hegemonia neoliberal é a negação de atendimento às mesmas de forma universalizante.

Ao liberar a economia desregulamentando e cedendo as *riquezas naturais* a outrem, retirando a sua mão das ações econômicas por meio das privatizações do patrimônio público, desestruturação das carreiras dos servidores públicos, terceirizações, desemprego aberto, num processo de *integração e globalização*, o Estado passou a utilizar uma “*política de cortes do gasto público para equilibrar o orçamento e para dedicar ao serviço da dívida o que antes destinava à saúde, educação e desenvolvimento*” (CASANOVA, 2000, p.55).

Sendo assim, as políticas sociais não têm buscado minimizar a polarização entre a parcela ínfima da população que se apropria da riqueza produzida e a maioria em situação de extrema pobreza. Volta-se à prevalência das políticas focalizadas, contributivas e à redução constante do orçamento social com medidas até mesmo repressivas, como no caso da expansão de um ‘Estado Penal’ e criminalizador do trabalhador, ao invés de protetor.

É um retrocesso quanto à Política Social que permite lembrar as protoformas¹⁵ desta, a qual tinham um caráter muito mais punitivo do que protetor por meio de intervenções do Estado na tentativa de controle da ‘vagabundagem’, fazendo uma distinção entre pobres que mereciam ser assistidos e os que não mereciam, sendo esses últimos levados a aceitarem um regime de trabalho forçado em troca de sua subsistência.

E tudo isso sem escapar das crueldades na busca da manutenção da nova ordem que se estabelecia. Tal crueldade nos é bem apresentada por MARX (1984, p.275 *apud* POTYARA, 2009, p.63) quando nos mostram que aqueles apanhados em vadiagem eram açoitados, torturados, devolvidos à sua terra natal, forçados a trabalhar e, em último caso, eram executados quando houvesse três reincidências. Hodiernamente são marcados em moderníssimos cadastros arquivados tecnologicamente e selados com suas próprias digitais, identificando-os como pobres merecedores de assistência ou de serem criminalizados.

Boron (1999) declara que:

A avassaladora tendência à mercantilização de direitos e prerrogativas conquistadas pelas classes populares ao longo de mais de um século de luta, convertidos agora em “bens” ou “serviços” adquiríveis no mercado. A saúde, a educação e a seguridade social, por exemplo, deixaram de ser componentes inalienáveis dos direitos de cidadão e se transformaram em simples mercadorias intercambiadas entre “fornecedores” e compradores à margem de toda estipulação política (BORON, 1999, p.9).

As consequências e o agravamento da desigualdade social na América Latina e no Brasil, resultados dessa política econômica adotada pelos governos que deixa livre o capital que aprisiona ainda mais, aliena o trabalhador tirando direitos conquistados depois de muitas lutas, também são sentidas na Política Social onde o Estado passa a agir novamente na base do assistencialismo.

Evidentemente não é possível esgotar aqui as evidências das situações devastadoras do ajuste neoliberal na América Latina e no Brasil, entretanto, esses já demonstram suficientemente que as consequências desse modelo são mais concentração de renda nas mãos de poucos, o aumento da pobreza para muitos, a atuação do Estado fortemente pró-capital e o mínimo para o trabalhador.

¹⁵ Potyara (2009), Bhering & Boschetti (2008), dentre outros autores, nos fazem estar atentos ao que pôde ser evidenciado como as protoformas da Política Social, particularmente na Inglaterra, num período que antecedeu a Revolução Industrial, iniciando com a Lei dos Pobres no século XIV; Estatuto dos Trabalhadores (1349); Estatuto dos Artesãos (1563); Lei dos Pobres Elisabetanas (1531 e 1601); Lei de Domicílio (1662); Speenhamland Act (1795); Lei Revisora das Leis dos Pobres ou Nova Lei dos Pobres (1834)¹⁵.

Só os grandes especuladores detentores do capital financeiro comemoraram os mais de 25 anos de ações inescrupulosas do neoliberalismo, após a desregulamentação das economias nacionais. Os resultados políticos, econômicos, sociais e ecológicos para a humanidade são trágicos, havendo o aumento da pobreza absoluta e relativa, esgotamento de recursos naturais, precarização do trabalho, dentre outras consequências dessa nova ordem mundial. (COSTA, 2008, p.15).

1.3 A CONTRARREFORMA DO ESTADO E O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Nesta subseção apresentaremos sucintamente as transformações que ocorreram no período de consolidação do neoliberalismo no Brasil, particularmente a partir dos governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), buscando intercalar as mudanças ocorridas nesse período com a historicidade do país.

Será apresentada a debilidade da burguesia brasileira, a importância da ilusão nacional do verde-amarelismo, o modelo de colonização do país, a industrialização e a superexploração do trabalho como alguns dos elementos responsáveis pelo modelo de gestão atual do país, implementado a partir da Contrarreforma do Estado por meio das medidas adotadas pelo então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. Buscar-se-á evidenciar que o resultado de hoje é fruto de toda a construção histórica do Brasil que se pautou pelo atendimento às demandas externas de produtos e a um modelo político permeado pelo paternalismo e clientelismo.

De muita utilidade na consumação da realidade histórica do país é a ‘ideia de nação’, construída e moldada de acordo com os períodos da história do capitalismo no mundo e das repercussões disso no subdesenvolvimento, ou dependência, do Brasil em relação ao exterior. Isto segue-se no período da colonização com a metrópole e depois com os países do capitalismo central, de acordo com os períodos de mudanças no modelo de produção do país, como nos momentos de importação e depois de industrialização para substituí-la.

Chauí (2000) em sua obra nos traz com clareza inigualável o poder da ‘ideia nacional’ sobre o trabalhador e suas consequentes atitudes:

[...] foi exatamente no momento em que a divisão social e econômica das classes apareceu com toda clareza e ameaçou o capitalismo que este procurou na “idéia nacional” um instrumento unificador da sociedade. Não por acaso, foram os intelectuais pequeno-burgueses, apavorados com o risco de proletarização, que transformaram o patriotismo em nacionalismo. Dessa maneira, aparece um poderoso elemento de identificação social e política, facilmente reconhecível por todos [...] sem essa referência, tornar-se-ia incompreensível que, em 1914, milhões de proletários tivessem marchado para a guerra para matar e morrer servindo aos interesses do capital. (CHAUÍ, 2000, p.16-17).

A colonização do Brasil não teve um sentido de povoamento, mas de exploração “atada ao processo de acumulação primitiva gestada nas metrópoles” (ANTUNES, 2011, p.61). Com isso, “a colonização guardou em sua essência o sentido de empreendimento comercial donde proveio, a não-existência de produtos comercializáveis levou à sua produção, e disto resultou a ação colonizadora” (NOVAIS (1979) apud CHAUI, 2000, p.32).

[...]. A colonização moderna, portanto, [...] tem uma natureza essencialmente comercial: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia européia [...] apresenta-se como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva da época do capitalismo mercantil” (NOVAIS (1979) apud CHAUI, 2000, p.32)

Em seu pensamento Caio Prado Jr. (apud Chauí, 2000) explica:

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamantes; depois, algodão e, em seguida, café, para que se organizarem a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se dispõe naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país” (CHAUI, 2000 p. 32).

Essas eram as características do Brasil no período do Império: uma sociedade escravocrata, uma propriedade latifundiária e um Estado absolutista. Com isso “o trabalho escravo, somado ao processo político de dependência da colônia Brasileira a Portugal, é fundamentalmente uma das características marcantes da sociedade brasileira presente ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII” (COUTO, 2008, p.77).

[...] Agregado à condição do trabalho escravo, outro elemento importante para compreensão do processo e do formato da constituição dos direitos no Brasil é a questão da grande propriedade, que traz no seu bojo o padrão das relações de poder (COUTO 2008, p.77-78).

Já no período republicano, destaca-se que a regulamentação das relações entre capital e trabalho foi a tônica da política do governo Getúlio Vargas, o que parece apontar uma estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar o conflito social. Toda a legislação trabalhista criada na época embasava-se na ideia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava a harmonia entre empregadores e empregados. Na concepção dos empresários toda a iniciativa do Estado que controlasse a classe operária era bem-vinda. Da mesma forma, era bem-vinda por parte dos empregados porque contribuía para melhorar suas condições de trabalho (COUTO, 2008, p.95).

Desta feita, isto é o que ocorre desde o início do capitalismo: o trabalhador sempre é expropriado para aumentar a taxa de lucro do capitalista e financiar seus investimentos, e evidentemente o Estado é um instrumento eficiente para isso. Isso pode ser vislumbrado, no período desenvolvimentista do Governo Getúlio Vargas, que procurou aplacar os ânimos trabalhistas com uma regulamentação trabalhista que garantisse alguns direitos e permitisse, dentre outros, descontos como o FGTS que financiassem a industrialização do país.

Em 1958, no governo de Juscelino Kubitschek, vivia-se sob a ideologia do desenvolvimentismo, isto é, de um país que se industrializava voltado para o mercado interno, para “o brasileiro”, e que incentivava a vinda do capital internacional como condição preparatória para, conseguido o desenvolvimento, competir com ele em igualdade de condições (CHAUÍ, 2000, p.31,32).

O Plano de Metas de JK representou o primeiro plano de escala verdadeiramente nacional de desenvolvimento econômico e ampliou o modelo desenvolvimentista de Vargas. O novo modelo abriu a economia brasileira para o capital estrangeiro e baseou-se na criação da oferta de bens de consumo duráveis, com destaque para a indústria automobilística que se beneficiou dos incentivos governamentais (MENDES *et al*, 2010). “A fundamentação ideológica do nacionalismo desenvolvimentista vinha do pensamento da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e foi elaborada no país pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão criado em 1955, ligado ao Ministério da Educação” (CARVALHO, 2008, p.133).

O período que se segue aos governos de Vargas e JK preserva algumas semelhanças¹⁶ e concretiza também as consequências do período de 1930 a 1985, quando ocorre a abertura democrática no país. As semelhanças desses governos concentram-se na política desenvolvimentista, no enfoque aos direitos sociais e particularmente nas ações de garantia dos direitos trabalhistas, que em Vargas reserva-se aos trabalhadores urbano-industriais e que nos demais governos foram estendendo-se aos rurais e às mulheres, que passaram a ocupar postos de trabalho.

Nesse sentido, é nítido que o enfoque nesses direitos servia ao propósito de ocultar a negação dos direitos civis e políticos, dada a repressão violenta provocada pelos governos militares do período de 1964 a 1985, com ações como a censura da imprensa, tortura e exílio aos opositores políticos, clandestinidade dos movimentos sociais, dentre outras barbáries desse período.

No Brasil há uma naturalização da desigualdade social que pode ser expressa pelas mais variadas formas de violência, visto sua formação pautar-se na relação de mando-

¹⁶ Em (COUTO 2008, p.115 e 121) encontram-se quadros explicativos das principais características dos governos brasileiros no período entre 1930 e 1985.

obediência e considerando que sua formação desde a colonização pauta-se no favor. Isso permeia os espaços públicos e privados, fazendo com que até o salário seja visto não apenas como uma troca de valor e sim também de favor, conforme a dominação das relações pessoais. Está aqui desmistificada a “*recusa tácita (e às vezes explícita) de operar com os direitos civis e a dificuldade lutar por direitos substantivos e, portanto, contra formas de opressão social e econômica*” (CHAUÍ, 2000; SALAMA, 2000).

A situação do Brasil atual; fruto de toda a sua história, tem na burguesia brasileira o seu grande responsável, pois esta atuou e atua em seu enriquecimento sem o devido lastro produtivo ao contrário do entendimento da burguesia dos grandes centros capitalistas que buscam a maximização do excedente com o devido controle dos meios de produção, particularmente do trabalho, promovendo algum suporte a fim de manter sua fonte de renda, ou seja, a expropriação do trabalho que é o único meio de criar valor.

Assim sendo, as particularidades da formação sócio-histórica do Brasil permitem evidenciar que num período se destacam os direitos sociais e se proíbem os direitos políticos, enquanto noutro a ênfase recai sobre os civis, excluindo os sociais, inclusive alguns que já tinham a sua conquista garantida.

O fato é que a expressão do que é o Brasil hoje remonta à sua formação desde a colonização, império, passando pelos períodos da República Velha até nossos dias, como um emaranhando de situações no desenvolvimento político e econômico que nunca permitiram a concretização de uma cidadania plena pautada na garantia dos direitos civis, políticos e sociais (COUTO, 2008; CARVALHO, 2008).

A despeito das semelhanças e diferenças dos governos de 1930 a 1985, o fato é que as consequências das ações e decisões desse período foram expressas no aumento da dívida externa e crescimento exacerbado da inflação, sentido particularmente pelo trabalhador que outrora bem serviu aos recursos de incentivo à industrialização do país com seus descontos trabalhistas, e agora vê seu poder de compra reduzido e sua condição de vida passando da pobreza à miserabilidade, considerando o aumento das populações urbanas ocorridas particularmente pós anos 1960 com a maior concentração de pessoas nas metrópoles.

Percebe-se que se os efeitos da euforia desenvolvimentista, do ufanismo do período ditatorial não foram sentidos até a década de 1970, eles foram escancarados na década de 1980 levando o país a uma situação de recessão econômica, baixo crescimento, ampliação da concentração de renda e aumento da desigualdade levando o trabalhador a arcar com as consequências expressas no aumento da pobreza do país e, novamente, preservando a ‘burguesia nacional’ que ocupa os lugares do Estado, como já foi explicitado. Em outras palavras é uma dominação política e não somente econômica do país, visto como se desenvolveu toda sua formação sócio-histórica.

É o que nos esclarece Fernandes (1987) sobre a burguesia brasileira apresentada como reacionária e ultraconservadora, de origem provinciana em sua essência rural, detentora de forte poder político, econômico e social, de base e alcance nacionais, com ímpetos de modernização restritos à dimensão empresarial e como detentora da máquina estatal, contam com o suporte externo de socialização, cooptação, opressão e repressão (FERNANDES, 1987). Ainda em Fernandes “*a dominação senhorial, primeiro, e sua transformação em dominação oligárquica, [...] bloquearam tanto econômica e socialmente, quanto politicamente, a formação das classes e dos mecanismos de solidariedade de classe*”. Como consequência [...] “*impondo o controle conservador e o poder autocrático das elites das classes dominantes como fio condutor da história*” (FERNANDES 1987, p.196).

Cesar (2008) nos aponta bem o pensamento de Fernandes em que:

[...] o poder da burguesia nasce a partir do estabelecimento de um pacto tácito de dominação de classe no plano político, antes mesmo de consolidar sua dominação socioeconômica. Deste modo, sua ação se dirige para orientar e controlar a aplicação do poder político estatal para obter vantagens e privilégios, porém conjugando múltiplos interesses numa adaptação ambígua dos requisitos ideais e legais da ordem social competitiva (CESAR, 2008, p.73).

Além disso, Celso Furtado lembra que no momento em que a divisão internacional do trabalho especializa alguns países na atividade agrária exportadora, há uma expansão econômica cujo excedente não é investido em atividades produtivas, mas dirigido ao consumo das classes abastadas que faziam do consumo de luxo um instrumento para marcar a diferença social, bem como o fosso que as separava do restante da população. A essa expansão e a esse consumo, a classe dominante deu o nome e “progresso” (CHAUÍ 2000).

De acordo com Fernandes (1987):

[...] o capitalismo selvagem é o tipo de “capitalismo possível” na periferia, na era da partilha do mundo entre as nações capitalistas hegemônicas, as empresas multinacionais e as burguesias locais. É, por excelência, um capitalismo cuja realidade permanente vem a ser a conjugação do desenvolvimento capitalista com a vida suntuosa de ricos e poderosas minorias burguesas e com o florescimento econômico de algumas nações imperialistas também ricas e poderosas. Um capitalismo que associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio, do outro (FERNANDES 1987, p.304).

Essas breves ponderações sobre a formação sócio-histórica brasileira, desde os idos da colonização até a reabertura democrática em 1985 são necessárias para o entendimento do período em que a RSE se constitui com efetividade no Brasil no final da década de 1980

até os dias atuais. O espaço temporal da efetividade da RSE no país não é ao acaso, mas está identificado com o momento de consolidação do ideário neoliberal no Brasil sob as bases da contrarreforma do Estado, arquitetada e concretizada pelo extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE sob o comando do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Tal qual aconteceu nos países do capitalismo central em que o discurso de RSE ganhou força no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando se identificava a crise do Estado de Bem-Estar Social e advento do neoliberalismo, no Brasil ocorreu algo semelhante, embora hajam especificidades diferenciadas na formação sócio-histórica do Brasil e dos países da América Latina em relação aos países dos grandes centros.

O fato é que a despeito dessas diferenças, sabe-se como bem demonstrou Marx (1971) que o movimento do capital nunca se satisfaz e busca as mais variadas maneiras de se retroalimentar e se auto acrescentar. Então não se esperaria que houvesse alguma consideração à formação dos países periféricos como o Brasil pelo capitalismo central ao impor seu ideário neoliberal, ideário esse repleto de proposituras de redução do Estado na economia e da utilização de soluções como terceiro setor e RSE.

Por certo não haveria a menor gentileza por parte do capital, expressamente visualizado por grandes corporações que dominam os países centrais, no trato dos conflitos socioeconômicos dos países periféricos ao impor suas exigências que fazem parte de um todo pensado tal qual na colonização destes, como no caso de utilizar o Brasil como supridor de matérias-primas ao capital daqueles. Tampouco haveria algum pudor ou recusa da burguesia brasileira preferindo aceitar os ditames internacionais e manter a dependência externa.

Essa burguesia é bem apresentada por Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Celso Furtado como uma burguesia débil, incapaz de propor uma revolução burguesa como foi na Europa. É uma burguesia totalmente comprometida com os interesses internacionais, despreocupada com o pensamento de fortalecimento da nação por meio de uma expansão da produção e consumo a todos os brasileiros e, por fim, copiando os modelos de consumos dos grandes centros capitalistas, sem ter um lastro de produção interna para isso.

Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação das forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. Furtado escreve que a raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre estes dois processos causados pela modernização. O subdesenvolvimento não é casual, mas é parte de um todo pensado como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial. As fases de crescimento, assim, não se mostram encadeadas e o avanço é sempre descontínuo. (FURTADO, 1975)

Dessa feita, resta-lhe apenas o expediente de concentrar a renda e lucrar mais ainda com especulação financeira, conforme permitir o momento ao exemplo da pós abertura democrática, além de sucatear mais ainda o país como tal burguesia que compõe o Estado já tinha feito nos governos da Colônia, Império, governos desenvolvimentistas com enfoque paternalista ou protecionista e governos militares.

Isto posto, torna-se mais fácil compreender porque o discurso de crise do Estado, bem explicitado pelo próprio ministro no primeiro Caderno do Mare, em que o ministro referia-se que à crise do Estado de Bem Estar Social, pode ter sido aceito pela burguesia brasileira como a justificativa para a reforma do Estado brasileiro, a fim de que passasse a ser um Estado gerencial.

É contraditório que tal argumento tenha encontrado tão boa aceitação; considerando que o Brasil não vivenciou um Estado de Bem Estar nem como o de Providência francês¹⁷, ou como o modelo beveridgiano inglês, nem mesmo a teoria keynesiana foi aplicada em nosso país em sua construção sócio-histórica com todos os percalços e sobressaltos econômicos que a permeia.

A fim de evitar esse possível questionamento, após toda a explicação da crise do Estado de Bem Estar o ministro vai articulando sua argumentação com as palavras burocrata, tecnocrata, dentre outros vocábulos, a fim de caminhar para a afirmação de que era necessária e inevitável a reforma do Estado brasileiro, pois o mesmo tinha gastos excessivos com a máquina estatal basicamente por culpa do “funcionalismo público ineficiente e ineficaz”, dos fluxos administrativos mal estruturados e do “gasto elevado” das políticas sociais no país.

É necessária uma breve retomada acerca do final da ditadura e do processo de reabertura democrática que ocorreu em meados da década de 1980, a fim de conhecer-se o saldo político-social apurado nessa época, por meio do qual identifica-se que o colapso econômico vivido pelo país com certeza não era resultado dos gastos com políticas sociais.

Conforme bem explica CESAR (2008), os embates em torno da condução político-econômica do país acirravam-se cada vez mais durante o governo de José Sarney, anunciando o que seriam os anos do ajuste neoliberal no Brasil:

As reações do empresariado ao Plano Cruzado variaram do apoio à oposição [...]. A estabilização de preços e salários era interpretada por segmentos empresariais como uma interferência indevida do Estado nas leis do mercado [...]. Nesse sentido, o fracasso do Plano Cruzado em junho

¹⁷ Estado Providencia é o que se denominou chamar o Estado que passou a assumir e a reconhecer direitos sociais como sua responsabilidade. Na França especificamente ele se estruturou sob o suporte de um sistema de seguridade no qual as garantias sociais, associadas a seguros obrigatórios, cobriam riscos da existência tais como doenças, desemprego, aposentadoria, invalidez, entre outros. (CASTEL, 1995; ROSANVALLON, 1998).

de 1987 e também as iniciativas que o sucederam, levaram as teses heterodoxas ao descrédito e propiciou a ofensiva neoliberal. A partir daí, o governo, [...] lançou mão de medidas ortodoxas, acompanhadas de iniciativas para a renegociação da dívida externa e de algumas reformas liberalizantes internas, que se aproximaram do programa recomendado pelo FMI e Banco Mundial (CESAR 2008, p.146-147).

Conhecido então o caos social, econômico e político instalado no país, exasperado na década de 1980, é consenso que o Brasil estaria prestes a passar por uma experiência de Estado de Bem-Estar com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, como o capitalismo central já caminhava a passos largos na consolidação do neoliberalismo com governos como de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos da América, e tendo em vista a política econômica de dependência externa, a postura e atitude efetiva dos governos brasileiros foi a de negar as conquistas históricas relacionadas aos direitos expressos na Carta Magna, por meio da implementação do neoliberalismo através da Contrarreforma do Estado.

A dependência econômica extrema, representada pela estagnação, crescimento do PIB menor que o crescimento vegetativo, descontrole inflacionário combinado ao cenário político de agonia da ditadura militar ante o processo de redemocratização, fizeram dos anos 1980 um laboratório profícuo para que num país combalido e desacreditado um ideário de modernidade, progresso, estabilização e competitividade pudessem adentrar sob o espectro de mudança estrutural para romper com o passado de atraso prometendo colocar o Brasil em destaque no limiar do terceiro milênio (NETTO, 2011).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 não se deu sem que houvesse grandes embates, ponderando não ser vontade da elite brasileira mudanças que acrescentassem e garantissem direitos aos trabalhadores. Destaque-se que: *“a Carta Magna refletiu em seu texto a luta de milhões de trabalhadores que [...] mobilizaram o país [...] para garantia de avanços que fossem explicitados na constituição”* (NETTO, 2011).

Entretanto, isto não foi suficiente para conceber o Estado Social que o horizonte legal apontava, considerando que os governos que se seguiram – Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso – FHC protagonizaram o desmonte dos direitos conquistados e representados na Constituição, praticamente produzindo uma nova Carta visto a quantidade de emendas constitucionais acrescentadas à CF nesse período, capazes de retirar “direitos adquiridos” que tinham a garantia de proteção quanto a alterações que implicassem na sua perda.

Em 1989, nas eleições presidenciais marcadas pela volta da democracia a mídia e os setores mais reacionários do país, diante da impossibilidade de eleger seus legítimos representantes como Mário Covas, Ronaldo Caiado, Afif Domingos, dentre outros que não haviam logrado êxito no primeiro turno, resolvem se alinhar ao velho travestido de novo e

prestam apoio incondicional à Fernando Collor de Melo do Partido da Reconstrução Nacional – PRN, pouco expressivo naquela ocasião. A estratégia era evitar a todo custo a vitória da Frente Brasil Popular (PT-PSB-PCdoB) que tinha como candidato o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva que propunham uma plataforma de investimentos estatais e retomada das reformas de base no país, representando setores de esquerda¹⁸ (NETTO, 2011).

Collor se elegeu com o discurso de resgate da autoestima do brasileiro, de ruptura com tudo aquilo que representasse o passado e com a promessa de novos tempos. Mas o futuro apresentado pelo presidente incluiu a recessão econômica com o confisco da poupança, o arrocho salarial, a pseudomodernização do Estado com as terceirizações, os Programas de Demissão Voluntária – PDV, a privatização de estatais e o repasse de verbas públicas para Organizações Não Governamentais. Enfim, Collor ia executando seu plano de governo alinhado aos interesses do capital internacional até que seu perfil despótico de negação do Congresso Nacional produziu um inédito *impeachment*. A despeito disso o governo de Fernando Collor abriu caminho para que Fernando Henrique programasse dois anos mais tarde o ajuste neoliberal no Brasil (CARVALHO 2002; CESAR 2008).

Além das emendas o governo FHC utilizou-se de incontáveis medidas provisórias – MP, ainda que esse expediente legal devesse ser usado somente em casos de urgência e relevância. Ocorre que nesse governo tudo que era relacionado ao desmonte de direitos e a promoção de um Estado gerencial para o Brasil, totalmente contrário ao que fora conquistado e garantido na CF de 1988, se tornava matéria “relevante e urgente”.

As MPs podiam ser reeditadas incontáveis vezes, talvez para evitar o desgaste inerente à elaboração de leis complementares ou ordinárias ao invés de medidas provisórias, sem levar em conta o tempo entre a apresentação de um projeto de lei a promulgação desta, particularmente nesse caso, com disputa de interesses contraditórios.

A pressa com que precisava operacionalizar a cartilha do Consenso de Washington, bem como os ditames dos organismos internacionais, como o FMI, Banco Mundial, OMC e OIT fizeram com que o Estado se tornasse o responsável desse novo modelo gerencial pelo aumento direto do desemprego e demais expressões da miséria social típicas do país e que nessa fase de aceitação do neoliberalismo como escolha política só vieram a aumentar dada a ampliação da concentração de renda e polarização entre riqueza e pobreza. Isso é o

¹⁸ A origem da aplicação das expressões “esquerda” e “direita” está na história da Revolução Francesa (1789). No plenário de representantes da Assembleia Nacional [...] sentavam-se à esquerda da mesa diretora os que defendiam os interesses dos trabalhadores e dos pobres em geral, da maioria da população, enfim. [...] À direita, ficavam os que defendiam os interesses dos clérigos e nobres, que buscavam a manutenção do quadro político, econômico e social vigente (ROSSI & GERAB, 2009).

que bem mostra Soares (2002) quando demonstra que os pobres ficaram ainda mais pobres pós-plano real do governo FHC.

Após os esclarecimentos sobre a situação do Brasil em que se instalaram os ditames neoliberais e as razões ideológicas ou da dependência burguesa que levaram os governos da década de 1990 a implementarem o neoliberalismo no país, por meio da reforma do Estado de 1990, faz-se necessário conhecer como se operacionalizou tal reforma.

Todo o pensamento da reforma, sua discussão e implantação processou-se por um conjunto arbitrário de normas, legislações, imposições no pensamento da nação através da mídia, dentre outros. De um lado houve praticamente a escrita de uma nova CF, visto a quantidade de emendas que foram acrescentadas particularmente para a retirada de direitos como condição de implementar a reforma, e de outro lado havia um governo que impunha por meio de medidas provisórias o que fosse necessário para que a reforma avançasse.

Some-se a isso a instrumentalização desse processo sintetizada em 17 volumes conhecidos como Cadernos do MARE, escritos por Bresser e sua equipe que nem ao menos deixa dúvida do propósito a que serve. Não são necessárias sequer interpretações porque está nítido na escrita que o propósito é o desmonte de direitos por meio de um Estado reduzido, que será gerencial para financiar o capital, dismantelar as carreiras públicas, fortalecerá o terceiro setor no país e privatizará o patrimônio público, dentre outros ditames que foram realizados.

No Brasil, no início da década de 1990 sob os postulados de austeridade e ajustamento estrutural estabelecidos pelo capital internacional e seus organismos supranacionais [...]o Estado foi impelido, por força do modelo neoliberal adotado, a livrar-se das obrigações públicas de proteção e garantia dos direitos sociais, desencadeando mecanismos destruidores das conquistas sociais sancionadas na Constituição de 1988 (CÉSAR, 2008, p.179).

Entendendo-se então que a Reforma do Estado brasileiro sob viés neoliberal expresso nos Cadernos do MARE faz parte de um todo pensado dentro do capitalismo, destaca-se para este trabalho alguns aspectos que acredita-se estarem diretamente imbricados com o objeto de pesquisa, como o aumento da participação do capital no espaço público por meio do que Bresser vem trabalhar como sendo a esfera pública não estatal:

Partirei da premissa de que o Estado é fundamental para promover o desenvolvimento, [...] Nesse sentido desenvolverei alguns modelos: a distinção das atividades exclusivas de Estado dos serviços sociais e científicos; a definição de uma propriedade pública não-estatal entre a propriedade estatal e a privada[...]. (CADERNOS MARE 1,1997, p.7)

Esta esfera pública não estatal está representada pelas Organizações Sociais, a expressão do Terceiro Setor no país:

A Implementação de Organizações Sociais é uma estratégia central do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Seu propósito mais genérico é permitir e incentivar a publicização, ou seja, a produção não-lucrativa pela sociedade de bens ou serviços públicos não-exclusivos de Estado.

Assim, o propósito central do Projeto Organizações Sociais é proporcionar um marco institucional de transição de atividades estatais para o terceiro setor [...] compreendendo a definição de missão, objetivos e metas conjugada à implantação de indicadores de desempenho e de processos contínuos de melhoria da gestão; I descentralizar e melhorar o desempenho gerencial na prestação de serviços públicos na área social, mediante implantação de Organizações Sociais., sem vinculação administrativa com o Estado, mas fomentadas com recursos públicos e controladas por contratos de gestão (CADERNOS MARE 6, 1997, p.8).

Mencionam-se as mudanças relacionadas ao mundo do trabalho particularmente com a flexibilização e desregulamentação deste, o desmantelamento das carreiras públicas, inclusive com o argumento de enxugamento da máquina pública para justificar demissões arbitrárias, retirada de direitos dos servidores especialmente previdenciários e as concepções da Administração inseridas no serviço público, instalando índices de gestão tais como os de produtividade das empresas:

A reforma do aparelho do Estado requer a aprovação de mudanças na Constituição para a sua completa implementação. Mas, a reforma não se limita à revisão de dispositivos constitucionais. Abrange também a revisão de outras leis e normas, a concepção de novos instrumentos de gestão e de formas inovadoras de organização da administração, procurando assimilar que há de mais avançado nas teorias e métodos de administração, na experiência internacional e na própria trajetória da administração pública brasileira (CADERNOS MARE 6, 1997, p.7).

As metas a serem alcançadas e o atendimento ao cidadão que agora não é tratado em todo o tempo como tal, mas como cliente-cidadão, o que não é sem propósito, antes fortalece no imaginário das pessoas a lógica de mercado na prestação dos serviços públicos, que podem ser cobrados, retirados, alterados de acordo com a dinâmica do mercado, dando ao cliente-cidadão¹⁹ as 'benesses' da qualidade total na prestação dos serviços, dos que restarem (CADERNOS DO MARE 1, 2, 6,11, 1997).

¹⁹ Em todos os cadernos do Mare essa ideia de cliente-cidadão já está presente, entretanto, no Caderno 17, é expressa mais contundentemente, pois esse Caderno é o Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão – SAC/ Brasil. Essa é a mesma ideia dos Serviços de Atendimento ao Cliente ou ao Consumidor – SAC das empresas.

Assim sendo, é importante retirar essa ideia de cidadão que é associada à luta, conquista e garantia efetiva de direitos civis, políticos e sociais. Mais uma vez é bom contar com a máxima brasileira de um povo pacífico e ordeiro. (CARVALHO, 2008; CHAUI, 2000).

Bresser utiliza-se do discurso da democracia como pressuposto e de que o Estado é essencial para promover o desenvolvimento sustentável:

O pressuposto será sempre o do regime democrático, não apenas porque a democracia é um valor final, mas também porque, no estágio de civilização que a humanidade alcançou, é o único regime que tem condições de garantir estabilidade política e desenvolvimento econômico sustentado (CADERNOS MARE 1, 1997, p.8).

Aqui se percebe que a democracia é a de mercados, como apresentado com Chomsky (2000) na primeira subseção, e a da importância do Estado para financiar o capital. A sustentabilidade aparece nesse momento sob o discurso mais presente desde a década de 1970 nos países centrais e 1980 nos periféricos, particularmente no Brasil, ou seja, retira-se o recurso do Estado repassando-o ao capital que promoverá o desenvolvimento sustentável após 'herdar' as antigas empresas estatais em processos de privatização, apresentando-se como um capitalismo brando na figura das organizações sociais e todas as demais denominações presentes no terceiro setor que irão promover a cidadania. Ressaltando-se que trata-se da cidadania empresarial condizente com a lógica de um Estado que tem o cliente-cidadão.

O ministro traz o modelo de Estado para o Brasil da década de 1990 até os nossos dias. Se outrora foi escravocrata-absolutista, desenvolvimentista paternalista ou protecionista ou ditatorial, segundo Bresser com a reforma do Estado nos pressupostos neoliberais o modelo de Estado agora seria reformado, reformulado, gerenciável nos padrões de um Estado Social-Liberal (CADERNOS MARE 1 e 7, 1997).

O resultado dessa reforma será um Estado mais eficiente, [...] Será um Estado menos voltado para a proteção e mais para a promoção da capacidade de competição. Será um Estado que não utilizará burocratas estatais para executar os serviços sociais e científicos, mas contratará competitivamente organizações públicas não estatais. Será o que propusemos chamar de um Estado Social-Liberal, em substituição ao Estado Social-Burocrático do século vinte. (CADERNOS 1 MARE, 1997,p. 52).

Do ponto de vista dos direitos, a perspectiva expressa nos Cadernos do MARE que serviram de diretriz do governo FHC, há um encolhimento do espaço público, enquanto do ponto de vista dos interesses econômicos, nesta mesma ótica, há um alargamento do espaço privado.

O Brasil ocupa o terceiro lugar mundial em índice de desemprego, gasta por volta de 90 bilhões de reais por ano em instrumentos de segurança privada e pública, ocupa o segundo lugar mundial nos índices de concentração da renda e de má distribuição da riqueza, mas ocupa o oitavo lugar mundial em termos do Produto Interno Bruto. A desigualdade na distribuição da renda - 2% possuem 98% da renda nacional, enquanto 98% possuem 2% dessa renda - não é percebida como forma dissimulada de apartheid social ou como socialmente inaceitável, mas é considerada natural e normal, ao mesmo tempo que explica por que o “povo ordeiro e pacífico” dispende anualmente fortunas em segurança, isto é, em instrumentos de proteção contra os excluídos da riqueza social. O autoritarismo social, que, enquanto “cultura senhorial”, naturaliza as desigualdades e exclusões socioeconômicas, vem exprimir-se no modo de funcionamento da política (CHAUÍ, 2000, p.98).

Silva (2008) e Iamamoto (2010) trabalham a formação social brasileira destacando que questão social no Brasil precisa ser vista à luz de formação histórica, pois há sempre aspectos de patrimonialismo, paternalismo, clientelismo, favoritismo e particularidades relacionadas à propriedade da terra, permeando os espaços dessa história desde a colonização até esse momento em que o país tem sido considerado emergente.

Em Iamamoto, verifica-se que:

As desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do país têm sido uma de suas particularidades históricas. O “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto da mundialização do capital sob a hegemonia financeira (IAMAMOTO, 2010, p.128).

Sendo assim, o Brasil que não experimentou um Estado de Bem Estar Social como ocorreu na Europa, e que talvez fosse experimentar essa realidade com a Constituição Federal de 1988 conhecida como “Constituição Cidadã”, não logrou tamanho êxito visto que tão logo foi promulgada esta já foi descartada na realidade prática do país, considerando a escolha política dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso pelo neoliberalismo, que agravou os problemas estruturais de desigualdade social com essa decisão política.

Soares (2002) mostra que o ajuste do neoliberalismo, além de não ser capaz de proporcionar expansão econômica nem nos países da América Latina e nem no Brasil, serviram para aumentar a exclusão social fazendo com que após os ajustes acentuados na década de 1990, o desemprego se tornasse o maior já vivenciado no país, permitindo um aumento do trabalho informal que reflete nitidamente no aumento da pobreza absoluta e da insuficiência de renda.

Nesse sentido, a autora analisa o critério renda e traz:

[...] além da mensuração da incidência da pobreza absoluta, torna-se necessário também avaliar quanto a insuficiência de renda – medida pela diferença entre a renda média dos pobres e a linha de pobreza – se altera no tempo. Cabe registrar que ela se amplia nos anos 90, significando que os pobres do “pós-Plano Real” ficaram ainda mais pobres, com uma renda familiar per capita inferior ao período anterior que já era bem baixa. (SOARES, 2002, p.53)

Sobre a desigualdade na distribuição de renda:

A concentração de renda no Brasil é escandalosa. Segundo estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda total apropriada pela classe trabalhadora corresponde a apenas 32,8% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a parte dos capitalistas ascende a 42,2% e o governo fica com 25%. Nada menos que 63% dos trabalhadores e trabalhadoras recebem até três salários mínimos. Em países considerados mais desenvolvidos e civilizados a participação do trabalho na renda nacional chega a 70%. (REIS, 2009, p.243)

Baseando-se em Borges (2005, p.45) pode-se ver que para manter a espinha dorsal do neoliberalismo que inclui a política monetária de recessão, livre fluxo de capitais e política fiscal restritiva, países como o Brasil vivenciaram o apogeu do desemprego que, desde a década de 1990, vem atingindo trabalhadores com maior escolaridade e jovens em pleno vigor. Isto tem gerado um déficit social que deixa os governos numa tamanha encruzilhada que até o momento tem permitido apenas ações compensatórias e não soluções definitivas para os problemas da classe trabalhadora, ante a ofensiva do capital.

Pochmann (2003) mostra um panorama da evolução do trabalho durante as políticas neoliberais no Brasil, assinala que a baixa expansão das atividades econômicas, somadas à desproteção do trabalho e a desregulamentação do mesmo, provocou o crescimento das ocupações não assalariadas. No período de 1989 e 2001, 73% das ocupações constituídas no país foram não assalariadas, fundamentalmente trabalho autônomo e doméstico, ressaltando que a maioria das ocupações criadas no país entre 1989 e 2001 ocorreram no segmento de remuneração de até dois salários mínimos mensais.

As contradições da formação sócio-histórica brasileira parecem desvelar mais um capítulo a partir da chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores – PT. Este partido elegeu o sindicalista Lula por dois mandatos e atualmente está na presidência com a economista Dilma Rousseff.

As três eleições presidenciais que deram vitória aos petistas resultaram de uma ampla coalização onde partidos de esquerda, de centro e até da fisiológica direita que receberam cargos, espaço institucional e certo grau de participação nas decisões de governo. E apesar de ter implementado políticas sociais que amenizaram em certa medida os efeitos do neoliberalismo, contraditoriamente o PT mantém no centro de seu governo

uma política econômica ortodoxa de viés neoliberal, baseada em altas taxas de juros, elevação do superávit primário, parcerias-público-privadas e benesses ao grande capital nacional e internacional, representado sobretudo pelos bancos.

Nestes dez anos de governos petistas o projeto nacional está em disputa, marcado pelo enfraquecimento de parte dos movimentos sociais que agora são pró-governo, além de setores que buscam implementar as reformas por dentro do aparelho do Estado, bem como grupos de extrema esquerda que, ao incorrer no erro de igualar o governo petista ao passado neoliberal de FHC terminam fazendo coro com a direita reacionária que arquiteta sua volta ao poder nas próximas eleições.

O cenário atual é de extrema complexidade para as políticas sociais, pois com a crise mundial iniciada nos Estados Unidos e na Europa o neoliberalismo vive momentos de reformulação interna embora não vise sua superação. Na verdade, o que já se pode tirar da leitura da crise atual é que a mesma aponta para uma ofensiva ao trabalho e aos direitos sociais, o que reforça a perspectiva de um cenário de extrema disputa de projetos societários.

SEÇÃO II – A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E SEUS MECANISMOS DE LEGITIMAÇÃO

Para Netto & Bráz (2008):

[...] é preciso deixar de lado toda a ideologia que tenta revestir com um verniz moralizador a ação das empresas capitalistas; essa ideologia (atualmente resumida nos motes “empresa cidadã”, “empresa com responsabilidade social”, etc.) pretende ocultar o objetivo central de todo e qualquer empreendimento capitalista: a caça aos lucros (NETTO & BRÁZ, 2008).

Pensar sobre a RSE leva a compreender que a mesma está inserida em todo o contexto de transformações políticas e econômicas, particularmente nas redefinições do neoliberalismo quanto ao papel do Estado, do mercado e as particularidades das discussões sobre a centralidade do trabalho na conjuntura de crise do sistema capitalista.

Há basicamente duas perspectivas que podem ser consideradas sobre a RSE, sendo uma favorável e outra crítica, como bem nos mostra Ashley (2005):

A maioria dos trabalhos que analisa o movimento da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se divide entre duas perspectivas opostas: de um lado estão aqueles que reproduzem e defendem os discursos e as iniciativas empresariais; do outro lado, há os que apontam esses esforços sociais de empresas como um simples simulacro da ideia de benevolência, que distrai a atenção dos problemas da ética nos negócios e dos problemas das populações mais pobres (ASHLEY, 2005, p. 74).

Ao longo desta seção são apresentados elementos destas duas concepções, ressaltando que a visão crítica acerca da RSE é a que oferece os subsídios necessários para esta pesquisa por se tratar do pensamento aqui compartilhado, assim como o faz José Paulo Netto na epígrafe que abre esta seção.

Esta seção foi construída baseando-se em duas grandes divisões: a história e concepção da RSE e os mecanismos de legitimação da mesma. Essas duas divisões foram formatadas em três tópicos: Contextualização Sócio-histórica da Responsabilidade Social Empresarial – RSE, Balanço Social e Marketing Socioambiental.

Primeiramente foram evidenciados os eventos históricos mundiais que foram determinantes para estabelecer o discurso de RSE, seguidos dos eventos nacionais que motivaram e definiram a RSE no Brasil. Concepções de RSE que foram sendo produzidas ao longo desse período são apresentadas nesse primeiro momento.

Na sequência apresentam-se dois mecanismos de legitimação da RSE: o Balanço Social que se trata do instrumento exigido das empresas para que apresentem o resultado

de sua RSE e sejam certificadas legalmente, e o marketing socioambiental que consiste na ferramenta que dá a visibilidade à RSE das empresas perante a sociedade.

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A Responsabilidade Social Empresarial – RSE é apresentada como a forma do empresário reavaliar sua forma de produzir, procurando ajustar-se a padrões de conduta ética nos negócios visando a perenidade dos mesmos e fazendo dessa ética a base para atuar preservando o Meio Ambiente, promovendo ações em benefício de seus trabalhadores e ações voltadas à redução das desigualdades sociais. É o sustentáculo da RSE chamado “triple bottom”, ou seja, dimensões econômica, social e ambiental. (TINOCO, 2001; ASHLEY, 2005; DIAS, 2003).

A RSE exalta a figura de uma empresa ética e socialmente responsável, por isso apresentam-se algumas ponderações sobre responsabilidade e ética.

Hoje, estaria ocorrendo uma reformulação jurídica da responsabilidade; em que a ideia do erro tem sido substituída pela ideia de risco e perigo, de maneira que a penalização da responsabilidade civil não envolve a responsabilização e a culpa. (COSTA, 2006, p. 65).

“Responsabilidades éticas correspondem a atividades, práticas, políticas e comportamentos esperados (no sentido positivo) e proibidos (no sentido negativo) por membros da sociedade, apesar de não codificados na lei” (ASHLEY, 2005, p. 5).

Sob o ponto de vista filosófico ou moral, a responsabilidade é a capacidade e a obrigação de assumirmos os nossos atos, isto é, considera-los nossos atos e, portanto, responder por eles, suportando lhes as consequências. [...] Desde o século XIX, o “erro” e o “risco” foram fundamentados pela responsabilidade civil: somos responsáveis pelos danos que causamos não apenas pelos nossos atos, mas também pela nossa negligência ou imprudência. Somos responsáveis também por aquele dano causado por pessoas por quem devemos responder ou por coisa que temos à nossa guarda (COSTA, 2006, p. 65).

A Responsabilidade Social Empresarial - RSE se consolida basicamente no fim do século XX e início do século XXI num cenário considerado como da “*sociedade de risco*”, na qual a degradação do meio ambiente chegou a extremos tão elevados que permitem o questionamento sobre quanto tempo é possível à sobrevivência humana ante a exaustão dos recursos naturais.

A ideia de sociedade de risco implica em dizer que os riscos estejam presentes no cotidiano das relações sociais, pautadas em sistemas econômicos que geraram grandes abismos sociais, encurralando os possuidores de grandes recursos em suas próprias fortalezas e levando os miseráveis a revoltas constantes, estampadas todos os dias nos veículos de comunicação em cenas de violência que a todos deixam estarecidos, vivendo um medo real e constante.

Há também os riscos irrealis, tais como o receio de um invasor de privacidade que, por meio da Internet, possa divulgar fatos pessoais, desviar recursos de sua conta corrente, utilizar-se da ingenuidade, da ignorância, da falta do conhecimento alheio em benefício próprio, pois algumas das evidências da sociedade de risco são o individualismo exacerbado e a relativização de tudo e de todos. (BECK, 1993).

Apesar dos debates em torno da RSE serem mais contundentes a partir da segunda metade do século XX, houveram outras experiências relevantes anteriores a esse período como o caso Dodge versus Ford nos Estados Unidos, em que Henry Ford demonstrava certa preocupação social de caráter distributivo para além dos sócios. Esse posicionamento divergia da visão dos Dodge que entendiam que o empreendimento capitalista deveria tão somente voltar-se a distribuição dos lucros aos acionistas. Após Ford ter perdido a questão, houve a dissolução da sociedade e os Dodge constituíram outra empresa. (GOMES, 2005, EZEQUIEL, 2005)

Em 1916, Henry Ford alegando objetivos sociais decidiu não distribuir parte dos dividendos esperados, revertendo-os para investimentos na capacidade de produção, aumento de salários e fundo de reserva para redução esperada de receitas em função do corte nos preços dos carros. A Suprema Corte de Michigan foi favorável aos Dodges (ASHLEY, 2005, p.45).

O argumento para que a sentença fosse favorável aos Dodges foi que “A *filantropia corporativa e o investimento na imagem da corporação para atrair consumidores poderiam ser realizados na medida em que favorecessem os lucros dos acionistas*” (ASHLEY, 2005, p.45-46).

A RSE nos moldes expressos no presente século faz parte de um todo pensado no sistema capitalista em que o capital, quebrou as barreiras nacionais buscando manter seu movimento de reprodução e valorização, reduziu o papel do Estado em sua atuação na área social e aumentou a precarização do trabalho.

Essas são as bases de novos discursos neoliberais como o da RSE que busca apresentar um capital brando²⁰; uma empresa ética que estaria preocupada em prestar

²⁰ Para Wood (2003) a ideia de um capitalismo brando e humano é mais utópica que a ideia do socialismo.

contas não só aos acionistas e sim aos trabalhadores, consumidores, governo, fornecedores e sociedade em geral²¹.

A partir do final da década de 1950 os trabalhadores passaram a demonstrar preocupações com a atuação das empresas, e por meio de manifestações buscaram pressioná-las a pensarem nas questões de melhoria social e não somente na maximização dos lucros de forma inconsequente. Nesse sentido, destacou-se a insatisfação com a produção das armas para a guerra do Vietnã que levou os trabalhadores a pressionarem às empresas no sentido que estas deveriam prestar contas à sociedade e não somente a seus acionistas. (TINOCO, 2004).

O repúdio à guerra do Vietnã (1964-1973) deu início a um movimento de boicote à aquisição dos produtos e das ações da bolsa de valores das empresas ligadas ao conflito bélico na Ásia. Diversas instituições passaram a exigir uma postura ética e um novo tipo de ação empresarial em relação às questões sociais e ambientais (COSTA, 2006, p.89).

A pressão sobre as grandes organizações contou com o apoio de agentes externos, ou seja, os acionistas minoritários conseguiram apoio de diversas classes profissionais, tais como contadores, jornalistas, grandes pesquisadores, dentre outros.

Nosso entendimento nesta pesquisa que a RSE não foi mais que uma apropriação por parte das empresas desse momento histórico no qual estas teriam sido pressionadas sobre a exploração dos recursos ambientais e o trabalho, por ocasião das manifestações ocorridas na Europa e nos Estados Unidos da América sobre os danos da produção empresarial, da obsessão pelo lucro e da produção de armas.

Tão logo se iniciou um aprofundamento nessas discussões o capital se apropriou dessas demandas e de posse das mesmas antecipou-se no discurso e nas práticas que dominaram tais conflitos, conseguindo que ao invés das empresas serem cobradas e punidas pelo dano ambiental que causavam, fossem premiadas por quaisquer ações compensatórias que fizessem. Assim ao apropriar-se dessa demanda reivindicatória, passaram a utilizar uma estratégia que conseguiu minimizar esses movimentos que, quiçá poderiam ter resultado numa verdadeira transformação social e de preservação ambiental, mas que foram transmutados em RSE pelas empresas. (GOMES, 2005).

Na RSE as empresas se dizem preocupadas com a preservação ambiental para garantir a sustentabilidade para as futuras gerações, entretanto não só degradam o meio ambiente em suas atividades de produção como foram responsáveis por grandes acidentes ambientais em diversas partes do planeta, tais como: em 1947 a explosão de um navio com

²¹ Estes são os diversos públicos com os quais as empresas se relacionam e a quem devem prestar contas na concepção da RSE, conhecidos como stakeholders (ASHLEY, 2005, p.5; GARCIA, 2004, p.29).

nitrito de amônia no Texas deixando 500 mortos e 3000 feridos; em 1976 a liberação de um desfolhante conhecido como efeito laranja contendo dioxina na Itália obrigando a retirada de 733 famílias da região; em 1984, na Índia, um vazamento de 25 toneladas de isocianato de metila que causou a morte de 3000 pessoas e intoxicação de 200.000; em 1986 em Chernobyl na União Soviética um acidente nuclear que lançou uma radiação na atmosfera 30 vezes maior que o da bomba de Hiroshima. (DIAS, 2003)

Esses e outros acidentes ambientais aliados a outros fatores político-econômicos levaram a grandes discussões e eventos relacionados ao debate da finitude dos recursos naturais e à busca de alternativas para preservá-los sem modificar a gênese do modo de produção, mas buscando utilizar de paliativos que sustentassem o discurso de desenvolvimento sustentável, pilar da RSE. *“Desenvolvimento sustentável é satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.”* (RIBEIRO, 2011, p. 20).

A Conferência das Nações Unidas de 1972, em Estocolmo, é um desses eventos e se tornou um grande fórum de debate dizendo-se preocupada com a questão do esgotamento dos recursos naturais, mas Dias (2003), nos traz que houve grande debate sobre o real significado da Conferência.

Nesse sentido, o autor nos apresenta:

[...] ao propósito das imposições dos países ricos de limitar o desenvolvimento dos países periféricos com o argumento da finitude do meio ambiente e na ação defensiva dos mesmos contra os países do grande centro capitalista, apresentando que estes; o que querem é limitar o crescimento industrial e econômico dos países periféricos. (DIAS, 2003, p.16).

Os resultados da Conferência de Estocolmo foram uma Declaração e a criação do Plano de Ação Mundial para o Meio Ambiente, por parte das Nações Unidas. Também em consequência da Conferência houveram outros acordos e conferências, conforme relacionados a seguir: em 1974, Conferência Alimentar Mundial; em 1977, Conferência das Nações Unidas Sobre a Água; em 1978, Conferência Mundial sobre o Clima.

A década de 1990 continuou sendo marcada por uma ampliação das temáticas de desenvolvimento sustentável da RSE em todas as partes do mundo. Destaca-se nesse período, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a ECO 92 (Rio 92), no Rio de Janeiro e a criação da Agenda 21 que consiste num programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover em escala planetária um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência

econômica, e contou com a contribuição de governos e sociedade civil de 179 (cento e setenta e nove) países.

No mesmo período inicia-se a criação de diversos órgãos com intuito de orientarem e certificarem as empresas sobre ações de responsabilidade social, tais como Business for Social Responsibility, nos Estados Unidos da América; o Instituto Ethos e o Grupo de Institutos e Fundações Empresariais – GIFE de investimento social privado, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, no Brasil.

Nos dois últimos anos da década de 1990 a comunidade internacional se mobiliza para detalhar mais instrumentos. Assim surgem a SA 8000 (Social Accountability International), incluindo direitos humanos e temas sociais à política empresarial, a Occupational Health and Safety Assessment Series (OHSAS 18001), que lida com a saúde e segurança no trabalho e a AA 1000 que busca normatizar a qualidade da contabilidade, auditoria e relatórios ético-sociais.

Há o lançamento do Global Reporting Initiative – GRI, um modelo de Relatório de Sustentabilidade que está em sua terceira versão e faz parte da iniciativa das Nações Unidas do Global Compact, na tentativa de buscar comprometimento dos empresários em soluções para as questões ambientais, trabalhistas e de direitos humanos. *É o prenúncio da RSE “com a legitimidade das Nações Unidas.” (GOMES, 2005, p.55)*

Em 2000 as Nações Unidas promovem a Cúpula do Milênio, considerada a maior reunião de líderes mundiais e na qual foram lançadas as Metas do Milênio que mobilizam governos, empresas e sociedade civil. Na primeira metade dos anos 2000, no Brasil, o Instituto Ethos disponibiliza os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social.

Fechando a metade da década, em 2004 e 2005, foi realizada a Conferência Internacional para criação da norma International Organization for Standardization – ISO de Responsabilidade Social, que consiste numa série de normas desenvolvidas que estabelecem diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas.

No Brasil há o lançamento da Nota ABNT 16001 sobre Responsabilidade Social, e o lançamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, que tem estimulado as empresas de capital aberto com relação às ações de RSE.

Nota-se uma mudança de mentalidade empresarial no Brasil na “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas” desde a sua publicação, em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil) e, no fim da década de 1970 percebem-se as primeiras sementes da discussão sobre a ação social de empresas e a utilização de balanço social. Era um momento da história brasileira, em plena ditadura militar, no qual falar sobre transparência e participação suscitava mais medo e rejeição do que adesões no meio empresarial. (TORRES & MANSUR, 2008, p.15, TOLDO, 2002, p. 77).

A criação de prêmios para a filantropia empresarial é prevaiente e a origem destes no Brasil está ligada diretamente a constituição de *um grupo em 1987, denominado Pensamento Nacional das Bases Empresariais-PNBE*²², em resposta à sua insatisfação com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP. Nesse sentido, um marco importante da RSE no país foi à criação do Prêmio Eco pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo, da qual concorreram 38 empresas em 1982. Esse prêmio consistia “num evento de premiação contando com um júri específico para cada modalidade de atuação empresarial na área social, nas áreas de saúde, participação comunitária, educação, conservação-educação ambiental e cultura”. (GARCIA 2004, p.36). Ao final da década de 1980 e início da década de 1990 há o fortalecimento da RSE no Brasil com a criação dos institutos IBASE em 1981, GIFE em 1989 e ETHOS em 1998.

Podem ser observadas algumas semelhanças sobre a aplicação da RSE no Brasil em relação ao mundo como o exercício da filantropia, utilização do marketing, aproveitamento das circunstâncias da redução do Estado e ampliação do mercado e utilização do terceiro setor para a prática da RSE.

Entretanto, é importante atentar para as especificidades brasileiras, para se compreender os caminhos da RSE no país. Como bem demonstra César (2008), a consolidação da RSE no Brasil pode ser compreendida como uma estratégia de hegemonia por parte da burguesia brasileira.

A RSE ganha maior ênfase no Brasil a partir da década de 1990, o que nos remete ao momento da consolidação da Reforma do Estado de cunho neoliberal. A ação social de empresários em comunidades não é novidade no Brasil. As empresas sempre destinaram recursos para finalidades sociais através de ações de filantropia. O que hoje chama a atenção é o interesse vindo da década de 90 em apresentar a sociedade uma redefinição do ethos empresarial (COSTA, 2006; GARCIA, 2004).

Nos anos de 1990 o público alvo das ações empresariais da antiga filantropia, hoje transmutada no conceito de ser, passou a ser constituído por projetos sociais voltados à comunidade carente, não se atendo mais somente ao seu quadro de trabalhadores. Isso assemelha a ideia de gerenciamento da pobreza, dado o risco inerente da mesma impresso na questão social.

É nesse cenário que se desenha um novo ethos empresarial: a ‘Responsabilidade Social Empresarial – RSE’ dizendo-se preocupado com a ética e com a responsabilidade ambiental e social, pois: “A ameaça dos riscos sociais tem mudado a atitude das empresas.

²² Vale ressaltar que o PNBE teve destacada atuação na política do país durante a primeira eleição presidencial direta após o regime militar em 1989. Naquela ocasião firmaram posição pró Mario Covas do PSDB no primeiro turno, mas após o fracasso do tucano acabaram por definir um voto útil em Fernando Collor, pois este se tornou o único capaz de derrotar o candidato Lula da Frente Brasil Popular (PT/PSB/PCdoB) muito temido pelo empresariado naquelas eleições (BIANCHI, 2001).

Algumas passam a incluir o discurso de altruísmo em relação à pobreza. Muitas alegam que os custos gerados pela insegurança não compensam” (COSTA, 2006, p. 74).

Faz parte deste ethos empresarial uma nova forma de mostrar preocupação em prestar contas ao público interno; que agora não se chama mais empregado ou trabalhador, mas sim colaborador e ao seu público externo: fornecedores, consumidores, governo, dentre outros. As empresas então seriam movidas por um forte sentido ético/moral em seus projetos de RSE, preocupada com as gerações futuras. Ashley (2005) nos traz a caracterização dessas empresas:

- preocupação com atitudes éticas e moralmente corretas que afetam todos os públicos/stakeholders envolvidos (entendidos da maneira mais possível);
- promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos e de cidadania e participação na sociedade;
- respeito ao meio ambiente e contribuição para sua sustentabilidade em todo o mundo;
- maior envolvimento nas comunidades em que se insere a organização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos ou até atuando diretamente na área social, em parceria com governos ou isoladamente (ASHLEY, 2005, p.7).

Sobre o modo das empresas se posicionarem enquanto éticas e voltadas à cidadania e à responsabilidade social, sabe-se da incompatibilidade de muitos desses quesitos embutidos nas explicações da RSE, visto que desde o início do capitalismo as empresas movem-se por e em prol do lucro e seus interesses são privados e não públicos.

Em Lima (2002):

O que ocorre é que as organizações privadas, visando à sua sobrevivência e desenvolvimento num mundo a cada momento mais competitivo e aberto, entendem que, longe do “bom-mocismo”, a “bondade” tem um grande potencial de gerar lucros. Nesse sentido, a perseguição do lucro continuará sendo um dos seus objetivos maiores; [...] e, num futuro próximo, elas não poderão optar por lucro pré ou pós-responsabilidade social. (LIMA, 2002, p.109).

A fim de se compreender o que significa RSE, é necessário fazer saber que as ações de RSE não se limitam ao ambiente da organização empresarial, e em tempos de consolidação da RSE os empresários alargaram seu trânsito pelas instituições estatais, assim como se utilizaram do financiamento público para aumentar seus rendimentos.

[...] A responsabilidade social corporativa é entendida como uma atitude ética do empresariado visando melhorar a qualidade de vida não só de seus

empregados, mas também da comunidade local em que a empresa está inserida e da sociedade em geral". (SUCUPIRA, 2001, p.31).

O Instituto Ethos, que é a principal associação de empresas brasileiras em prol da ética nos negócios, considera que:

a responsabilidade social empresarial é uma atuação baseada em princípios éticos elevados, nos seus vários relacionamentos com o meio interno e externo, impactados pela atividade produtiva, a saber: funcionários, meio ambiente, fornecedores, consumidores, acionistas, comunidade, governo e sociedade em geral". (ETHOS, 2000).

A RSE pode ser entendida como a produção voltada para o desenvolvimento sustentável ou a sustentabilidade, percebidos como uma forma das empresas conduzirem seus negócios de modo a garantir a sobrevivência dos recursos naturais para as gerações futuras. Em 1987:

O Relatório 'Nosso Futuro Comum' (Our Common Future), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [...] apontava para a incompatibilidade entre o desenvolvimento e os padrões de produção e consumo vigentes. [...] As gerações futuras agora com 24 anos (1987-2011), perguntam quais medidas foram cumpridas e se é este o futuro que construímos para eles. [...] Os resultados mostram que falhamos e que a sustentabilidade é garantir hoje a qualidade do meio ambiente, da vida (RIBEIRO, 2011, p.20).

A RSE é apresentada por muitos como um modelo no mundo dos negócios em que a empresa seria capaz de produzir e alcançar seu principal objetivo que é o lucro, preocupando-se ao mesmo tempo com a ética, com a preservação dos recursos naturais, com as desigualdades e com a melhoria das condições de trabalho, mesmo que esse discurso de RSE tenha se fortalecido num momento de mais precarização do trabalho.

Estão inseridas na RSE as práticas de formação de uma classe trabalhadora que estaria acessível ao novo formato necessário ao momento em que predominam a crise do modelo fordista-taylorista e é estabelecido um novo modelo: o da reestruturação produtiva e acumulação flexível.

A despeito disso, afirma-se que:

Na busca de eficiência e excelência empresarial, parece não ser mais satisfatória a tradicional alquimia do cálculo custo-benefício com o aumento da produtividade e a ampliação das vendas no mercado. Os critérios de avaliação do sucesso começam a incorporar dimensões que vão além da organização econômica e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental. Pode-se dizer [...] que a eficiência não é só "fazer

as coisas bem", segundo as regras de mercado, mas é "fazer as coisas boas", segundo princípios éticos (CAPPELLIN e GIULIANI 1999, p. 10-11).

Desse modo, ainda que se pudesse pensar que Responsabilidade Social Empresarial ou ações de desenvolvimento sustentável viessem a ser modismo, não é possível negar a necessidade das empresas se ajustarem a essa nova conjuntura dentro da ordem de produção atual, consequência da mundialização do capital, dos mercados e das relações de trabalho, visando assim garantir a sobrevivência das próprias empresas.

Isso se deve ao fato de que há um valor associado às ações de RSE para a empresa, ou seja, o valor agregado à imagem da empresa que hodiernamente tem sido conhecida como empresa cidadã; empresa socialmente responsável; empresa sustentável; o que implica em dizer que não se deseja ver a figura da empresa associada a práticas que levem somente a ideia de busca exacerbada do lucro, égide capitalista.

Os Investimentos Sociais Privados - ISP podem ser entendidos como os que se originam das pressões sociais, passam pelo ambiente empresarial e regressam à empresa por meio de ativos sociais demonstrados no Balanço Social, retornando à sociedade por meio de preservação dos recursos naturais e busca da sustentabilidade para as futuras gerações.

O empresário passa a utilizar-se de ferramentas para exaltar aquilo que em todos os tempos ocorria no meio empresarial: as ações de filantropia que são feitas com forte apelo moral e por meio da utilização contundente do marketing passam a ser propagadas, adentrando no imaginário social como um novo contrato social no qual o empresário passa a ser o realizador da cidadania empresarial (BEGHIN, 2005; GARCIA, 2004). Todas essas articulações levam a algo extremamente útil ao empresário que é o esvaziamento político dos assuntos que estavam sendo questionados pelos movimentos aqui relatados, particularmente acentuados pós década de 1960.

Ao invés de cobrar-se a responsabilização do empresariado pelos danos socioambientais todos são convencidos da legitimidade de premiá-lo por algumas ações pontuais de filantropia ao trabalhador e a comunidade local, inclusive certificando essas premiações que trazem como consequência o aumento dos resultados financeiros empresariais, ou seja, o trabalhador é utilizado para referendar a ação empresarial que o expropria e degrada o meio ambiente.

As discussões em torno da necessidade de uma nova atitude empresarial; privilegiava os assuntos voltados ao meio ambiente, pois tornava-se necessário pensar numa produção que levasse em conta a finitude dos recursos naturais. Entretanto, isso é uma grande encruzilhada para o sistema capitalista que não produz voltado para as necessidades reais.

Por meio do marketing verde ou das certificações socioambientais constrói-se um mercado com produtos mais caros, que se diz voltado para a sustentabilidade e entretanto não irá reduzir a produção, mas produzirá com menos custos por meio da gestão ambiental e reaproveitamento de materiais.

Basicamente as ações de RSE perpetuam a filantropia empresarial, mesmo com os esforços de diversas áreas do conhecimento, bem como a ação de institutos como o ETHOS, GIFE e IBASE que são favoráveis à RSE e que buscam apresentá-la como um modelo de cidadania empresarial que vai além de ações filantrópicas. É fato que a novidade da RSE consiste basicamente na utilização da mídia, da educação e dos instrumentos legais para legitimar o discurso, trazendo ao empresário as benesses próprias do assunto tais como o “*fortalecimento da imagem; formação de mercado futuro, fidelização de clientes*”, dentre outros (TOLDO, 2002, p.82).

Atualmente as empresas têm sido incentivadas a demonstrar à sociedade que são socialmente responsáveis. Várias delas hoje assumem o compromisso com o desenvolvimento social, criando organizações que intervêm no âmbito social com metodologias de gestão definidas para serem aplicadas em comunidades no entorno das suas atividades produtivas.

[...] São projetos na área de educação, saúde, meio ambiente, lazer, cultura, esporte, todos com o intuito de mobilizar a opinião pública para a ideia de que as empresas estão ampliando sua responsabilidade e solidariedade, cumprindo funções, antes restritas ao Estado” (COSTA, 2006, p.18).

Uma das formas das empresas dizerem que devolvem à sociedade parte dos seus rendimentos por meio de ações sociais é através de entidades do Terceiro Setor, basicamente, expresso na figura das Organizações Sociais – OS.

Sobre as artimanhas do Terceiro Setor e seu real objetivo, Montaño (2003) nos apresenta esse fenômeno como parte integrante da ofensiva neoliberal, do desmonte do Welfare State, da desresponsabilização do Estado na resposta à questão social e da responsabilização do indivíduo ou da sociedade civil no atendimento à Política Social.

Desta forma, o que é chamado de “terceiro setor” numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função sócia de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda mútua (MONTAÑO, 2003, p.186).

Destarte, considerar que para as empresas a motivação ao exercício da ética e o investimento em projetos sociais na comunidade externa pauta-se em um resultado, uma

consequência que lhe permite um valor inerente ao negócio. (EZEQUIEL, 2005; ASHLEY, 2005).

A empresa torna-se proativa, possuindo atitudes responsáveis e éticas que respondem às exigências sociais buscando fugir do boicote que possam lhe impor, a despeito de diplomas legais, através da associação da imagem da empresa à práticas de trabalho fora dos padrões dos direitos humanos, modo de produção que esgotem ou destruam os recursos naturais. (SILVA e FREIRE, 2001; TOLDO, 2002).

Isso implica no anseio de tirar da empresa o papel de vilã da sociedade, exploradora do ser humano e do o Meio Ambiente, e reforçar sua função social alcançando assim a credibilidade pública.

Para Martinelli (1997):

[...] a empresa-cidadã opera sob uma concepção estratégica e um compromisso ético, resultando na satisfação das expectativas e respeito aos direitos dos parceiros. Com esse procedimento, acaba por criar uma cadeia de eficácia, e o lucro nada mais é do que o prêmio da eficácia (MARTINELLI, 1997. p. 82).

Dentre as ações que demonstram a RSE da empresa, destacam-se em relação ao Meio Ambiente aquelas que minimizam o consumo de recursos não renováveis, se utilizam de reciclagem, do uso alternativo de refugos de produção, da redução do gasto energético, da conscientização corporativa contra o desperdício. Estas iniciativas além de preservarem o meio ambiente podem trazer ganhos financeiros de curto prazo às empresas, através da diminuição dos custos de produção.

As Nações Unidas têm fortalecido essas ações por meio do Global Compact, apresentando a RSE com base no conceito da Sustentabilidade Empresarial, o chamado “tripple bottom”, ou seja, dimensões econômica, social e ambiental.

Em todas as concepções é constantemente aludida uma nova postura ética das empresas pautada em alternativas de produção que visem o desenvolvimento sustentável e a observação dos direitos humanos no ambiente de trabalho.

Isso quase leva a um devaneio, ou utopia, de mundo perfeito dentro do Capitalismo, não fosse o fato de que duras realidades sociais persistem a medida que há diferenças socioculturais que a transnacionalização, a extraterritorialidade e mundialização de capitais não foram capazes de extinguir.

Essas dificuldades do contexto globalizado, que é revestido de processos de imigração e emigração constantes, contribuem para o adoecimento do trabalhador e a perda de identidade do mesmo.

A respeito disso, diz HOBBSAWM (2000):

[...] as principais perturbações surgiram quase que certamente da mobilidade da massa, pois nossas transformações econômicas e sociais implicam migração em massa dentro do país e entre países. Nem a industrialização capitalista nem a socialista são concebíveis sem migração. E esta provoca os problemas específicos com “forasteiros” ou “estrangeiros” – um problema já criado em muitas regiões por padrões pré-capitalistas de povoação e colonização (HOBBSAWM, 2000).

Nesse sentido, FIGUEIREDO (2000), também nos chama a atenção para esses efeitos quando, por exemplo, trabalha a questão do ambiente de trabalho que, ao ocupar o espaço não mais empresarial e muitas vezes o residencial, faz com que o trabalhador sintasse desprovido de tutela de muitos direitos e condições propícias ao desenvolvimento da função.

É importante observar também que o Estado sempre tem sido ‘solidário’ com o capital, e no Brasil isso não é diferente. Dentre outras ações legitimadoras da RSE no Brasil vê-se o incentivo que recebem os empresários por meio da extrafiscalidade, isto é, a utilização do tributo para outros fins que não a arrecadação.

Isso ocorre por meio das isenções e incentivos fiscais que o Estado concede ao empresário, seja para que este atue em algum projeto específico como o do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial-PDTI, Programa de Desenvolvimento Tecnológico da Agricultura – PDTA ou para ações que visem o desenvolvimento de determinada região.

Aqui o desenvolvimento não vem dissociado da palavra sustentável, como se o desenvolvimento tivesse somente seu aspecto positivo, sendo algo que impulsiona a economia de determinado lugar, mas a preserva também a despeito de quanto recurso natural seja utilizado ou desperdiçado para tal ‘desenvolvimento sustentável’. Ressalte-se que para suprir essa ausência de receitas provocada pela extrafiscalidade ou renúncia fiscal o Estado tem que cobrar mais de quem não goza de tais benefícios.

Os empresários se fazem valer da redução do Estado para se mostrarem capazes de fomentar um novo contrato social, baseado na democracia de mercados e gerenciamento da pobreza com soluções mínimas que buscam aplacar ou ocultar conflitos e novas formas de extração da mais-valia, particularmente da mais-valia relativa.

Tudo isso serve como aporte da RSE moldada com discursos de uma ética, uma moral que a cada dia aumenta a expropriação do trabalho e logra a todos com publicidade ambiental e filantrópica, contando com os recursos transmutados em forma de “incentivos do governo” ao Terceiro Setor, aquele bem definido no MARE: público não estatal. *“O que é estatal é, em princípio público. O que é público pode não ser estatal, se não faz parte do aparato do Estado” (CADERNOS 1 MARE, 1997).*

Interessante observar a contrariedade do empresariado ao mostrar que o Estado que é tão ineficiente e ineficaz no exercício das suas atribuições de atendimento à questão social, por meio das políticas públicas é tido como de uma extrema competência na nova configuração que lhe foi concedida no neoliberalismo: a de conseguir recursos por meio da tributação do próprio trabalhador e gentilmente ceder esses recursos a tão competente personificação do capital – as empresas.

Assim, as empresas atuam com gestão capaz de dilapidar os recursos concedidos às mesmas pelo Estado e em troca atendem uma pequena parcela da comunidade local com ações pontuais de filantropia, preservação ambiental e de qualificação de seus próprios trabalhadores visando maior produtividade, maior extração de mais valia, maior lucratividade. Todas essas ações empresariais fazem parte da RSE.

Ademais enche a todos de uma publicidade cansativa e enfadonha de marketing socioambiental utilizando-se da teoria da comunicação conhecida por Teoria do Agendamento que também já foi muito útil ao capital por meio do próprio Estado quando das campanhas dos problemas da saúde, da educação, da burocracia, dos privilégios dos servidores públicos – os vilões das amarras burocráticas do Estado no atendimento às demandas do cidadão. Se bem que isso ocorreu com um propósito bem definido de retirar o Estado de muitos setores em substituição pelo setor privado na busca de mais lucros, justificados por sua incontestável eficiência e garantia de resultados.

A Teoria do Agendamento (Agenda Setting) figura entre as chamadas Teorias Contemporâneas da Comunicação. Foi configurada pioneiramente pelo professor norte-americano Maxwell Mccombs, na ocasião em que procurou realizar um estudo dos efeitos da mídia na campanha eleitoral para presidente dos Estados Unidos em 1968. O estudo ocorreu na unidade de Chapell Hill, Estado da Carolina do Norte.

Na ocasião ficou comprovado que mesmo com a diversidade de classes sociais, o agendamento diário pelos jornais, revistas, rádio e TV era capaz de influenciar não só os eleitores como também os próprios candidatos, à medida que incluíam prioridades e valorizavam temáticas a partir do agendamento da mídia.

Por isso, a partir da avalanche diária de informações é possível colocar qualquer assunto na pauta das pessoas em véspera de eventos como Eleições Gerais, Olimpíadas ou Copa do Mundo verifica-se que quanto mais intensa a cobertura da mídia, mais as pessoas discutem, incluindo assim temas agendados pela mídia em sua agenda pessoal e social. Isso tudo ocorre como se a mídia agendasse nossas conversas, trazendo temas que sequer eram ou faziam parte da nossa vida. (NETTO, 2012, p.26).

Em Wolf (2002, p.144), um fragmento do professor Donald. L. Shaw sintetiza a *agenda setting* defendendo que:

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e de outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou ignora, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas. (Shaw, 1979, 96).

A utilização da Teoria da Agenda Setting ou Teoria do Agendamento no tocante a temas relacionados à RSE tem sido uma ferramenta utilizada constantemente pelos veículos de comunicação no Brasil e no mundo.

“Mesmo não podendo impor à população como pensar, tendo em vista a influência de fatores como escolaridade, faixa etária, padrão econômico, formação cultural, dentre outros, a mídia consegue influenciar sobre o que pensar.” (NETTO, 2012, p.26)

E é isso o que tem ocorrido com campanhas publicitárias de utilização de sacolas retornáveis, seleção do lixo, ação solidária, bem como as publicidades específicas dos produtos das empresas que sempre finalizam mostrando alguma ação, como por exemplo, plantio de árvores, doação do troco que o cliente deixa às instituições de combate ao câncer, ou mesmo mensagens curtas faladas por artistas de sucesso de como empresa está preocupada com o meio ambiente.

Um dos diversos aspectos da Teoria do Agendamento é o efeito da Acumulação, a qual está conceituada como sendo uma *“capacidade que a mídia tem de dar relevância a um determinado tema, destacando-o do imenso conjunto de acontecimentos diários que serão transformados posteriormente em notícia e, por consequência, em informação” (HOHFELDT 2001, p.201).*

Mas não é só a utilização da mídia que serve bem ao capital para convencer o próprio trabalhador expropriado a levantar as bandeiras de maior rentabilidade do capital, há também os currículos e práticas educacionais por meio de projetos e campanhas com toda a sorte de disseminação de ideologia de trabalhadores apolíticos, preocupados com a grande importância e capacidade do empresário em gerir suas vidas, sua miserabilidade, sua pobreza relativa ou absoluta; contando que todos se tornem consumidores-cidadãos conscientes, ambientalmente e politicamente corretos, de preferência míopes no sentido sócio-político-econômico.

Outro aspecto útil à aceitação do discurso da RSE pelo trabalhador está ligado à educação com influência direta do ideário neoliberal e da nova concepção empresarial: é o deslocamento do conceito de qualificação para o atual conceito de formação com base em

competências. Esta nova nomenclatura não se trata apenas de jogo semântico mas traz em si um forte direcionamento ideológico conforme nos demonstra Hirata (1994):

[...] a competência é uma noção oriunda do discurso empresarial [...] Noção ainda bastante imprecisa, se comparada ao conceito de qualificação, um dos conceitos-chaves da sociologia do trabalho francesa desde os seus primórdios [...] noção marcada política e ideologicamente por sua origem, e da qual está totalmente ausente a idéia de relação social, que define o conceito de qualificação para alguns autores (HIRATA, 1994, p. 132).

Com o desenvolvimento do complexo de reestruturação produtiva, tendo o toyotismo como momento predominante, emergiram as noções de competência e de competências que se constituem num forte componente ideológico das transformações que o capital promoveu nas últimas décadas. Verifica-se que enquanto a qualificação era uma arma nas mãos dos trabalhadores contra a pressão do mercado, por outro lado, as competências visam atender tão somente a demanda das empresas e se encontram dissociadas de um processo educacional de formação humanística e cidadã. Assim, criam-se, extinguem-se ou modificam-se carreiras, cursos e currículos ao bel prazer do mercado.

Em Ferretti (1997) temos que:

“[...] o conceito de competência representa a atualização do conceito de qualificação, segundo as perspectivas do capital, tendo em vista adequá-lo às novas formas pelas quais este se organiza para obter maior e mais rápida valorização.” Assim, podemos afirmar que a lógica da competência é a forma assumida pela qualificação do trabalhador no complexo de reestruturação produtiva, sob a era da universalização dos dispositivos, princípios e nexos organizacionais do toyotismo (FERRETTI, 1997, p.416).

Nesse sentido, importa que o Estado continue fraco para as políticas sociais que deveriam ser base de direitos universais, tornando-as focalizadas, seletivas, tal qual as ações de RSE dos empresários. Assim isso serviria ao fortalecimento da ideia de cidadania empresarial, pois se os empresários mostrarem que fazem o mesmo, ou até mais, que o Estado, sem falhas no processo e alcançando resultados não haveria dúvidas de que esse novo ethos da RSE é o necessário e suficiente à sociedade.

Esse é o discurso latente. Tamanho enfado há nele, considerando que a composição do Estado, particularmente no Brasil, em todos os tempos do decurso de sua história esteve concentrada nas mãos do grande capitalista, sejam os da oligarquia da terra, seja os da oligarquia industrial e atualmente da financeira.

Na RSE é importante que permaneça um Estado forte para a valoração do capital por meio de toda a sorte de especulação financeira, apropriação até mesmo da parte mínima do trabalhador reservado à sua reprodução, ou seja, além de aumentar a extração

de mais valia por meio da intensificação do trabalho nos moldes da reestruturação produtiva e discursos de voluntariados, ainda usurpa-o com os fundos de pensão, a posse dos sistemas de saúde e previdência, a indução a financiamentos com juros que lhe tiram o restante que lhe seria útil à sua produção e reprodução. *E mais uma vez como retrata Netto (2006) é o “Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para garantir os interesses do capital”.*

Diante de todas essas novas formas da relação de trabalho, vê-se que o discurso da RSE em nada se propõe a romper com a lógica que permeia a gênese do sistema capitalista e sua existência, ou seja, a expropriação do trabalho e o aumento da acumulação, não importando quais sejam os métodos utilizados para o aumento da produtividade e consequentemente das taxas de lucro.

Destarte, a RSE é evidentemente um investimento com risco mínimo para o capitalista e conta com a aliança tripartite extremamente útil ao sistema: a educação por onde são inculcados os valores dessa ideologia de “trabalhador cidadão sustentável”, a mídia com todo o seu poder de sedução para o convencimento de que tal trabalhador salva o planeta, e a legislação que permite a premiação dos empresários.

A RSE como apresentada atualmente é resultado das transformações decorrentes do ideário neoliberal, da reestruturação produtiva e acumulação flexível e a consolidação do discurso recorrente de empresa-cidadã preocupada com a sustentabilidade, a qual passa por mecanismos de legitimação, como descreveremos nos tópicos a seguir.

2.2. BALANÇO SOCIAL E A REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DA CIDADANIA EMPRESARIAL

O balanço social pode ser considerado um relatório qualitativo e quantitativo realizado utilizando-se de outras ferramentas gerenciais da empresa, particularmente documentos relacionados à gestão de recursos humanos e também das ações específicas de RSE externas, ou seja, que não são voltadas exclusivamente aos trabalhadores da empresa. Ademais as outras demonstrações contábeis são úteis na captação de dados e informações para a confecção do balanço social, destacando-se a Demonstração de Valor Adicionado-DVA, que *“tem como principal objetivo a apresentação do valor da riqueza gerada pela entidade e a forma de redistribuí-la.” (FREIRE e REBOUÇAS, 2001, p. 105).*

As discussões e a implementação do balanço social no Brasil e no mundo estão atreladas ao mesmo período das movimentações sociais que reivindicavam uma nova postura das empresas à frente dos negócios e que após terem sido apropriadas pelas empresas, resultaram no que hoje se conhece por Responsabilidade Social Empresarial.

Assim o final da década de 1960 até meados da década de 1980 há a consolidação do balanço social em diversos países da Europa e nos Estados Unidos.

No Brasil, a consolidação do balanço social ocorreu entre meados da década de 1980 e final da de 1990, tendo como maior expoente dessa discussão o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. Note-se que os períodos tanto do Brasil como do mundo em que se consolida a ideia do Balanço Social coincidem com o período da implementação da ideologia neoliberal nos mesmos. (TINOCO, 2001; FREIRE e REBOUÇAS, 2001).

O balanço social pode ser até mesmo considerado como um demonstrativo que aperfeiçoou outros relatórios já existentes nos países que, assim como o Brasil, tratavam de assuntos voltados para questões sociais basicamente relacionadas ao trabalho, como o caso da Relação Anual de Informações Sociais Brasileiras-RAIS. Estes estariam relacionados à memória social²³ do país. (FREIRE e REBOUÇAS, 2001).

O Balanço Social é: [...] *um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar de modo mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades aos mais diferentes usuários (TINOCO e KRAEMER 2004, p.87).*

Entende-se que o Balanço Social passa a ser uma demonstração contábil que reflete a atuação da empresa no tocante as ações de RSE, evidenciado as informações sobre programas de preservação do meio ambiente e de qualidade de vida do trabalhador – QVT.

Em Freire e Rebouças (2001):

O balanço social pode ser considerado como um demonstrativo técnico-gerencial que engloba um conjunto de informações sociais da empresa, permitindo que os agentes econômicos visualizem suas ações em programas sociais para os empregados (salários e benefícios), entidade de classe (associações, sindicatos), governo (impostos) e cidadania (parque, praças, meio ambiente, etc). (FREIRE E REBOUÇAS, 2001, p. 69).

Nesse sentido, pode-se ver o Balanço Social como o instrumento que evidencia de forma econômica a relação da empresa com seus trabalhadores e com a sociedade, trazendo dados que possam interessar a todos esses:

O Balanço Social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual a justificativa para sua existência deve ser explicitada. Em síntese, essa justificativa deve provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor á economia e à sociedade, porque

²³ Memória social pode ser entendida como “*informações acumuladas sobre as condições de trabalho oferecidas aos empregados pela empresa [...] Com base em uma memória social, as empresas podem tomar decisões mais bem fundamentadas no que diz respeito a seus recursos humanos*”. (FREIRE e REBOUÇAS, 2001, p. 101).

respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente. (RIBEIRO e LISBOA, 1999, p. 72).

A historicidade sobre o balanço social remete a apresentação de três países que se destacaram em relação a esse assunto, França, Bélgica e Portugal, dos quais a França pode ser considerada o maior inspirador para as discussões e consolidação do balanço social no Brasil. (SILVA e FREIRE, 2001; TORRES e MANSUR, 2008)

Em 1977 estabeleceu-se o marco legal na França sobre a utilização do balanço social. Foi um relatório social conhecido como *rapport Sudreau*. Neste relatório ficou definido o campo de aplicação, controle de informações e utilização constantes do balanço social (RIZZI, 2002, p.183).

O balanço social francês refletiu em certa medida as transformações que estavam em curso na sociedade francesa da época, pois a chegada da esquerda ao poder com a eleição de François Mitterrand em 1981 retardou a entrada do neoliberalismo na França contrariamente ao que ocorria nos Estados Unidos e Inglaterra.

No modelo francês apenas empresas públicas e privadas com mais de 299 empregados eram obrigadas a elaborar anualmente o balanço social, que consistia num documento que permitia apreciar a situação da empresa no domínio social. Tal balanço era dividido nos capítulos emprego, remunerações e encargos sociais, condições de higiene e segurança, outras condições de trabalho, formação profissional, relações profissionais e outras condições de vida dependentes da empresa (FREIRE e REBOUÇAS, 2001, p.71-73).

Os diferentes modelos de balanço social que foram surgindo em outros países da Europa e nos Estados Unidos da América – EUA também refletiram as circunstâncias econômicas e posicionamentos políticos destes países, tais como a obrigatoriedade para empresas públicas ou privadas com maior ou menor número de empregados, os enfoques mais trabalhistas, ambientalistas ou econômicos e a presença de maior ou menor atuação das empresas em assuntos que deveriam pertencer ao Estado. Essa maior interferência refletidas nos enfoques das empresas em ações que deveriam ser do Estado, como no caso dos EUA, mostra que a referência de modelo de Estado para este e outros países é o Estado Neoliberal.

O modelo francês e o modelo belga são os que mais demonstram preocupação com a manutenção dos níveis de emprego, nos demais as ações voltam-se mais para a qualificação dos trabalhadores efetivos e esta qualificação relaciona-se diretamente com o aumento da produtividade. Os enfoques dos balanços sociais de diferentes países possibilita comparar diferentes níveis das relações Estado e Capital, de acordo com a conjuntura predominante naquele momento histórico.

Na tabela a seguir estão retratados diferentes enfoques do Balanço Social em alguns países:

Quadro 1 – Enfoques do balanço social em diversos países

PAÍS	ENFOQUE
Estados Unidos	Consumidores/clientes e sociedade em geral; qualidade dos produtos, contribuição da empresa às ordens culturais, transportes coletivos e outros benefícios à coletividade; abordagem de caráter ambiental, controle da poluição.
Holanda	Informações sobre condições de trabalho.
Suécia	Informações para os empregados.
Alemanha	Condições de trabalho e aspectos ambientais.
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões para divulgação mais ampla dos relatórios sociais.
Bélgica	Volume de emprego, enfoque sobre pessoal, enfoque sobre criação e manutenção de empregos, formação dos empregados.
Portugal	Enfoque sobre recursos humanos.
França	Emprego, remuneração e encargos sociais, condições de higiene e segurança dos trabalhadores, formação e outras condições de vida.

Elaborada pela autora com base em: RIZZI 2002; FREIRE e REBOUÇAS, 2001.

Na década de 1980, os primeiros balanços sociais são publicados no Brasil por uma empresa de fertilizantes e pela Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN. Em 1986 é criada a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social – FIDES, com o objetivo de humanização das empresas e sua articulação com a sociedade, valorizando os princípios éticos nas mesmas (TINOCO, 2001).

O balanço social da Nitrofertil, empresa estatal situada na Bahia, realizado em 1984, é considerado o primeiro documento brasileiro do gênero que assume o nome de Balanço Social. No mesmo período, estava sendo realizado o BS do Sistema Telebrás, publicado em meados dessa década. O Banespa publicou o seu em 1992, compondo a lista das empresas precursoras em BS no Brasil (TORRES e MANSUR, 2008, p.17).

Entre os principais fatores que contribuíram para a consolidação do Balanço Social estão: a pressão por parte das agências internacionais, as campanhas de várias instituições de preservação da natureza para que as empresas privadas e públicas reduzissem o impacto ambiental, a Constituição de 1988 – que representou um grande avanço tanto em questões sociais como ambientais – o exemplo de programas educacionais, esportivos e de apoio culturais realizados por grandes empresas multinacionais e por último, a atuação de grandes empresas públicas nacionais.

Do ponto de vista do marco legal, *“em 1991 surgiram os primeiros movimentos políticos por iniciativa do senador Valmor Campelo que encaminhou um anteprojeto propondo a publicação do balanço Social ao Congresso, sem conseguir atingir seu objetivo”* (TINOCO, 2001 apud SOUZA, 2008, p.34). Já em 1997 ocorre a apresentação do Projeto de Lei 3.116, de autoria das deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling que também foi arquivado (SOUZA, 2008, p.34).

Na segunda metade da década de 1990 avançam as práticas e instrumentos de medição da RSE. Em 1997 o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, então comandado por Betinho, lança campanha pela divulgação voluntária do Balanço Social, disponibilizando um modelo bastante utilizado atualmente no mundo empresarial.

O IBASE (2007) divulga:

A idéia de Balanço Social é demonstrar quantitativamente e qualitativamente o papel desempenhado pelas empresas no plano social, tanto internamente como na sua atuação na comunidade. Os itens dessa verificação são vários: educação, saúde, atenção à mulher, melhoria na qualidade de vida e de trabalho de seus empregados, apoio a projetos comunitários visando à erradicação da pobreza, geração de renda e de novos postos de trabalho (IBASE, 2007).

Diversas empresas passaram a divulgar seus chamados relatórios ou balanços sociais anuais contendo descrições puramente meritórias sobre as ações realizadas para a comunidade, meio ambiente e em relação aos funcionários. Inicialmente, os relatórios aparecem sob a forma de documentos internos e depois são divulgados nos meios de comunicação e na própria publicidade corporativa. Ainda não existia nenhuma forma de padronização ou modelo mínimo comum adotado pelas empresas no Brasil (IBASE, 2011).

Os movimentos liderados por Betinho em questões relacionadas à prevenção de Aids e ao combate à fome fortaleceram a ideia de que uma ação social e ambiental mais efetiva por parte das empresas públicas e principalmente das empresas privadas – realizada de maneira independente, era não só desejável como deveria ser incentivada em nossa sociedade.

A questão da responsabilidade social das empresas e da publicação anual do balanço social ganhou destaque na mídia e uma intensa visibilidade nacional quando Betinho escreveu o artigo “Empresa pública e cidadã” em 1997. Esse texto desencadeou um amplo debate nos principais jornais do país (SILVA e FREIRE, 2001).

Os balanços sociais anuais passaram a fazer parte da realidade de um número cada vez maior de corporações, tornando o modelo Ibase a metodologia mais utilizada e a principal referência quando se trata de relatórios socioambientais realizados e publicados por empresas no Brasil. Este modelo constitui-se de uma planilha composta prioritariamente por indicadores quantitativos referentes às informações e aos dados sobre investimentos financeiros, sociais e ambientais. (FREIRE e REBOUÇAS, 2001).

O balanço social da empresa elaborado segundo a metodologia do Ibase²⁴ apresenta dados e informações de dois exercícios anuais por meio de uma tabela bastante simples e

²⁴ Um modelo completo do balanço social brasileiro segundo o IBASE é apresentado no Anexo III deste trabalho.

direta, que deve ser publicada e amplamente divulgada. O modelo atual é composto por 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, organizados em sete categorias ou partes descritas a seguir:

Quadro 2 – Síntese das categorias e indicadores do balanço social do IBASE

CATEGORIA	INDICADORES
Base de cálculo	São as três informações financeiras – receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta – que servem de base de cálculo percentual para grande parte das informações e dos dados apresentados.
Indicadores sociais internos	São todos os investimentos internos, obrigatórios e voluntários, que a empresa realiza para beneficiar e/ou atender ao corpo funcional.
Indicadores sociais externos	São as ações sociais privadas realizadas por empresas visando à sociedade ou alguma comunidade externa relacionada, direta ou indiretamente, com os objetivos ou interesses das corporações.
Indicadores ambientais	Os investimentos da empresa para mitigar ou compensar seus impactos ambientais e também aqueles que possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa, seja por meio de inovação tecnológica, seja por programas internos de educação ambiental.
Indicadores do corpo funcional	Informações no que concerne à criação de postos de trabalho, utilização do trabalho terceirizado, número de estagiários, valorização da diversidade e participação de grupos historicamente discriminados no país em cargos de chefia e gerenciamento da empresa (mulheres e negros).
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Refere-se as ações com grande ênfase no público interno; apresentando indicadores qualitativos que mostram como está a participação interna e a distribuição dos benefícios e diretrizes e das práticas de gestão da responsabilidade social corporativa.
Outras informações	Este espaço é reservado e amplamente utilizado pelas empresas para divulgar outras informações que sejam relevantes para a compreensão de suas práticas sociais e ambientais.

Elaborada pela autora com base em: IBASE (2011).

Apesar dos balanços sociais serem apresentados como um instrumento de relevância para que a sociedade acompanhe as ações de RSE em prol de seus trabalhadores e da comunidade, entendemos que eles na realidade são instrumentos gerenciais para o controle por parte das empresas em relação às atividades laborais, sendo úteis ao planejamento estratégico em assuntos que venham a reduzir os custos com o trabalho, como a qualificação do trabalhador, alguns benefícios de saúde ou outros que farão com o mesmo seja mais produtivo. Nessa mesma linha pode ser útil à redução do quadro e conseqüente redução de despesas trabalhistas, bem como a substituição dos custos com o trabalhador por tecnologia.

No tocante aos enfoques das questões socioambientais pode ser útil da mesma forma, pois a Administração tem instrumentos gerenciais capazes de levantar índices precisos à empresa sobre os retornos financeiros dos investimentos em ações com projetos

ambientais e de assistencialismo social. Isso é expresso na fidelização dos clientes e na segurança do patrimônio empresarial na comunidade em que está inserida.

É até intrigante a seguinte assertiva:

Apesar das empresas avaliarem seu investimento social em comunidades, elas não possuem meios de mensurar com exatidão o retorno deste investimento para suas empresas. O que existe é uma expectativa de retorno reputacional ou a consciência de que pode contribuir para o equilíbrio social, minimizando os conflitos sociais em pequena escala. Desta forma acreditamos que a rentabilidade do investimento social para as empresas não é conhecida antecipadamente, devido ao próprio contexto de incertezas em que essas empresas estão inseridas. (COSTA, 2006, p.).

Consideramos que as empresas, exceto talvez as micro, e pequenas empresas e os empreendedores individuais - na sua maioria antigos trabalhadores estáveis que, em face ao desemprego tornaram-se como uma última alternativa “empreendedores” - não agem dessa forma, “levadas por incertezas” e sem saberem se suas ações trarão retorno ou não. É fato que ante as próprias contradições do sistema é possível que em alguns momentos não alcancem a taxa de lucro planejada.

Entretanto, as grandes empresas e grandes corporações que dominam o mundo²⁵ e subjagam os governos têm suas ações pautadas no planejamento, estabelecendo suas metas, objetivos e meios para alcançá-los muito antes de realizarem as ações. De forma clara é anunciada pelos próprios mecanismos do capital a apropriação por parte das empresas da riqueza produzida²⁶, reafirmando a dominação exercida pelas mesmas.

QUADRO 3 – Concentração mundial do capital pelas empresas em 1980 e 1990

SEGMENTO	ANO	% DE CONCENTRAÇÃO
Peças de vidro para automóveis	1998	Três empresas detêm 53% da produção mundial
Pneus	1998	Seis empresas detêm 85% da produção mundial
Processamento de dados	1987	Dez empresas detêm 100% da produção mundial
Material médico	1989	Cinco empresas detêm 90% da produção mundial
Café solúvel	1994	Duas empresas detêm 80% da produção mundial
Cereais	1994	Duas empresas detêm 75% do comércio mundial
Bananas	1994	Três empresas detêm 80% do mercado mundial
Tabaco	1994	Três empresas detêm 87% do comércio mundial
Banco de imagens	1994	Três empresas detêm 80% da produção mundial
Automóveis	1994	Dez empresas detêm 76% da produção mundial
Equipamentos de	1997	Quatro grupos detêm 70% das vendas mundiais

²⁵ As empresas privadas vem assumindo proporções consideráveis de influência econômica e social. O World Watch Institute dos Estados Unidos calculam que as quinhentas maiores empresas do mundo controlam 70% do comércio mundial e 30% do produto interno bruto. Estudos do Institute of Policy Studies mostram que, entre as cem maiores economias do mundo, 51 são empresas globais (MENDONÇA, 2002, p.152).

²⁶ COSTA (2008, nos apresenta nas páginas 171-175, uma tabela com as 100 maiores empresas mundiais com relação ao volume de atuação das empresas no sentido do poder e da dominação que essas exercem atualmente na página.

telecomunicações		
Aeronáutica civil	1998	Dois grupos detêm 95% da produção mundial
Microprocessadores	1997	Um grupo controla 60% do mercado mundial

Fonte: Elaborada pela autora com base em: COSTA, 2008.

Em Ashley (2005)²⁷:

Existem diversos indicadores, métodos ou modelos que permitem apurar o desempenho econômico-financeiro e, conseqüentemente, o valor de uma empresa. [...].

Os índices econômico-financeiros são divididos em grupos de análise conforme o aspecto de desempenho a ser analisado. A divisão segue um padrão já tradicional na literatura especializada, fazendo-se uma classificação em quatro grupos: liquidez e atividade; endividamento e estrutura; rentabilidade; e análise de ações.

[...] Os indicadores de rentabilidade refletem relações que permitem avaliar o desempenho da empresa, relacionado ao lucro gerado pela atividade empresarial decorrente dos investimentos realizados. [...] têm-se a medida exata do desempenho econômico-financeiro. (ASHLEY, 2005, p. 191-192)

A atividade empresarial move-se em prol do lucro e não pela consciência moral e ética apresentada no cerne da RSE, exceto quando isso se reverte em lucros ou, ao contrário, se a empresa tiver seu patrimônio intangível da qual a imagem faz parte atingida e lhe ocasione prejuízos. Ademais os resultados das atividades de RSE já estarão expressos nas demais demonstrações contábeis e investidores buscarão conhecer índices de rentabilidade para aplicar seu capital ao invés de ações de filantropia da RSE.

Assim, o balanço social é um relatório que serve bem ao propósito daquilo que foi apresentado no início desta seção, que é o de capturar demandas reivindicatórias e ocultá-las fazendo com que o empresariado consiga desfazer a possível imagem negativa que teria ou a responsabilização pelos danos socioambientais causados por suas atividades produtivas (GOMES, 2005).

O balanço social é um relatório que só apresenta aspectos positivos para a empresa, ou seja, ao invés de se saber quanto foi intensificado o trabalho, quanto de área ambiental seja do solo, água, ar, fauna, flora foi destruída, quanto de recursos foi tirado do trabalhador por meio do desemprego, do adoecimento, das condições insalubres, do assédio moral²⁸ e

²⁷ No capítulo 9 que trata da Responsabilidade social empresarial e valor das empresas a autora nos traz um detalhamento sobre este assunto com extensa apresentação de diversos índices e exemplos reais.

²⁸ O assédio moral está diretamente ligado à perseguição feita com sutileza, de modo imperceptível por superiores a subordinados, desqualificando intencionalmente o trabalho dos mesmos, que com o passar do tempo, tornam-se conseqüentemente doentes físicos e psíquicos. (HELOANI, 2005).

sexual que muitos são submetidos, entre tantas outras variáveis e ser responsabilizada por isso, a empresa é premiada pelas ações pontuais de RSE que desenvolve.

Na verdade, as negatividades em relação à ação produtiva da empresa estarão expressas no balanço patrimonial e outras demonstrações contábeis, as quais interessam aos investidores onde são identificados realmente as despesas e receitas, os ativos e passivos e, evidentemente, o lucro real da exploração empresarial.

2.3. MARKETING SOCIOAMBIENTAL E VANTAGENS COMPETITIVAS

Na Responsabilidade Social Empresarial pode ser evidenciada a utilização avassaladora do marketing socioambiental, ainda que o objetivo da RSE seja tão somente o aumento do lucro por meio de mais trabalho não pago de um trabalhador-cidadão, que tem sido enredado por publicidades que o leva a pensar que como consumidor consciente e voluntário social estará salvando o planeta, ainda que o capitalista mantenha a mesma forma de produção e expropriação do trabalho.

A utilização do marketing socioambiental está diretamente ligada à preocupação com sua imagem perante a sociedade.

A lógica que se impõe a partir da imagem é: “o que aparece é bom; o que é bom aparece” – de tal modo que o reconhecimento social desses indivíduos desamparados depende inteiramente da visibilidade. Só que não se trata da visibilidade produzida pela ação política, mas da visibilidade espetacular, que obedece a uma ordem na qual o único agente do espetáculo é ele mesmo. (KEL , 2004, p. 49 apud EZEQUIEL, 2005, p.42)

A RSE é útil em tornar invisível a classe trabalhadora por meio da cooptação dos sindicatos, da quebra da identidade de classe num sistema de produção fragmentado. Assim os ‘trabalhadores’ passam a ser denominados ‘colaboradores’, numa demonstração nítida de ideias de cooperação entre capital e trabalho, contando que o trabalho permaneça na subsunção do capital, como nos mostra a teoria marxiana.

No Brasil sempre foi de grande utilidade à invisibilidade como no caso de tornar invisível por longo tempo os negros, índios, mulheres, analfabetos e deficientes, negando-lhes assim os direitos e a efetivação de políticas públicas que buscassem atender suas demandas. Recentemente é que se tem visto algumas mudanças nesse sentido, como no caso de políticas afirmativas para negros, índios e deficientes, particularmente nas políticas de educação e saúde, e também ações para conscientizar e minimizar a violência contra as mulheres.

Mesmo assim, vivencia-se uma sociedade aquém da efetivação da cidadania e absorvida por um discurso *'do público não estatal, do público, porém privado, do Estado com controles de mercado, da democracia mercadológica'*. É um momento de extrema fetichização onde tudo e todos devem ser submissos à espetacularização do ser humano pelo 'deus' mercado, pois *"[...] a sociedade em que vivemos, tem sua esfera pública privatizada, na qual atributos da cidadania se convertem em bens de consumo e na qual a lógica do espetáculo absorve e comanda a organização e a disposição dos conteúdos."* (BUCCI, 2004, 41 apud EZEQUIEL, 2005, p.42).

As campanhas publicitárias de produtos do bem repassam ao consumidor sentimentos de pertencer à cidadania empresarial, à prática de socorrer os necessitados e a credibilidade por parte deste de que a empresa está sendo cidadã, ainda que seja ele mesmo o financiador do projeto social da empresa, visto claramente em campanhas como o troco solidário, entre outros exemplos.

Essas campanhas publicitárias se tornam *"um diferencial competitivo "espetacular" que potencializa as vendas e fortalece a imagem da empresa, mas que não ameniza as sequelas da "questão social", pelo contrário, dificulta-lhe o entendimento e a possibilidade de superação."* (EZEQUIEL, 2005, p. 40).

Há uma despolitização da questão social que se torna empecilho da efetivação de políticas sociais universalizantes, antes preferindo o Estado ações focalizadas e assistencialistas. Agindo dessa forma, fica mais difícil ainda para o cidadão identificar a diferença entre a ação do Estado e da empresa, nesse novo modelo de parceria entre estes.

Para que isso seja cada vez mais aceito e sejam minados os movimentos de resistência ou de contestação, ferramentas da administração e da comunicação estão sendo utilizadas com intensidade. Dentre elas, destaca-se o papel do marketing que agora é idealizador, difusor e consolidador do discurso de RSE.

A RSE pode ser vista sob o prisma da espetacularização da sociedade, quando se pensa no marketing socioambiental no qual as *"imagens são falseadas, pois produzidas por uma parte da sociedade (comunicação unilateral) [...] que as transformam em comportamento real, consenso; o vivido torna-se imagem da imagem tornada do real."* (EZEQUIEL, 2005, p.41).

Um aspecto em destaque com relação ao marketing social e o retorno que isso traz para as empresas está relacionado à valorização de vincular a imagem da empresa às causas ambientais, o que é feito por meio do marketing ambiental ou ecológico ou marketing verde que basicamente destacam iniciativas que reduzem os custos de produção, tais como as que minimizam o consumo de recursos não renováveis, a utilização de reciclagem, do

uso alternativo de refugos de produção, da redução do gasto energético, da conscientização corporativa contra o desperdício. (SAAD *et al*, 2002; DONAIRE, 1995).

A preocupação com a imagem da empresa tem levado as mesmas a implantarem rótulos, logotipos e slogans que criem uma identificação com projetos ambientais e fixem na mente dos indivíduos o quanto a empresa está preocupada com a preservação do ambiente, como na criação dos ecorrótulos que estão nas embalagens dos produtos e visam influenciar o consumidor a comprar produtos menos prejudiciais, feitos de material reciclado, que usam menos energia, poluem menos o ar e cujo descarte não oferece perigo de contaminação. (SAAD *et al*, 2002, p. 321).

Assim há agências especializadas em marketing verde e há todo um trabalho de conhecer o mercado, ou seja, as preferências do consumidor e quais as ‘publicidades verdes’ que terão o impacto direto sobre a decisão de compra do consumidor. Essa pesquisa de mercado é pautada no mix ecológico, conforme demonstramos na tabela a seguir:

QUADRO 4 – Elementos do Mix Ecológico – Marketing Verde

ELEMENTO	DEFINIÇÃO
Produto Verde	O produto verde é constituído pelos bens e serviços oferecidos ao mercado para satisfazer às necessidades e aos desejos dos clientes.
Preço Ecológico	O preço constitui o indicador geral do valor atribuído ao produto pelo consumidor e reflete os valores ambientais que o produto possui além dos demais valores envolvidos e custos de sua produção.
Distribuição Ecológica	A distribuição engloba o conjunto de atividades referentes à transferência de mercadorias dos fabricantes e fornecedores aos seus clientes, sejam eles pessoas físicas ou empresas. É o instrumento de marketing que relaciona produção e consumo.
Comunicação Ecológica	A comunicação é a variável que projeta e sustenta a imagem da empresa, destacando seu diferencial ecológico junto à sociedade. É a promoção do produto ecológico.

Fonte: Elaborado pela autora com base em : DIAS, 2003, p.143-148

O marketing socioambiental utiliza-se das mesmas técnicas do marketing empresarial, porém com um enfoque em dar a maior visibilidade possível ao “bem” que as empresas fazem na efetivação da RSE. Há até mesmo nos nossos dias a associação a dizer que algo ou alguém é do “bem”, se tiver inserido na RSE é ‘mais do bem ainda’. (Ezequiel, 2005).

O “marketing social é definido como o “projeto”, implementação e controle de programas que procuram aumentar a aceitação de uma idéia, causa ou prática social entre um grupo-alvo”. (KOTLER & ARMSTRONG (1998) apud MIRANDA, 2002, p. 236).

O marketing social é “aquilo que se convencionou chamar, na linguagem do mercado, de “valor agregado” à marca ou a imagem da empresa, como resultado de seu investimento social”. (CÉSAR, 2008, p.282)

As empresas preocupam-se em conhecer uma causa social específica que lhe renda a imagem de “empresa do bem”, como apoio a entidades que cuidam de pacientes com câncer ou alguma ação “benevolente” de assistencialismo em uma comunidade longínqua, ribeirinha, da floresta ou da favela, o que importa é identificar o quão “nobre” é a causa a qual está se dedicando. Tudo isso, cria uma identidade²⁹ da empresa que penetra no imaginário do consumidor e faz com o mesmo procure seus produtos. Assim o marketing socioambiental torna-se um diferencial competitivo e fideliza o consumidor.

Para isso, as empresas têm expandido sua ação mercadológica para um mercado simbólico, ou seja, um mercado dirigido para a identidade da empresa, da sua marca, paralelamente ao mercado material, que é aquele voltado para a comercialização dos seus produtos e serviços. Atuando no mercado simbólico, as empresas passam a desenvolver ações institucionais, objetivando a fixação de uma boa imagem da organização nos diversos públicos. (BUENO et al, 2002, p.288)

No marketing socioambiental da RSE há uma exaltação das ações da empresa que são certificadas com os mais diversos selos, ou seja, há uma marca que as identifica como responsáveis socialmente. Isso é muito útil, assim como todas as expressões relacionadas à RSE como a empresa cidadã, socialmente responsável, responsabilidade ambiental, dentre outros que agora são associadas diretamente à imagem da empresa.

O reconhecimento da empresa-cidadã ou socialmente responsável seja por seus trabalhadores ou consumidores é resultado da articulação dos processos de imagem/marca/identidade da empresa.

“Na visão empresarial “a responsabilidade social” resulta na construção de uma imagem positiva de “empresa parceira” e, conseqüentemente na desconstrução da imagem negativa de “empresa” que explora o trabalho e depreda o meio ambiente.” (CÉSAR, 2008, p.283).

Bueno et al (2002), também nos apresenta a preocupação da empresa com a imagem, visto os danos ou os ganhos financeiros que isso possa trazer, devido ao valor agregado que a imagem produz. A autora nos traz:

Desenvolver essa imagem perante os públicos do mercado requer investimento e trabalho persistente, principalmente pelo fato de as pessoas terem uma tendência a conservar a imagem já formada. Isso pode ser tanto uma vantagem para as empresas que já se deram conta desse poderoso

²⁹ “Apesar de parecerem conceitos similares, eles diferenciam-se entre si, visto que se entende por identidade aquilo que uma organização é e como deseja ser percebida, ao passo que a imagem é como tal organização é realmente percebida por seus públicos.” (BUENO et al, 2002, p.287).

instrumento como contribuir para a desvalorização de empresas que não se preocupam com a sua imagem institucional. (BUENO et al, 2002, p. 289)

Assim, se o Balanço Social já caracteriza uma imagem positiva da empresa, visto que não é evidenciado ali o quanto de área verde foi desmatada, quanto os rios foram assoreados, quanto de nascentes foram extintas, quantas populações que viviam há séculos em regiões ribeirinhas são retiradas de seu lugar em nome do “desenvolvimento sustentável”, jargão da RSE, passando a ter condições de sobrevivência indignas, no marketing socioambiental a boa imagem da empresa é mais que caracterizada, ela é exaltada, exacerbada, levando a uma credibilidade por parte de seu público de a empresa possa ser agente de transformação social, que possa ser capaz de implantar um “novo contrato social”.

“Nota-se, entretanto, que as empresas estão mais preocupadas em difundir que atuam de modo socialmente responsável do que verificar e/ou comprovar os resultados efetivos desse agir.” CÉSAR (2008, p.283).

Isto posto vê-se que a dominação inserida na RSE, que está “*permeada de vieses políticos-ideológicos*”, utiliza-se de as estratégias de marketing como ferramenta para o empresário alcançar as vantagens competitivas da RSE. (GOMES, 2005)

O marketing socioambiental realizado pelas empresas começa dentro de suas portas, ou seja, o primeiro público consiste nos trabalhadores agora chamados de colaboradores e “colaboradores do capital”, que são apreendidos por meio do endomarketing, que faz com que os trabalhadores passem a serem considerados os primeiros clientes da empresa, ou seja, o cliente interno chave para o sucesso e não só a mão de obra da empresa.

Para um processo de Endomarketing correr bem o administrador tem como maior preocupação promover diversas formas de motivação, satisfação e participação no ambiente de trabalho, com a finalidade de fazer com que os colaboradores se adaptem à cultura organizacional atingindo seus objetivos, por isso a comunicação se torna algo indispensável na empresa.

Endomarketing consiste em ações de marketing dirigidas para o público interno da empresa ou organização. Sua finalidade é promover entre funcionários e os departamentos os valores destinados a servir o cliente ou dependendo do caso, o consumidor. Essa noção do cliente por sua vez, transfere-se para o tratamento dado para os funcionários comprometidos de modo integral com os objetivos da empresa. O comprometimento implica a adesão aos valores e objetivos da empresa por meio de Endomarketing e pressupõe o trabalho em equipe, em um contexto de mercado pela

cooperação e pela integração dos vários serões da organização. (BEKIN, 2004, p.3).

É importante sintonizar e sincronizar todos os colaboradores da empresa, que devem adquirir forças na sua relação e mostrar que todos que estão ali são clientes também. Antes de o produto ser vendido para o cliente externo é preciso que a organização venda primeiramente aos seus clientes internos, fazendo com que eles se convençam de que é um bom produto para assim poderem ser repassados para os clientes externos.

Nos dias de hoje essa venda não está relacionada a aspectos físicos de um produto, mas a um impacto ambiental, aos níveis de satisfação psicossocial, valores éticos e morais. Enfim, existe uma ampla rede de significações objetivas e subjetivas em torno de venda de um produto ou serviço.

Vê-se que a ferramenta do endomarketing serve bem a propósitos da reestruturação produtiva porque preza pelo fortalecimento do trabalho em equipe, e mesmo que isso intensifique cada vez o trabalho com aumento de metas o trabalhador traz consigo um sentimento de auto valoração em fazer parte da empresa.

Uma forma de endomarketing é quando as empresas realocam seu quadro de funcionários incentivando-os a polivalência e multifuncionalidade e dizem que os *“colaboradores devem vestir a camisa da empresa e devem desfilar com ela”*.

Há casos de endomarketing como de algumas marcas de cosméticos, na qual seus trabalhadores nem mesmo possuem vínculo empregatício formal porque são “consultores”, “representantes” e “revendedores”. Também daqueles em que as pessoas precisam alcançar a meta de colocar mais pessoas no negócio, são as chamadas ‘pirâmides’, e assim ficam o tempo todo falando do seu trabalho, da sua empresa, dos produtos que revende, seja por meio de conversa pessoal, seja por suas redes sociais ou outros meios. Assim, vão surgindo cada vez mais novas formas de extração de mais valia-relativa, porque nesse contexto é isso que ocorre, mais trabalho não pago.

Bekin (2004) afirma que “o endomarketing tem como objetivo tornar transparente para os funcionários os objetivos da organização, de forma a harmonizar o objetivo do funcionário com o objetivo global da empresa.” (BEKIN, 2004, p. 49).

É necessário que todos os funcionários estejam cientes sobre sua visão e missão para melhor interagir no seu desempenho, inserindo também metas, resultados, produtos, serviços e mercados. Aqui está fulgente qual o objetivo do endomarketing, aumento da produtividade por meio de uma forma sutil de intensificação do trabalho.

Fica claro que a empresa precisa conhecer muito bem seu público interno para comunicar-lhe seus objetivos. Ela deve reduzir o marketing externo e construir relacionamentos com o público – agora interno – por meio da

compreensão clara dos objetivos empresariais e sociais da organização. (BEKIN, 2004, p.49).

O fato é que o trabalhador 'veste a camisa' da sua empresa nos projetos de RSE, trabalhando voluntariamente e isso faz com que se sinta valorizado e importante. Isso sem falar na sutil coibição embutida nesses processos, pois aquele que não quiser se sentir inserido, passa por constrangimento junto aos colegas e aos superiores que exercem o poder de mando em nome da empresa, numa organização burocrática.

Como outrora, o Estado tem sido hoje o legitimador dessa dominação, hodiernamente em relação à RSE por meio de legislações de reconhecimento das empresas que desenvolvem projetos de RSE, concedendo-lhes certificações legais que como dito anteriormente premia as empresas em sua exploração produtiva, ao invés de responsabilizá-las pelos danos socioambientais, esses sim, partilhados com todos os seres humanos.

Ao perceber que o discurso de uma conduta ética lhe rende maiores dividendos, as empresas esforçam-se por desenvolverem com maior profissionalismo e investirem mais arduamente nos sociais, particularmente na busca das certificações que lhe rendam a imagem de empresa socialmente responsável, preocupada com a coletividade e com a sustentabilidade.

No intuito de estimular a responsabilidade social empresarial, uma série de instrumentos de certificação foi criada nos últimos anos, dentre eles os selos referendados pelo marco legal como o de Certificado de Responsabilidade Social-MT, criado pela Lei 7687/MT de 25 de junho de 2002. Esta e outras legislações legitimam por meio do Estado o discurso de RSE. Há ainda muitos selos valorizados pelo mercado e que fidelizam os consumidores, como os selos ecológicos ou ambientais.

QUADRO 5 – Principais selos ecológicos mundiais

PAÍS	SELO	ANO DE INÍCIO
Alemanha	Blue Angel	1977
Suécia	Nordic Swan	1986
Canadá	Ecological Choice	1988
França	NF Environment	1989
Japão	Eco-Mark	1989
Estados Unidos	Green Seal	1990
Suécia	Environmental Choice	1990
Comunidade Européia	Ecolabel	1992

Fonte: Elaborado pela autora com base em: DIAS, 2003.

O apelo relacionado a esses selos ou certificados é de fácil compreensão. Num mundo cada vez mais competitivo, empresas vêem vantagens comparativas na aquisição de certificações que atestem sua boa prática empresarial. A pressão por produtos e serviços

socialmente corretos faz com que empresas adotem processos de reformulação interna para se adequarem às normas impostas pelas entidades certificadoras.

Os selos de certificação como “empresa cidadã”, “amiga da criança”, “produto feito sem degradação ambiental” ou com “madeira reflorestada”, dentre outros, têm servido como fator principal na escolha de muitos produtos e de desempate entre aqueles absolutamente iguais em preços e qualidade.

Há inúmeros selos e certificações criados por instituições do mercado que auditam as empresas ou por institutos como o IBASE e ETHOS ou os instituídos por leis. Entre algumas das certificações mais cobiçadas atualmente enumeramos as seguintes:

1. Selo Empresa Amiga da Criança: criado pela Fundação Abrinq para empresas que não utilizem mão-de-obra infantil e contribuam para a melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes;
2. ISO 14001: são ações coordenadas dentro das empresas e auditadas externamente que estabelecem princípios comuns para os sistemas de gestão da qualidade e gestão ambiental, envolvendo uma análise da atuação do conjunto da organização e não só do produto.
3. ISO 9000: dá destaque às ações de sistema de controle de qualidade.
4. AA1000: O AA1000 foi criada em 1996 pelo Institute of Social and Ethical Accountability. Esta certificação de cunho social enfoca principalmente a relação da empresa com seus diversos parceiros, ou “stakeholders”. Uma de suas principais características é o caráter evolutivo já que é uma avaliação regular (anual).
5. AS 8000; A “Social Accountability 8000” é uma das normas internacionais mais conhecidas. Criada em 1997 pelo Council on Economic Priorities Accreditation Agency (CEPAA), o SA8000 enfoca, primordialmente, relações trabalhistas e visa assegurar que não existam ações antissociais ao longo da cadeia produtiva, como trabalho infantil, trabalho escravo ou discriminação.

Assim, a abertura de novos mercados ou manutenção dos já conquistados, tem utilizado de pesquisas minuciosas que avaliam o comportamento do consumidor e comprova o quanto esse é influenciado na escolha de produtos que tragam consigo os selos de sustentabilidade, muito bem explorados pelo marketing empresarial.

“De modo geral, os principais resultados deste investimento apontados pelas empresas estão relacionados ao cumprimento das metas dos projetos e ao seu reconhecimento público por meio de prêmios, menções e certificações.” (CÉSAR, 2008, p. 283).

Enfim, a utilização do marketing socioambiental aliado à educação e legislação não só consagra a ação de RSE das empresas, que já fortaleceram essa ideia em sua estrutura,

como garantem a expansão de um mercado gestor da RSE, pronto a atender o empresário que queira adentrar nesse novo modelo de atuação empresarial.

Há instituições que ensinam o empresário a doar, outras que lhe mostram como captar recursos e fazer parcerias, [...] enfrentar o imposto de renda, pautar matérias jornalísticas, mudar de vocabulário e mentalidade, aprender a informar-se em seminários de discussão e até mesmo compatibilizar as exigências de produtividade da empresa diante de seus trabalhadores por meio de programas filantrópicos. (PAOLI, (2003) apud CÉSAR, 2008, p. 280).

Assim há uma rede de agências de consultoria e assessorias que disputam os clientes-empresas que queiram saber como se tornarem socialmente responsáveis e desfrutar das vantagens competitivas e aumento do lucro por meio da RSE.

A certificação como estratégia de marketing é utilizada pelas empresas como diferencial competitivo porque apresenta uma marca ambientalmente correta e socialmente responsável, contribuindo para inserção em novos mercados que adotam critérios de exigência ambiental. (DIAS, 2003, p.151).

Há ainda um terceiro mecanismo de legitimação que é o uso da legislação, a qual será trabalhada na terceira seção, considerando que o universo de pesquisa são empresas certificadas pela Lei 7687/MT-2002 e que entende-se o uso da Lei como uma forma de legitimação da RSE pelo Estado.

SEÇÃO III – AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL EM MATO GROSSO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Engels (2008) evidencia que:

Quando um indivíduo causa a outro, danos que lhe provocam morte, chamamos a isso um homicídio; [...] Mas quando a burguesia põe centenas de proletários numa situação tal que ficam necessariamente expostos à morte prematura e anormal; a uma morte tão violenta como a morte pela espada, ou a bala; quando retira a milhares de seres os meios de existência indispensáveis, impondo-lhes outras condições de vida com as quais lhes é impossível subsistir; quando os constringe, com o forte braço da lei, a permanecerem nesta situação até que a morte surja, [...] não parece um assassinato porque o assassino não se vê, porque o assassino é toda gente e não é ninguém, porque a morte da vítima parece natural, e o pecado é cometido mais pela ação do que pela omissão (ENGELS, 2008).

A construção dessa terceira seção passa pela seguinte ordem: primeiramente apresenta-se a importância do Estado como legitimador da RSE. Nesse sentido, é feita menção às ações legais do Estado no mundo e no Brasil, fechando com a análise de alguns aspectos da Lei 7687/MT – 2002, que é o instrumento de legitimação em Mato Grosso e confere certificação às empresas em relação à RSE.

Na sequência apresentam-se aspectos sócio-históricos de Mato Grosso, buscando dar maior ênfase aos acontecimentos ocorridos no período ditatorial no Brasil até o momento atual. Isso se deve ao fato do período da década de 1960 em diante ser conhecido como um período de desbravamento, de aumento da colonização de Mato Grosso, de alargamento da fronteira.

Busca-se apresentar alguns pressupostos que determinaram essa expansão da fronteira no qual Mato Grosso está inserido. Dos mais variados fatos ou episódios que possam ter ocorrido nesse período, há interesse naqueles que demonstram situações da realidade de trabalho, da degradação ambiental e do desrespeito com a pessoa humana das comunidades remanescentes que já estavam instaladas em Mato Grosso, sejam indígenas, quilombolas ou pequenos agricultores posseiros.

Em seguida dirige-se para o final da dissertação apresentando a análise da pesquisa. Primeiramente demonstra-se de forma descritiva o perfil das empresas pesquisadas que, a despeito do ramo de atividade, totalizam seis empresas de médio e grande porte, localizadas na capital e no interior do Estado, a saber: Açofer Indústria e Comércio Ltda., Grupo André Maggi, Grupo Cometa – Motos Mato Grosso – Ltda., Refrigerantes Marajá S/A, Supermercados Modelo Ltda. e Usinas Itamarati S/A.

Por fim, apresentam-se os caminhos da pesquisa com a análise e os resultados, trazendo os aspectos encontrados nas ações de RSE através dos documentos coletados e

estudados que contemplam os relatórios de sustentabilidade e balanço social, além as informações colhidas na entrevista realizada com um representante da Assembleia Legislativa membro da Comissão de Mista de Certificação dos balanços sociais.

Concluída a apreciação dos documentos utilizados na pesquisa, procede-se com a apresentação dos resultados encontrados buscando encontrar se há relação destes com as transformações do mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva.

3.1. A ATUAÇÃO DO ESTADO NA LEGITIMAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A atuação do Estado como legitimador da RSE é tida como imprescindível, visto que o mesmo põe-se como guardião dos interesses do capital e de modo mais acentuado nesse período de acumulação flexível em tempos de ideologia neoliberal. Isto posto, não seria diferente em relação à RSE entendida como um instrumento de permissão para a exploração dos recursos naturais no sistema produtivo, bem como ações voltadas no discurso das empresas à ética nos negócios, contemplando nessas ações tudo o que a empresa faz para o trabalhador e para fora dos muros da empresa em ações beneficentes de assistencialismo ou cumprimento legal, que são exaltadas sob um prisma de cidadania empresarial.

O fato é que essa atuação da empresa, esse discurso que embora recente, já tenha se consolidado é possível devido à ação direta dos governos a nível mundial e nacional, pois que atuam diretamente nessa seara por meio da legislação incluindo as de vantagens para o capital a respeito do negócio verde, ou seja, da permissão para dilapidar o meio ambiente o que gerou um grande mercado de títulos de capital aceitos por todos por serem esses títulos à forma encontrada para uma negociação com as empresas numa tentativa de reduzir a destruição desenfreada do meio ambiente.

No entanto ainda que fosse esse o pano de fundo desse mercado, o que ocorre é que a lógica das negociações segue a mesma lógica do MPC, assim, conseqüentemente o resultado uma corrida ao mercado do negócio verde, que permitirá a continuidade do que tá posto, com a utilização de alguma sofisticação no processo de produção, como o investimento em tecnologia de desenvolvimento limpo, a fim de que os recursos ainda durem por mais algum tempo e as empresas continuem explorando-o.

Os Estados Unidos da América, por exemplo, adotam instrumentos públicos de mercado, que se constituem em *permissões de emissões transferíveis*. Isso significa colocar à venda num mercado de títulos “*certificados de permissões de um determinado poluente*”. “*Os detentores desses títulos terão o direito de poluir [...] e poderão vender seus títulos segundo os valores cotados pelo mercado*”. Desta forma “*o governo pode estabelecer um*

nível fixo de poluição numa determinada região ou país, de modo que novos produtores poluidores só serão admitidos se comprarem títulos de poluição [...]”. (BARBIERI, 2004, p.68-69).

As benesses da cidadania empresarial também servem a um recuo na decisão de tratar com mais rigor as questões voltadas a desigualdade social, pois a filantropia empresarial renovada que doa de cestas básicas até a realização de cursos de capacitação de trabalhadores e comunidade, toma o lugar de destaque nesse cenário, sendo então apresentada como possível solução dos problemas sócias, particularmente se esses tornarem-se ocultos no espetáculo do marketing social, da educação ambiental e das certificações que podem ser inclusive fruto de diplomas legais, mostrando assim que o Estado além de incentivar a RSE, fomentar um mercado lucrativo em torno dela, ainda legitima perante a sociedade essa prática por meio desses dois fortes instrumentos: a educação e a lei.

A respeito das certificações por parte do Estado para as empresas voltadas à responsabilidade socioambiental ou responsabilidade social empresarial isso é uma realidade mundial como pode ser evidenciada nos mais diversos selos concedidos pelos países tais como: Alemanha – Blau Engel; Japão – Ecomark; França – NF Environment; União Européia – Ecol Label.

Considerando que nosso caminho da pesquisa pauta-se em analisar as empresas certificadas em Mato Grosso em conformidade com a Lei 7687/MT-2002, esse será nosso enfoque nesse subtítulo: a abordagem de aspectos legais dessa e de outras legislações que nos auxiliem a conhecer um pouco mais do papel do Estado na legitimação da RSE.

No Brasil já houve a tentativa de se estabelecer uma lei federal que contemplasse as questões relacionadas ao meio ambiente, ao ambiente interno da empresa e as ações voltadas para a comunidade, de modo que fossem expressas num balanço social padronizado. Essas tentativas ocorreram com os projetos de Lei nº 3.166/1997 arquivado em 02/02/1999; o Projeto de Lei 32/1999 em substituição ao 3.166/1997 e o Projeto de Lei 1.305/2003. Entretanto, até o momento ainda não houve a promulgação de uma Lei Federal sobre a elaboração do balanço social.

Apesar de não haver uma legislação federal sobre o balanço social, há algumas legislações em âmbito municipal e estadual como a Lei 7687/MT- 2002 que geralmente utilizam os modelos padronizados pelos institutos IBASE e ETHOS. Além de Mato Grosso, temos na esfera estadual e municipal leis que estabelecem selos e/ou certificados de responsabilidade social, a saber:

1. Estado do Amazonas – Lei nº 2843/2003 – Certificado de Responsabilidade Social – AM;

2. Estado do Rio Grande do Sul – Lei nº 11440/2000 – Certificado Responsabilidade Social – RS;
3. Município de Londrina – Lei nº 9536/2004 – Selo da Cidadania da Câmara Municipal de Londrina;
4. Município de Porto Alegre – Lei nº 8118/1998 – Selo da Cidadania de Porto Alegre;
5. Município de Santo André – Lei nº 7672/1998 – Selo Empresa – Cidadã.

Deve ser levado em conta também o esforço da contabilidade em relação a tratar com seriedade a RSE, considerando que as leis em sua maioria são omissas quanto a sanções para irregularidades na apresentação dos balanços, ou ainda ao fato de que os modelos apresentados e certificados contemplam só dados benéficos à empresa.

É frequente a prática de inclusão de artigos no corpo da regulamentação que contemplem a aplicação de sanções quando do descumprimento dos preceitos estabelecidos. Quando se trata da exposição de informações referentes ao relacionamento da empresa com a sociedade e o meio ambiente, o que se busca resguardar é o acesso do usuário a informações com qualidade (CARVALHO e SIQUEIRA, 2013, p.10).

Com o objetivo de que o balanço social não seja apenas uma demonstração com dados favoráveis à empresa, ou que lhe expressem uma imagem positiva quanto às informações de ambiente interno (trabalhadores) ou nas de ambiente externo (comunidade e meio ambiente), mas que apresente também os dados que demonstrem os danos causados pela empresa o Conselho Federal de Contabilidade instituiu a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15 que “*dispõe sobre as informações de natureza social e ambiental estabelece os procedimentos para evidenciar essas informações com objetivo de demonstrar à sociedade a responsabilidade social da entidade.*” (NBC T 15, 2013).

Entretanto, a maioria dos balanços sociais, inclusive o balanço exigido na Lei 7687/MT – 2002 contemplam só as disposições positivas dessa norma, deixando de utilizar as que poderiam de alguma forma revelar a real relação da empresa com os trabalhadores, comunidade e meio ambiente, relação esta que possuiu seus benefícios e malefícios.

Essa norma apresenta que informações de natureza social e ambiental são as que se referem à geração e distribuição de riqueza; os recursos humanos que pode ser entendido como ambiente interno e a interação da entidade com o ambiente externo que pode ser entendida como a interação com a comunidade e com o meio ambiente, entendido como as ações que se voltam para a preservação dos recursos naturais. A NBC T 15 esclarece que as informações podem ser ou não extraídas da contabilidade, entretanto considera que tais informações são complementares às demonstrações contábeis.

Basicamente o texto dessa norma pode ser considerado como a diretriz do balanço social no Brasil, considerando que o modelo de balanço social IBASE e/ou ETHOS, traz as informações a que se refere a NBC T 15 e também são extraídas das demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e outras que forem necessárias. Outro aspecto contemplado nessa norma e que ocorre de forma igual no balanço social é o fato do mesmo analisar dois exercícios financeiros, permitindo a comparação entre eles.

“A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.” (NBC T 15, 2013).

Quanto à aplicação de sanção as leis permanecem omissas e apenas uma Resolução do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro traz em seu texto, a propositura de penalidade à empresa. Os projetos de Lei em esfera federal também contemplam, entretanto, considerando que ainda são projetos que não foram promulgados e sancionados, ainda não podem ser considerados como marco legal.

Destacamos a Resolução CRC-RJ 292/2001:

“As sociedades que fraudarem informações no Balanço Social serão automaticamente desclassificadas do processo seletivo e ficarão impedida de participar de outros processos seletivos durante o prazo de 5 (cinco) anos seguintes ao que ocorrer a desclassificação. [...] será também punida com a cassação de CRS que lhe tenha sido anteriormente outorgado. [...] sujeitará o contabilista que o assinou às sanções previstas nas normas que regulamentam o exercício da profissão” (CRC-RJ, 2001).

A Lei 7687/MT – 2002 que trata da certificação das empresas em Mato Grosso encontra-se no rol das demais no sentido de ser omissa quanto as sanções às empresas, seja no que diz respeito à participação no processo ou nas informações contidas no balanço social, relatório de sustentabilidade e declaração por parte da empresa de não estarem envolvidas em trabalho infantil, quaisquer discriminações ou corrupção das mesmas. Estes documentos são exigidos à certificação.

Nenhum dos balanços das seis empresas pesquisadas apresentou aspectos que expressariam negatividade à empresa ou quiçá dariam mais precisão às informações constantes nos balanços sociais os quais são recomendadas pela NBC T 15, entretanto, adotam os de aspectos positivos contemplados nessa mesma norma. Destacamos os aspectos de informação negativos, constantes na NBC T 15 e não utilizados pelas empresas em Mato Grosso.

Em relação ao que está descrito na NBC T 15 quanto aos Recursos Humanos o que no balanço social aparece como ao ambiente interno e corpo funcional, destacamos a ausência das seguintes informações:

1. [...] as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.
2. Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos; - os balanços só têm a remuneração total no item folha de pagamento.
3. Gastos com encargos sociais;
4. Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental) – nos balanços não há essa separação entre ações de educação e as voltadas à educação ambiental.
5. Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados segundo a NBC T 15: menores de 18 anos; de 18 a 35 anos de 36 a 60 anos; acima de 60 anos. Nos balanços, entretanto, constam menores de 18 anos; de 18 a 45 anos; e acima de 45 anos, assim não fica manifesto no balanço quantos trabalhadores há acima de 60 anos.
6. Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
7. Número de processos trabalhistas julgados procedentes;
8. Número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
9. Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

Quanto às informações relativas ao ambiente externo que dizem respeito à interação com a comunidade, embora as informações seguintes sejam registradas, apresentam divergência em relação à norma:

1. Educação, exceto a de caráter ambiental. Não há distinção de educação de maneira geral e educação ambiental nos balanços.
2. Esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária. Não há nenhum esclarecimento sobre a utilização dessa ação com fins publicitários.

Ainda resultantes da interação com o ambiente externo, porém informações relativas à interação com os clientes devem ser evidenciadas:

1. Número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
2. Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
3. Número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
4. Número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
5. Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;

6. *Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.*

Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, não constam:

1. *Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;*
2. *Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;*
3. *Passivos e contingências ambientais.*

Por fim a norma diz que a demonstração de informações ambientais e sociais, que em nosso entender se aplica ao balanço social, deverá ser assinada por um contabilista registrado no CRC, quer seja um contador ou um técnico contábil e que as informações adicionais que necessitem do auxílio de outros profissionais devem constar como notas explicativas. A norma também estabelece a necessidade do balanço ser auditado por um auditor independente sempre que necessário.

Esclarecemos que apesar dos balanços apresentados pelas empresas não contemplarem essas informações aqui citadas, extraídas da NBC T 15, estas não estão cometendo nenhuma ilegalidade, visto que a Lei em Mato Grosso utiliza o balanço social modelo IBASE/ETHOS e que esse modelo serve bem ao propósito de apresentar as potencialidades da empresa como agente da cidadania empresarial.

Nossa intenção em trazer nesse estudo informações a respeito das legislações sobre balanço social e nos determos um pouco mais na NBC T 15, deve-se ao fato de querermos apresentar alguns aspectos da Lei 7687/MT-2002 que consideramos um tanto frágeis, ponderando que essa Lei certifica às empresas e permite que as mesmas usem essa certificação como diferencial competitivo ante os clientes:

Olha aqui no MT a gente dá plena autonomia pras empresas divulgarem que elas receberam o certificado. [...]. Então sem sombra de dúvida a certificação de trabalhos sociais ajudam a empresa na competição hoje da sociedade, porque a sociedade ela tá começando a cobrar e a se interessar pelas ações sociais que os outros fazem, que as empresas fazem, então dá uma vantagem competitiva, de mercado e cada vez mais, mais vai acontecer isso (ET1, PINTO, 2013).

Vê-se que a lei de certificação da responsabilidade social empresarial em Mato Grosso, possuiu um caráter implícito de legitimador desse discurso, inclusive a todo um esforço para levar as empresas a adesão da certificação, visto ainda ser reduzido o número de empresas participantes. Assim a lei “certifica”, o que implica em dizer que ela assegura, afirma, garante que as empresas certificadas são responsáveis socialmente. Isso pode criar

para o consumidor a ideia simplista da antítese, ou seja, as que não estão certificadas não são responsáveis. Esse fato pode influenciar na decisão de compra do consumidor como já trouxemos no tópico sobre o marketing socioambiental.

A Lei não apresenta um modelo padronizado do balanço a ser utilizado e sim diz o que deve constar no mesmo. Entretanto, a Comissão de certificação orienta à utilização do modelo ETHOS/IBASE “*Eles estabelecem o...o critério básico é preencher o BS que o nosso segue o **modelo ETHOS/IBASE** e fazer um relatório das ações sociais.* (grifo nosso) (ET-MC1, 2013). O fato é que se as empresas não contemplam o que está na NBC T 15, também não o fazem em relação ao modelo IBASE e nem em relação aos aspectos que constam na Lei 7687/MT-2002. Evidentemente que essa omissão é só em relação a alguns elementos. Em relação ao modelo de balanço social do IBASE que está no anexo 1, as empresas não expressam em seus balanços; alguns indicadores sociais relacionados à questão étnica; atuação sindical, reclamações dos consumidores e a respeito das decisões de RSE se são em conjunto com os trabalhadores ou apenas pela direção. É fato que a respeito desse último quesito, alguns relatórios dizem haver essa participação, no entanto, não estão expressos no balanço.

Em relação a Lei 7687/MT – 2002, deixam de evidenciar alguns aspectos, conforme destacamos:

§ 2º Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha, constarão:

1. SETOR PRIVADO E ONGS:

I – impostos: taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

III – [...] número de acidentes de trabalho e número de reclamatória trabalhista;

VIII – outros benefícios: participação nos resultados econômicos, seguros, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes e outros benefícios oferecidos aos empregados;

X – [...] o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário; (Lei 7697-MT/2002).

Também não contempla a necessidade de auditoria dos balanços, o que tem sido alvo de críticas por muitos autores (CARVALHO e SIQUEIRA, 2013). Some-se a isso o fato de a certificação onerar o orçamento da casa legislativa³⁰, pois a entrega dos certificados deve ser em solenidade própria³¹.

³⁰ Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios, à conta do orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

³¹ O Parágrafo único do Art. 3º dispõe: O Certificado de Responsabilidade Social – MT, de que trata o caput deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual, onde serão divulgados os resultados.

Outro aspecto que nos chama a atenção na lei é o fato de que a mesma lei serve para certificar todos os tipos de entidades ou instituições, inclusive órgãos públicos, o que em nosso entendimento é equivocado, considerando as diferenças de objetivos e a própria forma de contabilidade dessas diversas organizações.

Como poderiam, por exemplo, órgãos públicos apresentarem um balanço social nos moldes empresariais, considerando não ser o objetivo dos mesmos o lucro como o é das empresas, e ademais a responsabilidade social deveria ser intrínseca à função pública do Estado, mesmo nos moldes da formulação de público – não estatal (PEREIRA, 1997), os órgãos públicos que não foram privatizados ainda possuem uma função pública estatal e um caráter responsável socialmente.

Também não há distinção entre as entidades tidas estritamente como filantrópicas como Associações, Federações e outras e nem as empresas que possuem o modelo de cooperativas, que contabilmente também possuem outra formulação econômica, isto é apresentam sobras e não lucro.

Reafirmamos nosso posicionamento em relação a esses tópicos ausentes na Lei, o que talvez implique em que a mesma deva ser revista e buscar ser mais específica sobre essas diferenças, talvez isso até mesmo aumentasse o número de participantes no processo de certificação.

Na pesquisa documental também evidenciamos que embora a lei estabeleça que o balanço deva ser assinado por um contabilista, seja contador ou técnico contábil³² com registro e por um assistente social, em todos os balanços analisados verificamos somente a assinatura do contador e em alguns a do presidente ou gerente da empresa e até mesmo encontramos balanço sem nenhuma assinatura, mas surpreendentemente isso não invalidou a certificação.

Por isso de todos os aspectos que aqui trouxemos, consideramos a ausência de sanções algo relevante, embora estabeleça que possam ser exigidos documentos comprobatórios das informações do balanço social que seriam as demonstrações contábeis ou serem feitas visitas *in loco* isso não ocorre e a única pena que nos foi apresentada foi a desclassificação da empresa a ser certificada no caso de alguma irregularidade: *“se [...] a empresa omitir alguma informação, por exemplo, existe trabalho escravo, [...] e ela omitiu e agente não é obrigado a saber disso, mas se houver alguma denúncia, a gente desclassifica a empresa. Nunca aconteceu isso, mas pode acontecer”*.(ET1)

³² O artigo 2º em seu parágrafo primeiro dispõe: **§ 1º** O Balanço Social de que trata o caput será assinado por contador ou técnico em contabilidade e um assistente social devidamente habilitado ao exercício profissional.

Na verdade, em outro trecho da entrevista, temos que isso só ocorreu uma vez e também porque a instituição embora fosse uma empresa de fato, não o era de direito: “As sementes Adriana, por exemplo, lá de Pedra Preta, eles fizeram, se inscreveram, tem um trabalho social brilhante, mas não foram..., a inscrição dela foi indeferida porque ela não possui CNPJ”. (ET1)

A outra forma da empresa ser desclassificada está diretamente ligada a atitude do cidadão comum que até esse momento ficaria ausente de todo o processo, então este denunciaria alguma irregularidade da empresa, contudo, em tempo breve, dentro do mesmo ano em que foi certificada.

A sociedade pode fazer questionamentos, se a empresa tem um ópice ou não, que as vezes a comissão não fica sabendo, então a sociedade no seu devido tempo, que também não adianta, também depois de um ano que a empresa foi certificada vir falar a empresa tal fez coisa errada, mas já passou um ano quer dizer, ninguém hoje você avalia uma empresa pela situação de hoje, pelas informações que você recebe, alguma informação pode ser omitida e normalmente a sociedade tem um papel bastante importante no sentido de esclarecer a própria comissão e a sociedade se aquela empresa tá participando, tá fazendo o que ela tá falando ou não. (ET1)

Bem, a Lei 7687/MT – 2002 não difere das demais legislações no sentido ao que elas se aplicam, ao estabelecimento e manutenção da ordem posta, isto porque o Estado sempre serviu e serve bem aos propósitos do capital e nesse estágio do capitalismo de imposição neoliberal e reestruturação produtiva, isso não é diferente, aliás essa ação do Estado pró-capital é até mais acentuada e no caso da RSE até mesmo as leis de certificação e de Mato Grosso especificamente valorizam o discurso latente desse tempo, por exemplo, há despesas com toda essa organização da certificação às custas do erário, mas não está incluso recursos aos que trabalham nesse processo, ao contrário, todos da comissão são voluntários.

A composição dela não foi estabelecida em lei...foi estabelecida através de uma portaria, porque com isso a gente entende que dava uma flexibilidade pra entrada e saída de empresas, de instituições [...] então são várias empresas que, assim que, são todas assim, de livre escolha, são convidadas e é um trabalho voluntário, não tem gratificação nenhuma. Tem outras empresas também que participam e que todas prestam trabalho voluntário pra gente (ET1).

E todas as ações realizadas pela empresa sejam as filantrópicas voltadas ao assistencialismo, as voltadas para o trabalhador ou o ambiente interno e as de crivo ambiental são consideradas como de grande relevância para a cidadania, entenda-se aqui a

cidadania empresarial, embora considerando como o Estado foi reduzido em sua atuação, esse discurso tem sido exaltado, como podemos ver nos balanços que possuem um campo específico “cidadania empresarial”, nos relatórios de sustentabilidade e na visão do próprio órgão legislador e legitimador da RSE em Mato Grosso.

Eu vou te falar assim: eu entendo, eu pessoalmente, que hoje em dia a sociedade civil, as empresas, elas fazem mais cidadania que o próprio governo e mais bem feita, de uma maneira mais barata também. [...] Então as empresas tem um papel fundamental na sociedade de uma maneira geral. São muito mais atuantes hoje e com resultados muito melhores que o próprio governo (ET1).

Embora exalte o trabalho da empresa por meio da cidadania empresarial, o entrevistado deixa claro quase ao final da entrevista que o país será melhor quando tiver um modelo de cidadania que em nosso entender só é possível por meio do resgate do papel do Estado, através de políticas públicas universalizantes, não sendo possível a cidadania a que ele se refere que leva à dignidade ser realizada pelas empresas, visto que objetivo destas não é o ser humano e sim o capital.

Cidadania é a pessoa viver com dignidade, coisa que o brasileiro hoje tá meio distante. Nós não temos saúde, nós não temos educação, nós não temos segurança, nós não temos transporte. O dia que a gente tiver isso e tiver respeito a gente vai ter cidadania no nosso país. (grifo nosso) (ET1).

3.2. ASPECTOS SOCIOHISTÓRICOS DA EXPANSÃO CAPITALISTA E TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO EM MATO GROSSO

O Estado de Mato Grosso é um dos 26 estados que integram a República Federativa do Brasil, e com uma área de mais de 900 mil quilômetros quadrados de extensão é o terceiro no quesito extensão territorial no país.

A população segundo, levantamento do IBGE (2010), é de pouco mais de três milhões de habitantes, sendo que o aglomerado urbano formado pela capital Cuiabá e o município de Várzea Grande se aproxima de um milhão de habitantes. Além desses dois maiores municípios, apenas Rondonópolis (215 km ao sul) e Sinop (510 km ao norte) com população de respectivamente 198 mil e 116 mil habitantes, segundo IBGE 2010 são municípios com população acima das 100 mil pessoas.

Com densidade demográfica reduzida, se comparado aos estados do sul e sudeste brasileiro, Mato Grosso sempre foi considerado, por muitos um grande vazio populacional. No entanto, existiam alguns importantes núcleos populacionais.

A expansão econômica foi acompanhada por grandes fluxos migratórios, como apontam os estudos demográficos (Martine, 1994), gerando taxas de crescimento populacional superiores às médias nacionais. Contudo, não se tratava de uma área desocupada, um grande vazio, como é frequentemente suposto. Em função do legado histórico, dispunha de núcleos e experiências de vida urbanas importantes, ainda que dispersas, expressão de uma base econômica tradicional, subproduto característico da atividade mineratória originária e, posterior e secundariamente, do ciclo da borracha, ao norte da região (GUIMARÃES e LEME, 1998, p.27).

A atual configuração do Estado de Mato Grosso foi dada a partir de dois desmembramentos territoriais, o primeiro ocorreu em 1943 da qual originou o Território Federal do Guaporé, hoje Estado de Rondônia, o segundo desmembramento ocorreu em 1977, desta vez ao sul para a formação do Estado de Mato Grosso do Sul. Quando foi dividido, o Mato Grosso remanescente contava com 38 municípios e uma população já acima dos 900 mil habitantes.

No período que sucedeu à divisão, Mato Grosso experimentou um rápido processo de crescimento demográfico e econômico, recebendo migrantes de todas as partes do país com predominância dos sulistas que vinham incentivados pelos projetos de colonização, onde fundaram dezenas de novos municípios, sobretudo ao longo da BR-163 – Amazônia Mato-Grossense e da BR-158 – Vale do Araguaia (Picoli, 2008; Guimarães e Leme, 2008).

Do ponto de vista do marco histórico, ressalta-se que o alargamento da fronteira com o fluxo migratório mais significativo ocorreu em pleno regime militar, atendendo a lógica do capital, conforme explica Picoli:

A ditadura militar impossibilitou o exercício da democracia no País, como também na Amazônia. Todavia determinou as formas e as regras de alargamento dos grupos organizados, que direcionaram as táticas e os meios de atuação para facilitar a concentração de terra na região. O plano de desenvolvimento Norte mato-grossense passou a se projetar com táticas próprias, para se efetivar na prática os interesses de projetos econômicos e das articulações políticas e militares [...] O projeto de expansão da última fronteira de colonização foi idealizado pelas estratégias que regem o mundo da concentração da riqueza, através da lógica da dominação e do controle regional, para desenvolver nesse novo espaço de concentração capitalista, o sentimento de poder para poucos e impotência da maioria dos atores sociais da região (PICOLI, 2004, p.17-18).

Ainda sobre este período temos que:

Em suma [...] a base da formação do capital no estado de Mato Grosso surgiu através das estratégias de “desenvolvimento” inicialmente empregado pelo governo militar, por meio dos planos de ocupação, com o intuito de garantir a soberania nacional, sobretudo incentivando a migração

de pequenos produtores do Sul do país para a Amazônia. Neste contexto, ressalta-se que desde a Marcha para o Oeste, o Plano Nacional de Integração, com as empresas colonizadoras privadas, permitiram a ocupação do território e a formação do capital mato-grossense (SÁ, 2011, p.83).

A expansão econômica ocorreu em simetria à dinâmica estabelecida nacionalmente, onde o principal polo irradiador era São Paulo, e com isso as relações econômicas que se estabeleceram no Centro-Oeste, e particularmente em Mato Grosso, tinham uma clara determinação de complementariedade à economia paulista:

No plano macroeconômico, tratou-se, na verdade, do fenômeno da abertura de novos espaços econômicos à reprodução do capital do Sudeste e do Sul, capitaneado por São Paulo, que conferiu à agropecuária do Centro-Oeste um papel central no fornecimento de matérias-primas para a indústria do Sudeste. Em síntese: as ações combinadas do Estado e do capital privado transformaram a realidade econômica e social da região, inflitando a dinâmica demográfica, modificando o perfil do trabalho e do emprego, criando importantes complexos de armazenagem e, acrescente-se, submetendo a pesquisa e a extensão rural aos interesses dos grandes capitais (GUIMARÃES e LEME, 1998, p.50-51).

É importante ressaltar que a ocupação de supostos vazios demográficos no Brasil, particularmente do Estado de Mato Grosso, ocorrida em pleno período de surgimento e consolidação das discussões norteadoras da RSE, entre a década de 1970 até os anos 2000, não atentou para os pressupostos da mesma, ou seja, ao gerenciamento dos recursos naturais, ou da gestão ambiental, nem da ética ou respeito à dignidade humana ou às condições de trabalho, como podemos ver em diversas produções científicas, que, nos ajudam nessa constatação, sendo pesquisas sobre condições de trabalho, distribuição terra, suporte de infraestrutura e sobre destruição ambiental nessa região.

Reconhecemos que a expansão da fronteira de Mato Grosso, que faz parte do bioma do Cerrado³³ e da Amazônia Legal, deu-se sob a perspectiva de um projeto de expansão do capital; manutenção e ampliação de mercados externos e criação de exército de reserva para essa nova região.

Sobre a formação de exército de reserva nessa região temos:

São empregos que se apresentam de forma sazonal; estagnado é aquele que foi um dia assalariado, sai do emprego, mas não consegue voltar; no

³³ *Caracterizados previamente como áreas de vegetação pobre (em contraste com a exuberância das matas) e baixa fertilidade natural, os cerrados (ou savanas) tiveram sua ocupação pela agropecuária moderna apresentada sob uma ótica eminentemente positiva, isto é, como um processo que estaria substituindo o preexistente por algo melhor, seja em termos de paisagem (revolução verde), seja destacadamente em termos econômicos (Guimarães e Leme, 1998, p.26).*

pauperismo, submete-se a qualquer trabalho onde tem e quando tem. Quando não existe exército industrial de reserva em pontos estratégicos da produção, o capital encarrega-se de cria-los e coloca-los à sua disposição, através de opções criadas. (PICOLI, 2005, p.23).

Entretanto, esse movimento histórico, só foi possível, devido a aliança entre Estado e capital, que como já trouxemos, sempre está pronto a ser solidário com o capital (Wood, 2003). No caso da expansão e colonização de Mato Grosso, com intensificação da migração no período após 1960, o capital contou com os mecanismos da ditadura para agir silenciando ações contrárias ou resistentes ao modelo de colonização, o que era feito em nome da manutenção da ordem. Ademais o capital contou com todo o apoio por meio de financiamento estatal para ter legitimada sua ação predatória e desumanizadora em Mato Grosso, por meio dos diversos programas governamentais de incentivo e também da realização da infraestrutura necessária aos grupos privados. Basicamente a expansão da fronteira, foi autofinanciada pelo governo, entretanto, doada ao capital, personificado principalmente na figura das colonizadoras privadas, particularmente em regiões do norte do Estado, como por exemplo, Sinop e Alta Floresta, conforme evidencia Picoli (2005):

As colonizadoras passam a representar o Estado nessa nova dinâmica. Foi colocada a sua disposição grandes áreas de terra, recursos naturais em abundância, e foram agraciadas com a desburocratização das representações de poder. Fomentou-se a organização do modelo particular de distribuição de terras, via empresas de especulação imobiliária, pautadas em mecanismos de regularidades e irregularidades, sendo identificadas grandes áreas e distribuídas aos filhotes da ditadura. Foi o que aconteceu com a empresa Colonizadora Sinop S.A., de Sinop e a Colonizadora Indeco de Alta Floresta, ambas com mais de 400.000 hectares disponíveis (PICOLI, 2005, p.24).

Também a expansão da fronteira em Mato Grosso, foi amplamente incentivada pelo governo federal e divulgada inclusive nas publicidades do governo como sendo alternativa para a solução de dois grandes problemas brasileiros: o esgotamento de condições para ampliação do capital na região Sul o que em parte deveu-se ao esgotamento ambiental e a miséria no Nordeste, tida como consequência da seca e não de alternativas políticas.

Assim, a solução foi deslocar esses problemas para a região Centro-Oeste, com a lógica de que produtores sulistas, particularmente os grandes latifundiários daquela região, tornam-se grandes latifundiários em Mato Grosso, considerando que receberam doações de terra em proporções gigantescas, bem como os subsídios e infraestrutura necessária:

As empresas passaram a receber áreas de grandes proporções, tais como Projeto Jari com uma área de 1.500.000 hectares; a Suiá-Missu com área de 678.000 hectares; a Codeara com 600.000 hectares, além de outros

projetos. [...] As elites agrárias do País, tendo como fiel escudeiro as forças do Governo Federal, por meio das instâncias representativas, passam a exigir para si o controle da distribuição das terras na Amazônia. A partir do início dos anos 70 do último século, entram em ação as empresas de especulação imobiliária. O Estado brasileiro o qual não objetivava fazer a tão sonhada Reforma Agrária aos brasileiros, se retira em cumprimento da lógica solidária com a burguesia nacional e multinacional (PICOLI, 2004, p.23-24).

Por outro lado a migração de nordestinos obedecia à outra matriz estrutural, ou seja, a uma lógica de que os mesmos continuassem em condições precárias e de extrema pobreza³⁴, pois dois fatos podem ser destacados: aqueles que viessem para receberem algum pequeno pedaço de terra, o que foi registrado e considerado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA como realização de reforma agrária já os recebia com toda possibilidade de fracasso, pois a estes não era permitido o mesmo acesso às linhas de financiamento e nem tão pouco a infraestrutura de estradas, escolas e saúde lhe era concedida como o era ao grande capitalista, chegando ao ponto de pequenos produtores de vilarejos terem atendimento de saúde negado nas cidades próximas, ficando assim à míngua com doenças como malária, febre amarela, dentre outras. Desta forma:

Ao mesmo tempo, que distribuíam-se terras aos grupos organizados, também se fazia assentamentos via INCRA, e esses contemplavam pequenos agricultores, para desenvolver o sentimento nacional de governo bom e prestativo. No entanto, esses projetos nasciam com o intuito de não dar certo, pois “o fracasso dos colonos era a forma ideal para desmobilizar os movimentos sociais que buscavam a terra através da reforma agrária” (PICOLI, 2004, p.26).

Essa situação tem reflexos até os dias de hoje, quando temos o Estado considerado um dos maiores produtores de grãos e gado, que foi a base da economia de colonização aliada à extração de madeira, pois que o INCRA alega não poder mais fazer distribuição de terra ou recursos considerando que isso já foi feito naquela época de grande movimento migratório. (Picoli, 2004; Picoli, 2005)

Ademais nos dias de hoje, os pequenos produtores, encontram-se mais acudados ainda, pois ainda que possuam uma pequena propriedade permanecem com as mesmas negações do início, ou seja, não têm acesso ao crédito subsidiado e não conseguem escoar

³⁴ *Ao se processar a expansão através do Estado e das empresas particulares, acontece simultaneamente o movimento dos migrantes, e esses são desprovidos de poder aquisitivo. Também os que já se encontram no lugar, vindos de investidas anteriores, por exemplo, do período da borracha, e esses passam a contrariar a ordem estabelecida. Os posseiros e os povos originários são os empecilhos, mas as diretrizes de silenciamento agem com mais determinação e rigor. Os soldados da conquista da terra, vão se denominar de jagunços e de pistoleiros, aliados a um aparato da indústria do crime organizado e pode ser identificado pelas instâncias representativas do Estado (PICOLI, 2005, p.25).*

sua produção, isso aliado aos desplantes de violência ao meio ambiente feitos pelos grandes produtores e que aniquilam a produção do trabalhador rural, como o desrespeito quanto à utilização de agrotóxicos proibidos e a maneira negligente de sua utilização, o que tem afetado essas pequenas plantações, rios, solos e todas as espécies de plantas e animais nativos dessa região, num ciclo de destruição sem precedente. (Picoli, 2005; Schlesinger, 2013; Sá, 2011). Ressalta-se que a exposição da população brasileira aos agrotóxicos é de 3,66 litros por habitante. Em Mato Grosso esse número corresponde a 29,80 uma exposição oito vezes maior que a média da população brasileira (Schlesinger, 2013).

Sobre as condições de trabalho, desde o início da expansão do período ditatorial isso foi totalmente tratado como uma questão de violência, o que o professor Fiorelo Picoli nos traz como uma questão de superexploração quanto ao exército de reserva que era formado nessa região. Trazendo um detalhamento maior sobre a questão, vê-se que as contratações, eram feitas repetindo o mesmo que acontecera em outros ciclos econômicos dessa região, alguns da época do império, como podemos destacar os da poia e da erva-mate (Siqueira, 2002). Isto significa que as pessoas já chegavam a Mato Grosso com uma grande dívida para com o patrão em relação à despesa de trazê-lo, somando-se a isso, que as mesmas eram sujeitadas a qualquer tipo de trabalho por qualquer salário ou condições degradantes, considerando ser um exército de reserva, sujeito a essa situação de superexploração, dada as condições de extrema pobreza que já viviam em seus locais de origem:

A superexploração do novo espaço pode ser identificada pelas formas de tratamento da força de trabalho: nas condições espoliativas do trabalhador, nas formas de tratamento do sistema “gato”; pelos maus-tratos e pela falta de condições de saúde e higiene; a ilegalidade do trabalho e as condições de insalubridade; o uso de equipamentos e máquinas ultrapassados; as imposições, a submissão, a obediência e o controle pelo poder; as condições de moradia; pelo não acesso a saúde, educação e segurança e cerceamento da liberdade, bem como, “pelo regime de semiescravidão a que são submetidos os trabalhadores”. [...] Além disso, em algumas fazendas os trabalhadores da Amazônia são submetidos a péssimas condições: surras, dívidas crescentes, trabalho seminu e mesmo crimes de morte sustentavam as condições de exploração do ‘grande empreendimento’ desbravador (CARDOSO e MÜLLER, 1997, p.184).

A economia de Mato Grosso foi se fortalecendo e expandindo com base no tripé: produção de grãos, gado e extração da madeira e isso com a reprodução de modelos já experimentados em outras regiões como no Sul do país e que haviam chegado ao limite, modelos esses de latifúndios, monoculturas, produção voltada para exportação, considerando a valorização das commodities. Neste contexto, a soja e o milho se consolidam

como os dois principais produtos agrícolas cultivados no estado, conforme explica Sá (2011):

O desenvolvimento da produção e expansão da área de soja no Estado se dá principalmente a partir da década de 80. A área total utilizada passou no Estado de 5.566 hectares, em 1978, para 5.131.235 milhões de hectares no Estado em 2007, uma variação no período de 821,88%. A taxa acumulada da produção ultrapassou os noventa e dois mil por cento (92.000), saltando a produtividade, de 1,31 toneladas por hectare, para em média 2,37, ou seja, a produtividade da soja dobrou no período. (SÁ, 2011, p.79).

O milho é outra cultura que tem papel destacado na produção de grãos no Estado. Entre 1978 a 2007, a área de produção dessa cultura passou, de 84.252 hectares, para 1.646.049 hectares. Em algumas propriedades o milho é produzido como rotação de cultura, fato que tem proporcionado um aumento na produção de grãos, complementando a renda do produtor rural, além da criação de suínos com ração à base de soja e milho. (SÁ, 2011, p.80).

Atualmente persiste esse modelo econômico em Mato Grosso que contou nas primeiras décadas com toda sorte de situações extremas de precarização do trabalho, com a ocultação dos acidentes de trabalho nos desmates e no exercício da profissão em grandes propriedades e madeireiras, bem como a devastação da floresta e do cerrado, o que implica dizer na extinção de fontes, nascentes, espécies que jamais serão recuperadas e mudanças climáticas como consequências ambientais que comprometem o equilíbrio da cadeia alimentar e aumenta os riscos para o ser humano, também, deve ser considerado que há rios inteiros considerados 'mortos' pelo acúmulo de sedimentos de agrotóxicos³⁵, bem como o aumento de anomalias em animais que nascem com má-formação genética nessa região. Por fim, temos visto o avanço dos sintomas que expressam a desertificação dessa região de Mato Grosso, quando vemos na maior parte do estado, dias extremamente quente e noites com resfriamento.

Sobre a degradação causada pelo uso abusivo de agrotóxicos temos que:

O agrotóxico Paraquat, amplamente usado como herbicida nas culturas de soja, foi pulverizado por avião sobre a sede do município (Lucas) em março de 2006. O estrago se estendeu desde as dezenas de pequenas hortas particulares, plantas frutíferas e ornamentais até o Horto de Plantas Medicinais, que contava com mais de 200 espécies de plantas catalogadas. Além disso, moradores da região se queixaram de diarreias, vômitos e urticárias. [...] O Paraquat é um veneno muito tóxico que não é mais

³⁵ *As plantações de soja, milho e algodão são as que mais recebem doses de agrotóxicos. E dos 50 principais produtos utilizados em Mato Grosso, 39 são proibidos no Canadá e Estados Unidos, conforme Wanderlei Pignati, professor da Universidade Federal de Mato Grosso, médico e doutor na área de toxicologia. Desses mesmos 50, 22 também são proibidos na União Europeia. Alguns deles estão proibidos há décadas. Não dá para entender a morosidade brasileira em barrar esses produtos (SCHLESINGER, 2013, p.49).*

utilizado nos países desenvolvidos, pois além de prejudicar a vegetação vizinha pode causar danos a outros seres vivos. Nos seres humanos, pode causar dor de cabeça, vômito e diarreia e até mesmo gerar o desenvolvimento de tumores malignos como o câncer de próstata, testículos, ovários e mama (SCHLESINGER, 2013, p.50).

Enquanto nas regiões Sul e Sudeste aumentava gradativamente a pressão sobre as empresas para que revertessem os danos sociais e ambientais causados, fruto em grande medida de uma classe trabalhadora mais organizada desde os primeiros momentos da industrialização do país; este fato era ignorado no Centro-Oeste, e particularmente Mato Grosso pelo seu vasto território era vendido como um imenso vazio que precisava ser povoado e onde as empresas poderiam depredar e estabelecer relações de trabalho amplamente favoráveis às mesmas, como não mais era possível em outras regiões, além de receber grande incentivo financeiro estatal:

E não se pode deixar de destacar também as contribuições dos incentivos, benefícios e créditos, disponibilizados para atividades apresentadas, como os incentivos iniciais da Sudam, os programas de desenvolvimento e de incentivos fiscais do estado de Mato Grosso (Promadeira, Procouro, Prodei, Fundeic), o fundo constitucional (Fundo do Centro Oeste) e os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A título de exemplo, o Programa de Desenvolvimento Industrial (Prodei), segundo dados da Sefaz (2006), acumulou saldo devedor de R\$ 301.827.145,17, em 31 de dezembro de 2004, com saldo postergado no início do programa em mais de 15 (quinze) anos e com taxas de juros e correções subsidiadas aos estabelecimentos industriais entre os anos de 1998 a 2004 (SÁ, 2011, p.83).

Essa situação explica tanto os elevados índices de desmatamento, como a utilização de mão-de-obra análoga ao trabalho escravo e a intensa disputa pela terra:

A questão agrária é uma disputa política desigual, o agronegócio é a mais forte representação das mordças, onde a soja e o boi impõe a violência generalizada em nossos dias. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (2004,27) os assassinatos no campo estão em franco crescimento, no ano de 2003, cresceu 60% em relação ao ano anterior. O trabalho escravo, no ano de 2002, apresentou 5.559 trabalhadores envolvidos, e no ano seguinte com 8.385, no cativeiro do capitalismo moderno. Chamamos a atenção no relatório sobre a posição primeira nos conflitos de posse de terra ocupada pelos Estados do Mato Grosso e Pará (PICOLI, 2005, p.73).

O Estado ainda tem premiado as empresas que se instalam em Mato Grosso por meio dos incentivos fiscais, conforme traz Sá (2011).

O incentivo à exportação do produto em grãos, por meio da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) com base em lei federal tem despertado algumas discussões acerca do quanto o Estado estaria perdendo ao exportar esse produto a granel (SÁ, 2011, p.80).

Isso posto, trazemos que nem no período de expansão da colonização que foi o auge das discussões da RSE, nem em nossos dias têm havido mudanças significativas nem mesmo para o cumprimento do discurso da RSE, que é a manutenção dos recursos naturais por mais algum tempo, para que as empresas continuem utilizando dos mesmos e também a gestão das pessoas, ou seja, gerenciamento da pobreza com fulcro na precarização do trabalho.

Entretanto, as empresas continuam ostentando seus selos de certificação, os que são apreciados pelo mercado e os que são instituídos pelo Estado, que legitima esse discurso de RSE. Particularmente em Mato Grosso, a Lei Estadual 7687/2002/MT é totalmente proativa para a RSE das empresas, considerando não possuir nenhum tipo de sanção e não ter exigência de auditar o que é apresentado pelas empresas, sendo que basicamente os relatórios de sustentabilidade e os balanços sociais bem como as declarações de compromisso social das empresas são todos autodeclarados pelas próprias.

Isso sem contar que mesmo nessas condições a participação das empresas é mínima e que também aquilo que por ventura for apresentado nos documentos por elas e não condizer com a verdade ou com as práticas de RSE, deverá ser questionado ou apresentado denúncia pelo cidadão, e isso também em curto espaço de tempo, considerando a omissão da lei nesse aspecto e o máximo que isso causará será o não recebimento do Certificado de Responsabilidade Social/MT.

SEÇÃO IV - AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL DAS EMPRESAS PESQUISADAS NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Nessa última seção, identifica-se as empresas pesquisadas e os caminhos percorridos para chegar à análise dos dados e os resultados encontrados.

Estabelecidos os critérios da pesquisa de campo explicitados na Introdução desta dissertação restaram seis empresas para a análise, a saber: Açofer Indústria e Comércio Ltda., Grupo André Maggi, Grupo Cometa – Motos Mato Grosso Ltda., Refrigerantes Marajá S/A, Supermercados Modelo Ltda. e Usinas Itamarati S/A.

As empresas pesquisadas possuem aspectos semelhantes e outros diferentes. Todas são de médio e grande porte, conforme especificado no balanço social de cada uma. Foram analisadas duas empresas do ramo de comércio e prestação de serviços: Grupo Cometa e Supermercados Modelo; quatro do ramo da indústria sendo duas com atuação direta no agronegócio, considerado como o maior gerador de divisas do Estado: Grupo André Maggi e Indústrias Itamarati; e duas de ramos distintos: Açofer na industrialização de serralheria e Refrigerante Marajá na industrialização de bebidas.

Das seis empresas pesquisadas três possuem unidades (filiais) em diversos estados do Brasil: Açofer, Grupo Cometa e Grupo André Maggi, sendo que esta última detém ações de empresas até no exterior. Três empresas possuem suas unidades especificamente em Mato Grosso: Refrigerantes Marajá, Supermercados Modelo e Usinas Itamarati, entretanto, suas vendas são feitas para além do estado. As Usinas Itamarati e o Grupo André Maggi têm grande parte da produção voltada para o comércio exterior.

Apesar das diferenças na atuação empresarial das empresas, quer sejam indústria, comércio ou serviços, quer tenham mercado regional ou global, existe uma semelhança entre elas: o fato de se auto-declararem preocupadas o meio ambiente e com o colaborador, esse novo codinome do trabalhador; além da preocupação com a comunidade. Nesse sentido, trazem a importância da RSE dando destaque às certificações socioambientais da qual faz parte a Certificação realizada pela Assembleia Legislativa em cumprimento a Lei 7687/MT-2002.

Após essas ponderações apresentamos um perfil mais particularizado de cada uma das empresas, conforme segue:

4.1. IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS

A Açofer constitui-se numa indústria de ferros, aço, esquadrias metálicas e acessórios para serralheria, localizada em Várzea Grande e com unidades localizadas nos estados do Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Rondônia.

Iniciou suas atividades em 06/03/1979 na cidade de Várzea Grande MT, com uma pequena casa de comércio de ferros e chapas de aço para serralheria. Em 12/06/1980, a “AÇOFER mudou suas instalações para Cuiabá MT, para comportar o espaço que a empresa obteve no mercado [...]”, e em 14/06/1989 inaugurou seu Parque Industrial, situado a RODOVIA BR 364, Km 13 no Distrito Industrial – Cuiabá – MT, onde são produzidos todos os produtos que em seguida são remetidos para as filiais. Neste mesmo ano a administração da empresa transferiu-se também para o Distrito Industrial, onde está até hoje.

Considera-se hoje líder de mercado nos segmentos de produtos siderúrgicos e esquadrias metálicas por meio da utilização de tecnologia e busca de qualidade nos produtos.

A empresa traz em sua concepção os elementos de gestão de fortalecimento de sua identidade, por isso apresenta de forma institucional sua visão, missão e valores. Um dos elementos presentes na estrutura da empresa, pertencente ao modelo de reestruturação produtiva, é o sistema de gestão de qualidade. Essa concepção de gestão é expressa em suas ações de RSE relacionadas nos documentos da empresa que foram estudados nessa pesquisa.

O Grupo André Maggi consiste numa holding³⁶ formada por quatro divisões de negócios: Comercialização e Processamento, Agro, Energia e Navegação que tem em sua principal atividade a produção e comercialização de soja.

O Grupo iniciou suas atividades em São Miguel do Iguçu (PR), em 1977, sob o codinome de “*A Sementes Maggi’ e limitava-se à produção de sementes e comercialização de safras*”. (Relatório E2)

O grupo é composto pelas seguintes empresas: André Maggi Participações S/A, Amaggi Exportação e Importação Ltda., Amaggi Internacional Ltda., Agropecuária Maggi Ltda., Hermaggi Agroindustrial Ltda. e Hermasa S/A Navegação da Amazônia.

Expandiu seus negócios na década de 1980, adquirindo terras em Mato Grosso no período da expansão da fronteira e incrementando o plantio da oleaginosa.

Essa expansão para Mato Grosso fez com que a empresa estivesse presente em eventos históricos voltados para o desenvolvimento econômico do Estado, sendo beneficiada particularmente por projetos que viabilizaram ou melhoraram os processos de escoamento da produção da soja, tais como a “*construção da cidade de Sapezal e a criação do Corredor Noroeste de Exportação, que viabilizou o escoamento da produção de grãos do*

³⁶ Holding – em português Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS) é uma forma de sociedade criada com o objetivo de administrar um grupo de empresas (conglomerado). A holding administra e possui a maioria das ações ou cotas das empresas componentes de um determinado grupo. Essa forma de sociedade é muito utilizada por médias e grandes empresas e normalmente visa melhorar a estrutura do capital, ou é usada como parte parceira com outras empresas.

noroeste de Mato Grosso e sul de Rondônia pela hidrovia Madeira/Amazonas [...].”
(Relatório E2)

As principais atividades do Grupo André Maggi são: originação e comercialização de grãos: soja, algodão e milho; fornecimento de insumos e fertilizantes para o plantio dos grãos; processamento da soja para exportação; produção de sementes com uso de tecnologia de pesquisa, importação de formulados especiais e matéria-prima, transporte fluvial dos grãos e administração portuária. Todas as atividades desenvolvidas pelo grupo são relacionadas com a produção, comércio e exportação de grãos, sendo a soja o seu principal produto.

O Grupo Cometa – Motos Mato Grosso é uma empresa do ramo de revenda de veículos e autopeças composta por diversas lojas com atuação nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pará e Amazonas. Atua também em atividades agropecuárias, particularmente no mercado de animais, por meio da realização de leilões anuais. Para essa atividade a empresa relata a utilização de tecnologia no manejo da raça de gado.

O Grupo iniciou suas atividades no município de Mirassol D'Oeste-MT no ano de 1973, com a abertura da primeira loja: um *comércio no ramo de peças e acessórios*.

Após três anos de atividade em Mirassol iniciaram a expansão do negócio e passaram a vender motocicletas da marca Honda, além das peças e acessórios. A primeira loja de revenda de motocicletas foi inaugurada em Vilhena/RO em 1984. Entretanto, um ano depois inaugurou a segunda no município de Cáceres, que se tornou a sede do grupo.

Hoje, possui onze concessionárias em cinco estados brasileiros, atendendo “*a mais de 150 cidades*” e além da marca Honda, possui revendas das marcas Volkswagen e Hyundai e conta com um quadro com mais de “*1200 colaboradores*”.

A Refrigerantes Marajá consiste numa sociedade anônima de médio porte que atua a 48 anos em Mato Grosso, tendo iniciado suas atividades de industrialização no ramo de bebidas em 1963, em Rondonópolis, registrando como marca principal o nome “*MARAJÁ*”.

No ano de 1982 instalou-se no município de Várzea Grande a alterou sua razão social, outrora Indústria de Bebidas Alves Pimenta & Cia, para Indústria de Bebidas Marajá Ltda. Nesse mesmo ano iniciou ainda suas atividades de vendas em Cuiabá, com um quadro reduzido de nove funcionários e sistema *de pronta-entrega*.

Em 1998 teve um marco em sua expansão em Mato Grosso com a construção de uma nova planta industrial *com 16.000 m² de área construída e 50.000 m² de área total, com capacidade para envase de 40.000 litros de refrigerantes por hora*. A área da planta industrial foi ampliada para atender o crescimento das vendas da empresa e sua entrada em novos mercados, sendo hoje de *20.000 m²* com capacidade de produção de *40.000 litros de refrigerante por hora*.

A empresa afirma que sua produção *totalmente automatizada* expressa a preocupação com a qualidade, quando diz possuir *um rígido controle de qualidade*.

O Supermercados Modelo consiste em uma empresa do ramo varejista de alimentos, composta por dezoito unidades de revenda de alimentos com unidades de centro de distribuição, supermercados, hipermercados e uma transportadora.

Iniciou suas atividades em Várzea Grande/MT em 1984 e atualmente possui diversas lojas em Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Tangará da Serra e Primavera do Leste.

Destaca-se uma fala da empresa em que a mesma demonstra a importância de sua atuação na RSE, certificada pelo estado de Mato Grosso: *“O Modelo está comprometido com os critérios do “comércio justo” na política da empresa”. “O grupo comemora sua consolidação como empresa cidadã reconhecida publicamente no Estado, com mais de 30 projetos sistematicamente desenvolvidos e apoiados, pois para o Modelo, promover um desenvolvimento sustentável faz parte de seus valores.*

As Usinas Itamarati S/A é uma empresa do ramo sucroenergético nacional que atua na produção de *etanol, açúcar e energia elétrica*, instalada no município de Nova Olímpia e que iniciou suas atividades em 1980 com a produção do açúcar.

Seu processo de produção é praticamente todo mecanizado e a colheita chega a 100% de mecanização, o que revela alto investimento em tecnologia evidenciado nos balanços da mesma. Possui uma área de cultivo de *“67 mil hectares”*, incluídas as terras arrendadas.

Utiliza ferramentas de pesquisa e gerenciamento da produção, bem como sistemas de gestão ambiental e gestão de pessoas que visam a maior eficiência e diminuição das perdas, num modelo toyotista de produção.

Tem *capacidade de moagem de 6,3 milhões de toneladas de cana por safra (244 dias)* e produz diariamente *1.500m³ de etanol*, podendo escoar *2.000m³/dia* e armazenar *165.000m³*, além de produzir *2.000 toneladas de açúcar*. É uma empresa *autossuficiente em energia elétrica*, produzindo *36 MW a partir do bagaço da cana*.

4.2. DA DISCULSÃO DOS RESULTADOS

A utilização da pesquisa documental tornou árduo o trabalho de encontrar as informações que respondessem ao objeto pesquisado, levando basicamente a uma garimpagem no trato dos documentos coletados. Entretanto, o êxito da busca proporcionou um conhecimento mais acurado sobre as realidades socioeconômicas próprias de Mato Grosso, bem como acerca das ações de Responsabilidade Social Empresarial – RSE realizadas pelas empresas pesquisadas e a relação destas com as transformações do mundo do trabalho, no contexto da reestruturação produtiva.

Em princípio verificou-se que não há um rigor quanto ao que é considerado RSE, ou seja, todas as ações que vão desde as caritativas pontuais até os grandes projetos podem ser descritas nos balanços e nos relatórios de sustentabilidade, sendo avaliadas pela Comissão Mista de Certificação como integrantes da RSE da empresa. Considerando esta particularidade quanto aos projetos ou ações de RSE avaliados, optou-se por seguir a mesma linha da comissão preferindo sempre utilizar a expressão ações de RSE, não fazendo a distinção entre programas, projetos ou ações pontuais das empresas.

Os relatórios de sustentabilidade também não são padronizados quanto à forma e conteúdo, apresentando diferentes modelos. Eles expressam de forma detalhada e qualitativa as ações de RSE e contém ainda a descrição da empresa, com a sua história e termos próprios que fazem parte da composição da sua identidade, os quais são: visão, missão, valores e os objetivos da empresa para manter sua imagem perante o público interno e externo. *“Criar, manter e consolidar a imagem positiva do grupo através de fluxos de comunicação que facilitem a interação com os seus diversos públicos de interesse”* (Relatório E2).

Ratifica-se que a falta de padronização no modelo dos relatórios de certo modo pode levar a equívocos em sua leitura, aparentando que algumas empresas desenvolvem muitas ações e outras poucas. Isto é visível quando umas trazem nos relatórios as informações de modo mais geral, como grandes temas, enquanto outras trazem detalhadamente até procedimentos comuns de rotina interna, instituídos a muito pelo Ministério de Trabalho e Emprego – MTE, como a consideração da entrega de Equipamentos de Proteção Individual³⁷ na condição de ação de RSE. (Relatório E4).

Já o Relatório E6 apresenta 43 (quarenta e três) ações de RSE, detalhando todas as ações no relatório e englobando desde palestras de higiene bucal até ações que foram formuladas em fóruns mundiais, como o documento da Agenda 21.

Bem, a respeito do modo como cada empresa relaciona suas ações de RSE e interpretações equivocadas, apresenta-se o exemplo do Relatório E1 que levaria alguém a pensar que a empresa tem somente três ações de RSE, pois a mesma optou por fazer uma classificação em três grandes grupos que, possivelmente, englobam todas as ações menores. A empresa no Relatório E1 apresentou somente ações voltadas ao trabalhador e, embora o Balanço E1 detalhe valores para ações do meio ambiente e comunidade, o maior volume de recursos realmente destina-se ao trabalhador.

³⁷ A Norma Regulamentadora – NR 6 – Ministério do Trabalho e Emprego – MTE dispõe sobre Equipamento de Proteção Individual – EPI que consiste em “todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e saúde no trabalho (disponível www.mte.gov.br).

A escolha das empresas por um relatório mais conciso ou mais detalhado fortaleceu ainda mais a importância de analisar os balanços com maior cuidado, destacando a necessidade de confrontar alguns dados dos mesmos em relação às informações presentes nos relatórios de sustentabilidade.

Os balanços sociais utilizados seguem em parte o modelo IBASE³⁸. *“Eles estabelecem o critério básico é preencher o BS que o nosso segue o modelo ETHOS/IBASE e fazer um relatório das ações sociais” (ETMC).*

O Balanço Social expressa as informações quantitativas da RSE independentemente dos itens estarem voltados para a responsabilidade social interna ou corporativa, ou ainda daqueles voltados para o público externo que se dividem entre ações do meio ambiente e ações para a comunidade, que tratam basicamente de filantropia. As voltadas para os trabalhadores se dividem em indicadores do ambiente interno e informações do corpo funcional, com divisão por gênero quanto ao total de empregos, aos cargos de chefia, número de postos terceirizados e outras informações. A lei 7687-MT/2002 define o Balanço Social como:

Art. 2º [...] o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício contábil, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e de demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente (LEI 7687-MT/2002).

Situações de simples cumprimento à legislação relativa ao meio ambiente ou ao trabalho, além das ações de filantropia revestidas de voluntariado exercido por trabalhadores e pela própria comunidade, levam a reflexões sobre o que há de tão novo e relevante na RSE a ponto de ser considerada uma proposta de ‘cidadania’ realizada pela empresa. *“Trata-se de um discurso propagandista do ‘esforço de participação voluntária’ e do ‘estímulo à cidadania’ que esvazia o debate sobre a precarização do trabalho”.* (CÉSAR, 2008, p.262).

Segundo os dados desta pesquisa o que se vê de novo é a simples exaltação do ‘bem’ que a empresa declara fazer (EZEQUIEL, 2005), inclusive quando escolhe em que áreas atuar na ser. Algumas empresas, como as pesquisadas, definem essas áreas como parte do planejamento estratégico ou da política da empresa (Relatório E1 a Relatório E6).

³⁸ No anexo III apresentamos alguns dos aspectos sugeridos pelo IBASE e não utilizados pelas empresas em Mato Grosso

Essa situação escamoteia os processos de degradação ambiental e exploração do trabalho por meio de relatórios e balanços que só apresentam à face positiva da empresa, fortalecendo a 'identidade' entendida como o que a empresa é realmente e, principalmente, a 'imagem' entendida como o modo que a empresa quer ser vista pela sociedade. (BUENO, et al 2002). Assim a RSE serve à construção da imagem da empresa do bem, "*empresa parceira*", empresa-cidadã e serve à "*desconstrução da imagem negativa*" que lhe seria justa, considerando todo o processo histórico de degradação ambiental e exploração do trabalho propiciado por elas no capitalismo. (CÉSAR, 2008).

Buscou-se identificar a coerência entre os dados do Balanço Social e as informações dos Relatórios de Sustentabilidade, além dos valores apresentados nos exercícios financeiros dos balanços, o que levou à identificação de algumas divergências.

A análise documental procurou primeiramente conhecer quais eram as ações RSE realizadas pelas empresas pesquisadas, buscando distinguir detalhes em relação ao tipo de ações, ao público atendido, ao financiamento, à utilização de parceiros ou não na concretização das ações de RSE.

Simultaneamente foram isolados dados apresentados nos Balanços Sociais que evidenciaram os valores e percentuais das ações de RSE, tanto aquelas que são expressas em valor monetário, como as gastas com saúde por exemplo, quanto aquelas descritas em unidades, como o número total de empregados, e as que se referem às informações qualitativas de respostas como sim ou não nos balanços. Isso ocorre porque o balanço social apresenta essa característica híbrida.

Para procedermos a essa distinção e análise foram elaboradas planilhas³⁹ e gráficos que se dividem entre os gerais, que apresentam somas de todas as empresas, e os específicos com os totais individuais das empresas, tendo por base as informações extraídas dos relatórios e dos balanços que foram separados, isolados e classificados em: Ações de RSE para o Trabalhador; Ações de RSE para a Comunidade e Ações de RSE para o Meio Ambiente.

Os resultados alcançados, por meio da análise de conteúdo dos documentos e da entrevista, revelaram a presença das transformações do mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva nas ações de RSE das empresas pesquisadas, permitindo fazer a interrelação com o referencial teórico. Foi possível verificar a presença da precarização do trabalho por meio das terceirizações, estágios e voluntariado, além da utilização de CCQs, a exaltação à tecnologia e programas de qualidade.

No tratamento dos balanços e alocação dos dados em planilhas, verificou-se que há divergências entre os valores expressos no mesmo exercício financeiro presente em

³⁹ As planilhas que serviram de base à análise encontram-se em anexo.

balanços diferentes. Isso causa espanto pelo fato de o balanço social, tal qual nos é apresentado na RSE, não consistir apenas em números mas constituir realidades sociais relevantes para o trabalhador, meio ambiente e comunidade.

Nesse sentido, vê-se por exemplo que as divergências quanto ao número de acidentes de trabalho implicam em incertezas sobre os dados, quanto à correta notificação ao INSS e se houve a devida assistência ao trabalhador.

Assim como há divergências nas informações relacionadas ao trabalhador também existem nos dados das demais ações, como é o caso dos balanços dos valores relacionados a projetos sociais ambientais e/ou de educação ambiental, e também para a comunidade quanto às ações de filantropia realizadas pela empresa. No balanço social BSE5, por exemplo, o certificado do ano de 2010 consta 204 mil reais para projetos sociais ambientais no exercício de 2009, enquanto no balanço social certificado em 2009 está registrado o valor de 24 mil reais referente ao mesmo item no exercício de 2009.

Constatou-se que no período pesquisado (2006 a 2011), do total de recursos financeiros investidos pelas empresas em RSE: 77,64% foram voltadas para o trabalhador, 17,29% para o meio ambiente e 5,07% para a comunidade (Balanços E1 à E6).

É possível verificar que os recursos destinados à Comunidade e ao Meio Ambiente são pequenos quando comparados ao Ambiente Interno, demonstrando que na verdade o empresário tem um custo mínimo nas ações sociais voltadas para comunidade enquanto o retorno da fidelização para o consumo é certo no tocante a essas ações. Por isso é dada maior visibilidade às mesmas nos relatórios da mesma maneira que ocorre no marketing socioambiental, o qual trabalha a construção da identidade e da imagem positiva da empresa perante a sociedade. **“Criar, manter e consolidar a imagem positiva do grupo através de fluxos de comunicação que facilitem a interação com os seus diversos públicos de interesse”** (grifo nosso) (Relatório E2).

Em César (2008):

Mesmo considerando relevante o montante de recursos aplicados em ações sociais, cabe afirmar que tais investimentos, de fato, não pesam nos cofres dos empresários. Além disso, nem sempre as empresas financiam exclusivamente os projetos sociais, pois buscam, com frequência, compartilhar seus gastos com terceiros, recorrendo às “parcerias” com Estado e outras entidades, além de captar recursos por intermédio de institutos, fundações empresariais e organismos internacionais (CÉSAR, 2008, p. 291)

Nesta pesquisa foram identificadas diversas parcerias nos relatórios de sustentabilidade, o que conseqüentemente reduz os custos das empresas em suas ações de RSE. É o caso do Relatório E3 em que estão presentes parcerias com órgãos públicos

nas ações de RSE filantrópicas de educação e meio ambiente, ainda que no Balanço E3 não existam valores declarados para ações ambientais.

Para melhor entendimento foram destacados os parceiros dos relatórios: *“é um concurso de produção textual, [...] e realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC, por meio do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica – CEFAPRO, Secretaria Municipal de Educação e escolas públicas e privadas.” (Relatório E3). Em outro projeto descreve-se: “Este Projeto é desenvolvido [...] em parceria com a Empresa Mato-Grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural – EMPAER-MT”. Já foram plantadas mais de 10.000 mudas e o objetivo é “contribuir para preservação do meio ambiente”. Trata-se da distribuição e plantio de mudas de árvores. (Relatório E3).*

Situação semelhante é verificada em outra empresa: *“[...] juntamente com instituições de ensino autorizadas pelo MTE, visa proporcionar ao aprendiz uma formação integral”. [...] sob a orientação pedagógica do SENAC e acompanhamento direto de um supervisor local. (Relatório E2).*

O Relatório E4 é o único que trouxe especificado o que cada parceiro e a empresa fez e dispôs em recursos em algumas das suas ações, como no projeto de inclusão digital em que: *“[...] modem e manutenção pela Brasil Telecom; softwares; manutenção, treinamento, monitores e certificados pela SETEC.” (Relatório R4). Entretanto não há essa especificação na outra parceria declarada pela empresa, que trata de oficinas de enfeites de Natal onde os parceiros foram: “Escolas, Prefeitura e presídio [...]” (Relatório E4).*

A falta de nitidez nos relatórios em na maneira como são financiadas as ações de RSE, não detalhando a parte que se refere aos parceiros, significa que as ações em parceria também podem ser expressas nos relatórios de sustentabilidade das parceiras, considerando a omissão da lei quanto a isso. Salienta-se que boa parte dessas parcerias é feita com órgãos públicos, embora a ‘benevolência’, o reconhecimento, a certificação pela ação seja da empresa.

As parcerias remetem a outro assunto importante que é o financiamento das ações de RSE pelas empresas. Aqui também foram encontradas algumas contradições: o Relatório E1 não especifica como são financiadas as ações e, como nesse relatório todas as ações são voltadas ao trabalhador, não fica claro se utiliza e quanto utiliza de subvenções fiscais. Isso também ocorre em todas as demais que não declaram nem nos balanços e nem nos relatórios se utilizam dessas subvenções. No entanto, muitos dos recursos utilizados pelas empresas na realização da RSE ou da ‘cidadania empresarial’, seja nas ações de

ambiente interno ou externo como as de incentivo à cultura⁴⁰, são autofinanciadas pelo próprio trabalhador por meio de repasses do Estado às empresas⁴¹.

O Relatório E2 traz que a empresa executa as ações por meio de uma Fundação que leva o mesmo nome da empresa e é totalmente financiada pela mesma. Nesse caso a empresa se coloca sempre como parceira de todos e não como receptora de parcerias, pois é ela sempre que doa às instituições, pessoas, instituições públicas, além de gerenciar a vida de pequenos proprietários com subsídios se estes atenderem as determinações para estarem no programa de gestão ambiental da empresa. É quase um caso de uma “empresa-estado”:

Seleção Pública de Projetos. O objetivo é o desenvolvimento de projetos sociais por meio de parcerias com instituições nas cidades de atuação do Grupo [...]. Na SPP são apoiadas iniciativas com valores que podem ser de até R\$ 50 mil. Podem se inscrever organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e organizações governamentais (Relatório E2).

Apesar desse posicionamento, o Relatório E2 traz que um dos grandes projetos de gestão ambiental da empresa é desenvolvido em parceria com pesquisadores da Universidade do Estado de Mato Grosso, além de outras universidades, portanto em parceria com órgão estatal:

Atualmente, o Grupo disponibiliza uma área de 300 hectares para pesquisas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), em parceria com o campus da Unemat de Nova Xavantina – MT, da ESALQ/USP, do Museu Paraense Emílio Goeldi, da Universidade Federal do Pará, das americanas University of Florida, Yale University e da inglesa RainFor – Oxford University (Relatório E2).

Quanto ao financiamento das demais empresas, o Relatório E3 não especifica as fontes de financiamentos assim como o Relatório E1, embora traga os nomes dos parceiros.

⁴⁰ O artigo 18 da Lei de Incentivo à Cultura traz: “Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto de Renda, a título de doações ou patrocínios tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuição ao FNC, nos termos do artigo 5º, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos.” (Lei nº 8313, de 23 de dezembro de 2001, disponível em www.planalto.org.br).

⁴¹ Vale destacar, ainda, que em janeiro de 2004 o BNDES lançou o Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas (Pais). Neste programa, as empresas obtêm condições especiais para investir em projetos que contribuam para “combater as desigualdades sociais no país”. O BNDES, em termos de estoque, tem como principais fontes de recursos o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e o PIS/Pasep, representando 57% do seu passivo total. Utilizando-se desses recursos, o Banco, passou a financiar diretamente até 100% dos investimentos realizados pelas empresas, com taxas de juros a longo prazo, sem incidência de outras taxas sobre os recursos concedidos. (CÉSAR, 2008, p. 279).

O Relatório da E5 registra que todas as ações são financiadas exclusivamente pela empresa e diz sobre seus projetos: *“lembrando que todos são realizados com recurso próprios, pois [...] não utiliza nenhum benefício fiscal para seus projetos próprios ou apoiados”* (Relatório E5). Não há clareza se “apoiados” refere-se a parceiros. O Relatório E6 também não deixa claro o financiamento das ações.

Quanto aos beneficiários das ações de RSE relatados nos documentos, constata-se que além do trabalhador e sua família as ações são realizadas buscando atender pessoas carentes no local onde a empresa está instalada, ou em sua proximidade.

Ressalta-se, no entanto que das seis empresas pesquisadas duas apresentaram fortes investimentos em meio ambiente, superando inclusive as ações destinadas para seu quadro funcional, o Balanço E4 onde apresenta 55,38 % do investimento em ações ambientais e o Balanço E5 tem 49,69% de investimento nestas ações. Em contraste temos o Balanço E3 que não apresentou investimento em ações ambientais. No Relatório E4 a empresa apresenta latente preocupação com as ações relacionadas ao meio ambiente: *“A partir da compreensão de que a nossa maior fornecedora é a natureza, nos comprometemos com a sua conservação, adotando práticas que proporcionem a sua sustentabilidade”* (Relatório E4).

O projeto Rio Cuiabá + Limpo que visa a limpeza do Rio Cuiabá entre as cidades de Cuiabá e Barão de Melgaço [...] dois colaboradores fazem o recolhimento de todos os materiais poluentes do rio. Os materiais recolhidos como: garrafas, galões de óleo, sofás, tv's, cadeiras, freezers, etc. são mandados para a reciclagem ou vendidos para o lixão (Relatório E4).

Das ações voltadas para o meio ambiente, divididas em atividades para o processo produtivo e de educação ambiental, a maioria refere-se à inovação nos processos produtivos que proporciona maiores ganhos para a empresa e consiste na utilização de tecnologia avançada nos processos produtivos, garantindo alta produtividade e alguns outros benefícios à empresa como a venda dos créditos de carbono, por exemplo. No Balanço E1 encontra-se um investimento de 95,14% em processos produtivos, índice que chega a 96,61% no Balanço E2 e 98,74% no Balanço E5.

Um dos relatórios registra a pesquisa ambiental em parceria com uma universidade pública, o que implica na busca por respostas para que demore um pouco mais o esgotamento dos recursos naturais no MPC, contando que até que chegue esse momento as empresas continuem gerenciando os mesmos. Este esgotamento é inevitavelmente associado ao emprego da tecnologia, que tem grande destaque nos relatórios como fator primordial do aumento de produtividade e manutenção da empresa no mercado por um período longo.

Destaca-se na empresa E2: “*Praticar uma gestão profissional, que promova o desenvolvimento econômico sustentável [...] e da responsabilidade corporativa, zelando pelo melhor resultado para o grupo e pela sua longevidade*”. (grifo nosso) (Relatório E2).

Assim como na empresa E6:

Fornecer produtos de qualidade através do monitoramento do processo produtivo, visando manter a competitividade, a motivação dos colaboradores, a perpetuação da empresa, um retorno adequado aos acionistas, sempre com foco na melhoria contínua do sistema de gestão da qualidade. Esta posição de liderança se deve em grande parte a uma solução logística inteligente e investimento constante em qualidade e tecnologia do processo produtivo (grifo nosso) (Relatório E6).

Nos relatórios de sustentabilidade das empresas foram encontrados diversos elementos de reestruturação produtiva como o *monitoramento do processo produtivo, a competitividade e a gestão da qualidade*. Isso evidencia o quanto as empresas em Mato Grosso estão alinhadas com o que ocorre no restante do mundo no que se refere à produção e ao mundo do trabalho, considerando que estas empresas oferecem produtos para o mercado internacional. A empresa traz a importância de “*Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis.*” [...] fatores que contribuem para aprimorar a competitividade no cenário internacional. (Relatório E2)

A empresa trabalha para que a excelência em qualidade permeie todos os seus processos e seja inerente ao exercício de cada função. [...] as decisões são compartilhadas com as lideranças e a gestão baseia-se nos conceitos do Programa *Total Quality Control* (TQC) – qualidade, entrega moral e segurança –, lançado em 2007 com o objetivo de impulsionar a empresa a “ser modelo de gestão da qualidade no setor sucroenergético do Brasil e tornar-se referência de competitividade na fabricação de açúcar, etanol e energia elétrica”. Os eventos que possibilitam este contato, entre outros, são o Círculo de Controle da Qualidade (CCQ), a Reunião de Segurança Programada (RSP) e o Plano de Produção Econômica (PPE), além de meios de comunicação internos (Relatório E6).

A temática ambiental tem grande visibilidade nas ações de RSE no mundo e em Mato Grosso, ainda que os investimentos monetários sejam aquém da divulgação das ações. Em diversos relatórios há uma grande tônica a respeito dos sistemas ou políticas de gestão ambiental:

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) foi concebido para atender à Política Ambiental do Grupo [...], que por meio de um conjunto de instruções e programas, pauta todas as suas operações de modo a prevenir danos e custos ambientais, buscando a melhoria contínua nos processos e procurando influir positivamente na qualidade de vida das futuras

gerações. A empresa buscando alcançar um desempenho ambiental compatível com a meta de “desenvolvimento sustentável” implantou seu SGA com ampla identificação de riscos, plano de ação, alocação de recursos, treinamento de colaboradores e auditoria (Relatório E2).

A atuação empresarial no que tange ao meio ambiente é cada vez mais significativa e, segundo (Tachizawa, 2004, p.75) “a iniciativa privada descobriu na onda verde um excelente filão de negócios e tornou-se poderosa aliada das ONGs. Multiplicaram-se no mercado as novas gerações de produtos e de empresários ‘ecologicamente corretos’”.

O mesmo autor ainda evidencia que:

A transformação e a influência ecológica nos negócios se farão sentir de maneira crescente e com efeitos econômicos cada vez mais profundos. As organizações que tomarem decisões estratégicas integradas à questão ambiental e ecológica conseguirão significativas vantagens competitivas, quando não, redução de custos e incremento nos lucros a médio e longo prazos (TACHIZAWA, 2004, p.73).

Detalhando agora as ações voltadas para a comunidade, foi extraído dos balanços que estas somam apenas 5,07% do montante total de recursos investidos em RSE na média das seis empresas pesquisadas. Dentre os segmentos que englobam as ações de filantropia o que mais recebe recursos é o de Combate à Fome e Segurança Alimentar que fica com 24,97% dos recursos; em seguida está o segmento de Esporte e Lazer com 18,99%, seguindo-se Cultura com 14,05%, Educação com 12,90% e Saúde e Saneamento com 4,25%. São investidos ainda 24,83% em outros tipos de ação de filantropia não especificados nos balanços sociais.

A maioria dessas ações são de assistencialismo e consistem em: atividades de cultura como ensinar instrumentos musicais, danças, teatro; atividades referentes à alimentação como entrega de cestas básicas, cursos de culinária, distribuição de sobras aproveitáveis de alimentos, dentre outras; ações referentes à saúde e higiene que contemplam basicamente palestras sobre assuntos dessa área e alguns atendimentos odontológicos; além daquelas referentes à educação e qualificação para o mercado de trabalho que abrangem desde atividades de educação de jovens e adultos em parceria com órgãos públicos, até cursos profissionalizantes de treinamento.

Outra importante verificação obtida a partir da análise dos balanços sociais e dos relatórios de sustentabilidade, é que embora as ações de filantropia voltadas à comunidade externa representem nos balanços apenas 5,07% do total de investimentos de RSE das empresas pesquisadas, o número de projetos das empresas voltados para filantropia é significativo. No Relatório E6 observou-se que 39,53% do total de ações desenvolvidas pela empresa em análise são relacionados à filantropia, enquanto o Balanço E6 traz um

investimento de 1,67% da referida empresa nesta área. Também o Relatório E4 demonstra que 42,86% das ações da empresa 4 estão relacionadas à filantropia, mas no Balanço E4 a empresa investe apenas 6,50 % de seus recursos de RSE em ações comunitárias.

Outra ponderação considerada sobre os relatórios de sustentabilidade e balanços é que em seus textos há o predomínio de elementos pertencentes ao contexto da reestruturação produtiva, tornando evidente que a prática da RSE das empresas pesquisadas segue esse parâmetro. Desta feita, apresenta-se a seguir algumas análises sobre alguns destes elementos.

A terceirização, elemento introduzido no ambiente empresarial por meio da reestruturação produtiva, se manifesta de forma explícita nos balanços sociais das empresas pesquisadas. No Balanço E4 do exercício 2007 a relação de funcionários do quadro permanente e de terceirizados é de 33,66% a 66,34%. Ao todo são 204 permanentes e 402 terceirizados neste exercício. Se analisarmos o Balanço E4 do exercício 2010 verificamos que o quantitativo de terceirizados foi reduzido para apenas 11, o que demonstra a grande insegurança deste tipo de mão-de-obra. No entanto, a dispensa de terceirizados não gerou aumento significativo no total de permanentes que chegou a 211 no referido exercício.

No Balanço E2 do exercício 2008 a empresa pesquisada apresentou um quantitativo de 3100 empregados formais enquanto mantinha 2510 terceirizados. No exercício de 2010 a empresa aumentou em 13,90% o número de empregados formais e passou a ter 3531. No entanto o número de terceirizados foi reduzido a 444 pessoas e a redução de terceirizados se deu em proporção muito maior, totalizando 82,31% em apenas dois exercícios e evidenciando novamente a insegurança do trabalhador que exerce seu labor na condição de terceirizado.

As terceirizações fazem parte de uma “atual tendência dos mercados de trabalho para reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais força de trabalho que entra facilmente e é desligada sem custos quando a conjuntura fica adversa” (Tachizawa, 2004, p.78).

As estratégias de alocação da força de trabalho terceirizada levam em conta alternativas de gestão de pessoas que possam agregar mais valor, visando à obtenção [...] De competência profissional em áreas de rápida evolução tecnológica ou especialização fora do foco de negócio [...] De quadros de pessoal de baixa especialização com alta rotatividade fora do foco do negócio [...] De menores custos operacionais com a flexibilização dos custos fixos, por meio da contratação para suprir demandas específicas, de vendas sazonais em determinadas épocas do ano, ou de determinados projetos ou programas temporários (TACHIZAWA, 2004, p.237).

A estratégia empresarial de investir em terceirizações⁴² não se realiza ao acaso. Na verdade este instrumento serve bem ao contexto da reestruturação produtiva, conforme podemos compreender em Alves (2005):

O mundo do trabalho precário é decorrente de uma das motivações indutoras da terceirização [...]. O processo de terceirização, que tomou impulso a partir da era neoliberal no Brasil assumiu uma dimensão nova e radical, causou impacto disruptivo sobre o mundo do trabalho. Ao constituir uma rede de subcontratação complexa o capital tende a criar uma polarização na classe operária, constituindo, [...] uma “elite” de novos operários polivalentes [...] convivendo no interior de uma cadeia produtiva, com uma classe operária com estatutos salariais precários e segmentados. [...] a nova (e radical) terceirização possuiu importante e estratégica dimensão política, na medida e que tende a fragmentar o coletivo operário, debilitando a organização de classe, e, por conseguinte, seu poder de resistência (e de barganha) às usurpações do capital (ALVES, 2005, p.265-266).

Sobre os Círculos de Controle de Qualidade – CCQs, outra característica das transformações do mundo do trabalho com a predominância do toyotismo sobre o fordismo, destacamos que há até mesmo um orgulho das empresas em apresentar a utilização dos CCQs como estratégia empresarial:

A empresa trabalha para que a excelência em qualidade permeie todos os seus processos e seja inerente ao exercício de cada função. [...] trabalha com ferramentas gerenciais de maneira integrada, a exemplo do Plano de Produção Econômica (PPE) – que propõe desafios e metas a serem alcançados – e dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) – onde os profissionais propõem alternativas para a redução de custos e desperdícios, aumento da produtividade e implemento de inovações nos processos produtivos (Relatório E6).

Sobre os CCQs Oliveira (2004) nos apresenta:

As reuniões dos CCQs são direcionadas para parecer que são os trabalhadores que determinam os objetivos de produção, e eles o fazem porque são obrigados a mostrar interesse em bater recordes de produção e vendas para defender a posição da empresa. No momento em que a aceleração da linha de montagem começa a elevar o número de acidentes e mortes, ninguém pode acusar a empresa, pois são os trabalhadores os responsáveis pela determinação dos recordes, pela cota diária da produção. A empresa não determina os objetivos da produção, são os trabalhadores

⁴² A subcontratação, terceirização, externalização do trabalho, ao retirar o trabalhador da formal (e regulamentada por lei) relação salarial, permite ao capital dispor, quase na sua totalidade, de mão de obra de acordo com suas necessidades. Agora a tendência é que quase todos os postos de trabalho dependam das flutuações do mercado, estando o trabalhador na sua quase totalidade à mercê desse processo, sem garantias, sem estabilidade (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p.199-200).

que o fazem. Portanto, são responsáveis pelas consequências. Isso dá a justa medida do que é o sistema de responsabilização dos trabalhadores [...] (OLIVEIRA, 2004, p.43)

Os CCQs permitem “*criar uma atmosfera tensionada de constante envolvimento do trabalhador na promoção do crescimento da produtividade*” (OLIVEIRA, 2004,). E sobre o envolvimento do trabalhador no processo de produção a empresa E6 apresenta em seu relatório que uma “*Equipe de voluntários identifica e analisa os problemas de sua área de atuação, propondo soluções através dos Círculos de Controle da Qualidade (CCQs) ou equipes de melhoria contínua. Utilizando as ferramentas do TQC apresentam trabalhos com propostas de melhorias em equipamentos e processos da organização*” (Relatório E6).

Embora não esteja descrito CCQs em todos os relatórios, a utilização dessa técnica é evidente em todos, pois é constante o uso de expressões que designam trabalho em equipe, aumento da produtividade, competitividade, eficiência, qualidade total, qualidade dos produtos e nos serviços, as quais são citadas e exaltadas constantemente como algo determinante na RSE das empresas: “*precisamos investir na educação, no treinamento, no padrão, na função e na certificação dos Processos. A busca da eficiência, de resultados financeiros (lucro) acima da média do setor, [...] são a prova da Qualidade do nosso negócio.*” (Relatório E5).

Isso bem nos mostra a lógica do presente momento do capitalismo no qual o essencial é que os indivíduos sintam-se e se portem como clientes, e não que sintam-se ou pensem como trabalhador ou cidadão, exceto claro, como cidadão empresarial:

Política de Qualidade – *Promover e manter alto padrão de qualidade, por meio de melhorias contínuas nos processos, atendendo a necessidade de nossos clientes. Na produção de sementes soja, [...] investe na qualidade de seus processos, o que garante a seus clientes um produto de alta qualidade. (Relatório E2).*

*Focada em seu core-business, tem como um dos objetivos permanentes de seu planejamento estratégico alcançar níveis cada vez mais altos de competitividade. Para tanto, consolidou um sistema ágil e eficaz de gestão, embasado no conceito de TQC (Total Quality Control). A empresa trabalha para que a excelência em qualidade permeie todos os seus processos e seja inerente ao exercício de cada função. O Programa de Qualidade Total prima pela ética e responsabilidade, respeito ao meio ambiente, melhoria contínua de produtos e serviços, **valorização do capital** e desenvolvimento do ser humano (grifo nosso) (Relatório E6).*

Visualiza-se nesse momento neoliberal a exaltação da condição do indivíduo como cliente, ocultando e camuflando problemas relacionados à condição do trabalhador como a redução drástica dos postos de emprego e da devastação ambiental. Em Mato Grosso, essa

realidade pode ser vista em ramos de atividade das empresas pesquisadas, como no caso da soja:

A crescente mecanização da cultura da soja em grandes propriedades, em detrimento da produção familiar característica da região Sul do Brasil, são os principais motivos da contínua redução dos postos de trabalho neste setor. Enquanto o volume produzido cresceu de 18,278 para 52,464 milhões de toneladas entre 1985 e 2006, o número de postos de trabalho reduziu-se de 1,694 milhão para 419 mil (IBGE, 2009).

Mesmo quando há um incremento em receita não existe uma relação direta com o aumento de emprego. No Balanço E6, por exemplo, verificou-se que no exercício de 2004 a receita líquida da empresa foi de R\$ 367.335.000,00 enquanto que em 2005 foi de R\$ 392.955.000,00, com incremento da ordem de 6,97%. No entanto verificou-se que no mesmo período a folha de pagamento reduziu de R\$ 51.425.000,00 para R\$ 47.148.000,00, contabilizando corte de 8,32% que representou a redução de 196 empregos formais no período. No mesmo balanço social verificou-se ainda que houve um aumento da ordem de 957% no investimento relacionados aos processos produtivos operacionais, ou seja, emprego de tecnologia. A equação com aumento de faturamento, redução de postos de trabalho com aumento de tecnologia é uma das realidades da intensificação do trabalho: *Chamamos de intensificação os processos de quaisquer naturezas que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados (ROSSO, 2008, p.23).*

Elementos da intensificação, como a mecanização dos processos podem ser percebidos no seguinte trecho do Relatório E6:

A empresa conta com 67 mil hectares de terras cultiváveis (entre próprias e arrendadas). Para a safra 2012/2013 renovou 10.520 ha de seus canaviais, 70% plantados mecanicamente [...]. Com alto índice de desempenho, a empresa tem 100% de sua colheita mecanizada, sendo 100% de cana crua. Além do grande avanço na preservação do meio ambiente, esses números trazem vantagens como o maior rendimento operacional e qualidade da matéria-prima (Relatório E6).

Também foi identificado nos textos que o uso da palavra colaborador é recorrente, o qual não é trabalhador e também não é empregado porque o trabalhador levaria a reflexões sobre a classe, enquanto o empregado sobre a relação de emprego. A seguir trazemos excertos dos relatórios de todas as empresas que comprovam nossa afirmação:

*Com o objetivo de demonstrar que podemos construir um futuro mais sólido, propiciamos apoio a todos os **colaboradores** que não tenham concluído ensino fundamental e médio, a oportunidade de fazê-lo na empresa (grifo nosso) (Relatório E1).*

*Para dar suporte e contribuir para o bem-estar de seus **colaboradores** e famílias, o Grupo [...] desenvolve atividades de valorização da vida, com foco nas seis áreas da saúde preconizadas pela Organização Mundial da Saúde – física, social, emocional, profissional, intelectual e espiritual, a fim de que se tenha um melhor gerenciamento da vida (grifo nosso) (Relatório E2).*

*O Projeto [...], implantado em 2006, procura proporcionar aos **colaboradores** o acesso ao conhecimento e as informações por meio da leitura, visando o desenvolvimento de suas potencialidades pessoais e profissionais, provocando mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos junto à sua família, à empresa e à sociedade (grifo nosso) (Relatório E3).*

*É responsabilidade da empresa gerar lucros, pois, através deles, cumpre com suas obrigações e gera mais e melhores benefícios a todos os envolvidos, seus clientes, revendedores, acionistas, **colaboradores**, comunidade, fornecedores e governo (grifo nosso) (Relatório E4).*

*O Guia de Sucesso [...] tem por objetivo esclarecer ao **colaborador** sobre os princípios da empresa, história, valores, missão, serviços, programas, responsabilidades, direitos e benefícios (grifo nosso) (Relatório E5).*

*Política de Qualidade – Fornecer produtos de qualidade através do monitoramento do processo produtivo, visando manter a competitividade, a motivação dos **colaboradores**, a perpetuação da empresa, um retorno adequado aos acionistas, sempre com foco na melhoria contínua do sistema de gestão da qualidade (grifo nosso) (Relatório E6).*

Ao abolirem de seus relatórios e de seu cotidiano os termos trabalhador e empregado, as empresas não o fazem aleatoriamente porque esta iniciativa reforça o ideal da cooperação, da convivência pacífica entre patrão e empregado, conforme bem nos explica César (2008):

Não há, então, distinção entre trabalho e capital, entre patrões e empregados, pois todos agora são cidadãos: consumidor, trabalhador, empresa, sindicato e, até mesmo, a cidadania “se faz a si mesma”, sem a mediação do Estado, e se torna cidadã. Não há mais espaço para a luta de classes, para os velhos antagonismos, muito menos para as grandes utopias do passado, pois a solidariedade pacífica a “comunidade” garante uma acumulação benéfica e sem conflitos (CÉSAR, 2008, p.263).

O voluntariado é outra política que passou a ser utilizada exaustivamente pelas empresas a partir das determinações da reestruturação produtiva. O incentivo para a utilização desta mão-de-obra é evidente e permeia a maioria das ações de RSE desenvolvidas pelas empresas pesquisadas, conforme apresentamos a seguir:

*O Projeto Dentista do Bem foi fundado [...] pela Turma do Bem, composta por um grupo de **dentistas voluntários**. Atualmente o projeto está presente em todos os estados brasileiros. O dentista voluntário adota um ou mais pacientes e lhe garantirá tratamento odontológico gratuito, responsabilizando-se por qualquer especialidade que seja necessária, até que ele complete 18 anos. Ao concluir o tratamento, o dentista ainda se responsabiliza por revisões periódicas ao paciente grifo nosso (Relatório E6).*

*O Grupo Florescer foi criado em agosto de 2006, a partir da iniciativa de profissionais [...] que se uniram para desenvolver um **trabalho de voluntariado**. Os projetos desenvolvidos pelo Grupo Florescer têm como propósito contribuir para o desenvolvimento comunitário, facilitando as transformações sociais alinhadas aos valores éticos, sociais e morais. O grupo utiliza as mais variadas competências dos profissionais para criar e planejar ações voltadas ao bem-estar das comunidades [...] grifo nosso (Relatório E6).*

Sobre a utilização do voluntariado como estratégia empresarial, nos demonstra (Tenório, 2004):

O voluntariado empresarial pode ser definido como o conjunto de ações empresariais para incentivar os funcionários a engajarem-se em atividades voluntárias na comunidade. Tais ações são variadas e podem consistir em cessão de espaço e recursos da companhia para o desenvolvimento de atividades voluntárias [...] e aproximação de funcionários e entidades interessadas em tal colaboração (TENÓRIO, 2004, p.30).

Nos relatórios as empresas evidenciam a utilização de trabalho voluntário para realização de suas ações de RSE, como a participação do trabalhador em arrecadação e doação de doativos, sejam alimentos ou roupas (Relatório E5), há as visitas que são feitas a instituições como asilos e lares de crianças, distribuição e plantio de mudas de árvores (Relatório E3).

O voluntariado aparece como ação de cidadania empresarial em todos os balanços por meio do incentivo a esta prática. A ação do voluntariado inclusive é defendida e justificada não só pela empresa como também pela Assembléia Legislativa, conforme nos revela o trecho da entrevista a seguir:

Olha chega sim a fazer esse trabalho voluntário, até porque hoje tudo a interação tem que existir senão não funciona. Então um exemplo: essa questão de destinação de resíduos nocivos à sociedade, o trabalhador a hora que ele destina adequadamente um produto ele tá contribuindo pra fazer um trabalho social também, porque uma preocupação sempre nossa aqui na Assembleia, não foi só a parte social, foi a parte ambiental também [...]. (ETMC).

Ainda sobre o voluntariado, (Santos, 2008) nos dá importante contribuição:

Nos tempos atuais, a ênfase no trabalho voluntário é notória. Não obstante, se deva considerar que a ação dos voluntários se remete há vários séculos, sempre vinculada a ações religiosas ou à área de saúde, sob o cunho da benemerência (merecimento) ou da filantropia (caridade-altruísmo). Ocorre que, em face da agudização da questão social e, conseqüentemente, das suas sequelas, nos deparamos como explicita Yasbek (2002), com um processo de constituição de uma nova cultura de solidariedade, que se expressa através de um grande número de pessoas em dificuldades. Tal trabalho, conforme a autora é considerado como sendo parte de uma cidadania ativa e participativa relacionando-se com eficiência e resultados (SANTOS, 2008, p.129).

As demais ações voltadas ao trabalhador também vislumbram a reestruturação produtiva e são direcionadas em sua maior parte à educação, aqui inclusas as de aumento da escolaridade, treinamentos, capacitação para os processos produtivos e para atividades gerenciais visando aumento da produtividade e condição de dar conta de diversas situações ao mesmo tempo, no modelo de polivalência próprio da reestruturação produtiva.

As ações de educação desenvolvidas pelas empresas estão sempre relacionadas ao conceito de treinamento, capacitação e de aprendizado de novas competências que sirvam de imediato para que o trabalhador possa utilizar na execução de sua função. A concepção de educação enquanto processo contínuo de qualificação do ser humano, dissociado de resultados imediatos, não fazem parte das ações empresariais:

Todos os colaboradores são devidamente treinados e mantidos informados das atualizações pelos seus gestores e pelo próprio sistema. Cabe a cada um deles manter-se atualizado frente às mudanças e cumpri-las no desenvolvimento de suas atividades, no sentido de promover a melhoria contínua (Relatório E2).

Os valores, as diretrizes organizacionais e os princípios do código de conduta relativos à gestão do negócio são disseminados através dos meios de comunicação, nos treinamentos e discutidos continuamente nas reuniões programadas. O objetivo é que eles sejam assimilados pelos trabalhadores e incorporados à prática cotidiana. [...] Todos os empregados devem participar de treinamentos [...] no que se refere às atividades da empresa (Relatório E6).

Quanto às ações voltadas à saúde e segurança do trabalhador, a maioria trata-se apenas de simples atendimento às disposições legais, como o caso do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, o Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais - PRPPA, e realização da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA. As demais ações como de planos de saúde e odontológico que atendem ao trabalhador e seus familiares servem para dissimular problemas de ocupação pela empresa dos espaços outrora destinados ao Estado, pois a necessidade de planos privados nessas áreas e na área de previdência reflete o movimento de sucateamento das mesmas pela usurpação do capital. No trecho a seguir encontra-se o conceito de saúde de uma das empresas: “Prover

ambientes saudáveis e condições seguras de trabalho, conforme legislação de segurança e medicina do trabalho vigente” (Relatório E2).

Aspectos inerentes às questões de gênero, étnicas e geracionais também têm destaque tanto nos balanços sociais quanto nos relatórios de sustentabilidade, No entanto existe clara divergência entre o discurso de respeito à diversidade presente nos textos dos relatórios, com forte combate à discriminação e ao preconceito, e aquilo que é apresentado nos balanços onde predomina a presença de homens à de mulheres nos cargos de chefia, de jovens sobre outras faixas etárias e de brancos sobre pretos e pardos.

O primeiro caso trata-se do relatório E2 que apresenta como **“Política de Valorização da Diversidade – Promover e valorizar toda e qualquer diversidade [...]. Estimular práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego. Igualdade entre sexos e valorização da mulher”**. Porém, nesta empresa que tem a igualdade entre sexos como política, as mulheres representam 16,05% da força de trabalho e em média ocupam apenas 8,08% dos cargos de chefia.

A empresa E4 é a que apresenta o maior contingente de mulheres em seus quadros são 51,35% contra 48,65% de homens na média dos exercícios, mas quando se trata dos cargos de chefia o Balanço E4 mostra que a maioria destes está ocupada por homens, restando 30,81% dos cargos para as mulheres.

Segundo dados do relatório do IPEA: “No que se refere ao recorte de gênero, segundo os dados da PME/IBGE para setembro de 2010, a taxa de atividade feminina permanecia 26% inferior à masculina, ao passo que a taxa de desocupação continuava 65% superior”.

Ressalta-se que não foi encontrado em nenhum balanço social identificação de quantitativo de empregados negros e pardos, nem de cargos de chefia ocupados pelos mesmos, apesar do modelo IBASE⁴³ assim sugerir (TORRES & MANSUR, 2008).

A questão geracional aparece tanto nos balanços como nos relatórios, sendo grande o destaque dado ao apoio voltado aos programas direcionados para juventude como primeiro emprego. Entretanto, na média dos balanços o quantitativo de empregados jovens abaixo dos 18 anos é de 2,66%; enquanto os acima dos 45 anos é de 10,87% e os entre 18 a 45 correspondem a 86,47%, salientando que não houve grande variação dentro do período avaliado.

Isso demonstra que mesmo com medidas de políticas públicas como a criação de programas específicos para o público jovem, campanhas e incentivos para sua contratação, o desenho do perfil de trabalhador nas empresas pesquisadas, independente de seu ramo de atividade, apresenta predominância de aspectos que retratam desigualdades de gênero,

⁴³ O anexo IV apresenta um recorte do Modelo do Balanço IBASE anual/2010, onde demonstramos as informações que não constam nos balanços apresentados pelas empresas pesquisadas.

de etnia ou geracionais. Na maioria das empresas os postos de emprego e os cargos de chefia encontram-se ocupados por homens, brancos e em idade madura propícia ao melhor rendimento da força de trabalho, a qual está aproximadamente entre 20 a 50 anos.

Para o IPEA *“o mercado de trabalho brasileiro continua apresentando problemas estruturais, que se manifestam principalmente por meio de várias desigualdades entre grupos da população ativa (separados por gênero, raça, idade, localização etc.)”*. (IPEA, p.204).

Por fim, encerra-se esta análise demonstrando que dentre os diversos selos e certificações que as empresas buscam para obtenção de vantagens competitivas, estas também participam da certificação concedida por meio do Certificado de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Pode-se constatar que os relatórios trazem essas informações aliando às certificações a ideia de empresa socialmente responsável: *As Certificações são mais um atestado de credibilidade que garante aos clientes e partes interessadas que o trabalho é desenvolvido respeitando critérios de sustentabilidade (Relatório E2)*. Outra empresa também destaca o recebimento da certificação da AL: *Em Mato Grosso, o reconhecimento à atuação do Grupo [...] foi feito pela Assembleia Legislativa. Na sede do legislativo estadual, a empresa recebeu pelo quarto ano seguido, o certificado de "Responsabilidade Social" devido à sua política de responsabilidade socioambiental (Relatório E5)*.

A empresa 3 também destaca em seu relatório o recebimento da certificação: *“O Balanço Social vem sendo reconhecido desde 2008 com o Certificado de Responsabilidade Social emitido pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. O Grupo [...] é associado do Instituto Ethos desde 2006 e faz sistematicamente auto avaliação”* (Relatório E3).

As certificações fazem parte da estratégia empresarial de atrair e fidelizar clientes. Tachizawa (2004) afirma que *“o comportamento dos consumidores está criando novas relações com as empresas”*. O autor continua alertando que *“o consumidor do futuro, inclusive no Brasil, passará a privilegiar não apenas preço e qualidade dos produtos, mas, principalmente, o comportamento social das empresas fabricantes desses produtos”* (TACHIZAWA, 2004, p.95).

A Assembleia Legislativa também aponta que a participação das empresas na certificação concedida pela Casa traz vantagens competitivas:

[...] sem sombra de dúvida a certificação trabalhos sociais ajudam a empresa na competição hoje da sociedade, porque a sociedade ela tá começando a cobrar e a se interessar pelas ações sociais que os outros fazem, que as empresas fazem, então dá uma vantagem competitiva, de mercado e cada vez mais vai acontecer isso (ETMC).

Diante do que foi constatado nos documentos pesquisados verificou-se que as empresas em Mato Grosso estão alinhadas com as transformações socioeconômicas que ocorreram no mundo e, particularmente, com as transformações do mundo do trabalho ocorridas a partir da reestruturação produtiva.

Por mais que as empresas propaguem um discurso de que estão atendendo toda a comunidade com serviços e ações permanentes, o que se verificou é que elas não possuem de fato uma atuação que seja capaz de agir em substituição ao Estado, e que seus mecanismos de filantropia são pontuais, vinculados à obtenção de vantagens competitivas e com forte incentivo ao voluntariado, ou seja, mão de obra não paga.

Não é possível pensar na equação que coloque a empresa no lugar do Estado, pois a mesma não está preocupada em resolver os conflitos da questão social, e muito menos em corrigir as distorções e anacronismos da desigualdade socioeconômica. Quando muito, a empresa se preocupa com as questões inerentes ao seu processo produtivo e as determinações que possam interferir em seu fazer empresarial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar a esse momento implica ter caminhando um longo caminho, sempre na tensão própria da busca de navegar com precisão nas águas do conhecimento. E trilhar o caminho chamado pesquisa pode nos levar ao limite da exaustão. No entanto ver o resultado do esforço e pensar que colocamos mais uma gota d'água nesse oceano que poderá se transformar numa nascente para muitos outros que se sentirão curiosos, intrigados, instigados, incomodados, mas acima de tudo motivados a continuar essa pesquisa quer seja buscando confirmação ou negação da mesma nos traz o maior dos alívios, o alívio da satisfação de termos realizado a parcela que nos coube realizar.

E talvez seja esse o único momento de liberdade maior para o pesquisador, como esse pensamento acima. Entretanto, retomamos ao rigor acadêmico e pensamos que as últimas ponderações sobre o assunto pesquisado contribuam para acrescentar elementos relevantes que instigue a continuidade do mesmo em novas pesquisas.

Assim, esse fechamento passa por três pontos que consideramos mais relevantes na pesquisa: as transformações sócio-políticas e econômicas a partir do pós-Segunda-Guerra como determinantes da RSE no formato que a conhecemos em nossos dias; a concepção de Responsabilidade Social Empresarial e sua relação com essas mudanças particularmente com a redução do Estado e o alinhamento das ações de Responsabilidade Social Empresarial, praticadas por empresas em Mato Grosso com esses pressupostos.

Consideramos que a imposição neoliberal a todos os países após a crise do Welfare State foi o fator fundamental para a redução do Estado no tocante às políticas públicas como resposta à questão social consequência das contradições do capitalismo. Essa retirada gradual do Estado reflete-se objetivamente na redução do financiamento da Política Social, com o corte contínuo dos gastos sociais o que se apresenta como um verdadeiro retrocesso à efetivação e universalização dos direitos sociais.

Essa situação teve seu advento na crise dos modelos de bem-estar social presente no Welfare State no pós-segunda guerra. Momento esse de grandes conquistas por parte da classe trabalhadora, que logrou algum êxito no atendimento de suas necessidades nessa fase de expansão do capital.

Consideramos a RSE como parte dessa nova ofensiva do capital, assim como outras estratégias tais como a atuação do Terceiro Setor incentivando o voluntariado e sendo considerado um instrumento importante na solução das desigualdades sociais, assim como também são as ações de RSE.

A RSE por vezes pode ser entendida como a produção voltada para o desenvolvimento sustentável, sendo a mesma uma forma das empresas conduzirem seus

negócios de modo a garantir a sobrevivência dos recursos naturais para as gerações futuras, a despeito de que sejam elas mesmas que continuem conduzindo ou gerenciando o uso desses recursos na busca de lucros.

Entretanto, nenhum desses novos eventos que empurram para a sociedade civil a responsabilidade ao atendimento das necessidades sociais; essa filantropia renovada é capaz de apresentar melhor solução aos problemas sociais impressos na questão social do que o são as políticas sociais, considerando que se essas por vezes compensam as perdas dos trabalhadores, fruto das contradições do próprio sistema capitalista; aquela nem a isso se propõe, antes, permite o retrocesso da naturalização dessas contradições que só poderiam ser combatidas por via da solidariedade ao invés da conquista de direitos.

Consideramos que o discurso da RSE tem tomado conta de todos os espaços sociais e isso se deve, entre outras coisas, a três fatores principais: legislação, mídia e educação. É importante a atuação do Estado legitimando as certificações já criadas, como os ISOs e algumas criadas por leis federais ou estaduais como a Lei 7687/MT – 2002.

A mídia com todo o poder de sedução e a utilização da teoria do agendamento na qual as pessoas são levadas a assistir, ler e ouvir cotidianamente algo que antes não fazia parte da agenda do seu dia a dia, mas agora faz, por meio dessa técnica. Isso é bem útil ao empresário quando alia-se ao investimento pesado em marketing socioambiental.

E por último o papel fundamental da educação como ferramenta essencial à disseminação desse discurso, que levará muitos a serem amigos da escola, defensores do meio ambiente, entre outras ações e isso voluntariamente. É sempre bom lembrar, que é ótimo para o capital, que haja mais trabalho não pago.

Sobre esse modo das empresas se posicionarem como sendo éticas e voltadas à cidadania, à responsabilidade social, sabemos da incompatibilidade de muitos desses quesitos embutidos nas explicações da RSE, visto que desde o início do capitalismo as empresas movem-se por e em prol do lucro e seus interesses são privados e não públicos.

A vertente do neoliberalismo com suas faces de reestruturação produtiva, de quebra das soberanias ao avanço do capital, do chamado movimento de mundialização do capital, da precarização do trabalho, do desemprego estrutural, da banalização do humano numa sociedade considerada por alguns como de “risco” pautada no individualismo exacerbado fruto do MPC; não tem sido uma resposta capaz de solucionar os problemas de esgotamento ambiental do planeta e de crescimento e manutenção da desigualdade social com a polarização da distribuição de renda em poucos riquíssimos e muitos pobres, grande parte destes, paupérrimos.

Uma das opções ou dos discursos dos nossos dias é o de Responsabilidade Social por parte do setor privado e que também tem impregnado o setor público. Esse discurso basicamente, diz respeito a uma ética nos negócios por parte das empresas e em ações

pontuais voltadas à preservação ambiental ou projetos considerados sociais que em nada diferem da tão conhecida filantropia empresarial.

Nesse sentido, teve-se aqui neste texto, o propósito de apresentar essa breve reflexão de que essas ações focadas, essa inversão do papel do privado como feitor de políticas públicas, essa filantropia renovada, não são capazes de solucionar tais problemas, talvez bem pouco amenizá-los, pois em nenhum momento apresentam uma proposta de ruptura de tudo o que faz parte da gênese do MPC, e se há de se dar continuidade à expropriação do trabalho e a acumulação, donde seria possível que tais ações salvassem o ser humano e o mundo?

Considerando que ainda restam iniciativas como as da OMS, dentre outras, que buscam minimizar o alto custo pago pelo trabalhador para a produção da mais valia, necessário se faz o fortalecimento da classe trabalhadora, o retorno ao seu ideário de luta, a fim de que faça valer a RS em prol do favorecimento dos seus direitos e de melhores condições de trabalho e renda.

Nesse sentido, o mesmo seria inserido no discurso de RS, não como mero espectador, fazendo o papel de “bom consumidor” ou “consumidor consciente”, a despeito da sua miséria social, mas seria sujeito das proposituras que permeiam a RS, tais como ética e conservação dos recursos naturais visando gerações futuras.

Finalizamos, sem, contudo, concluir, afirmando que as ações de Responsabilidade Social Empresarial desenvolvidas pelas empresas pesquisadas em Mato Grosso, trazem muitos dos elementos da reestruturação produtiva, implementada no país a partir da ofensiva neoliberal, com a conseqüente contrarreforma do Estado.

As ações são importantes principalmente para o público interno da empresa, embora haja grande divulgação das ações realizadas na comunidade, ficou constatado que o volume de recursos é pequeno em comparação ao grande marketing socioambiental realizado sobre estas atividades.

A ideia de beneficiário sobrepõe a concepção de sujeito de direitos. O empresariado brasileiro se organizou e se colocou a partir da ofensiva privatista do neoliberalismo, em espaços que eram exclusivos do Estado. Mas, suas ações embora atendam em certa medida um número grande de pessoas em determinadas situações e contextos, tem um caráter de pontualidade, cumprimento de dispositivos legais e está fortemente vinculada aos resultados competitivos alcançados pela empresa, o que em última instância, é o fator que determina sua ampliação, continuidade ou sua interrupção.

Seguimos acreditando que o Estado deve ser a instância central no enfrentamento das desigualdades sociais e na promoção da Política Social, não cabendo à empresa ocupar este posto, pelo seu caráter genuinamente mercantil, pois antes um espaço em disputa e com correlação de forças conjuntural como o Estado, de que um espaço marcado

pela relação desigual entre capitalista e operário, que mesmo travestido de colaborador sofre as mazelas de um sistema que tem a exploração do trabalho na sua genética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 12ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____.(org.) *A dialética do trabalho Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *Dimensões da Precarização Estrutural do Trabalho IN: A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. (orgs.). 1ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho)

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____; SILVA.Maria Aparecida Moraes (orgs.)*O avesso do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ASHLEY. Patrícia Almeida. (coordenação). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. 1 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ASSIS. José Carlos de. *Trabalho como direito: fundamentos para uma política de pleno emprego no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva, 2004.

BECK, U. *La Sociedad del Riesgo*. Barcelona, Paidós, 1998.

BEGHIN. Nathalie. *A filantropia empresarial nem caridade, nem direito*. São Paulo: Cortez, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEKIN, Saul Faingaus. *Endomarketing. Como praticá-lo com sucesso*. 1ed. Editora. Pearson Prentice Hall. São Paulo. 2004. 186p.

BIANCHI, Alvaro. *Hegemonia em construção: a trajetória do pensamento nacional das bases empresariais*. São Paulo: Xamã, 2001.

BOBBIO. Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: por uma Teoria Geral da Política*. (Tradução Marco Aurélio Nogueira), 1 ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, Altamiro. *Encruzilhadas do Sindicalismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

BORON. Atílio A. *Os “novos Leviatãs” e pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina IN: SADER. Emir, GENTILI. Pablo (orgs.). Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado/Secretaria da Reforma do Estado. *Organizações Sociais*. 5ª ed.; Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 74p. v. 2.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado/Secretaria da Reforma do Estado. *A Reforma do aparelho do estado e as mudanças constitucionais: síntese & respostas a dúvidas mais comuns*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 23p. c.6.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado/Secretaria da Reforma do Estado. *A Reforma administrativa na imprensa: seleção de artigos produzidos no MARE*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 81p. c.7.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado/Secretaria da Reforma do Estado. *A Nova política de recursos humanos*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 52p. c.11.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado/Secretaria da Reforma do Estado. *Serviço Integrado de Atendimento ao cidadão-SAC/Brasil*. 1ª ed. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1998. c.17.

BUENO. Érika Lacerda *et al.* *A responsabilidade social e o papel da comunicação*. IN: *Responsabilidade Social das empresas – a contribuição das universidades*. São Paulo: Petrópolis, 2002.

CAPPELLIN, Paola; GIULIANI Gian M. *Compromisso social no mundo dos negócios*. In *Boletim do Ibase “Orçamento e Democracia”*. No.11, Fev/99, p. 10-11.

CARCANHOLO. Reinaldo A. *O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro*. IN: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Ano 6-2001, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CARDOSO, F.H. e MÜLLER, G. *Amazônia, expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

CARVALHO. José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASANOVA. Pablo González. *Globalidade, neoliberalismo e democracia*. IN: GENTILI. Pablo (org.). *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*, 2ª ed.; Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CÉSAR. Mônica de Jesus. *“Empresa-cidadã”: uma estratégia de hegemonia*. São Paulo: Cortez, 2008.

CHAUÍ. Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHOMSKY, Noam. *Democracia e mercados na nova ordem mundial*. IN: GENTILI. Pablo (org.). *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*, 2ª ed.; Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

COHN, Gabriel (organizador). *Max Weber*. 3 ed. São Paulo: 1973.

COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. 1 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COSTA, Lucia Cortes da. *Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil*. São Paulo. Cortez,2006.

COSTA. Maria Alice Nunes. *Mudanças empresariais no Brasil contemporâneo: o investimento social privado na saúde é uma nova forma de solidariedade?* Tese. (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

COUTINHO. Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*, 2ª ed.; São Paulo: Cortez, 2008.

COUTO. Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

DIAS, Reinaldo. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2003.

DONAIRE, Denis. *Gestão Ambiental na Empresa*. São Paulo: Atlas, 1995.

DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. (orgs.) *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENGELS. Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B.A. Schumann; edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova, n. 24. São Paulo: Marco Zero/Cedec, set. 1991.

EZEQUIEL. Vanderlei de Castro. *A mercantilização das “questões sociais” e o espetáculo da “ajuda”*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado). Faculdade Cásper Líbero. São Paulo: 2005.

FERNANDES, E.C. *Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar*. 2 ed.Salvador,BA, Casa da Qualidade Editora Ltda, 1996.

FERNANDES. Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FERRETTI, Celso João. *Formação Profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90*. Educação e Sociedade, Campinas, n. 59, 1997.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. *Direito ambiental e a saúde dos trabalhadores*. São Paulo: LTr, 2000.

FRANCO, Hilário. *A contabilidade na era da globalização. Temas discutidos no XV Congresso Mundial de Contadores em Paris, 26 a 29/10/97*. São Paulo: Atlas, 1999.

FREIRE. Fátima de Souza; REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. *Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro*. IN: SILVA. César Augusto Tibúrcio; FREIRE. Fátima de Souza. (organizadores) *Balanço Social: teoria e prática: inclui o novo modelo do IBASE*. São Paulo: Atlas, 2001.

FURTADO. Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 13ed. São Paulo: Nacional, 1975.

FURASTÉ. Pedro Augusto. *Normas e técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT*. 15 ed., Porto Alegre: s.n., 2011.

GARCIA, Joana. *O negócio do social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

GENTILI. Pablo. *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 2ª ed.; Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

GERTZ. René E. (organizador). *Max Weber & Karl Marx*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOMES. Adriano. *A (IR) responsabilidade social das empresas e seus desmembramentos, pesquisa realizada junto às empresas do setor financeiro, associadas ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social no período de 2001 a 2002*. Tese (Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

GONÇALVES. Aguinaldo, GUSTAVO. Luiz Gutierrez, VILARTA. Roberto (Org.). *Gestão da Qualidade de Vida na Empresa*. Campinas-SP: IPES Editorial, 2005.

GUIMARÃES. Eduardo Nunes; HELÁDIO. José de Campos Leme. *Caracterização Histórica e Configuração Espacial da Estrutura Produtiva do Centro-Oeste*.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C., FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

HIRATA, Helena. *Da polarização das qualificações ao modelo da competência*. IN: FERRETTI, C. J. et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

HOBSBAWM, E. *Mundos do Trabalho*. Novos estudos sobre História Operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO ETHOS. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*. São Paulo, 2001.

LIMA, Marirone Carvalho. *A Responsabilidade Social Empresarial IN: Responsabilidade Social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Petrópolis, 2002.

LIRA, Izabel Cristina Dias. *Informalidade: Reflexões sobre o tema*. IN: *Serviço Social & Sociedade* Ano XXIII. Nº 12. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6ª ed. São Paulo: Altas, 2009.

MARTINELLI, Antônio Carlos. *Empresa- Cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora*. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.) *3º Setor: Desenvolvimento social sustentado*. 2ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital.* (tradução de Reginaldo Sant`Anna). Vol.I.; 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MATO GROSSO. Lei 7687, 25 de junho de 2002. Dispõe sobre a instituição do Certificado de Responsabilidade Social-MT. Cuiabá/MT: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

MENDONÇA. Patrícia Maria de. *O marketing e sua relação com o social: dimensões conceituais e estratégicas* IN: *Responsabilidade Social das empresas – a contribuição das universidades.* São Paulo: Petrópolis, 2002.

MINAYAO, Maria Cecília de Souza, DESLANDES, Suely Ferreira e GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2007.

MIRANDA. Gabriela de Paula Cidade. *Responsabilidade Social Corporativa e marketing social: reflexão para um novo tempo* IN: *Responsabilidade Social das empresas – a contribuição das universidades.* São Paulo: Petrópolis, 2002.

MONTAÑO. Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.* São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Maria Inês. SIQUEIRA, Carlos Eduardo. CORRÊA FILHO. Heleno Rodrigues. *Produção justa e sustentável, meio ambiente e qualidade de vida corporativa* IN: *Qualidade de vida no ambiente corporativo.* Campinas-SP, IPES Editorial, 2008.

MOTA. Ana Elizabete Mota. *A pesquisa e a realidade: o desvendamento da Empresa-Cidadã* IN: *“Empresa-Cidadã”: uma estratégia de hegemonia”.* São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: Uma Introdução Crítica.* 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Introdução ao Estudo do Método de Marx.* 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, Miguel Rodrigues. *As transformações no mundo do trabalho e os reflexos no sindicalismo em Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: 2011.

_____, Miguel Rodrigues. *As técnicas de comunicação e linguagem no contexto empresarial*. Monografia. (Especialização em Gestão da Comunicação Empresarial). Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Rio de Janeiro: 2012.

PASTORINI, A. *A Categoria “Questão Social” em Debate*. 3 ed., São Paulo-SP: Cortez, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1).

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. *Política Social: Temas e Questões*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo*. IN: *Propostas alternativas ao neoliberalismo*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

PICOLI, Fiorelo. *Amazônia pegadas na floresta: uma abordagem da superexploração da força de trabalho*. Sinop/MT: EF, 2004.

_____. *Amazônia e o capital: uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira*. Sinop/MT: EF, 2005.

PINTO, Geraldo Augusto. *A Organização do Trabalho no Século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, M. (Coord.) – *Trabalho legal, ilegal e “alegal” – Novidades da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil*. Jornal do DIAP, nº 186, abril/maio de 2003.

PRADO JR. Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

REIS, Gilson (org.). *Sindicalismo: cenários de um novo tempo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

RIBEIRO, Backer. *Um novo olhar para a sustentabilidade*. IN: Revista Visão Social MT. Cuiabá/MT, Ano 1 6ªed, Agosto, 2011.

RIBEIRO, Maísa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. *Balanço Social IN: Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília, Ano XXVIII Nº 115, Janeiro/fevereiro 1999.

RIFIKIN, Jeremy. *El fin del trabajo. Nuevas tecnolgías contra puestos de trabajo: el nacimiento de una nueva era*. 1 ed. Barcelona: Paidós, 1996.

RIZZI, Fernanda Basaglia. *Balanço social e ação de responsabilidade social das empresas IN: Responsabilidade Social das empresas – a contribuição das universidades*. São Paulo: Petrópolis, 2002.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. *Ação social das empresas privadas: como avaliar resultados?* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. Tradução: Sérgio Bath. *A nova questão social: repensando o Estado Providência*.– Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROSSI, Waldemar; GERAB, Willian Jorge. *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. 1 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

ROSSO. Sado Dal. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SÁ, Rogério de Oliveira e. *Dinâmica da acumulação do capital no norte de Mato Grosso*. Cuiabá/MT: EdUFMT, 2011.

SAMPAIO, Edna Luzia Almeida. *Fazer ciência ou mudar o mundo In: Desigualdade, questão social e serviço social: debate na realidade mato-grossense*. Organização de Erivã Velasco, Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2010.

SANTANA, Célia de Oliveira de. *As empresas que desenvolvem políticas de responsabilidade social*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

SANTOS, Tânia Maria Santana dos. *A atuação do assistente social nas ações de responsabilidade social desenvolvidas pelas empresas em Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SATOSHI, Kitamura. *O ambiente e as condições de trabalho e a qualidade de vida*. IN: *Gestão da qualidade de vida na empresa*. Campinas-SP: IPES, 2005.

SCHLESSINGER, Sergio. *Dois casos sérios em Mato Grosso: a soja em Lucas do Rio Verde e a cana-de-açúcar em Barra do Bugres*. Cuiabá/MT: Formad, 2013.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. (organizadores) *Balanco Social: teoria e prática: inclui o novo modelo do IBASE*. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, Christian Luiz da Silva; SOUZA-LIMA, José Edmilson. (organizadores.) *Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. *Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sociohistóricos*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá/MT: Entrelinhas, 2002.

SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Valdiva Rossato. *Contabilidade Ambiental: aplicação na Indústria Madeireira localizada na Amazônia mato-grossense*. Cáceres: Editora Unemat, 2008.

SUCUPIRA, J. A. *Ética nas empresas e balanço social*. IN: SILVA, Cesar Augusto. *Balanco social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001.

TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. São Paulo: Atlas, 2004.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.) *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. *Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada no Brasil*. In: STENGEL, M. et al. (orgs.) *Políticas públicas de apoio sociofamiliar – curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares e Municipais*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2001.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

TINOCO, J.E.P. *Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

_____; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.

TOLDO, Mariesa. *Responsabilidade Social Empresarial. IN: Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

TORRES, Ciro; MANSUR, Cláudia. *Balanço Social, dez anos: o desafio da transparência*. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

VILARTA, Roberto, GUSTAVO, Luiz Gutierrez. *Qualidade de vida no ambiente corporativo*. Campinas-SP, IPES Editorial, 2008.

WEBER, Max. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo, 1999.

_____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEFFORT, Francisco C. (organizador). *Os clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”*. 4ª ed.; São Paulo: Editora Ática, 1993.

WOOD. Ellen Meiksins. *DEMOCRACIA CONTRA CAPITALISMO a renovação do materialismo histórico*. (tradução Paulo Cezar Castanheira). 1 ed.; São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

WOLF, Mauro, *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 2002.

REFERÊNCIA WEB

www.açofer.com.br - acessado em 15/06/2012

www.al.mt.gov.br - acessado em 18/06/2011.

www.bibliaonline.com.br – acessado em 23/06/2011.

www.ecolnews.com.br – acessado em 04/06/09

www.ethos.org.br – acessado em 14/07/2011 as 11h e 30min

www3.ethos.org.br – acessado em 15/07/2011 as 14h.

www.gife.org.br/ogife.asp - acessado em 16/07/2011 as 20h.

www.grupoandremaggi.com.br acessado em 15/06/2012

www.ibase.org.br – acessado 16/07/2011

www.ipea.gov.br. – acessado em 20/05/2011.

www.jucemat.mt.gov.br – acessado em 12/08/2011.

www.marajarefrigerantes.com.br - acessado em 15/06/2012

www.modeloiga.com.br - acessado em 15/06/2012

www.mte.gov.br – acessado em 02/09/2012.

www.usinaitamarati.com.br – acessado em 15/06/2012

www.viacometa.com.br – acessado em 15/06/2012

REFERÊNCIA DA PESQUISA DOCUMENTAL

BALANÇO SOCIAL, Açofer Ind. e Com. Ltda., 2007, Várzea Grande/MT.

BALANÇO SOCIAL, Açofer Ind. e Com. Ltda., 2008, Várzea Grande/MT.

BALANÇO SOCIAL, Açofer Ind. e Com. Ltda., 2009, Várzea Grande/MT.

BALANÇO SOCIAL, Açofer Ind. e Com. Ltda., 2010, Várzea Grande/MT.

BALANÇO SOCIAL, Grupo André Maggi, 2007, Cuiabá/MT.

BALANÇO SOCIAL, Grupo André Maggi, 2008, Cuiabá/MT.

BALANÇO SOCIAL, Grupo André Maggi, 2009, Cuiabá/MT.

BALANÇO SOCIAL, Grupo André Maggi, 2010, Cuiabá/MT.

BALANÇO SOCIAL, Grupo André Maggi, 2011, Cuiabá/MT.

BALANÇO SOCIAL, Grupo Cometa – Motos Mato Grosso, 2007, Cáceres/MT.

BALANÇO SOCIAL, Grupo Cometa – Motos Mato Grosso, 2008, Cáceres/MT.

BALANÇO SOCIAL, Grupo Cometa – Motos Mato Grosso, 2009, Cáceres/MT.

BALANÇO SOCIAL, Grupo Cometa – Motos Mato Grosso, 2010, Cáceres/MT.

BALANÇO SOCIAL, Refrigerantes Marajá, 2006, Várzea Grande/MT.

BALANÇO SOCIAL, Refrigerantes Marajá, 2007, Várzea Grande/MT.

BALANÇO SOCIAL, Refrigerantes Marajá, 2008, Várzea Grande/MT.

BALANÇO SOCIAL, Refrigerantes Marajá, 2009, Várzea Grande/MT.

BALANÇO SOCIAL, Refrigerantes Marajá, 2010, Várzea Grande/MT.

BALANÇO SOCIAL, Refrigerantes Marajá, 2011, Várzea Grande/MT.

BALANÇO SOCIAL, Supermercados Modelo, 2007, Cuiabá/MT.

BALANÇO SOCIAL, Supermercados Modelo, 2008, Cuiabá/MT.

BALANÇO SOCIAL, Supermercados Modelo, 2009, Cuiabá/MT.

BALANÇO SOCIAL, Supermercados Modelo, 2010, Cuiabá/MT.

BALANÇO SOCIAL, Supermercados Modelo, 2011, Cuiabá/MT.

BALANÇO SOCIAL, Usinas Itamarati, 2006, Nova Olímpia/MT.

BALANÇO SOCIAL, Usinas Itamarati, 2008, Nova Olímpia/MT.

BALANÇO SOCIAL, Usinas Itamarati, 2009, Nova Olímpia/MT.

BALANÇO SOCIAL, Usinas Itamarati, 2010, Nova Olímpia/MT.

BALANÇO SOCIAL, Usinas Itamarati, 2011, Nova Olímpia/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Açofer Ind. E Com. Ltda., 2007, Várzea Grande/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Açofer Ind. E Com. Ltda., 2008, Várzea Grande/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Grupo André Maggi, 2008, Cuiabá/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Grupo André Maggi, 2010, Cuiabá/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Grupo André Maggi, 2011, Cuiabá/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Grupo Cometa, 2007, Cáceres/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Grupo Cometa, 2010, Cáceres/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Refrigerantes Marajá S/A 2007, Cuiabá/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Refrigerantes Marajá S/A 2011, Cuiabá/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Supermercados Modelo Ltda. 2008, Cuiabá/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Supermercados Modelo Ltda. 2011, Cuiabá/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Usinas Itamarati S/A, 2006, Nova Olímpia/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Usinas Itamarati S/A, 2009, Nova Olímpia/MT.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, Usinas Itamarati S/A, 2011, Nova Olímpia/MT.

ANEXO I - MODELO DE BALANÇO SOCIAL BRASILEIRO SEGUNDO O IBASE

Quadro 6 – Balanço Social Anual/2010 IBASE

1 – Base de cálculo	2010			2010-1		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2 – Indicadores sociais internos	Valor (mil R\$)	Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e saúde no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total – Indicadores sociais internos						
3 – Indicadores sociais externos	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total – Indicadores sociais						

externos						
4 – Indicadores ambientais	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral e aumentar a eficácia, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 75 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 75 a 100%			
5 – Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados/as ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados/as terceirizados/as						
Nº de estagiários/as						
Nº de empregados/as acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros/as que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros/as						
Nº de pessoas com deficiência ou especiais						
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010		Metas 2010 + 1			
Relação entre a maior e a menor						

remuneração na empresa		
Número total de acidentes de trabalho		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção () direção e gerências () todos/as empregados/as	() direção () direção e gerências () todos/as empregados/as
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos/as empregados/as () todos/as + Cipa	() direção e gerências () todos/as empregados/as () todos/as + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos/as trabalhadores/as, a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	() não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências () todos/as empregados/as	() direção () direção e gerências () todos/as empregados/as
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências () todos/as empregados/as	() direção () direção e gerências () todos/as empregados/as
Na seleção dos fornecedores, os padrões éticos e de RSE e adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos
Quanto à participação de empregados/as em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apoia () organiza e incentiva	() não se envolve () apoia () organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores/as:	Na empresa _____ No Procon _____ Na Justiça _____	Na empresa _____ No Procon _____ Na Justiça _____
% de reclamações e críticas solucionadas:	Na empresa _____ % No Procon _____ % Na Justiça _____ %	Na empresa _____ % No Procon _____ % Na Justiça _____ %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010:	Em 2010 – 1:
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____ % governo _____ % colaboradores/as _____ % acionistas _____ % terceiros _____ % retido	_____ % governo _____ % colaboradores/as _____ % acionistas _____ % terceiros _____ % retido
7 – Outras informações		

**ANEXO II – INFORMAÇÕES DO BALANÇO SOCIAL MODELO IBASE NÃO
CONTEMPLADAS PELAS EMPRESAS PESQUISADAS**

Quadro 7 - Informações do Balanço Social Modelo Ibase não contempladas pelas empresas pesquisadas:

2 – Indicadores sociais internos	Valor (mil R\$)	Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Encargos sociais compulsórios						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
5 – Indicadores do corpo funcional						
Nº de negros/as que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros/as						
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010		Metas 2010 + 1			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos/as empregados/as		<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos/as empregados/as			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos/as empregados/as <input type="checkbox"/> todos/as + Cipa		<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos/as empregados/as <input type="checkbox"/> todos/as + Cipa			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos/as trabalhadores/as, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT		<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos/as empregados/as		<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos/as empregados/as			
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos/as empregados/as		<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos/as empregados/as			
Número total de reclamações e críticas de consumidores/as:	Na empresa _____ No Procon _____ Na Justiça _____		Na empresa _____ No Procon _____ Na Justiça _____			
% de reclamações e críticas solucionadas:	Na empresa _____ % No Procon _____ % Na Justiça _____ %		Na empresa _____ % No Procon _____ % Na Justiça _____ %			

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010:	Em 2010 – 1:
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____ % governo _____ % colaboradores/as _____ % acionistas _____ % terceiros _____ % retido	_____ % governo _____ % colaboradores/as _____ % acionistas _____ % terceiros _____ % retido
7 – Outras informações		

APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em Política Social / Mestrado

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a concepção de Responsabilidade Social Empresarial – RSE?
2. As certificações iniciaram em 2006. O que ocorreu no período de 2002 quando da promulgação da Lei até 2006?
3. Quais critérios para a aprovação do Balanço Social da empresa a ser certificada?
4. O que pode desclassificar uma empresa?
5. Sobre o trabalho da comissão de avaliação das empresas:
 - 5.1. Qual a sua Composição?
 - 5.2. Qual critério utilizado para distribuição dos balanços sociais para análise?
 - 5.3. Quais as dificuldades encontradas no processo de análise e aprovação dos balanços sociais?
6. Quais as atividades são consideradas mais relevantes nos projetos de RSE das empresas classificadas?
7. A comissão identifica se há ações específicas para os trabalhadores da empresa nos projetos de RSE das empresas avaliadas?
8. Como são desenvolvidas as ações de RSE das empresas?
9. Qual o público alvo da RSE da empresa? (A quem atende?)
10. Como acha que se dá a inserção do trabalhador na RSE (Quem participa?)
11. Eles chegam a atuar de forma a exercer trabalho voluntário em algumas ações que a empresa desenvolve?
12. Acredita que a RSE acrescenta vantagens competitivas para a empresa?
13. Quais os resultados para o público alvo? (O que muda para o público alvo com as ações de RSE da empresa?)
14. Quais os resultados da RSE para o trabalhador? (O que muda para o trabalhador com a inserção na RSE?)
15. O senhor considera a RSE como algo capaz de realizar cidadania?
16. Nesse sentido, qual a concepção de cidadania?

17. Quais as expectativas em relação a continuidade do trabalho de avaliação de RSE das empresas em MT?
18. Diante do quantitativo de empresas existentes em Mato Grosso, por que o número de empresas que participam da certificação da Assembleia Legislativa é tão pequeno?
19. A Assembleia desenvolve ações para aumentar a participação das empresas?

**APÊNDICE II - PLANILHAS DE REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DA RSE
PARA O TRABALHADOR: INDICADORES SOCIAIS - AMBIENTE INTERNO**

Planilha I - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: **Indicadores Sociais - Ambiente Interno** – Resumo dos dados e todas as Empresas

	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	TOTAL
DESCRIÇÃO	Valores (mil reais)							
Alimentação	3.697.671,00	2.836.348,45	2.455.498,31	1.998.146,13	1.852.774,49	1.169.874,29	4.053,00	14.014.365,67
Saúde	893.925,00	1.129.279,11	1.198.054,38	941.945,21	675.465,71	386.604,86	1.566,00	5.226.840,27
Segurança e Medicina do Trabalho	236.378,00	182.501,60	127.146,54	121.475,82	299.307,00	289.646,23	768,00	1.257.223,19
Capacitação e Desenv. Profissional	109.021,00	387.086,03	528.117,03	240.949,88	315.226,40	178.985,64	306,00	1.759.691,98
Creche ou Auxílio Creche	79.023,00	64.020,00	87.010,00	39.003,00	37.603,00	43.003,00	-	349.662,00
Previdência Privada	898,00	551,00	106,00	-	-	-	-	1.555,00
Educação e Cultura	100.433,00	116.673,00	195.233,40	112.103,00	126.828,00	73.453,00	246,00	724.969,40
Participação nos Lucros e Resultados	916.651,00	657.938,00	1.757.210,02	228.426,00	1.182,00	9.641,00	583,00	3.571.631,02
Outros	2.833.539,00	2.614.544,96	588.476,00	626.065,70	9.459,93	8.782,24	3.870,00	6.684.737,83
TOTAL	8.867.539,00	7.988.942,15	6.936.851,68	4.308.114,74	3.317.846,53	2.159.990,26	11.392,00	33.590.676,36

Planilha II - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: **Indicadores Sociais - Ambiente Interno** – Balanço E1

DESCRIÇÃO	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	TOTAL
	Valores (mil reais)							
Alimentação	0	987	871	508	427	401	0	3194
Saúde	0	836	889	693	570	398	0	3386
Segurança e Medicina do Trabalho	0	146	149	252	162	142	0	851
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	0	93	101	20	43	34	0	291
Creche ou Auxílio Creche	0	0	0	2	1	1	0	4
Previdência Privada	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação e Cultura	0	98	748	18	14	13	0	891
Participação nos Lucros e Resultados	0	269	343	257	0	0	0	869
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2429	3101	1750	1217	989	0	9486

Planilha III - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: **Indicadores Sociais - Ambiente Interno** – Balanço E2

	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	TOTAL
DESCRIÇÃO	Valores (mil reais)							
Alimentação	9.915	9.591	9.376	5.275	3.426	3.948	0	41.531
Saúde	5.324	4.432	4.010	3.226	2.485	2.201	0	21.678
Segurança e Medicina do Trabalho	2.113	2.222	917	1.708	1.239	1.336	0	9.535
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	832	757	789	489	275	470	0	3.612
Creche ou Auxílio Creche	23	20	10	1	3	2	0	59
Previdência Privada	898	551	106	-	-	-	0	1.555
Educação e Cultura	276	333	367	1.035	773	284	0	3.068
Participação nos Lucros e Resultados	15.227	16.191	7.589	13.021	-	8.992	0	61.020
Outros	2.733	2.235	1.530	1.366	3.539	1.664	0	13.067
TOTAL	37.341	36.332	24.694	26.121	11.740	18.897	0	155.125

Planilha IV - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: **Indicadores Sociais - Ambiente Interno** – Balanço E3

	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	TOTAL
DESCRIÇÃO	Valores (mil reais)							
Alimentação	0	259.279,45	249.614,31	40.146,13	34.754,49	51.901,29	0	635.696
Saúde	0	286.762,11	265.936,38	39.071,21	42.428,71	53.626,86	0	687.825
Segurança e Medicina do Trabalho	0	14.860,60	10.331,54	1.357,82	8.986,00	2.454,23	0	37.990
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	0	295.087,03	366.911,03	66.094,88	74.705,40	100.323,64	0	903.122
Creche ou Auxílio Creche	0	-	-	-	-	-	0	-
Previdência Privada	0	-	-	-	-	-	0	-
Educação e Cultura	0	14.070,00	80.096,40	-	-	-	0	94.166
Participação nos Lucros e Resultados	0	-	1.307.962,02	-	-	-	0	1.307.962
Outros	0	28.143,96	-	4.110,70	4.674,93	3.999,24	0	40.929
TOTAL	0	898.203,15	2.280.851,68	150.780,74	165.549,53	212.305,26	0	3.707.690,36

Planilha V - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: **Indicadores Sociais - Ambiente Interno** – Balanço E4

	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	TOTAL
DESCRIÇÃO	Valores (mil reais)							
Alimentação	203	348	308	232	209	266	205	1.771
Saúde	80	77	24	9	3	3	3	199
Segurança e Medicina do Trabalho	48	44	32	20	48	36	29	257
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	22	20	33	11	13	5	7	111
Creche ou Auxílio Creche	0	0	0	0	0	0	0	-
Previdência Privada	0	0	0	0	0	0	0	-
Educação e Cultura	38	34	22	29	31	31	23	208
Participação nos Lucros e Resultados	29	42	24	39	0	50	49	233
Outros	0	0	0	694	856	0	0	1.550
TOTAL	420	565	443	1034	1160	391	316	4.329

Planilha VI - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: **Indicadores Sociais - Ambiente Interno** – Balanço E5

	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	TOTAL
DESCRIÇÃO	Valores (mil reais)							
Alimentação	3.682.000,00	2.561.000	2.191.000	1.949.000	1.812.041	1.111.000	-	13.306.041
Saúde	885.000,00	834.000	925.000	897.000	628.779	329.000	-	4.498.779
Segurança e Medicina do Trabalho	232.000,00	164.000	114.000	117.000	287.614	285.000	-	1.199.614
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	108.000,00	91.000	160.000	174.000	239.866	78.000	-	850.866
Creche ou Auxílio Creche	79.000,00	64.000	87.000	39.000	37.599	43.000	-	349.599
Previdência Privada	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação e Cultura	100.000,00	102.000	114.000	111.000	125.982	73.000	-	625.982
Participação nos Lucros e Resultados	899.000,00	640.000	439.000	213.000	-	-	-	2.191.000
Outros	2.819.000,00	2.576.000	573.000	614.000	-	-	-	6.582.000
TOTAL	8.804.000	7.032.000	4.603.000	4.114.000	3.131.881	1.919.000	-	29.603.881

Planilha VII - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: **Indicadores Sociais - Ambiente Interno** – Balanço E6

	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	TOTAL
DESCRIÇÃO	Valores (mil reais)							
Alimentação	5.553	5.143	4.329	2.985	1.917	2.358	3.848	26.133
Saúde	3.521	3.172	2.195	1.946	1.200	1.376	1.563	14.973
Segurança e Medicina do Trabalho	2.217	1.229	1.717	1.138	1.258	678	739	8.976
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	167	129	283	335	324	153	299	1.690
Creche ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-	-	-
Previdência Privada	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação e Cultura	119	138	-	21	28	125	223	654
Participação nos Lucros e Resultados	2.395	1.436	2.292	2.109	1.182	599	534	10.547
Outros	11.806	8.166	13.946	5.895	390	3.119	3.870	47.192
TOTAL		19.413	24.762	14.429	6.299	8.408	11.076	110.165

APÊNDICE III - planilhas DE Representação Quantitativa da RSE Para o Trabalhador: CORPO FUNCIONAL

Planilha VIII - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: **Corpo Funcional** – Resumo dos dados de todas as Empresas

Total Geral de empregados em 31/12	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
	Valores absolutos em unidade						
	9.532,00	10.390,00	9.763,00	8.794,00	8.297,00	7.928,00	2.740,00
Total de Admissões	4.677,00	4.397,00	6.154,00	5.189,00	5.655,00	5.025,00	291,00
Total de Demissões	3.880,00	3.767,00	6.224,00	4.624,00	5.547,00	4.733,00	1.330,00
Total de Estagiários em 31/12	90,00	102,00	108,00	79,00	105,00	83,00	2,00
Total de Empregados portadores de necessidades especiais	214,00	211,00	250,00	239,00	234,00	647,00	473,00
Total de Prestadores de Serviços Terceirizados em 31/12	2.715,00	3.357,00	5.504,00	2.433,00	2.149,00	665,00	345,00
Relação entre a maior e menor remuneração	137,60	159,99	129,22	143,75	118,71	50,45	0,00
Número total de acidentes de trabalho	358,00	293,00	539,00	406,00	457,00	480,00	2,00
Incentivo ao voluntariado	2	0	2	0	2	0	2
Total de Empregados por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino	2.197	2.456	2.302	2.088	1.942	1.694	165
Masculino	6.903	7.927	7.461	6.706	6.425	6.105	2.575
Total	9100	10383	9763	8794	8367	7799	2740
Total de Empregdos por Faixa Etária	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Menores de 18 anos	141	160	449	343	226	330	8
18 a 45 anos	8.496	8.709	8.263	7.756	7.323	6.957	2.314
Acima de 45 anos	876	1.300	1.051	874	826	680	415
Total	9513	10169	9763	8973	8375	7967	2737
Total de Empregados por Nível de Escolaridade	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Analfabetos	88	88	79	99	117	120	92

Ens. Fund.	3.354	3.129	2.686	3.246	3.419	3.120	1.758
Ens. Médio	5.046	5.433	5.467	4.444	3.970	4.027	693
Ens. Técnico	18	170	60	64	59	12	0
Ens. Superior	920	1.225	1.028	797	685	842	182
Pós-Graduação	106	129	172	147	117	133	15
Tota I	9532	10174	9492	8797	8367	8254	2740
Total Cargos de Chefia, por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino	109	129	122	115	79	68	1
Masculino	367	403	474	475	473	392	5
Total	476	531,9768	595,99	590	552	460	6

Planilha IX - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: **Corpo Funcional – Balanço E1**

	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Total Geral de empregados em 31/12	Valores absolutos em unidade						
Total de Admissões		758	767	515	587	544	
Total de Demissões		300	437	284	265	248	
Total de Estagiários em 31/12		308	322	264	222	239	
Total de Estagiários em 31/12		3	0	0	8	5	
Total de Empregados portadores de necessidades especiais		9	8	9	7	5	
Total de Prestadores de Serviços Terceirizados em 31/12		5	6	8	1	1	
Relação entre a maior e menor remuneração		13,96	8,57	11,01	12,14		

Número total de acidentes de trabalho		52	49	30	31	20	
Incentivo ao voluntariado		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	
Total de Empregados por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino		108	124	86	107	112	
Masculino		650	643	429	480	432	
Total	0	758	767	515	587	544	0
Total de Empregados por Faixa Etária	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Menores de 18 anos		14	26	14	0	0	
18 a 45 anos		675	688	625	544	504	
Acima de 45 anos		69	53	47	43	40	
Total	0	758	767	686	587	544	0
Total de Empregados por Nível de Escolaridade	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Analfabetos		0	0	0	0	0	
Ens. Fund.		169	153	215	243	169	
Ens. Médio		426	458	257	302	426	
Ens. Técnico		12	9	23	22	12	
Ens. Superior		132	128	19	18	132	
Pós-Graduação		19	19	1	2	19	
Total	0	758	767	515	587	758	0
Total Cargos de Chefia, por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino		10	11	15	9	3	
Masculino		43	42	71	77	83	
Total	0	53	53	86	86	86	0

Planilha X - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: **Corpo Funcional – Balanço E2**

	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Total Geral de empregados em 31/12	Valores absolutos em unidade						

	3.531	3.454	3.100	2.986	2.513	2.546	
Total de Admissões	1.847	1.805	1.831	1.681	1.172	1.309	
Total de Demissões	1.518	1.258	1.742	1.447	1.391	1.465	
Total de Estagiários em 31/12	13	12	20	22	17	37	
Total de Empregados portadores de necessidades especiais	66	70	94	94	127	127	
Total de Prestadores de Serviços Terceirizados em 31/12	444	733	2.510	238	41	94	
Relação entre a maior e menor remuneração	74,8	71,2	37,5	43,37	51,43		
Número total de acidentes de trabalho	125	0	219	180	304	250	
Incentivo ao voluntariado	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM		
Total de Empregados por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino	575	413	370	461	366	324	
Masculino	2969	3041	2730	2525	2147	2222	
Total	3544	3454	3100	2986	2513	2546	0
	(incluso estagiários)	(não incluso estagiários)					
Total de Empregados por Faixa Etária	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Menores de 18 anos	34	17	255	208	129	239	
18 a 45 anos	3232	2944	2438	2437	2094	2015	
Acima de 45 anos	278	493	407	341	290	292	
Total	3544	3454	3100	2986	2513	2546	0
	(incluso estagiários)	(não incluso estagiários)					
Total de Empregados por Nível de Escolaridade	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Analfabetos	30	22	28	31	35	35	
Ens. Fund.	1671	1166	1172	1163	992	1004	

Ens. Médio	1402	1389	1320	1239	1027	1041	
Ens. Técnico	0	125	0	0	0	0	
Ens. Superior	375	682	468	442	368	373	
Pós-Graduação	53	70	112	111	91	93	
Total	3531	3454	3100	2986	2513	2546	0

Total Cargos de Chefia, por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino	7,62%	5,30%	7,31%	9%	9,92%	9,35%	
Masculino	92,38%	92,38%	91,69%	91%	90,08%	90,65%	
Total	1	0,9768	0,99	1	1	1	0

Planilha XI - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Corpo Funcional – Balanço E3							
Total Geral de empregados em 31/12	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
	Valores absolutos em unidade						
		901	661	85	82	60	
Total de Admissões		715	464	25	95	142	
Total de Demissões		475	499	46	77	89	
Total de Estagiários em 31/12		8	5	2	11	3	
Total de Empregados portadores de necessidades especiais		2	4	1	0	0	
Total de Prestadores de Serviços Terceirizados em 31/12		49	34	7	2	2	
Relação entre a maior e menor remuneração		15	15		17,14		
Número total de acidentes de trabalho		3	6	1	0	0	
Incentivo ao voluntariado		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Total de Empregados por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino		375	232	39	29	22	
Masculino		526	429	46	53	38	
Total	0	901	661	85	82	60	0

Total de Empregdos por Faixa Etária	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Menores de 18 anos		2	24	3	2	2	
18 a 45 anos		853	590	71	72	50	
Acima de 45 anos		43	47	11	8	8	
Total de Empregados por Nível de Escolaridade	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Analfabetos		0	0	0	0	0	
Ens. Fund.		62	123	11	15	14	
Ens. Médio		669	453	64	60	43	
Ens. Técnico		0	0	6	0	0	
Ens. Superior		170	85	7	7	3	
Pós-Graduação		0	0	0	0	0	
Total	0	901	661	88	82	60	0
Total Cargos de Chefia, por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino		19	14	3	2	2	
Masculino		25	20	4	3	3	
Total	0	44	34	7	5	5	0

Planilha XII - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: Corpo Funcional – Balanço E4

	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Total Geral de empregados em 31/12	Valores absolutos em unidade						
	211	218	205	204	183	202	198
Total de Admissões	84	98	114	98	55	95	82
Total de Demissões	88	93	90	84	74	92	46
Total de Estagiários em 31/12	2	4	3	11	5	5	2
Total de Empregados portadores de necessidades especiais	7	4	5	4	5	3	4
Total de Prestadores de Serviços	11	11	391	402	360	366	345

Terceirizados em 31/12							
Relação entre a maior e menor remuneração	13	11	11	11	11	11	
Número total de acidentes de trabalho	5	10	9	4	0	5	2
Incentivo ao voluntariado							

Total de Empregados por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino	41	41	40	37	58	53	36
Masculino	170	170	165	167	125	149	162
Total	211	211	205	204	183	202	198

Total de Empregados por Faixa Etária	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Menores de 18 anos	10	0	3	8	8	8	8
18 a 45 anos	169	0	173	170	146	162	154
Acima de 45 anos		0	29	34	37	32	36
Total	179	0	205	212	191	202	198

Total de Empregados por Nível de Escolaridade	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Analfabetos	2	2	0	0	0	1	2
Ens. Fund.	70	62	56	48	58	74	102
Ens. Médio	78	106	96	105	89	106	65
Ens. Técnico	10	10	12	11	9	0	0
Ens. Superior	49	33	30	29	19	43	25
Pós-Graduação	2	5	11	11	8	1	4
Total	211	218	205	204	183	225	198

Total Cargos de Chefia, por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino	6	6	7	7	6	6	38%
Masculino	12	12	11	11	9	13	62%
Total	18	18	18	18	15	19	1

Planilha XIII - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: **Corpo Funcional – Balanço E5**

Total Geral de empregados em 31/12	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
	Valores absolutos em unidade						
	2825	2380	2594	2512	2393	2230	
Total de Admissões	1721	1122	1465	1175	1083	1378	
Total de Demissões	1535	1336	1348	1070	920	791	
Total de Estagiários em 31/12	28	23	33	21	33	15	
Total de Empregados portadores de necessidades especiais	110	88	96	101	70	89	
Total de Prestadores de Serviços Terceirizados em 31/12	282	239	245	200	245	202	
Relação entre a maior e menor remuneração	19	18	20	21	27		
Número total de acidentes de trabalho	165	174	181	93	122		
Incentivo ao voluntariado	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	
Total de Empregados por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino	1318	1318	1320	1281	1206	1079	
Masculino	1062	1062	1274	1231	1257	1240	
Total	2380	2380	2594	2512	2463	2319	0
Total de Empregados por Faixa Etária	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Menores de 18 anos	97	127	141	110	87	81	
18 a 45 anos	2609	2168	2415	2356	2307	2174	
Acima de 45 anos	119	85	38	46	69	64	
Total	2825	2380	2594	2512	2463	2319	0
Total de Empregados por Nível de Escolaridade	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Analfabetos	0	0	0	0	0	0	
Ens. Fund.	185	191	216	165	298	267	

Ens. Médio	2388	1989	2174	2168	1990	1891	
Ens. Técnico	0	0	0	0	0	0	
Ens. Superior	225	185	195	170	167	154	
Pós-Graduação	27	15	9	9	8	7	
Total	2825	2380	2594	2512	2463	2319	0
Total Cargos de Chefia, por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino	97	85	82	81	53	53	
Masculino	152	162	172	173	152	136	
Total	249	247	254	254	205	189	0

Planilha XIV - Representação Quantitativa da RSE para o Trabalhador: **Corpo Funcional – Balanço E6**

	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Total Geral de empregados em 31/12	Valores absolutos em unidade						
	2965	2679	2436	2492	2539	2346	2542
Total de Admissões	1025	357	1843	1926	2985	1853	209
Total de Demissões	739	297	2223	1713	2863	2057	1284
Total de Estagiários em 31/12	47	52	47	23	31	18	0
Total de Empregados portadores de necessidades especiais	31	38	43	30	25	423	469
Total de Prestadores de Serviços Terceirizados em 31/12	1978	2320	2318	1578	1500	0	0
Relação entre a maior e menor remuneração	30,8	30,83	37,15	57,37		39,45	
Número total de acidentes de trabalho	63	54	75	98		205	
Incentivo ao voluntariado	SIM						
Total de Empregados por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino	263	201	216	184	176	104	129

Masculino	2702	2478	2220	2308	2363	2024	2413
Total	2965	2679	2436	2492	2539	2128	2542
Total de Empregados por Faixa Etária	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Menores de 18 anos	0	0	0	0	0	0	0
18 a 45 anos	2486	2069	1959	2097	2160	2052	2160
Acima de 45 anos	479	610	477	395	379	244	379
Total	2965	2679	2436	2492	2539	2296	2539
Total de Empregados por Nível de Escolaridade	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Analfabetos	56	64	51	68	82	84	90
Ens. Fund.	1428	1479	966	1644	1813	1592	1656
Ens. Médio	1178	854	966	611	502	520	628
Ens. Técnico	8	23	39	24	28	0	0
Ens. Superior	271	23	122	130	106	137	157
Pós-Graduação	24	20	21	15	8	13	11
Total	2965	2463	2165	2492	2539	2346	2542
Total Cargos de Chefia, por sexo	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Feminino	6	9	8	9	9	4	8
Masculino	202	160	228	215	231	156	173
Total	208	169	236	224	240	160	181

APÊNDICE IV - PLANILHAS REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DA RSE PARA O MEIO AMBIENTE E A COMUNIDADE

Planilha XV - Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: **Ações Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade** – Resumo dos dados de Todas as Empresas

AMBIENTALISTAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Investimento em Processos Produtivos - IPP	165,00	177.167,00	192.469,00	3.852.100,00	4.170.497,00	8.598.078,00	13.977.677,00	30.968.153,00
Projetos Sociais e de Educação Ambiental - PSEA	694,00	7.460,00	20.802,00	72.239,00	11.285,00	24.453,00	259.749,00	396.682,00
TOTAL	859,00	184.627,00	213.271,00	3.924.339,00	4.181.782,00	8.622.531,00	14.237.426,00	31.364.835,00
FILANTRÓPICAS PARA A COMUNIDADE	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Combate a Fome e Segurança Alimentar - CFSA	21,00	20.952,00	40.551,00	36.771,00	52.918,00	23.657,00	15.882,00	190.752,00
Saúde e Saneamento - SS	20,00	9.053,00	9.034,00	22.147,00	9.202,00	9.050,00	9.413,00	67.919,00
Cultura - CT	0,00	95.079,00	90.294,00	74.215,00	44.181,61	106.490,88	61.863,00	472.123,49
Educação - ED	32,00	6.598,00	14.463,20	14.979,82	111.462,34	100.802,99	30.152,00	278.490,35
Esporte e Lazer - EL	73,00	17.102,00	329.424,00	25.699,00	148.082,00	111.795,00	26.531,00	658.706,00
Outros - OU	251,00	40.238,00	149.504,07	173.180,00	21.643,82	108.629,80	117.229,00	610.675,69
TOTAL	397,00	189.022,00	633.270,27	346.991,82	387.489,77	460.425,67	261.070,00	2.278.666,53

Planilha XVI - Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: **Ações Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade** – BALANÇO E1

AMBIENTALISTAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Investimento em Processos Produtivos - IPP		85,00	354,00	339,00	258,00	335,00		1.371,00
Projetos Sociais e de Educação Ambiental - PSEA		7,00	10,00	15,00	23,00	15,00		70,00
TOTAL		92,00	364,00	354,00	281,00	350,00	0,00	1.441,00
FILANTRÓPICAS PARA A COMUNIDADE	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Combate a Fome e Segurança Alimentar -		1,00	2,00	2,00	19,00	14,00		38,00

CFSA							
Saúde e Saneamento - SS	0,00	0,00	0,00	3,00	4,00		7,00
Cultura - CT	4,00	6,00	10,00	11,00	8,00		39,00
Educação - ED	6,00	8,00	24,00	32,00	28,00		98,00
Esporte e Lazer - EL	17,00	13,00	72,00	86,00	56,00		244,00
Outros - OU	0,00	0,00	5,00	12,00	15,00		32,00
TOTAL	28,00	29,00	113,00	163,00	125,00	0,00	458,00

Planilha XVII - Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: **Ações Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade – BALANÇO E2**

AMBIENTALISTAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Investimento em Processos Produtivos - IPP		2.104,00	902,00	500,00	10.223,00	4.958,00	6.298,00	24.985,00
Projetos Sociais e de Educação Ambiental - PSEA		96,00	20,00	145,00	115,00	138,00	363,00	877,00
TOTAL		2.200,00	922,00	645,00	10.338,00	5.096,00	6.661,00	25.862,00
FILANTRÓPICAS PARA A COMUNIDADE	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Combate a Fome e Segurança Alimentar - CFSA		918,00	902,00	645,00	624,00	606,00	845,00	4.540,00
Saúde e Saneamento - SS		53,00	27,00	27,00	30,00	25,00	345,00	507,00
Cultura - CT		87,00	485,00	191,00	144,00	566,00	788,00	2.261,00
Educação - ED		25,00	22,00	242,00	55,00	382,00	943,00	1.669,00
Esporte e Lazer - EL		0,00	464,00	553,00	345,00	670,00	451,00	2.483,00
Outros - OU		2,00	53,00	175,00	592,00	1.615,00	1.089,00	3.526,00
TOTAL		1.085,00	1.953,00	1.833,00	1.790,00	3.864,00	4.461,00	14.986,00

Planilha XVIII - Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: **Ações Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade – BALANÇO E3**

AMBIENTALISTAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Investimento em Processos Produtivos - IPP		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Projetos Sociais e de Educação Ambiental - PSEA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FILANTRÓPICAS PARA A COMUNIDADE	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Combate a Fome e Segurança Alimentar - CFSA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saúde e Saneamento - SS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Cultura - CT		988,00	4.000,00	0,00	391,61	913,88		6.293,49
Educação - ED		6.550,00	14.422,20	3.702,82	88.456,34	27.133,99		140.265,35
Esporte e Lazer - EL			0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros - OU			331,07	0,00	3.738,82	882,80		4.952,69
TOTAL		7.538,00	18.753,27	3.702,82	92.586,77	28.930,67	0,00	151.511,53

Planilha XIX - Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: **Ações Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade – BALANÇO E4**

AMBIENTALISTAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Investimento em Processos Produtivos - IPP	65,00	57,00	81,00	59,00	3.785,00	1.240,00	161,00	5.448,00
Projetos Sociais e de Educação Ambiental - PSEA	148,00	87,00	67,00	73,00	61,00	202,00	202,00	840,00
TOTAL	213,00	144,00	148,00	132,00	3.846,00	1.442,00	363,00	6.288,00

FILANTRÓPICAS PARA A COMUNIDADE	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Combate a Fome e Segurança Alimentar - CFSA	11,00	23,00	47,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81,00
Saúde e Saneamento - SS	0,00	0,00	7,00	0,00	0,00	0,00	10,00	17,00
Cultura - CT	0,00	0,00	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	6,00
Educação - ED	30,00	17,00	11,00	10,00	14,00	20,00	27,00	129,00
Esporte e Lazer - EL	69,00	85,00	67,00	52,00	13,00	42,00	46,00	374,00
Outros - OU	0,00	0,00	0,00	0,00	46,00	46,00	39,00	131,00
TOTAL	110,00	125,00	135,00	65,00	73,00	108,00	122,00	738,00

Planilha XX - Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: **Ações Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade – BALANÇO E5**

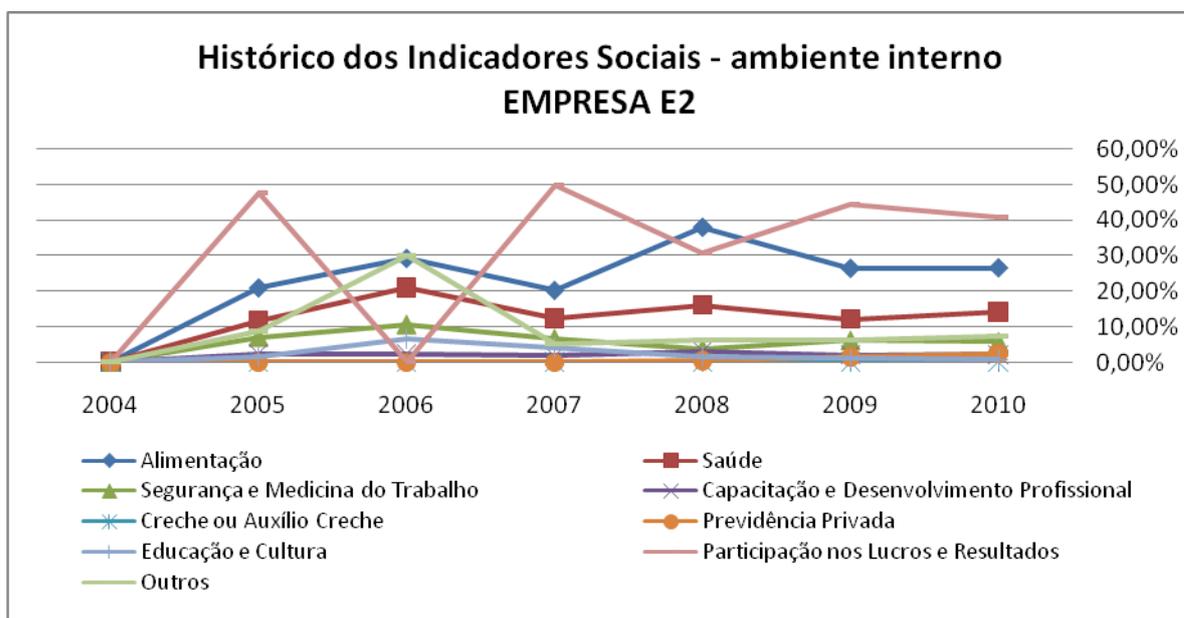
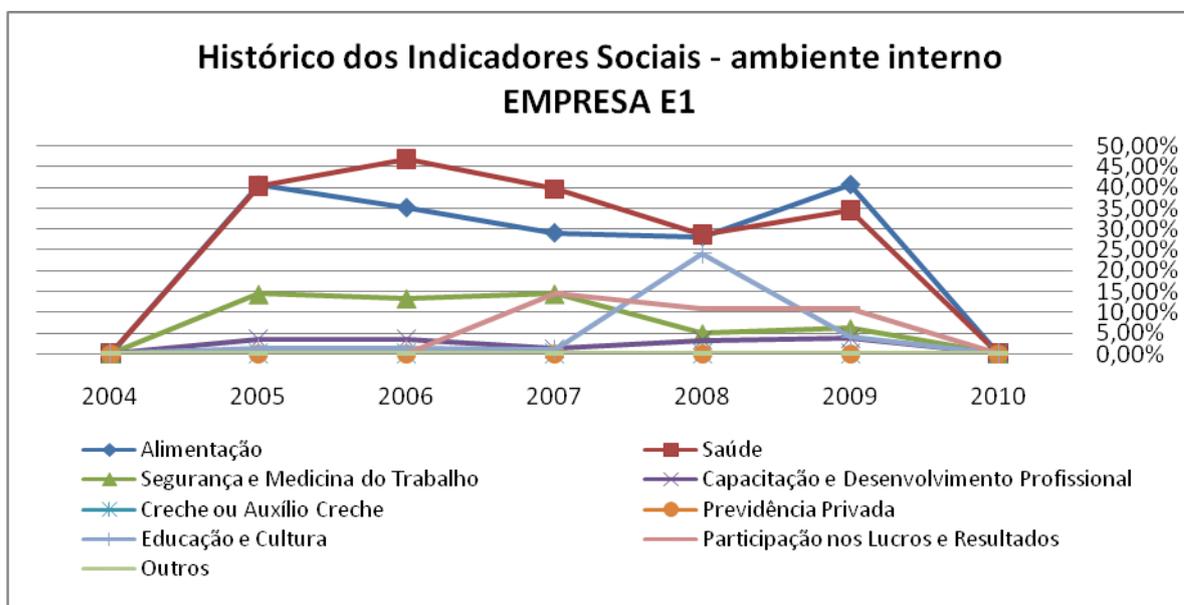
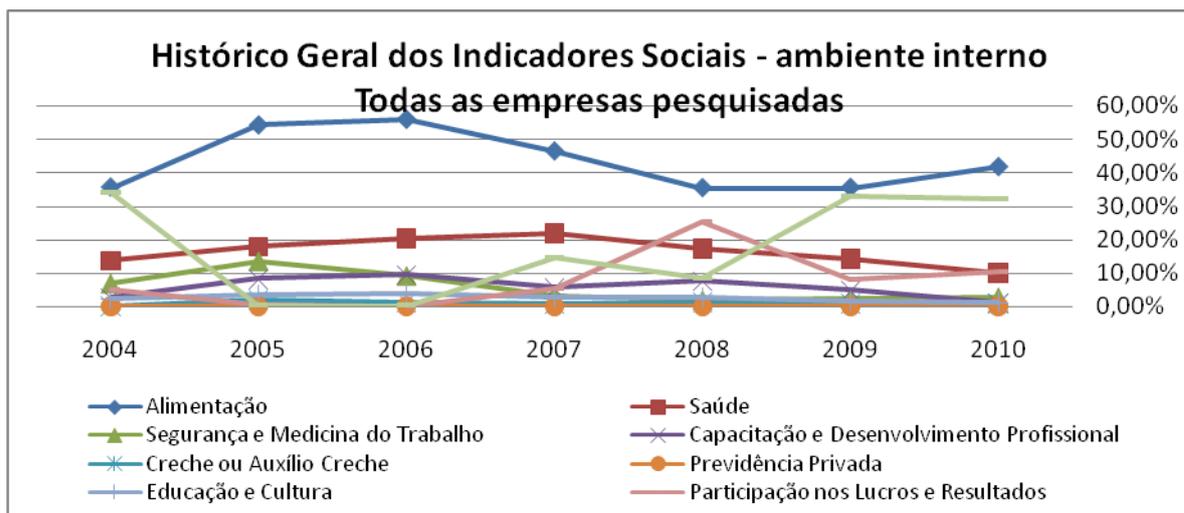
AMBIENTALISTAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Investimento em Processos Produtivos - IPP		173.964,00	190.920,00	3.851.000,00	4.155.000,00	8.591.000,00	13.971.000,00	30.932.884,00
Projetos Sociais e de Educação Ambiental - PSEA		7.000,00	20.700,00	72.000,00	11.000,00	24.000,00	259.000,00	393.700,00
TOTAL	0,00	180.964,00	211.620,00	3.923.000,00	4.166.000,00	8.615.000,00	14.230.000,00	31.326.584,00

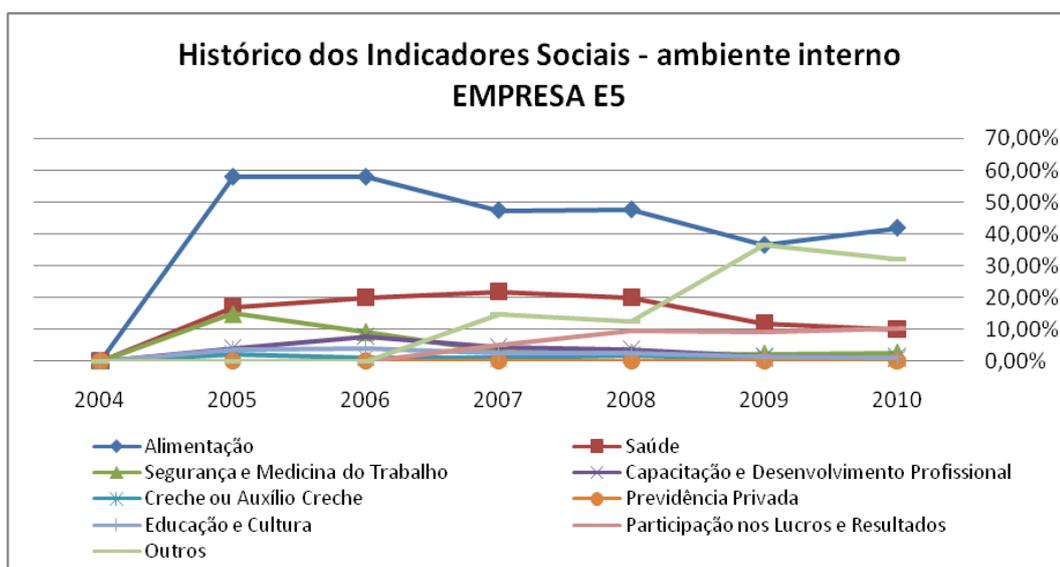
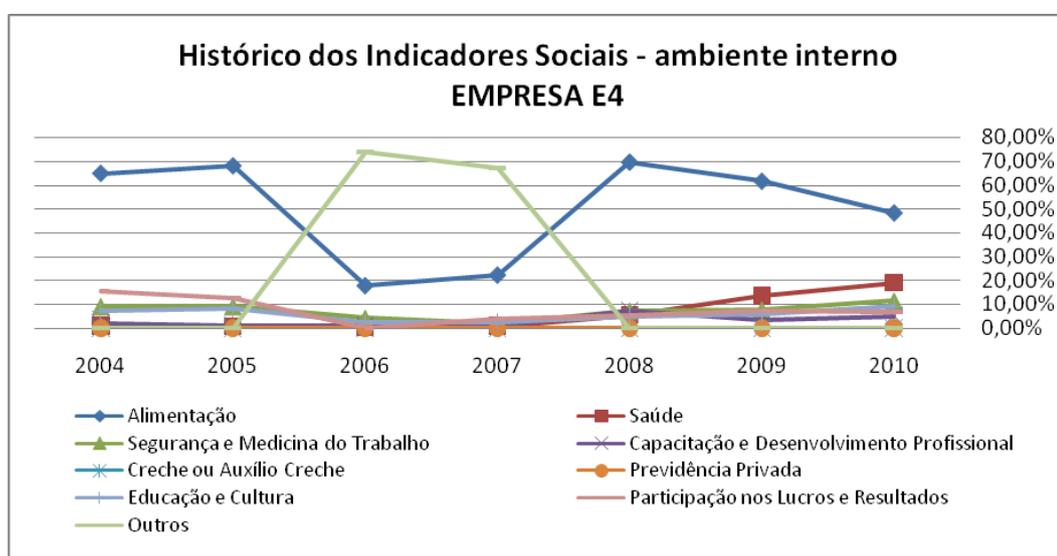
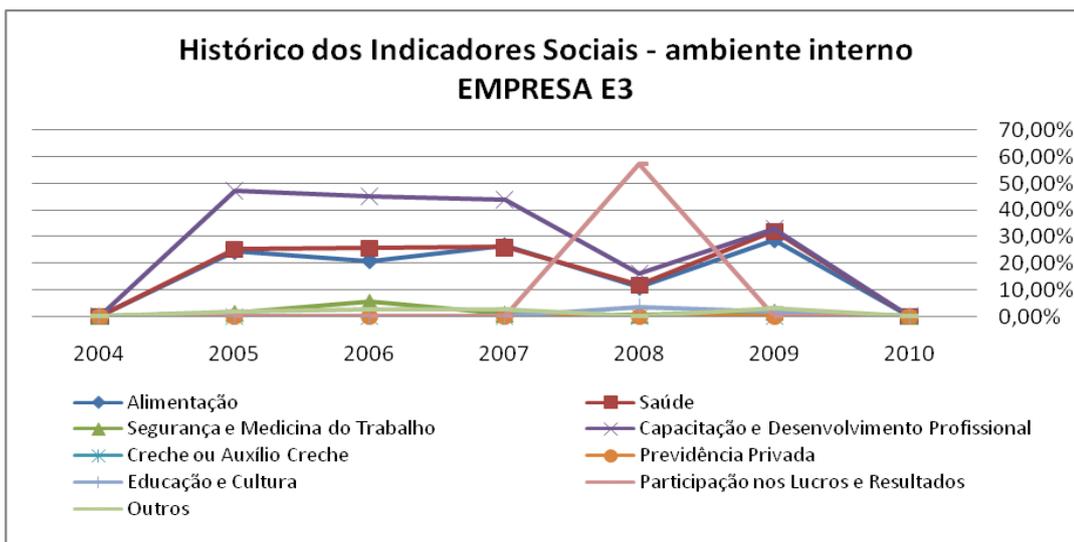
FILANTRÓPICAS PARA A COMUNIDADE	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Combate a Fome e Segurança Alimentar - CFSA		20.000,00	39.600,00	36.000,00	52.247,00	23.000,00	15.000,00	185.847,00
Saúde e Saneamento - SS		9.000,00	9.000,00	22.000,00	9.120,00	9.000,00	9.000,00	67.120,00
Cultura - CT		94.000,00	85.800,00	74.000,00	43.635,00	105.000,00	61.000,00	463.435,00
Educação - ED		0,00	0,00	11.000,00	22.871,00	73.000,00	29.000,00	135.871,00
Esporte e Lazer - EL		17.000,00	328.880,00	25.000,00	147.609,00	111.000,00	26.000,00	655.489,00
Outros - OU		40.000,00	149.120,00	173.000,00	17.147,00	106.000,00	116.000,00	601.267,00
TOTAL	0,00	180.000,00	612.400,00	341.000,00	292.629,00	427.000,00	256.000,00	2.109.029,00

Planilha XXI - Representação Quantitativa da RSE para o Meio Ambiente e a Comunidade: **Ações Ambientalistas e Filantrópicas para a Comunidade** – BALANÇO E6

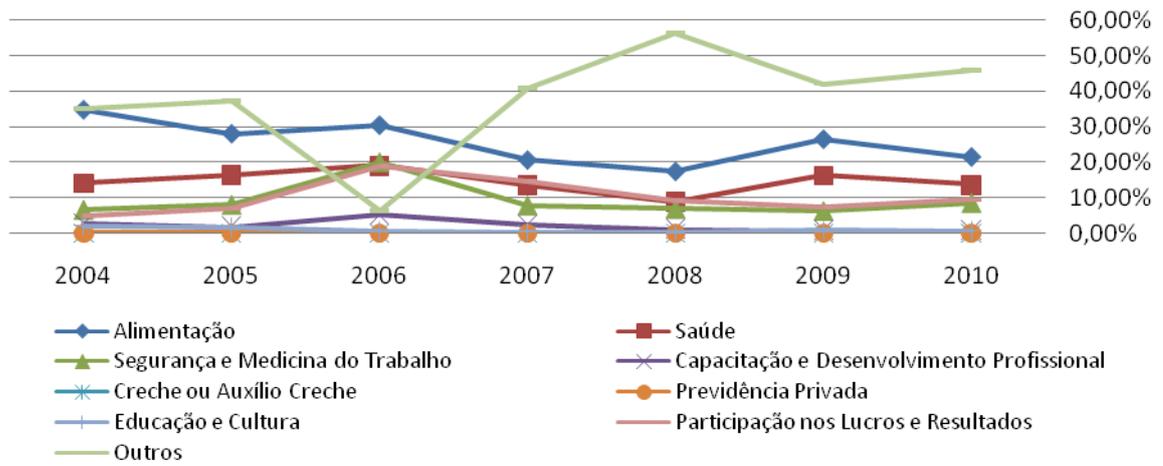
AMBIENTALISTAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Investimento em Processos Produtivos - IPP	100,00	957,00	212,00	202,00	1.231,00	545,00	218,00	3.465,00
Projetos Sociais e de Educação Ambiental - PSEA	546,00	270,00	5,00	6,00	86,00	98,00	184,00	1.195,00
TOTAL	646,00	1.227,00	217,00	208,00	1.317,00	643,00	402,00	4.660,00
FILANTRÓPICAS PARA A COMUNIDADE	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Combate a Fome e Segurança Alimentar - CFSA	10,00	10,00	0,00	124,00	28,00	37,00	37,00	246,00
Saúde e Saneamento - SS	20,00	0,00	0,00	120,00	49,00	21,00	58,00	268,00
Cultura - CT	0,00	0,00	0,00	11,00	0,00	3,00	75,00	89,00
Educação - ED	2,00	0,00	0,00	1,00	34,00	239,00	182,00	458,00
Esporte e Lazer - EL	4,00	0,00	0,00	22,00	29,00	27,00	34,00	116,00
Outros - OU	251,00	236,00	0,00	0,00	108,00	71,00	101,00	767,00
TOTAL	287,00	246,00	0,00	278,00	248,00	398,00	487,00	1.944,00

**APÊNDICE V - GRÁFICOS DE REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DA RSE
PARA O TRABALHADOR: INDICADORES SOCIAIS - AMBIENTE INTERNO**



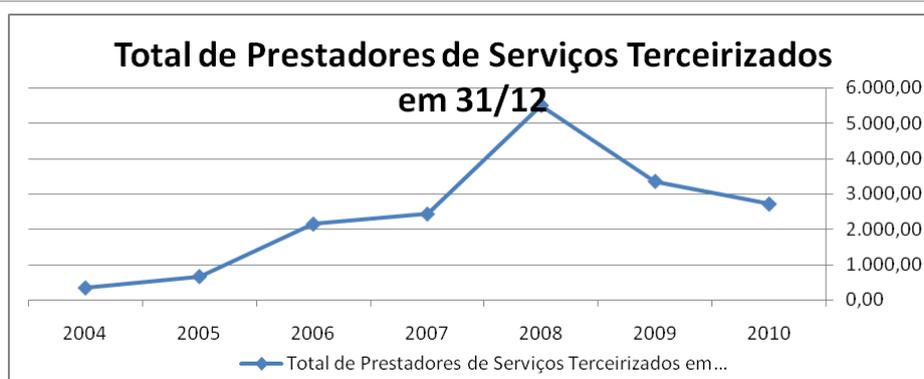
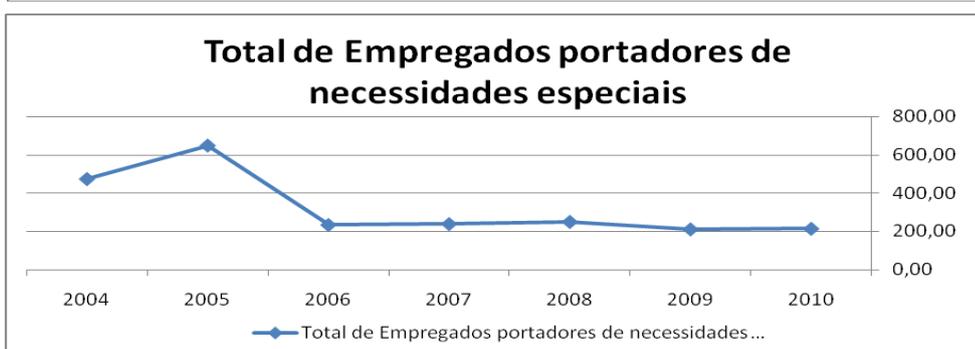
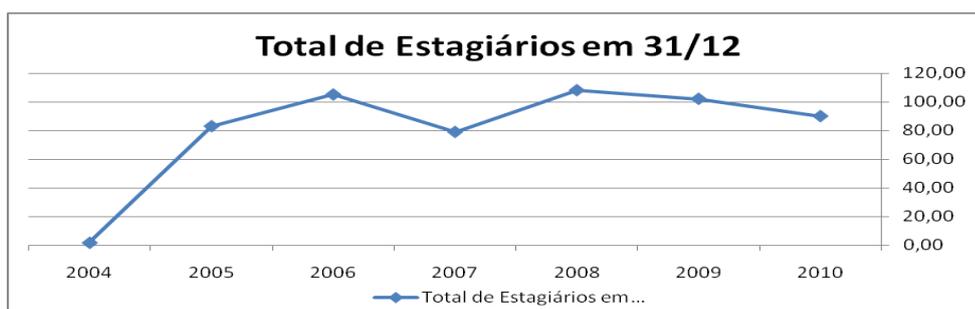
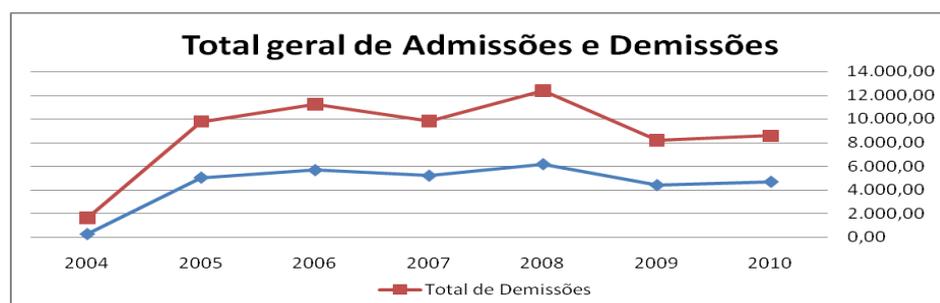
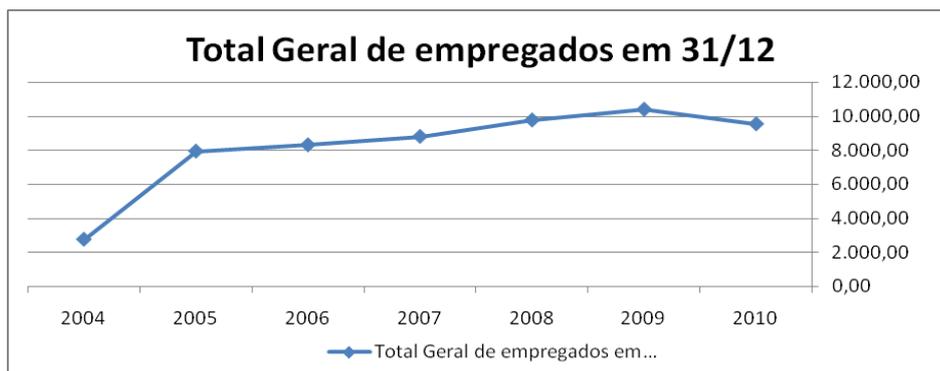


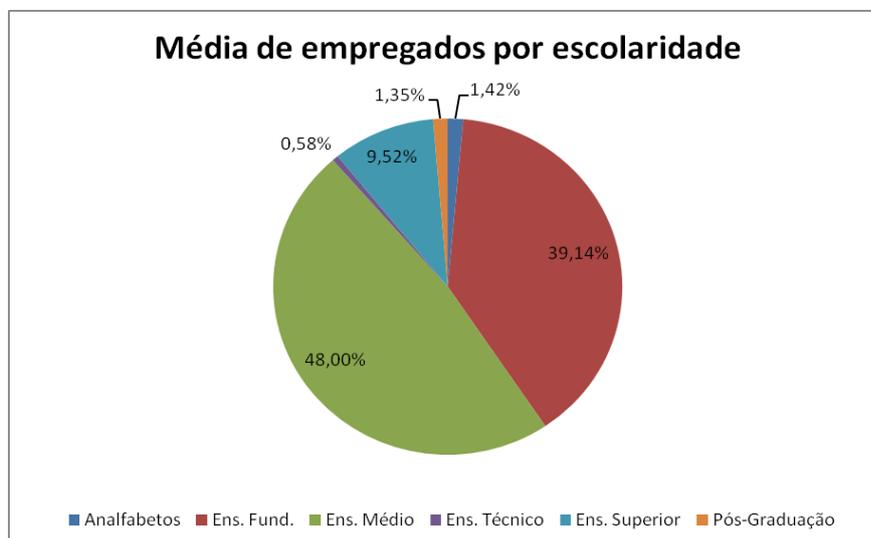
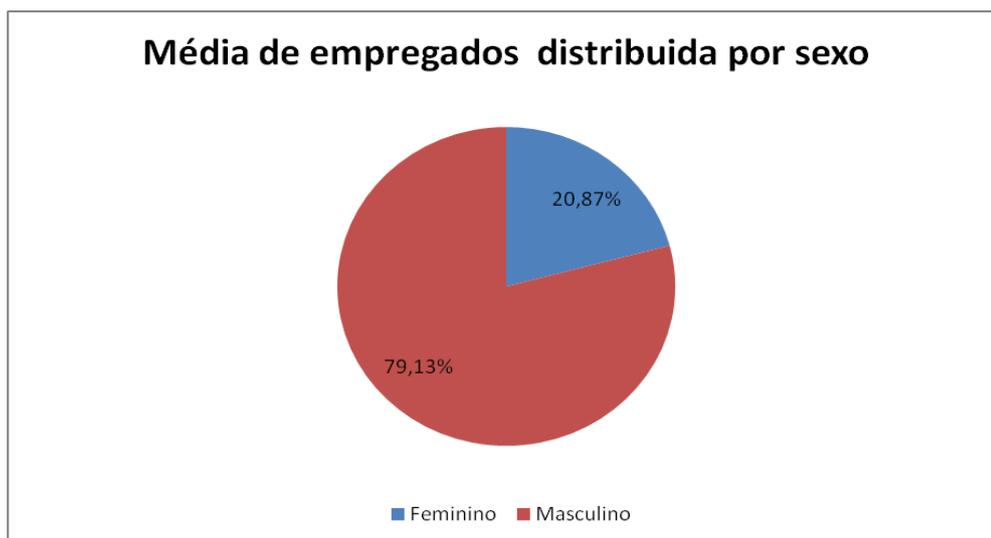
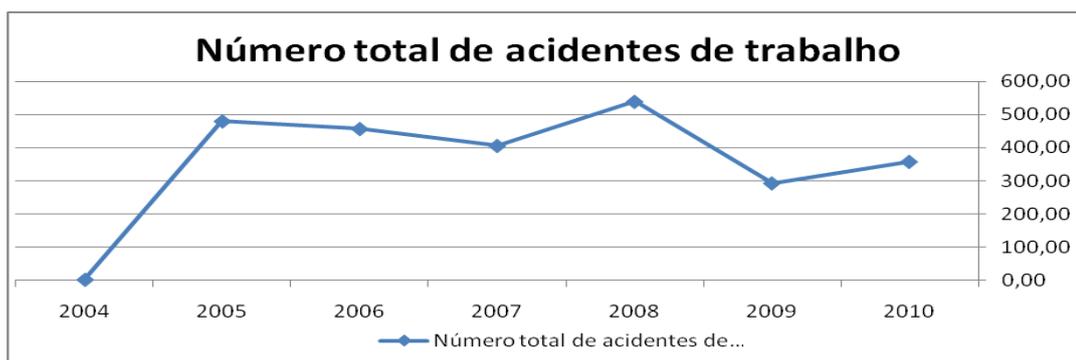
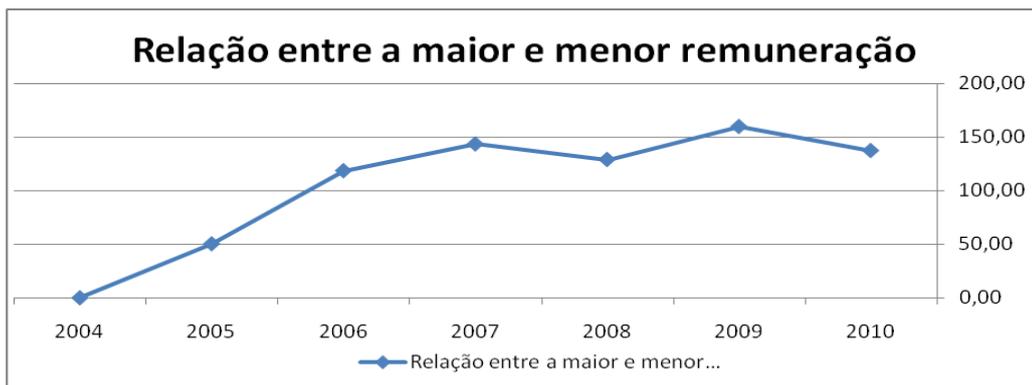
Histórico dos Indicadores Sociais - ambiente interno EMPRESA E6



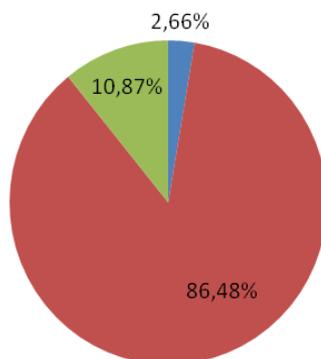
**APÊNDICE VI - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o
Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – DADOS DE TODAS AS EMPRESAS**

GRÁFICOS DOS DADOS DE TODAS AS EMPRESAS



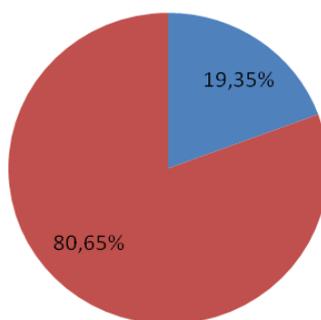


Média de empregados por faixa etária



■ Menores de 18 anos ■ 18 a 45 anos ■ Acima de 45 anos

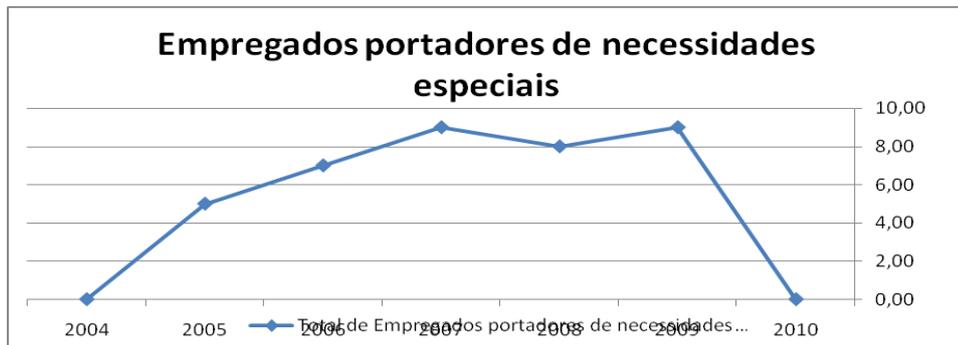
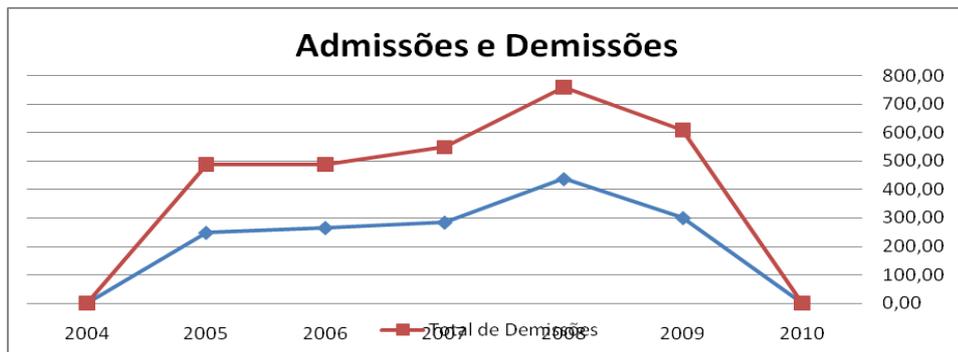
Total de cargos de chefia distribuídos por sexo

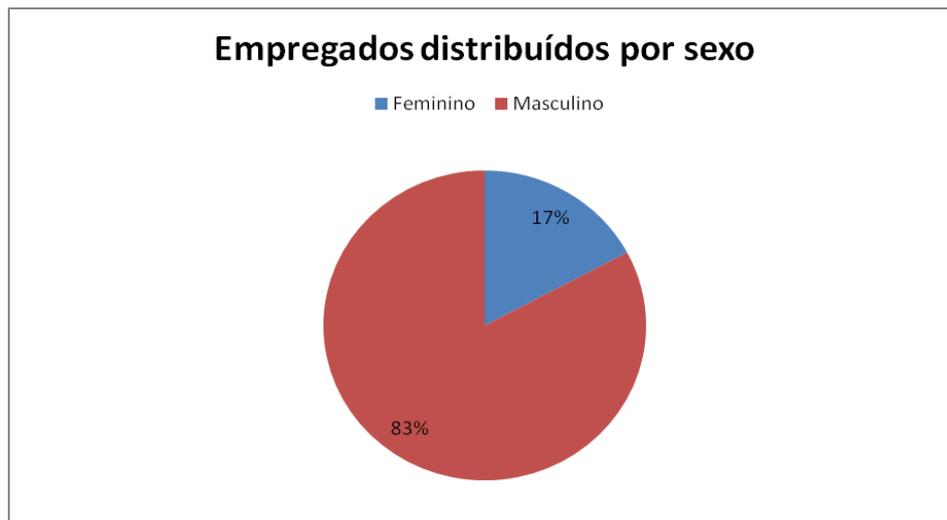
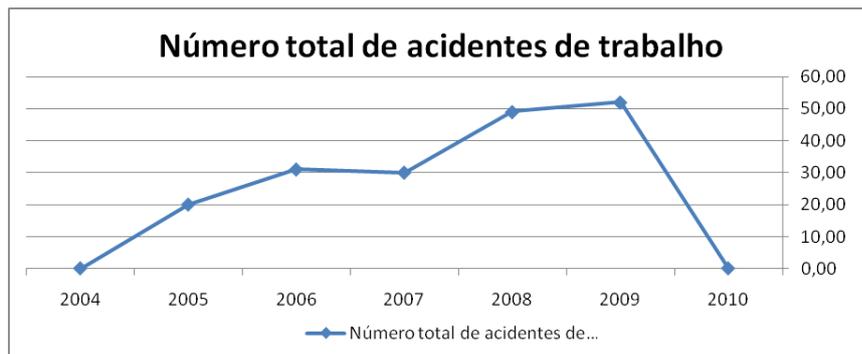
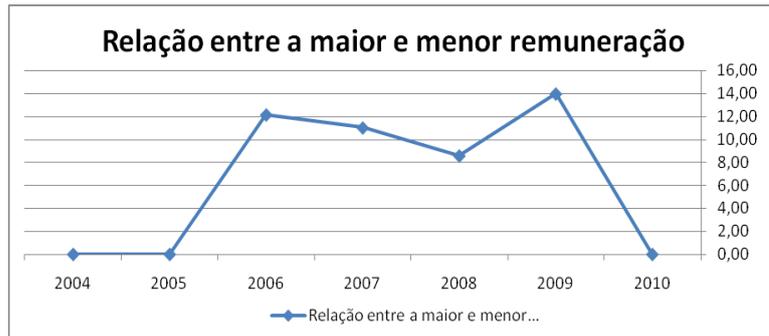


■ Feminino ■ Masculino

**APÊNDICE VII - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o
Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – EMPRESA E1**

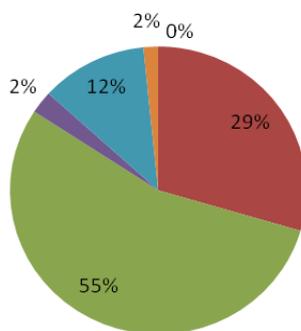
GRÁFICOS DA EMPRESA E1





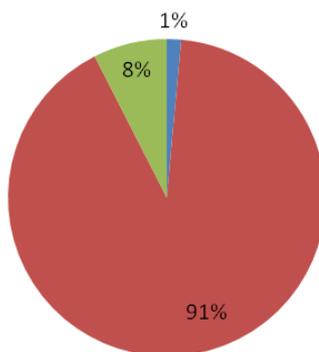
Empregados distribuídos pela escolaridade

■ Analfabetos ■ Ens. Fund. ■ Ens. Médio ■ Ens. Técnico ■ Ens. Superior ■ Pós-Graduação



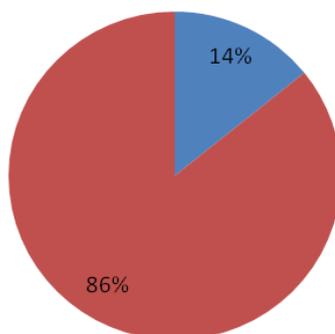
Empregados por faixa etária

■ Menores de 18 anos ■ 18 a 45 anos ■ Acima de 45 anos



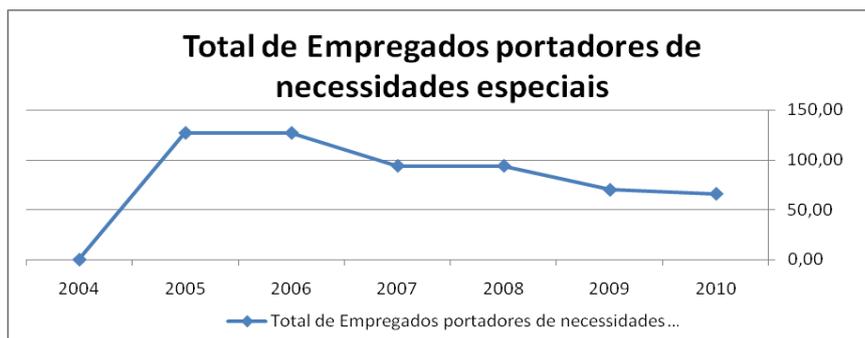
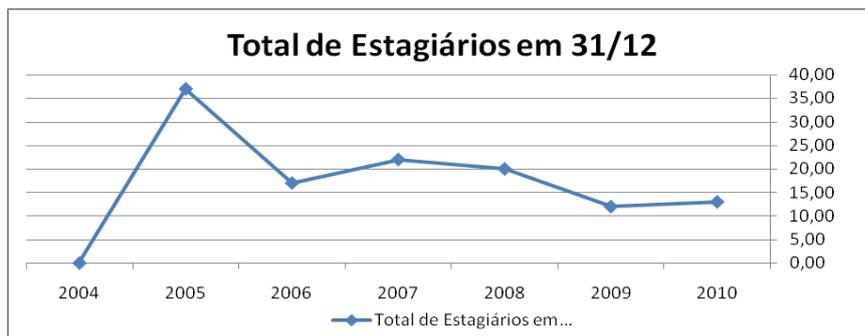
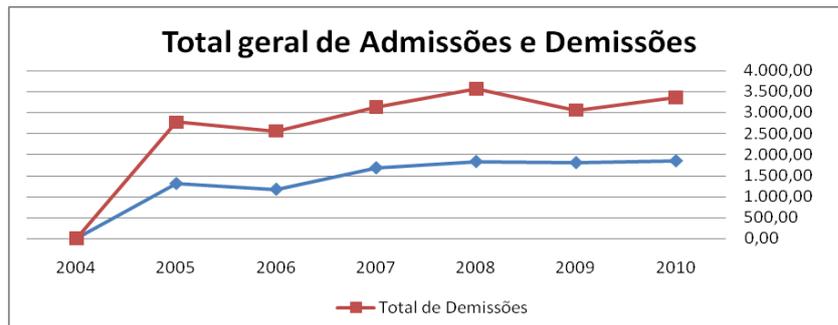
Cargos de chefia distribuídos por sexo

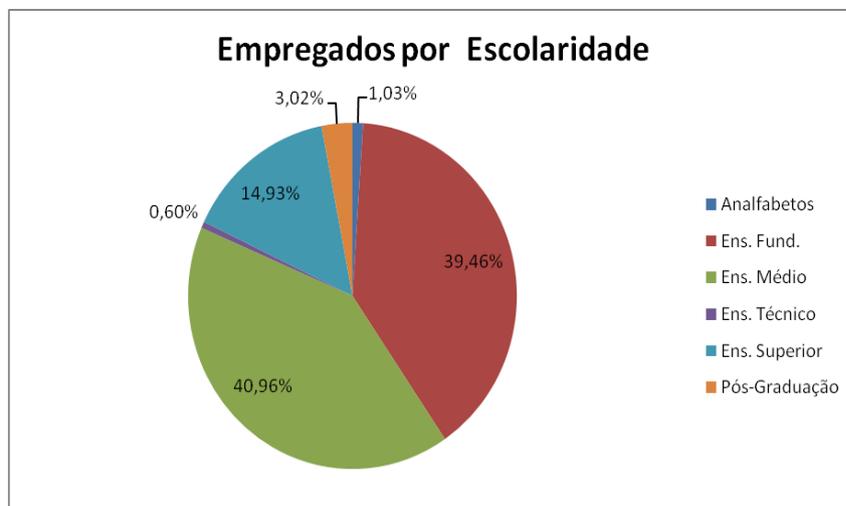
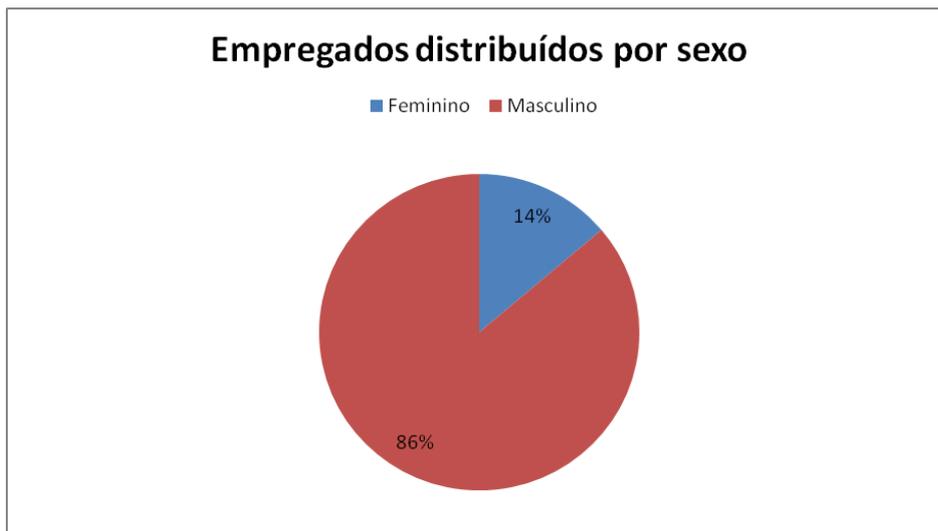
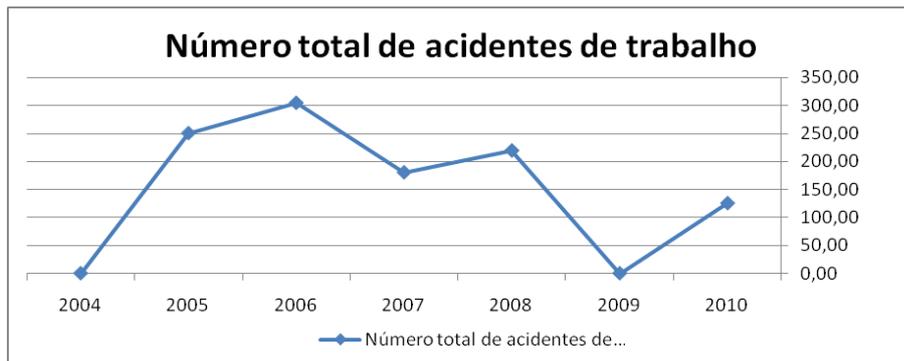
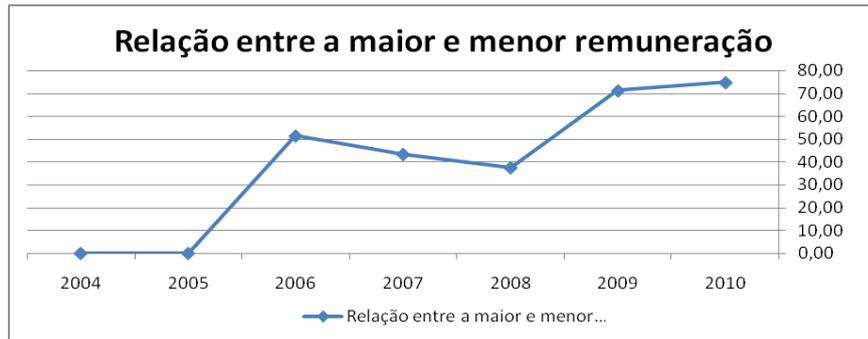
■ Feminino ■ Masculino



**APÊNDICE VIII - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o
Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – EMPRESA E2**

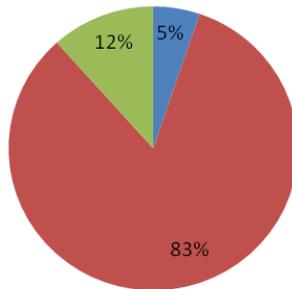
GRÁFICOS DA EMPRESA E2





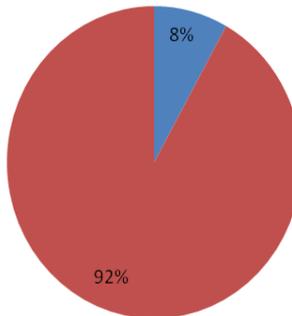
Empregados distribuídos por faixa etária

■ Menores de 18 anos ■ 18 a 45 anos ■ Acima de 45 anos



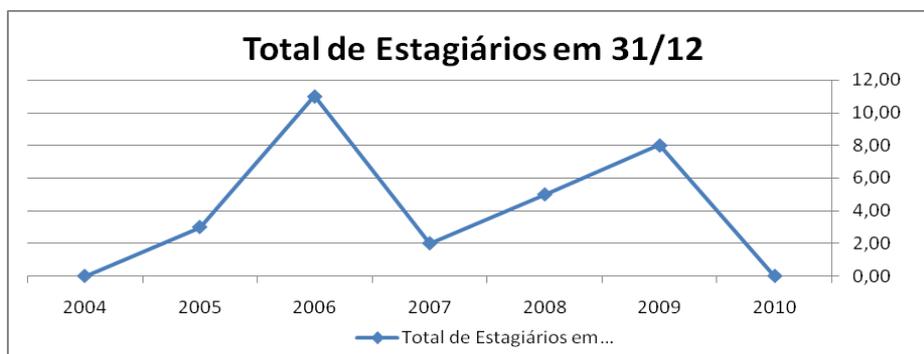
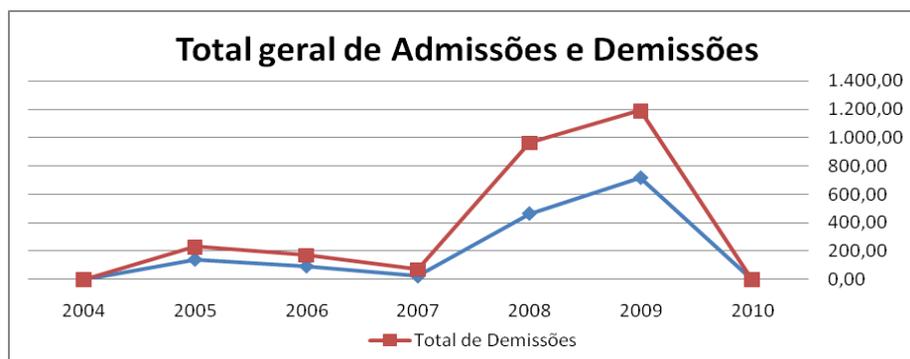
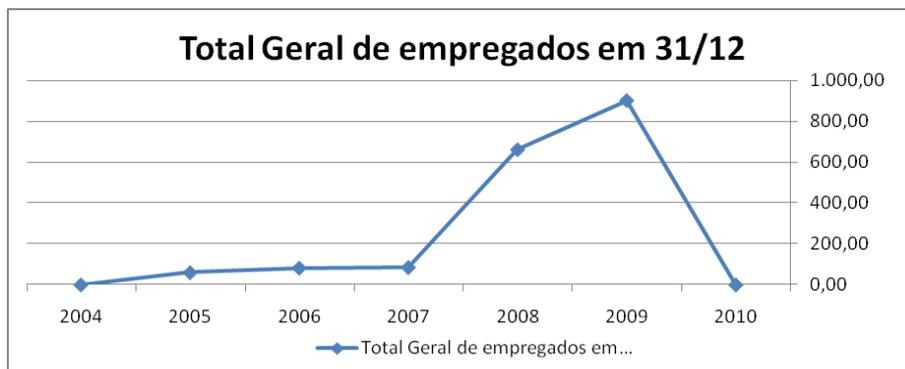
Cargos de chefia distribuídos por sexo

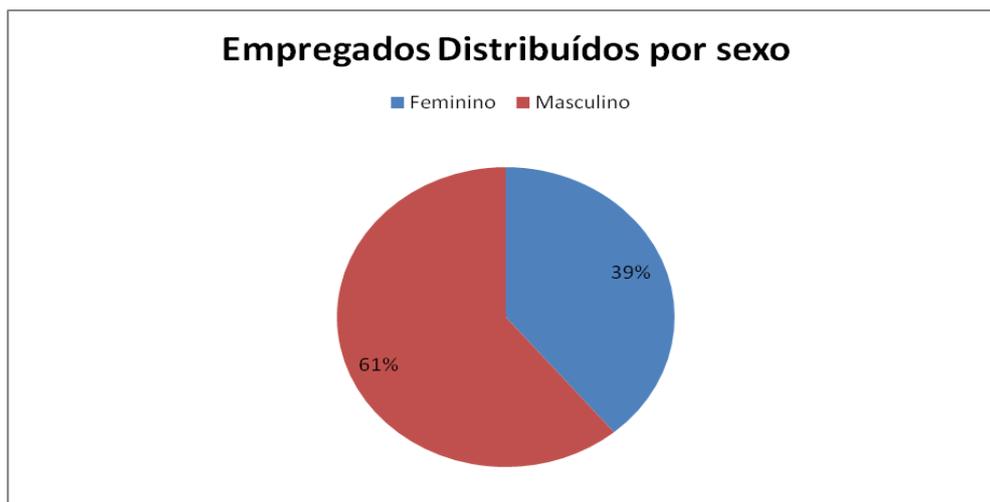
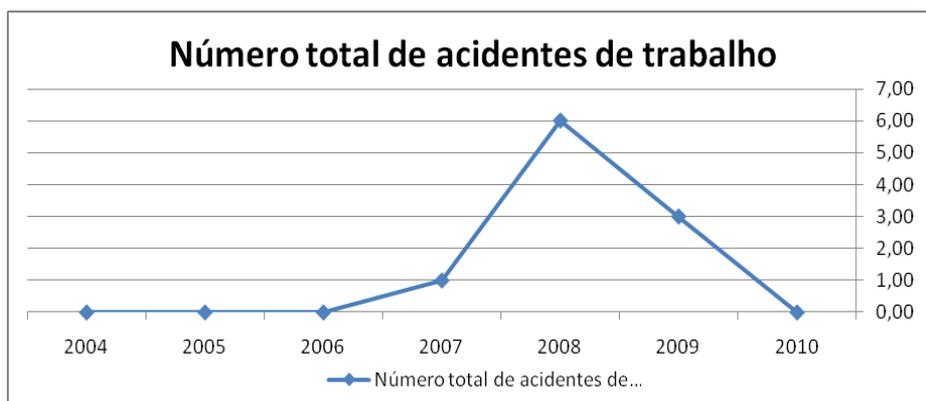
■ Feminino ■ Masculino



**APÊNDICE IX - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o
Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – EMPRESA E3**

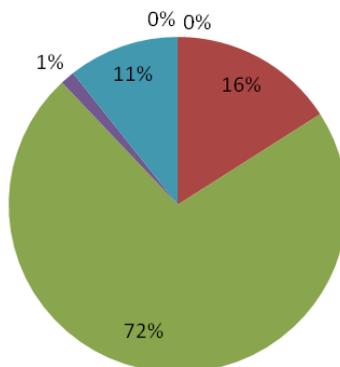
EMPRESA E3





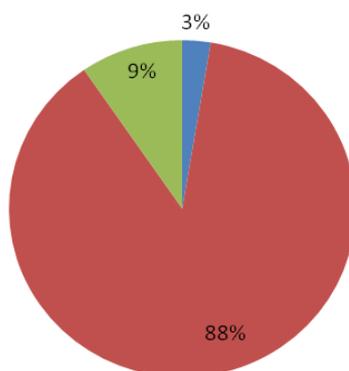
Empregados distribuídos por escolaridade

■ Analfabetos ■ Ens. Fund. ■ Ens. Médio ■ Ens. Técnico ■ Ens. Superior ■ Pós-Graduação



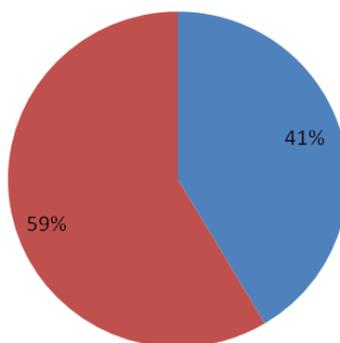
Empregados distribuídos por faixa etária

■ Menores de 18 anos ■ 18 a 45 anos ■ Acima de 45 anos



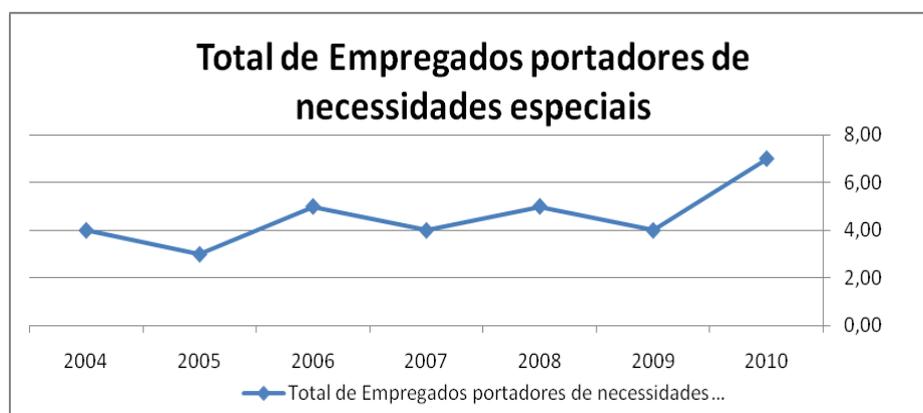
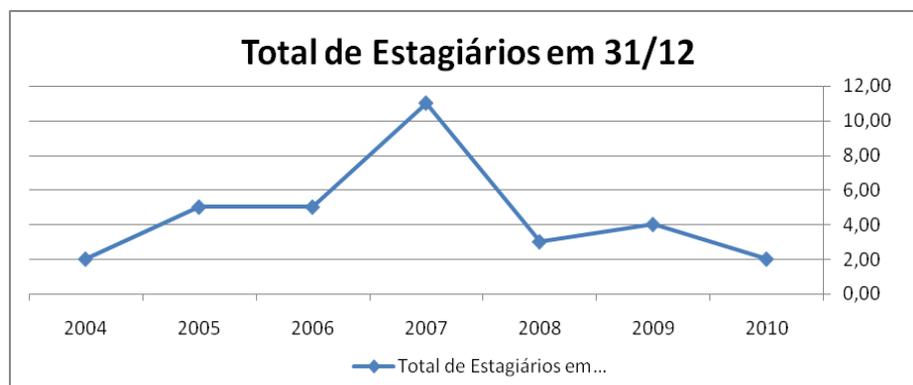
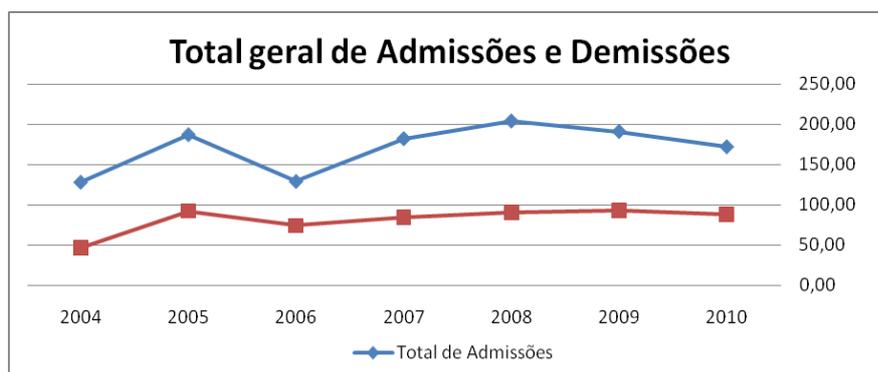
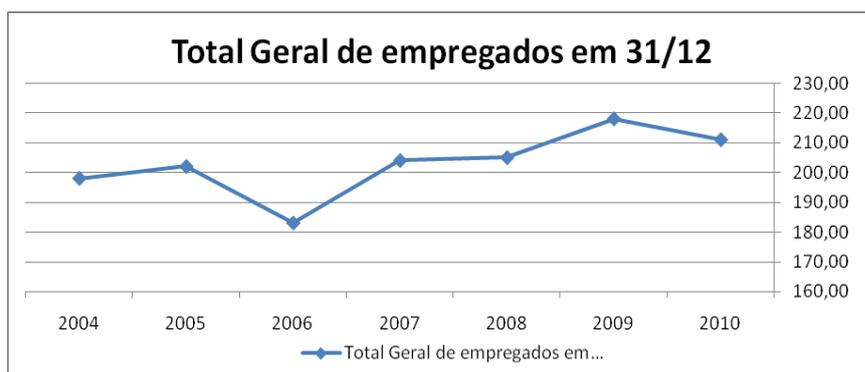
Cargos de chefia distribuídos por sexo

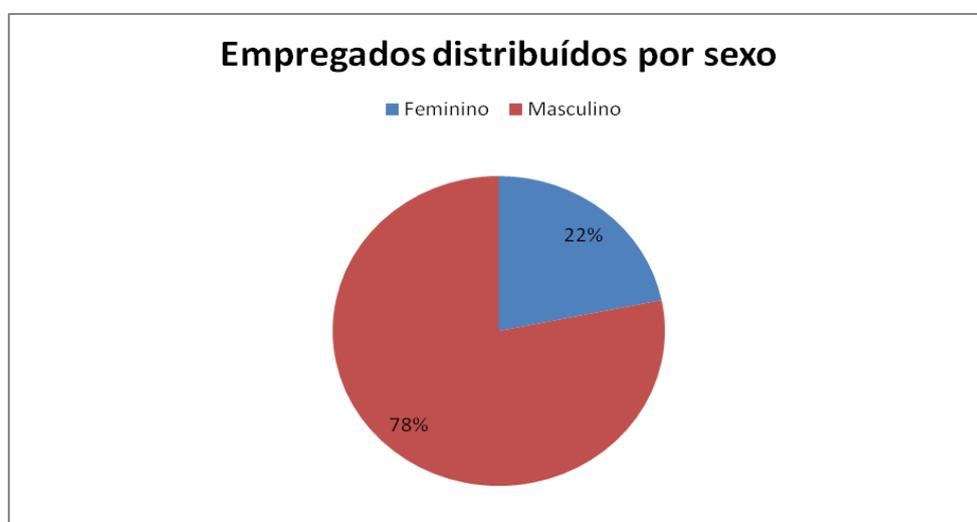
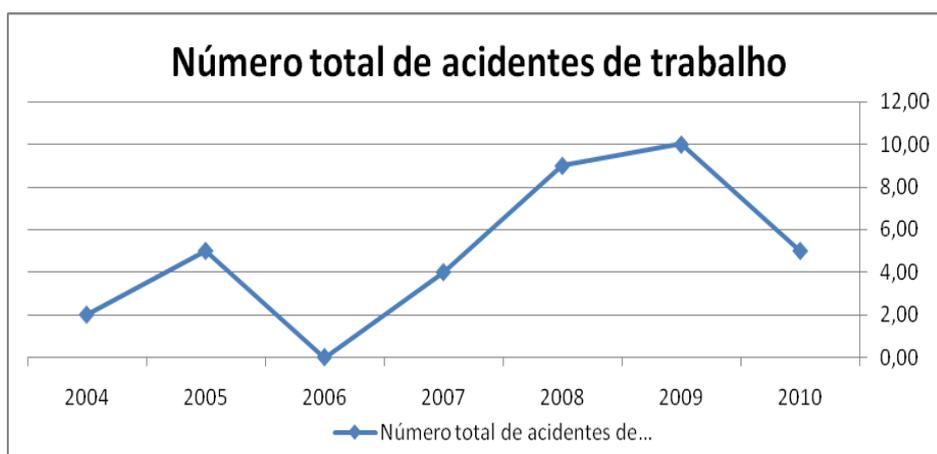
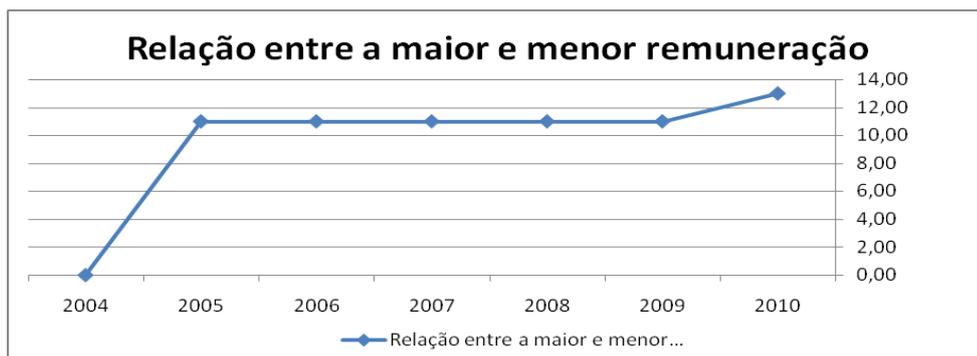
■ Feminino ■ Masculino



**APÊNDICE X - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o
Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – EMPRESA E4**

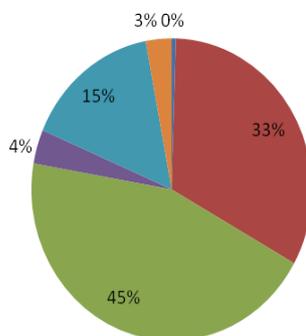
EMPRESA E4





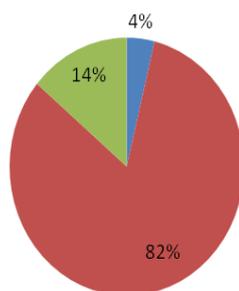
Empregados distribuídos por escolaridade

■ Analfabetos ■ Ens. Fund. ■ Ens. Médio ■ Ens. Técnico ■ Ens. Superior ■ Pós-Graduação



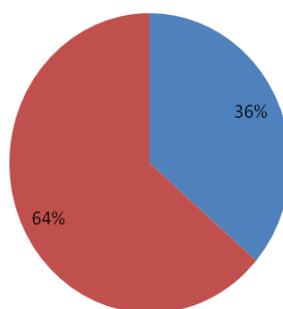
Empregados distribuídos por faixa etária

■ Menores de 18 anos ■ 18 a 45 anos ■ Acima de 45 anos



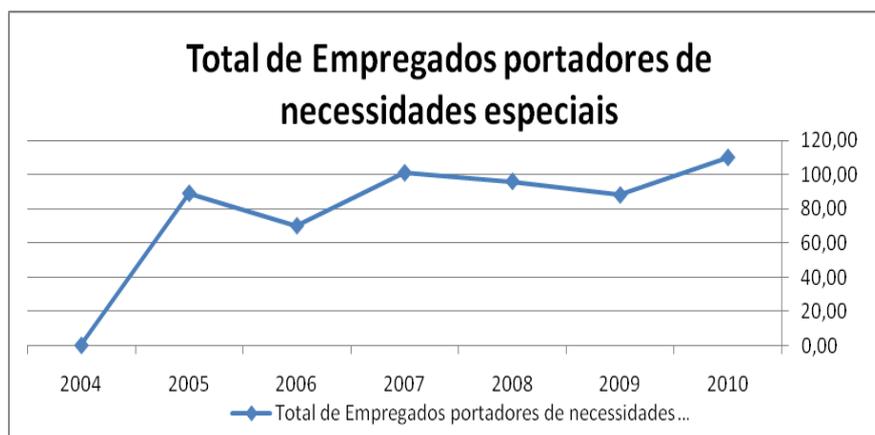
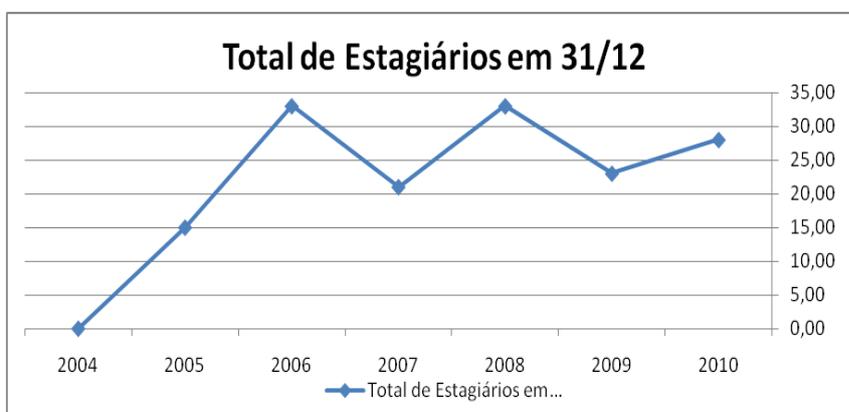
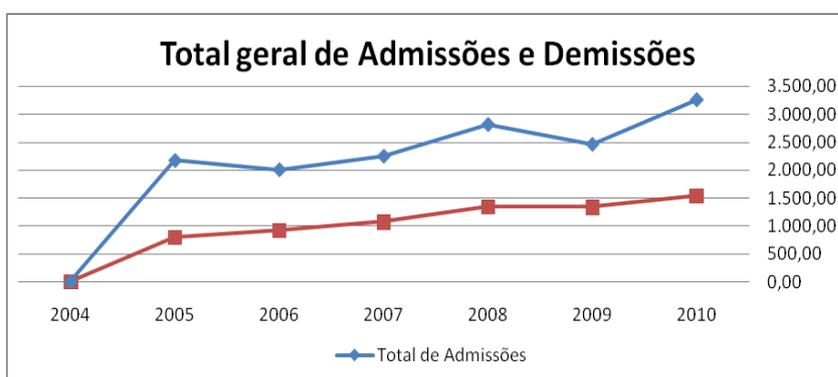
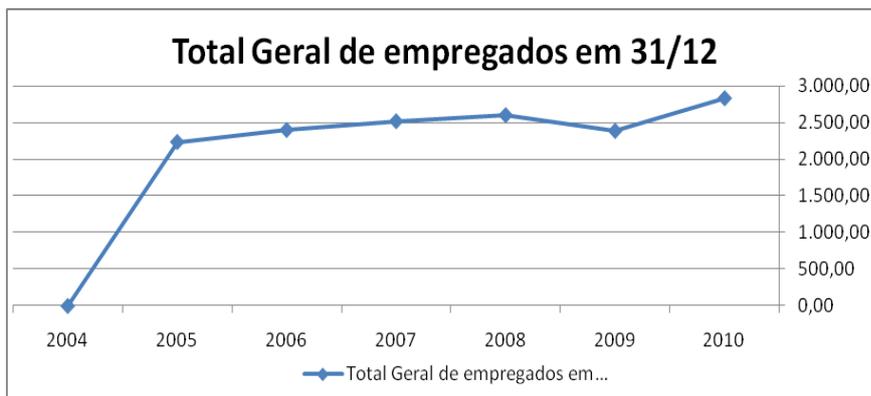
Cargos de chefia distribuídos por sexo

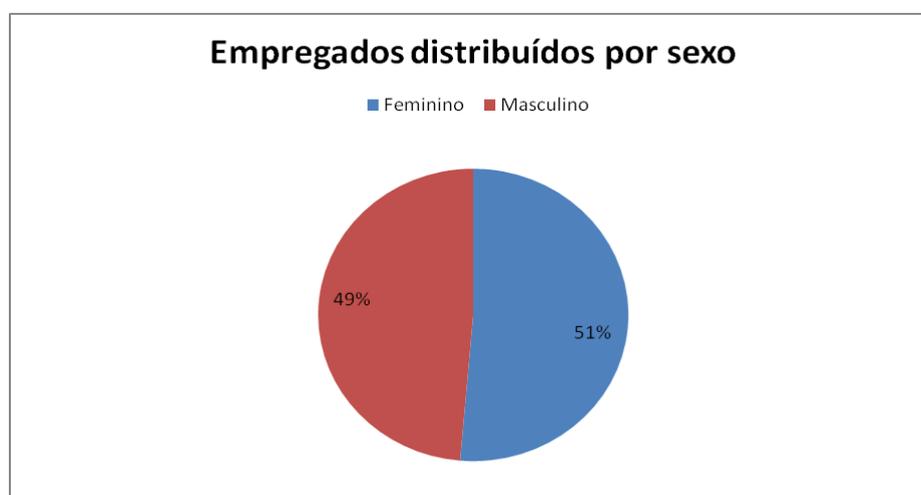
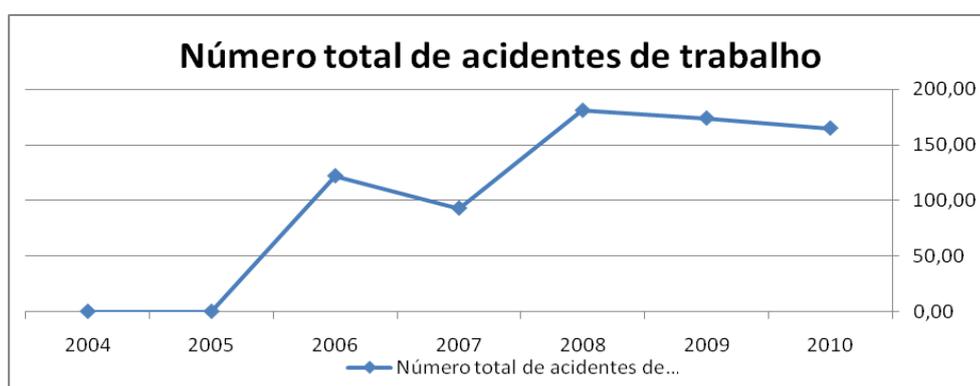
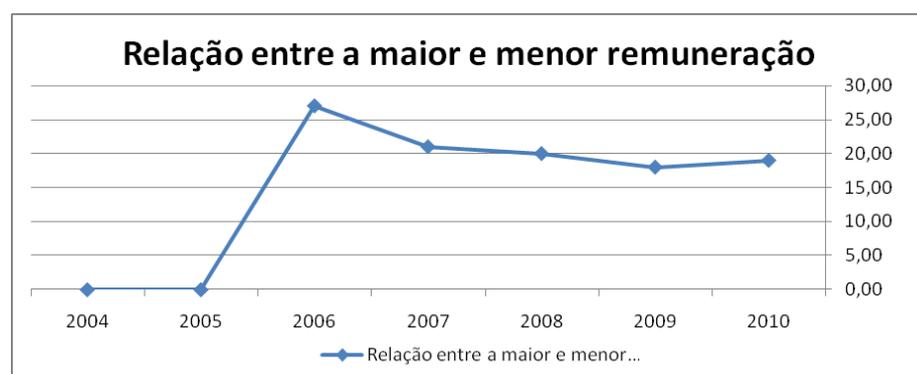
■ Feminino ■ Masculino



**APÊNDICE XI - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o
Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – EMPRESA E5**

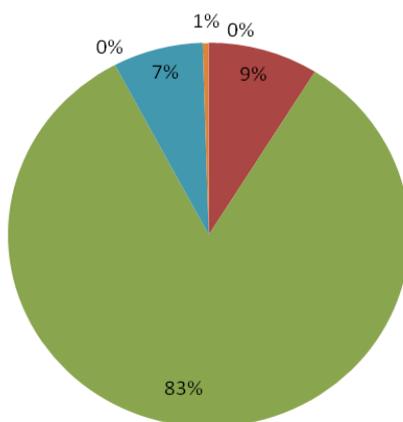
EMPRESA E5





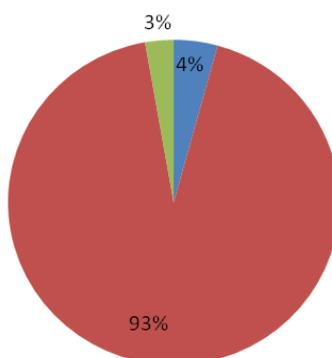
Empregados por escolaridade

■ Analfabetos ■ Ens. Fund. ■ Ens. Médio ■ Ens. Técnico ■ Ens. Superior ■ Pós-Graduação



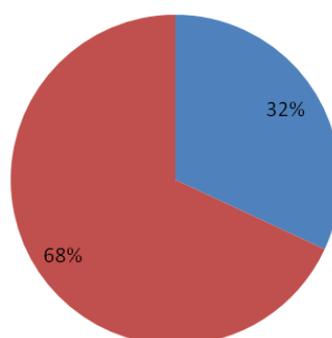
Empregados por Faixa etária

■ Menores de 18 anos ■ 18 a 45 anos ■ Acima de 45 anos



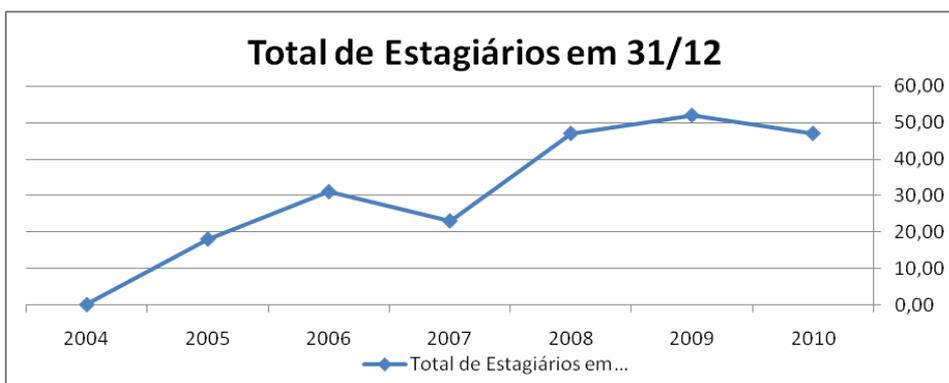
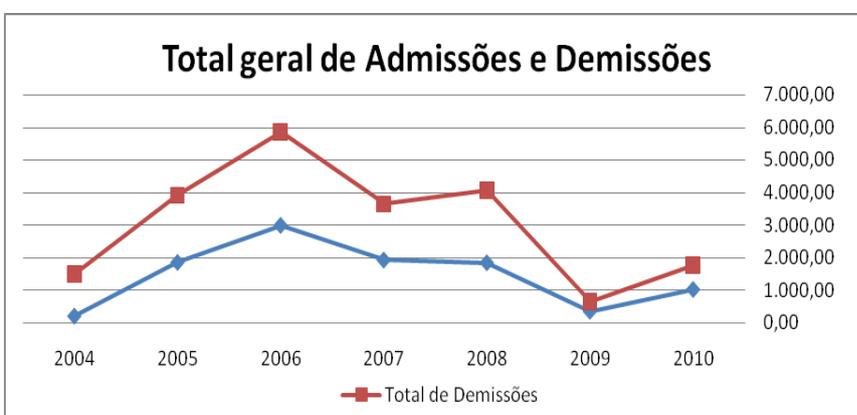
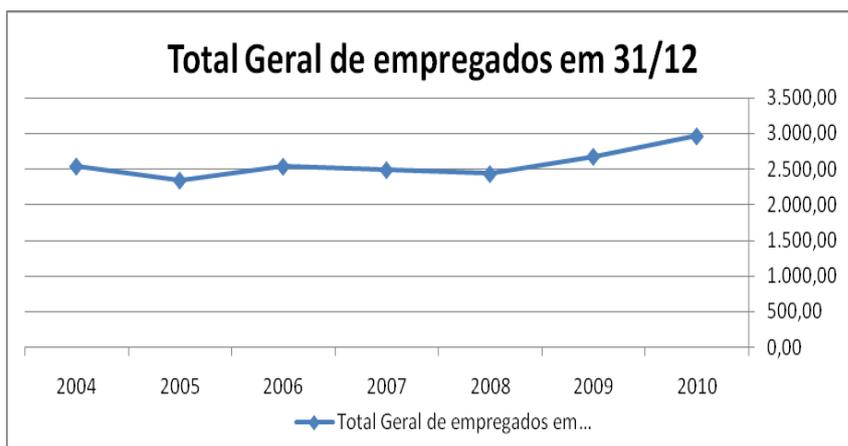
Cargos de Chefia - por sexo

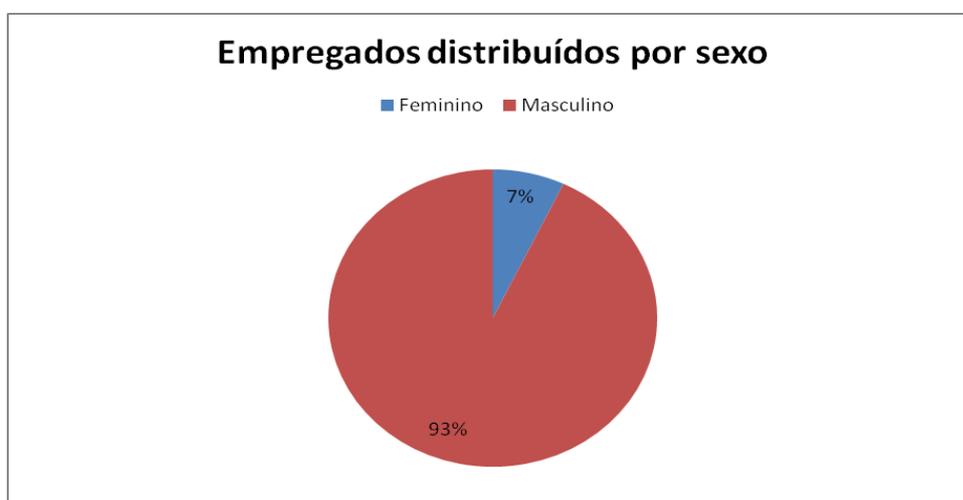
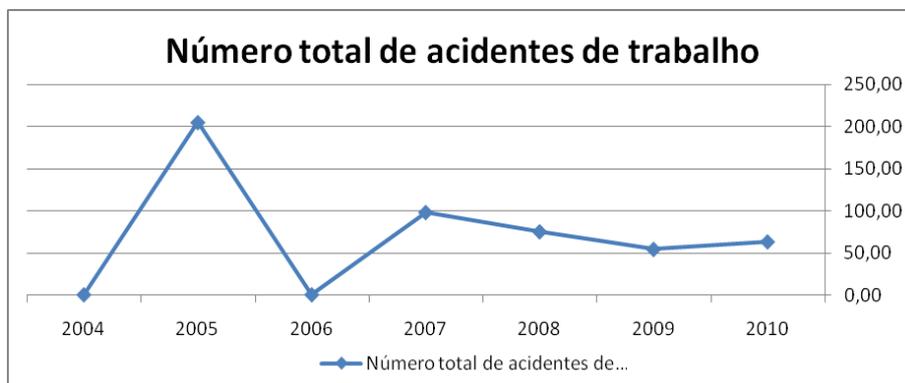
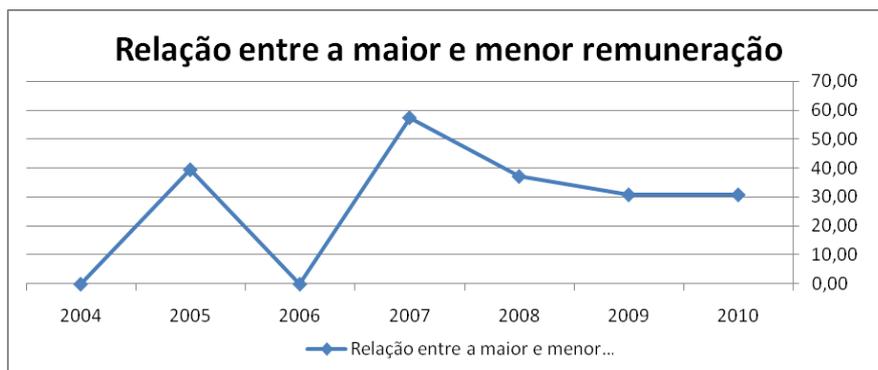
■ Feminino ■ Masculino



**APÊNDICE XII - GRÁFICOS DE Representação Quantitativa da RSE Para o
Trabalhador: CORPO FUNCIONAL – EMPRESA E6**

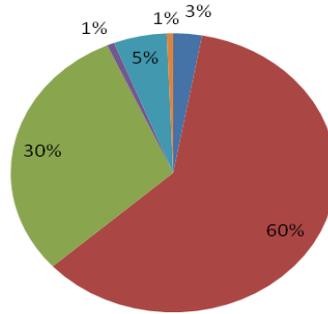
EMPRESA E6





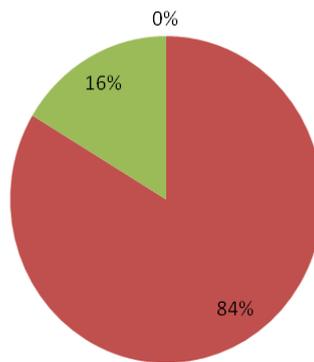
Empregados distribuídos por escolaridade

■ Analfabetos ■ Ens. Fund. ■ Ens. Médio ■ Ens. Técnico ■ Ens. Superior ■ Pós-Graduação



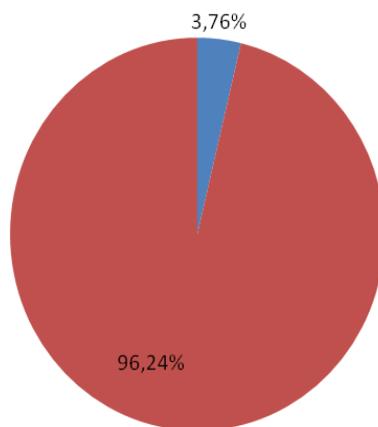
Empregados distribuídos por faixa etária

■ Menores de 18 anos ■ 18 a 45 anos ■ Acima de 45 anos



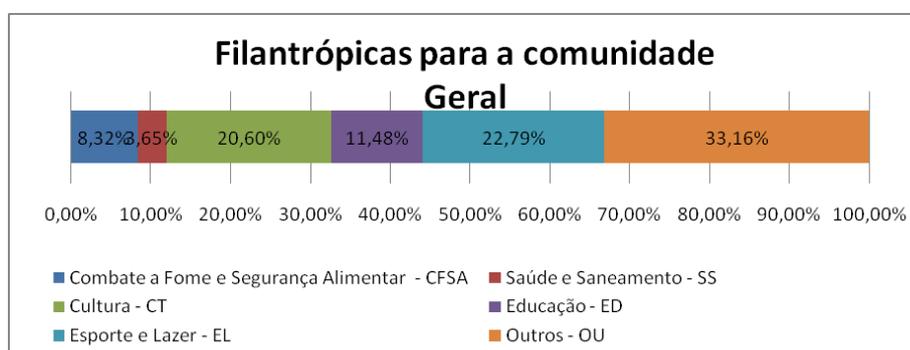
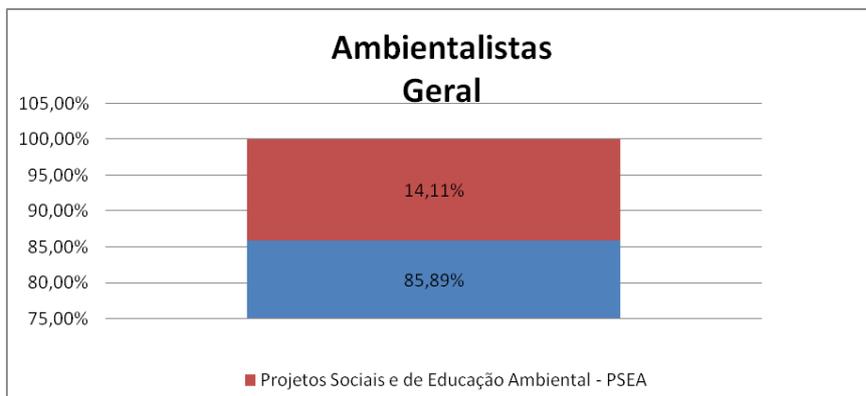
Cargos de chefia distribuídos por sexo

■ Feminino ■ Masculino

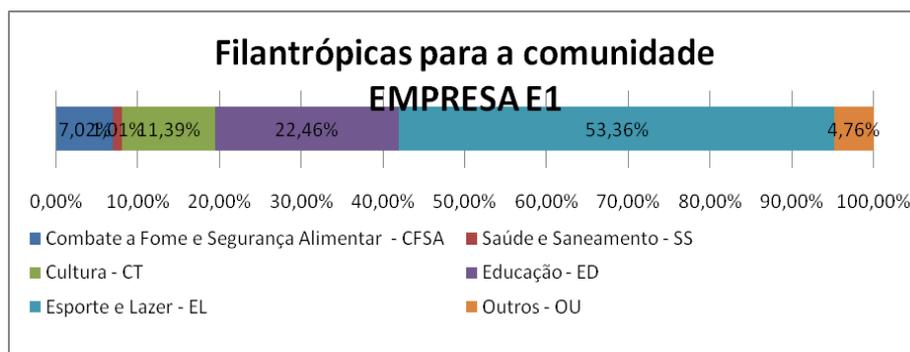
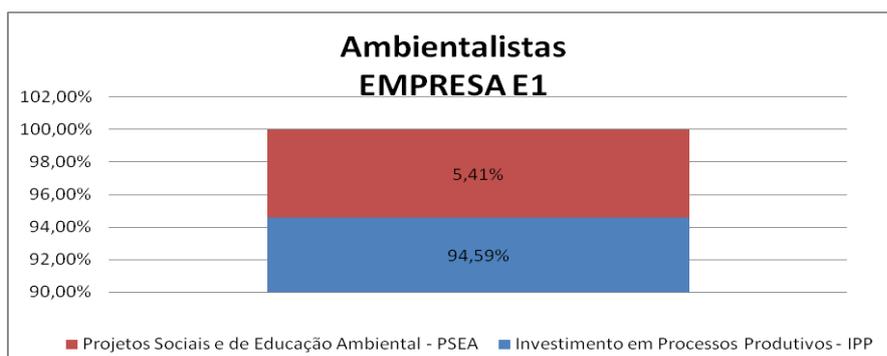


**APÊNDICE XIII - GRÁFICOS DE REPRESENTAÇÃO QUANTITATIVA DA RSE
PARA O MEIO AMBIENTE E A COMUNIDADE**

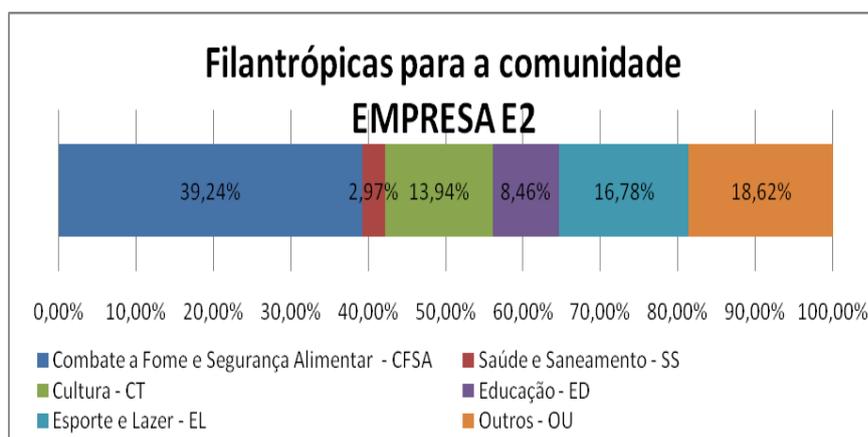
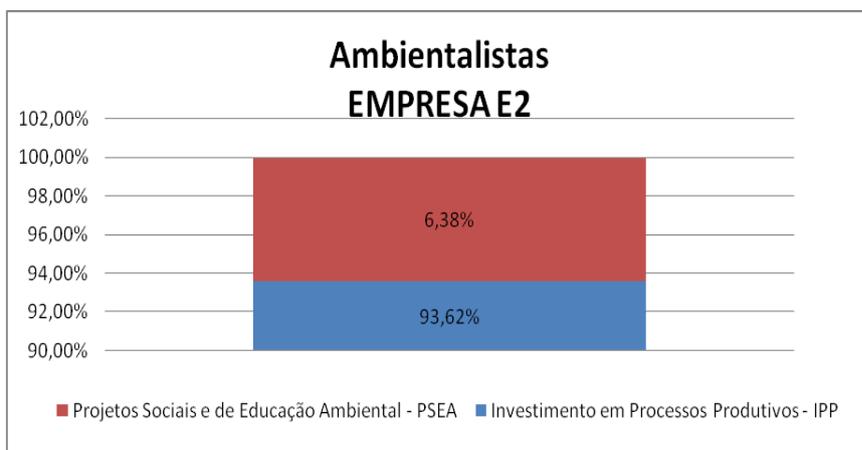
MÉDIA GERAL DOS DADOS DE TODAS AS EMPRESAS



EMPRESA E1

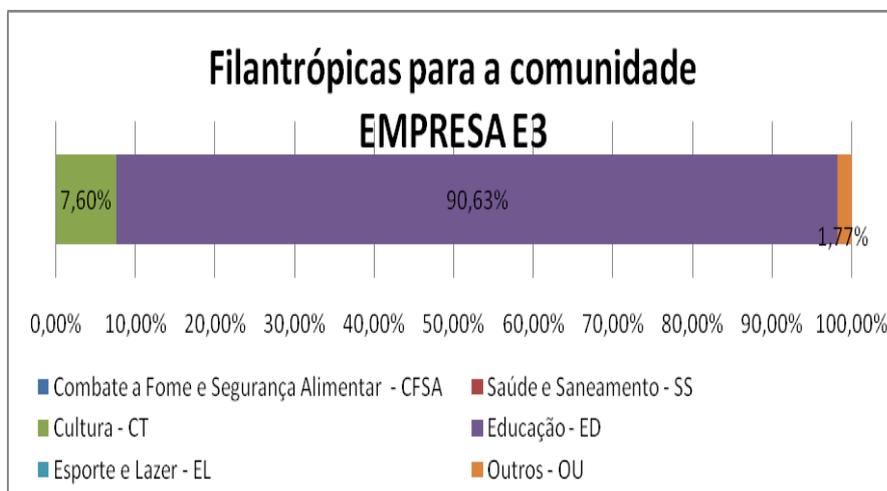


EMPRESA E2

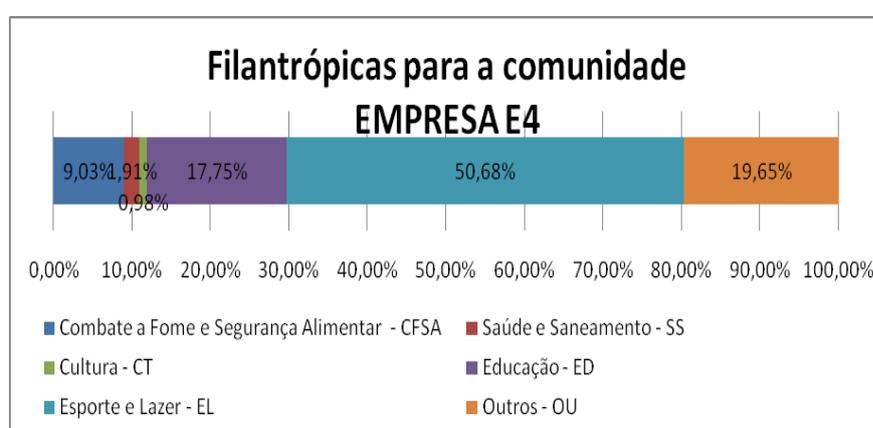
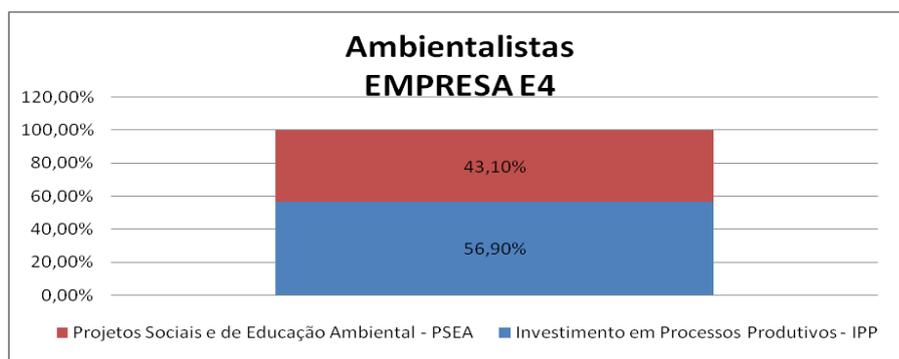


EMPRESA E3

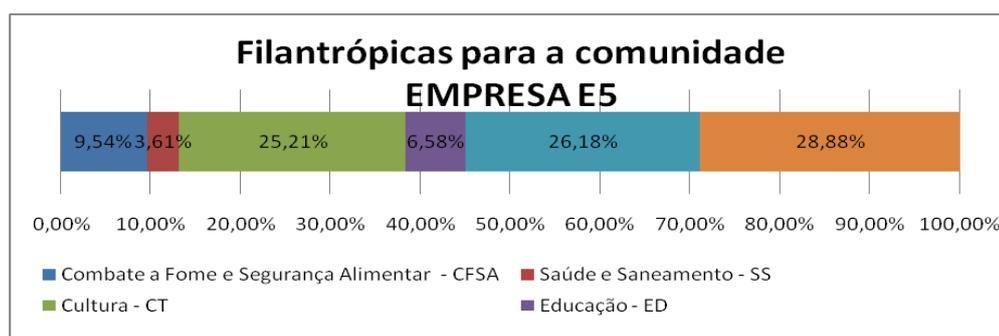
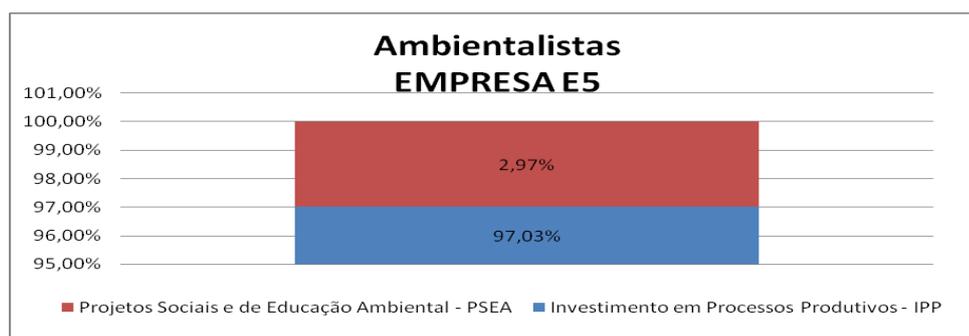
NÃO HÁ LANÇAMENTOS AMBIENTALISTAS



EMPRESA E4



EMPRESA E5



EMPRESA E6

